

## Referenciais Anarquistas em Movimentos Sociais Capixabas

Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha  
Resende  
Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa  
Maria Luiza Pereira Pacheco  
Mariah dos Reis Figueira  
*Universidade Vila Velha - ES*

*II Encontro Internacional  
Participação, Democracia e  
Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015,  
UNICAMP, Campinas (SP)*

### Resumo

A partir da combinação de distintas técnicas de coleta de dados, analisamos grupos de afinidade, táticas de protesto e movimentos sociais da Grande Vitória - ES. A análise é efetuada a partir de categorias de análise extraídas da filosofia pós-estruturalista, com o objetivo de compreender as singularidades de novas formas organizativas, de confronto e expressão do dissenso sócio-político. As mais recentes mobilizações sociais no Brasil, no México, na Espanha, nos Estados Unidos, na Turquia, na Grécia, entre outros países, tem apresentado evidente proximidade a referenciais anarquistas, exigindo paradigmas teóricos capazes de compreender seus posicionamentos em relação ao Estado, suas formas organizativas e suas atuações táticas. Organização autônoma, horizontalidade interna, luta por mudanças estruturais, desconsideração a formalidades e normas vigentes, articulação em rede, uso de novas tecnologias, rejeição a autoridades, decisões consensuais, etc., configuram novas expressões de resistência ao poder das macroestruturas disciplinadoras e das micropolíticas sociais que moldam condutas de indivíduos e coletividades na vida cotidiana.

*Palavras-chave: movimentos sociais, anarquismo, sociedade de controle*

### Cartografando a anarquia dos movimentos

A cartografia que adotamos, inspirada nas obras de Deleuze e Guattari<sup>1</sup>, se baseia na exploração do objeto de estudo com atenção especial aos seus movimentos, seus fluxos, às formas como tem se realizado e se visibilizado na ótica dos observadores no momento da observação. Trata-se de uma análise que foge de apriorismos e da identificação de essências estáticas. Busca observar potências de transformação, possibilidades de mudanças, de

---

<sup>1</sup> Principalmente: Deleuze e Guattari, 1996 e Guattari e Rolnik, 1986.

admissão de novos rumos na micro e na macropolítica de grupos sociais. Com a atenção direcionada aos referenciais anarquistas, interessamo-nos em verificar como grupos reivindicativos atuais tem se organizado internamente, se e como tem se relacionado com a administração do Estado e partidos políticos, o diálogo que têm estabelecido com outros movimentos e grupos de ativismo mais ou menos organizado, e os posicionamentos políticos de seus participantes.

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento. A partir da combinação de distintas técnicas de coleta de dados – entrevistas semiestruturadas, grupos focais, observações participantes e participações observantes – analisamos grupos de afinidade, táticas de protesto e movimentos sociais da Grande Vitória - ES. Nem todos os movimentos da região foram pesquisados e nem todos os grupos pesquisados se enquadram em um único conceito pré-estabelecido de movimento social. A análise é efetuada com o objetivo de compreender as singularidades de novas formas organizativas, de confronto e expressão do dissenso sócio-político.

As mais recentes mobilizações sociais no Brasil, no México, na Espanha, nos Estados Unidos, na Turquia, na Grécia, entre outros países, têm apresentado evidente proximidade a referenciais anarquistas, exigindo paradigmas teóricos capazes de compreender seus posicionamentos em relação ao Estado, suas formas organizativas e suas atuações táticas. Organização autônoma, horizontalidade interna, luta por mudanças estruturais, desconsideração a formalidades e normas vigentes, articulação em rede, rejeição a autoridades e representantes, decisões consensuais, etc., configuram novas expressões de resistência ao poder das macroestruturas disciplinadoras e das micropolíticas sociais que moldam condutas de indivíduos e coletividades na vida cotidiana.

Movimentos sociais e grupos organizados buscam, no âmbito da ação coletiva, modificar, transformar ou conservar condições sociais críticas, muitas vezes não consensuais, que entendem não estar recebendo a devida atenção de governantes ou de outros setores da sociedade. Tradicionalmente, esses movimentos têm se organizado e atuado de maneira que reproduz em vários aspectos o empreendedorismo neoliberal, sempre pautado em termos de

ganhos<sup>2</sup>. Organizações hierárquicas, papéis fundamentais de lideranças, objetividade, estratégias racionais, elos e alianças com outras organizações e partidos políticos, são aspectos que assemelham movimentos sociais a empresas privadas. Em uma das primeiras tradições de estudos de movimentos sociais, McCarthy e Zald na década de 1960 nos Estados Unidos, buscando compreender os traços principais dos movimentos de classe média, estabeleceram as linhas gerais da Teoria de Mobilização de Recursos, que, com foco a partir da sociologia organizacional e das teorias de ação racional, descreveram o que entendiam como os principais aspectos das organizações sociais.

Atualmente, tais formatos de movimentos são vistos em organizações não governamentais, associações e alguns grupos organizados tradicionais. A partir das insuficiências da experiência, um crescente número de ativistas tem verificado, no entanto, que tal modelo organizativo, ainda que demonstre eficiência e eficácia em seus resultados, estes ficam subordinadas a posicionamentos e alinhamentos não tanto combativos e conflituos em relação aos interesses dos governantes e dos principais tomadores de decisões. A governamentalização de padrões organizativos afins a diálogos com representantes das instituições estatais possibilita resultados dentro dos limites das estratégias de poder dos governantes.

A partir da percepção sobre a maior possibilidade de cooptação de lideranças, o baixo potencial conflitivo e a baixa capacidade de promover transformações estruturais mais profundas, movimentos mais novos tem se distanciado de tais formatos organizativos. Movimentos Sociais e grupos de ação coletiva mais ou menos organizados atualmente se contrastam radicalmente dos movimentos tradicionais, mais antigos, tanto em suas formas organizativas, como nos modelos de ação, alinhamentos ideológicos, objetivos, e etc. A capacidade das instituições liberais de capturar líderes, movimentos e lutas tem demonstrado que a proximidade com essas instituições ao longo prazo é daninha para as lutas que buscam transformações nas estruturas dos problemas sociais, políticos e econômicos. As reformas que as instituições liberal-democráticas são capazes de implementar não alteram as origens dos problemas identificados pelos coletivos organizados, levando os ativistas à

---

<sup>2</sup> Ver: Foucault, 2008.

radicalização do confronto<sup>3</sup>. Na sociedade de controle, em que as condutas individuais e coletivas são permanentemente vigiadas e aprisionadas (Deleuze, 2001) a principal via de escape que se abre é a de evitar e contornar o sistema no cotidiano, tanto em suas micropolíticas moleculares que fluem entre os indivíduos moldando e vigilando condutas, quanto nas macropolíticas das instituições (Deleuze e Guattari, 1996).

Neste cenário, multiplicam-se as formas de resistência e os movimentos sociais atingem uma feição menos formalizada, menos programada para ações futuras, mais direcionadas para o encontro de afinidades. Geram-se grupos de afinidade, em que a militância é exercida na vida cotidiana e nos encontros com os afins. As ações coletivas, de resistência, são ações imediatas. Propõe-se assim, uma vida marcada por singularidades não governamentalizadas pela lógica imperante da racionalidade do mercado. Plataformas de ação coletiva, redes de mobilização, táticas de protesto e grupos de afinidade têm sido crescentemente identificados como os principais formatos dos movimentos sociais atualmente, juntamente com a inserção de elementos típicos do anarquismo, tem marcado essas novas tendências, que nos levam a pensar numa ampliação da cultura libertária (Augusto, 2013).

Vale ainda destacar que os governos de tradição liberal democrática, pautados pelo diálogo com a sociedade através de mecanismos predominantemente representativos, nas últimas décadas têm buscado diálogo também através de mecanismos de participação direta. Frequentemente considerados populistas, líderes partidários têm se beneficiado desses mecanismos para conferir maior legitimidade a suas decisões políticas e se apresentar a movimentos e grupos como democráticos e abertos ao diálogo.

### **A resistência política dos novíssimos movimentos**

Embora sejam distintas as concepções de política e de resistência, assim como também são distintas as suas táticas de enfrentamento, os ativistas contestadores da contemporaneidade cada vez mais têm se organizado em coletivos fundamentados em uma lógica não institucionalizada, uma vez que se intensifica a recusa das disputas institucionalizadas, principalmente, provenientes dos sindicatos e dos partidos políticos. Sendo assim, a

---

<sup>3</sup> Ver: Tarrow, 2009.

desconfiança e, ainda mais, a descrença na via institucional leva à elaboração de táticas distintas das tradicionais.

(...) há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como também é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que tem o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades, criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e organizações políticas (GOHN, 2013, p. 12-13).

Essas táticas distintas dos novos movimentos estariam apreendendo e adaptando formas de organização e de atuação inspiradas em práticas anarquistas, como apontado por diversos estudos realizados em todo planeta (Graeber, 2005; Sousa, 2011; Newman, 2010; Barrett, 2010). Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, e foco na ampliação de liberdades, são algumas das novidades mais evidentes. Richard Day (2005) sugere tratar-se de *Novíssimos Movimentos Sociais*, que se configuram não necessariamente como anarquistas, mas anárquicos, pois se posicionam a favor de reformas nas políticas e instituições do Estado. Claro que estamos diante de ampla multiplicidade de práticas coletivas, cada uma encontrando em sua singularidade mais proximidade ou distanciamento aos ideais anarquistas. Interessante notar a tendência a intervenções na vida cotidiana, em hábitos e percepções sociais, que extravasam demandas que possam ter em relação ao Estado. Neles, a maneira como se luta é tão decisiva quanto a definição do objetivo ao qual se luta, recusando a clássica distinção do príncipe moderno entre meios e fins.

Esses movimentos tendem a aproximar o marxismo autonomista com as diversas formas de anarquismos, muitas vezes produzindo confusões semânticas e captura de práticas históricas de resistência. Não possuem o mesmo grau de organização interna dos movimentos da década de 1960 estudados pelo paradigma da Teoria da Mobilização de Recursos, pois se distanciam do ideal empresarial e da mentalidade dos que operam em termos

de ganhos. Mais uma vez registra-se o rompimento com a distinção estratégica entre meios e fins. Esse distanciamento é ainda mais evidente nas diferenças de contatos com organizações estatais, que são escassas ou nulas, com o que podemos denominá-los não institucionalizados. Em polo oposto, na ótica organizacional de McCarthy e Zald (1987) grupos organizados se articulam e disputam entre si recursos humanos, financeiros, mediáticos, funcionando como verdadeiras indústrias de mercado competindo pela obtenção de leis, políticas públicas e apoios político-sociais. Esses grupos agem na constante busca de maximizar eficiência e eficácia em suas ações, burocratizando a organização e estabelecendo alianças estratégicas. Esta formatação de ação coletiva coincide com o que Foucault chamou de *homo oeconomicus*.

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso – também vai-se encontrar uma teoria do homo oeconomicus, mas como o homo oeconomicus, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus, parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

É importante esclarecer que, embora os hodiernos movimentos sociais que fogem de representações e institucionalizações ao redor do mundo tenham suas particularidades, eles trazem um legado das lutas que se iniciaram na década de 1960 – principalmente com movimentos contra-culturais, como dos hippies e posteriormente dos punks e autonomistas. No entanto, tomaram a forma com qual se apresentam hoje a partir da década de 1990 com o movimento antiglobalização contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, em novembro de 1999. Posteriormente esses movimentos foram pacificados em pautas ditas propositivas no interior do Fórum Social Mundial (2001), mas suas novas táticas já haviam se espalhado pelo planeta.

A partir do final dos anos 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos 1960, assim como não voltou ao tema das lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e

seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: “Um outro mundo é possível”. As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideais e ações comuns (...) Um dos fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 está na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Contudo, encontram-se também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc (GOHN, 2013, p. 14).

O movimento antiglobalização destaca-se por uma série de atuações coletivas que fogem dos padrões dos movimentos organizados até então conhecidos. Em Seattle, por exemplo, como forma de atrair a atenção dos meios de comunicação e de proteger os manifestantes da violência policial, viu-se a utilização da tática *black bloc* por parte de inúmeros ativistas. Destruindo símbolos do capitalismo e não reconhecendo a autoridade policial, a tática retoma a ação direta anarquista, de expressão incontestável de dissenso político e de recusa a representações e negociações com o Estado. As ações nas ruas inspiram-se, em certa medida, nos elementos das Zonas Autônomas Temporárias, sugeridos por Hakim Bey (2001).

A articulação dos movimentos sociais de jovens contestadores ou de resistência, que coloca em xeque o modelo de sociedade capitalista neoliberal tão incorporado como verdade pela juventude adaptada, tem mostrado a sua face através de inúmeros eventos ocorridos contemporaneamente nos mais distintos países. Esses eventos, portadores de singularidades em termos de resistência passaram a ameaçar a ordem vigente, uma vez que questionam veementemente os valores das sociedades capitalistas tão naturalizados pela juventude adaptada. Vale dizer, que os movimentos mais combativos são frequentemente criticados e rejeitados pelos movimentos adeptos de negociações estatais.

Uma característica desses movimentos sociais de jovens está fundamentada na forma de organização e comunicação de seus participantes que se alterou substancialmente, ganhando um *status* de ferramenta utilizada para articulação de suas ações coletivas. Como a comunicação não tem

ocorrido somente por meio de computadores ligados à internet, mas também através de celulares e diferentes formas de mídias móveis, o registro instantâneo de suas ações transformou-se em arma de luta e em ações que geram outras ações através de suas difusões por meio de ferramentas como *Twitter, Facebook, Youtube, Tumbler, blogs, etc.*, fomentadoras daquilo que se convencionou chamar de ciberativismo. Este é um eixo no qual as resistências aos modos de vida da racionalidade neoliberal e as inúmeras capturas pelos fluxos comunicacionais da sociedade de controle sempre estão em uma encruzilhada plástica e oscilante na qual nunca se pode traçar uma divisão clara entre quem resiste e quem colabora.

Outra característica desses movimentos que ocorreram recentemente, sobretudo, a partir de 2011, refere-se à peculiaridade de seus nomes, pois muitos deles adotaram o dia de um grande evento ou acontecimento em que resistiram e foram projetados internacionalmente, como é o caso do Movimento 12 de Março – 12M, ocorrido em Portugal, ou Movimento 15 de Março –15M, ocorrido na Espanha, também conhecido como Movimento dos “indignados”.

Nomear segundo a data de surgimento do movimento foi também um fato presente no Maio de 1968 francês: o Movimento 22 de Março, liderado por Daniel Cohn-Bendit, teve este nome porque os protestos eclodiram na Universidade de Nanterre neste dia. Os locais de ocupação também deram origem a nomes como Occupy Wall Street. Aliás, o referente desse movimento é a ação coletiva – a ocupação, o Occupy, ou Ocupa. Nos Estados Unidos, ele espalhou-se, além de Nova York, para Washington, Los Angeles, San Francisco, Oakland, na Califórnia, Boston, Harvard, na costa leste, etc. Dentre outras capitais ou cidades no mundo, pode-se citar Londres, Frankfurt, Paris, Roma, Milão, Hong Kong, Tóquio, Taiwan, Sidney, São Paulo, Rio de Janeiro, etc (GOHN, 2013, p. 18).

Alguns autores têm enfatizado o ano de 2011 como um momento em que a esquerda mundial conquistou um espaço político jamais visto na história, principalmente, através de um tipo de participação política que coloca em xeque todas as referências institucionais existentes até então. Entretanto, embora não sejam consensuais suas estratégias de resistência, já que essa esquerda protagonizada pela juventude contempla socialistas, comunistas e, principalmente, anarquistas, a sua força teve um alcance inimaginável.

O viés anarquista existente nos movimentos de 2011, mesmo que não seja explicitado na teoria, choca-se com o programa muitas vezes reformista e regulacionista do capitalismo, como se vê, no manifesto dos indignados espanhóis. Se em geral é verdade, como escreve Vladimir Safatle, que “não dá pra confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais”, sua conclusão é muito mais controversa: “a época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou” (CARNEIRO, 2012, p. 12).

Hoje, grande parte dos jovens contestadores, que buscam táticas de resistência ao domínio do capital e de suas consequências, não acredita na luta institucional burocratizada através de partidos e sindicatos. Talvez seja por isso que esses jovens tenham passado a se organizar de forma horizontalizada e sem o peso hierárquico das instituições e de seus “intelectuais orgânicos”. Partindo dessa premissa, é possível questionar se a eclosão simultânea e contagiosa desses movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região ocorridas em 2011 e 2013 conseguiriam alcançar essa proporção, tomando uma dimensão internacional, na medida em que passaram a se articular através do ciberativismo derrubando ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, estendendo-se pela Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia, revolta nos subúrbios de Londres, atingindo os estudantes do Chile e ocupando *Wall Street*, nos Estados Unidos.

A luta contra o Estado e o capital exigem, para Bakunin, alguma forma de união e organização revolucionária. O objetivo seria substituir o governo centralizado, porém criando novas ordens autônomas: “para que essa descentralização seja possível é necessário contar com uma verdadeira organização e esta não pode existir sem certo grau de regulamentação, que é, depois de tudo, simplesmente o produto de um acordo ou contrato mútuo” (Bakunin, 2013, p. 73). A forma de ação coletiva para a destruição do poder estatal, que propõe, perpassa a espontaneidade e o caos produzido pelas revoltas indignadas de cada rebelde que ama sua liberdade e que atua em ações diretas, como na tática *black bloc*:

A insurreição popular, por sua própria natureza, é espontânea, caótica e despiedada; supõe sempre a destruição de sua propriedade e da alheia. As massas do povo estão sempre dispostas a se sacrificar e o que as converte em uma força dura e selvagem, capaz de atos heroicos e de objetivos em aparência impossíveis, é que

possuem muito pouco e com frequência absolutamente nada e que, por tanto, não estão corrompidas pelo desejo de propriedade. Se a vitória ou a defesa o exigem, não se deterão nem ante a destruição de suas próprias aldeias e, considerando que além disso a propriedade não está em seu poder, podem chegar a evidenciar uma verdadeira paixão pela destruição (Bakunin, 2013, p. 74)<sup>4</sup>.

### **Cartografando movimentos capixabas**

A partir desta contextualização global das lutas sociais hodiernas, buscamos compreender as singularidades do ativismo no Espírito Santo, em particular do que atua na região metropolitana de Vitória. Através de entrevistas em profundidade, grupos focais, observações etnográficas, consulta a materiais próprios de cada grupo e de mídias alternativas, foram pesquisados grupos de ativistas constituídos em estruturas mais formalizadas outras menos, associações, coletivos, movimentos, redes, plataformas e protestos. Ao pesquisar grande variedade de formas de organização e atuação coletiva foi possível aproximar a análise aos aspectos de interesse da pesquisa – referenciais anarquistas – sem se deixar contaminar por avaliações aprioristas que dariam como certo, por exemplo, que grupos mais institucionalizados são os que mais se distanciam do anarquismo. Ainda que posteriormente tal hipótese ficou confirmada, pesquisar esta variedade de grupos nos permitiu identificar de forma apurada as singularidades e os aspectos em que os grupos mais combativos se diferenciam dos mais alinhados à governamentalidade predominante.

Para este artigo os movimentos e grupos foram analisados em duas dimensões, organização interna e relações externas com outros grupos e instituições, com o propósito de principalmente detectar processos autogestionários e autonomistas. A título de comparação e diferenciação, destacaremos os grupos pesquisados que mais nos chamaram a atenção, incluindo aqueles que se distanciam das denominações mais aceitas de movimento social, quanto ao caráter reivindicativo e de confronto. Para fins didáticos, apresentamos as características principais dos grupos separados em categorias descritivas.

---

<sup>4</sup> Tradução própria.

### *Formalidade associativa*

Neste âmbito, estão os mais organizados, hierarquizados e vinculados com interesses partidários, que chegam a se constituir com CNPJ e todas as formalidades de grupos institucionalizados. É o caso de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ambientalista, a *Sociedade Sinhá Laurinha* e a *Associação de Moradores da Praia da Costa*, um bairro nobre do município de Vila Velha, que possui diretoria, eleições regulares e uma organização mais parecida com a burocracia estatal. O primeiro se destaca por fazer eleições entre seus membros para ocupação dos cargos diretivos, reproduzindo a abdicação de soberania dos governos representativos. Já o segundo dificulta a participação dos associados às decisões da diretoria, através de uma série de empecilhos burocráticos para a expressão de opiniões, replicando também a lógica de representantes que falam em nome de seus representados. Nada muito diferente do que ocorre na organização estudantil de um órgão estável como o *Diretório Central de Estudantes (DCE)* da Universidade Federal do Espírito Santo: composto por estudantes de diferentes cursos, durante as reuniões, todas as chapas que participaram das eleições têm direito a voz, como um Parlamento. A chapa com mais votos detém mais cadeiras, e assim sucessivamente.

A *Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC)* foi o grupo entrevistado que traduz com maior clareza a reprodução da hierarquia estatal em movimentos organizados. A delegação de competências, o canal de diálogo já estabelecido com a Prefeitura e com o Ministério Público e uma burocracia estruturada são emblemáticos. Além disso, vale ressaltar que não há muitos jovens compondo a Associação e grande parte dos que participam ativamente das decisões apresentam perfil conservador. Isso faz com que haja maior facilidade em se repetir as práticas organizacionais das instituições políticas já consolidadas no cenário brasileiro. O seguinte trecho da entrevista com um representante da *AMPC* ilustra bem a centralização do poder interno: “O presidente é quem determina o que vai ser feito, porque a associação é um elo entre os moradores e a prefeitura, então nós recebemos muitas reclamações dos moradores e o presidente encaminha à prefeitura, da secretaria competente”.

*Informalidade de encontros livres*

Em contraposição ao tradicionalismo encontrado nesses grupos estruturados de forma claramente arbórea, temos o *Anonymous - ES*, que se expressa em fluxos de resistência à sociedade de controle, sem contudo identificar-se como anarquista. No grupo focal realizado em um parque de Vitória, com cinco jovens que permaneceram todo o tempo com os rostos cobertos por máscaras, foi destacada a necessidade de implantação efetiva de uma “hiperdemocracia” no Brasil, sendo o povo, como um todo, responsável pela tomada de decisões, sem que haja necessidade de quaisquer tipos de mediação. Conceituado pelos entrevistados como ideologia e não movimento social, o *Anonymous* buscaria a conscientização da população, por intermédio da disseminação de informações, principalmente pela internet. Sua organização é horizontalizada, sem que nenhuma decisão seja tomada sem que, primeiramente, seja discutida e concordada por todos. Segundo afirmaram, o *Anonymous* “não segue uma linha comunista, capitalista ou anarquista; nem esquerda, nem direita”. Apresentam com isso uma suposta neutralidade política, que apesar de irreal. O que parecem pretender, na verdade, é não se comprometer ou vincular-se com nenhuma instituição ou dogmatismo político. Postura interessante por não se limitar a identidades ou essências paralisantes. Estão aparentemente abertos ao fluxo dos acontecimentos e se associam de forma rizomática, sem centralidades ou verticalizações.

Quanto a organização interna, foi possível distinguir que movimentos que não possuíam uma hierarquia interna definida e formalizada, tendem a permitir maior participação dos membros e não membros do grupo. O *Movimento Bicicletada*, que busca a substituição de veículos automotores por bicicletas, por exemplo, tende a ouvir mais a opinião dos seus diversos participantes. A atuação em atos temporários e com objetivo determinado fazem o movimento se definir quase como evento de encontros periódicos que organiza ações para incentivar o uso da bicicleta em substituição ao automóvel privado. Não há líderes, suas decisões são tomadas por consenso, e não fazem reivindicações aos órgãos do Estado. Mas tampouco atuam contra o Estado ou as instituições estabelecidas. A preocupação principal é o meio-

ambiente e a promoção de corpos saudáveis, sem outros objetivos ou preocupações políticas aparentes.

#### *Movimentos de intervenção social*

Sobre as ações dos movimentos, chama a atenção grupos autogestionados que buscam atuar resolvendo problemas na sociedade, com foco específico e sem vínculos ou ajudas de órgãos estatais. O *Coletivo Aprender Cultura* nasceu exatamente da ausência de políticas públicas voltada para a promoção de lazer, esporte, idiomas e dança a crianças pobres. Se organizam aparentemente de forma horizontal e se vinculam a outros coletivos que nasceram da mesma necessidade em bairros carentes, criando uma espécie de rede de cooperação entre eles.

Neste âmbito, se destaca também o *Coletivo Zalika*, de atenção ao parto e a maternidade, que atua de forma autônoma, sem vínculos com partidos políticos, órgãos governamentais e sem estrutura burocratizada. Constituído principalmente de mulheres, o grupo se constituiu a fim de difundir informações e discutir temáticas que envolvem a maternidade, como a humanização do parto, a violência obstétrica e o aleitamento materno. Dentro do coletivo não existe liderança ou hierarquias, podendo qualquer participante tomar decisões em diálogo consensual com o grupo. A divisão de tarefas ocorre a partir da disponibilidade de cada um e o seu interesse em determinada função. Fogem do formato hierarquizado, e estruturado das ações sociais sem fins lucrativos que ocorrem com as ONGs. Dentre estas, se destaca a *Anjos da Enfermagem*, que recruta voluntários e conta com verbas de doações em projetos de responsabilidade social, para alegrar crianças internadas em hospitais.

#### *Em defesa de segmentos sociais vulneráveis*

O *Movimento Nacional de População de Rua* é reconhecido como um movimento social, pois promove uma ação coletiva organizada que objetiva alcançar mudanças sociais para a população de rua por meio da atuação política. O grupo é formado por uma coordenação de indivíduos, que em sua maioria já tiveram trajetória como moradores de rua. Trabalham de forma horizontalizada, procurando a harmonia de decisões, mas pelas circunstâncias de suas necessidades, buscam constituir uma ponte entre a rua e os órgãos

governamentais competentes. Existe uma coordenação nacional, e cada estado tem representantes que usam da mesma linguagem para se comunicar. A reunião semanal entre seus membros é o meio de debater a situação local e criar mecanismos estratégicos de inserção da ideia do movimento tanto na sociedade como no Governo. Desta forma, observa-se que as decisões são formadas no coletivo, juntamente com grupos de apoio voluntários, como Igrejas, academias, grupos de advogados, entre outros. O movimento procura ter visibilidade no cenário social e político participando de eventos, seminários e congressos a nível nacional, como por exemplo, de direitos humanos e habitação. Sabendo que a temática da população de rua tem pouca visibilidade, o grupo procura utilizar outros movimentos para se visibilizar seus debates. Exemplos disso, é a participação do grupo em eventos relacionados à mulher, onde eles levam a problemática da mulher de rua, assim como em movimentos negros, deficientes e homossexuais. Com o tempo, o movimento tem recebido mais espaço para diálogo com o Governo, mas ainda assim acreditam que a mobilização social tem um papel muito relevante no sentido de conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a situação real, uma vez que a mídia oferece geralmente imagem equivocada da mesma. A sociedade já possui uma ideia formada e a mídia apenas reforça. O movimento ainda sofre com o Estado omissivo que não enxerga a população de rua como um problema social relevante. Ele deveria ter, segundo os ativistas, trabalhar a questão além da droga e da criminalidade, levando em consideração o indivíduo. Na Grande Vitória o movimento ainda encontra-se caminhando para resultados progressivos em comparação com outros estados como São Paulo e Minas Gerais. O grupo participa de audiências públicas, comitês municipal e estadual e utiliza dos mais variados instrumentos para sua inserção como fórum de mulheres, negros, fórum da juventude, Movimento e Conselho de Direitos Humanos, Facebook, blogs, Igrejas e pastorais sociais.

O *Coletivo Feminina* como o próprio nome diz, é designado como um coletivo, pois parte de ideias individuais que juntas formam um ideal comum a ser defendido, que tem como foco a questão da mulher. Não existe uma estrutura de cargos dentro do grupo, e sim responsabilidades designadas a cada um de acordo com afinidades ou facilidades, o que representa no fim uma horizontalidade de decisões. O coletivo existe desde 2008, e se reúne

semanalmente para tomarem decisões e estratégias de ação na base do acordo, onde todas as envolvidas podem participar. Os temas discutidos têm como base questões relacionadas ao gênero, como patriarcado, machismo e direitos da mulher. Procuram visibilizar seus posicionamentos através de ações independentes como trabalhos em penitenciárias, promoção de festivais, encontros, festas, seminários temáticos, redes sociais e a *Marcha das Vadias*. O grupo procura discutir a questão da mulher em suas diversas situações sociais, camponesas, indígenas, negras, homossexuais, etc. Até o momento, o coletivo não tem adotado como objetivo incidir em políticas públicas governamentais, prezando mais pela conscientização, práticas cotidianas e a autonomia. Houve participação em editais e seminário da Marcha das Vadias, porém não há um trabalho direto com o Governo. Utilizam como meio de visibilidade as redes sociais, por exemplo para a organização de marchas, que ocorrem não só em Vitória como também em muitas outras cidades brasileiras. Para o grupo, a falta de comunicação do Governo com os movimentos sociais é um dos principais problemas, pois as políticas públicas não chegam ao seu destino de forma apropriada, o que é um reflexo do claro desinteresse do Governo para com as minorias. Segundo as ativistas do grupo, os movimentos sociais são a principal ponte que leva a voz dos oprimidos da sociedade ao Estado, por isso a democracia ideal seria aquela onde estes movimentos em ascensão comandariam o Governo, exercendo poder além do legislativo e executivo.

#### *Plataformas temporárias e combativos*

O Movimento *Não é por 20 centavos* nasceu no Espírito Santo por influência de outros movimentos de mesmo nome em vários outros estados do país, após o início dos protestos de Junho de 2013. Sua organização interna ocorre quanto são marcadas assembleias e os integrantes que se fizerem presentes na mesma e qualquer ativista tem direito de participar e de expressar sua opinião sobre a pauta e sobre as reivindicações do movimento. Se caracteriza por uma plataforma reivindicativa onde se aglutinam diversos grupos e movimentos por meio de uma pauta específica do momento. As ações do grupo são principalmente passeatas e manifestações para chamar a atenção da sociedade e do governo para a pauta levantada por eles em

assembleias. Uma das pautas fundamentais é a desmilitarização da polícia militar, pelo resquício que apresenta da ditadura militar e por ser utilizada pelo governo como forma de opressão à sociedade.

A *Marcha da Maconha* se constitui anualmente em um conjunto de atividades a favor da descriminalização das drogas, replicando os atos em várias cidades do país. Adota como estratégia a visibilização dos custos sociais da proibição, como a corrupção, o encarceramento em massa e a violência do tráfico, sendo a informação a principal “arma” utilizada para romper tabus e pré-conceitos e as redes sociais auxiliam em grande parte a articulação e difusão. A cada ano a Marcha demonstra mais força de expressão e repercussão, angariando novos adeptos, principalmente entre os jovens. Ainda que busque afetar a formulação de leis e políticas públicas governamentais, o movimento não utiliza quaisquer canais institucionais de diálogo. Na organização do movimento na Grande Vitória não existe um representante ou uma liderança identificada como tal, as decisões são tomadas coletivamente, mas há os ativistas mais engajados que assumem certa coordenação. Para a marcha de 2015, como cresceu o número de ativistas, aspectos pontuais da organização são preparados de forma descentralizada, em comitês denominados “bondes”. Qualquer participante das reuniões preparatórias pode propor um bonde temático para desenvolver atividades em apoio à marcha. Para manter sua autonomia, difundir a mensagem e obter fundos, próximo à data da marcha são organizadas palestras – Encontro Estadual Antiproibicionista –, venda de artigos para angariar fundos e exposições de filmes (THCine) seguidas de debates, em alguma localidade do campus Goiabeira da Universidade Federal do Espírito Santo. Os trabalhos preparativos ocorrem de acordo com a disponibilidade e habilidade de cada um, o que contribui à expressividade do evento.

Outro exemplo muito emblemático atualmente no Brasil é o da forma de ação e organização do *Movimento Passe Livre*, que possui formas diversas de reunir, variando de cidade a cidade, mas que presam pelos princípios do apartidarismo, a horizontalidade, a autonomia e a constituição de frente de luta que faz pressão por um objetivo específico (a redução da tarifa), voltado a um horizonte exequível (a tarifa zero). Deriva dessas lutas uma ampla discussão acerca dos modos de vida nas cidades e a mercantilização de direitos sociais

(em especial os transportes), apontando para uma crítica mais geral ao capitalismo e às formas de ação política contemporâneas.

*(N)etnografia dos anarquistas*

Em um coletivo de Facebook que se identifica como anarquista, inicialmente denominado *Anarquismo – ES* e posteriormente *Encontros Libertários GV*, formado por jovens de 15 a 40 anos com o propósito de constituir um grupo de estudos e discutir ações em comum, surpreendeu atitudes autoritárias de alguns participantes atrelados ao discurso de identidade de gênero. Na primeira reunião presencial do grupo os autores foram repreendidos por sugerir a obra de Maria Lacerda de Moura, anarcafeminista brasileira do início do século XX. Não que tivessem algo contra à referida autora, até porque admitiram não a conhecer. O problema foi um homem ter feito sugestões ao movimento feminista, já que havia diversas ativistas ali presente, o que foi considerado uma tentativa de protagonismo masculino na luta que é somente de mulheres. Alguns dias depois, uma das ativistas feministas – companheira de quem articula a organização do grupo, dos encontros, nos fez o convite para participar e demonstra exercer um certo fascínio nos adolescentes ali presentes – postou na então página *Anarquismo ES* 10 perguntas e repostas de sua autoria para esclarecer os homens sobre o feminismo, das quais destacamos as seguintes:

1. *Quando um homem pode opinar no feminismo?*

*R: Nunca. O feminismo é feito para e por mulheres.*

*(...)*

6. *Quando um homem deve questionar a expressão "todo homem" a partir de suas experiências pessoais usando o frase "mas eu não sou machista"?*

*R: Nunca. Todo homem é machista pois todo homem é socialmente construído em um sistema machista, todo homem se beneficia do machismo, individualmente ou socialmente. Se você não aceita isso e questiona uma mulher por essa fala você está sendo machista.*

*(...)*

As premissas nos pareceram bastante problemáticas por nos atribuírem uma essência da qual estaríamos condenados por conta de nossa natureza biológica, negando a possibilidade de agenciamento e resistências dos sujeitos. Isso sem falar da possibilidade desse discurso operar de maneira punitivista e excludente, como de fato ocorreu. Nossa crítica e argumentação em um debate que foi se tornando cada vez mais agressivo de ambos os lados, não foram bem vindos, resultando em nossa expulsão do grupo e posterior

repúdio público por escrito da página de ativistas *Anarcafeministas*, assim como cobranças de nossa demissão por parte da Universidade em que lecionamos, sob acusação de machismo e misoginia. Desses grupos que se declaram anarquistas, se faz importante destacar o punitivismo com que penalizam posicionamentos e como centralizam a identidade de gênero sobre as potências transformadoras de cada indivíduo. Operam a partir de um certo determinismo identitário, com base biológica e cultural, uma vez que negam toda a possibilidade de resistências, de devir, de agenciamentos próprios, de linhas de fuga. Ou seja, se eu homem serei sempre machista, então não há nada que eu possa fazer à respeito senão aceitar essa minha condição. Assim, afirmamos que esse conformismo e/ou resignação nos soava como uma atitude conservadora, antirrevolucionária, já que pode inviabilizar potências de vivências transgressoras ao sistema predominante. Por fim, além de transformarem um debate teórico e político em um problema pessoal, não se furtaram em ficar ao lado do patrão visando destruir a carreira dos trabalhadores.

Por fim, é oportuno recuperar a reflexão de John Holloway sobre afirmações identitárias nos movimentos sociais:

A identificação, ou a reificação, é uma força enormemente destrutiva na luta cotidiana. Damos aos nossos protestos um nome, um rótulo, um limite. Nossa luta é a luta das mulheres, dos gays, dos trabalhadores, dos desempregados, é a luta pelos direitos indígenas, por comida não contaminada, por paz. Pode ser que estejamos pelo menos vagamente conscientes de que nossas lutas são parte de uma totalidade maior, é possível mesmo que elas sejam o produto da maneira pela qual o fazer humano é organizado no mundo, mas, precisamente porque esta forma de organização parece permanente (“é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”), encerramos as nossas lutas dentro de limites, dentro de uma identidade. E então temos um mundo cheio de protestos, um mundo de pessoas de alguma forma conscientes de que há algo fundamentalmente errado na maneira que a sociedade é organizada, e mesmo assim tantos muros separam estas lutas, tantos diques as impedem de fluírem umas nas outras. E todos esses muros são edificações, e grande moldura de identificação do capitalismo-que-é-e-sempre-será, e as identificações menores de “nós somos gays, nós somos mulheres, nós somos indígenas, nós somos bascos, nós somos zapatistas, nós somos anarquistas, nós somos comunistas”. E todas estas identidades se tornam facilmente a base para o sectarismo, a perene autodestruição da esquerda que torna a vida fácil para a polícia. Muito mais severa do que qualquer sistema de polícia secreta, a identidade é a reprodução do capital dentro da luta anticapitalista (HOLLOWAY, 2013: 110).

*Ressonâncias dos movimentos*

Quanto à relação mantida com o governo, é importante ter em mente as informações extraídas do item anterior, pois é com base na organização interna que as relações com o governo são refletidas. Pode-se observar que, quanto maior o grau de hierarquização da organização interna, mais proximidade o grupo possui com o governo. Isso é um fator de extrema importância, pois facilita a aquisição de políticas específicas para a promoção e o reconhecimento de direitos a esse grupo. Desta forma, acredito ser viável afirmar que a organização interna de modo escalonado permite uma proximidade com a maneira que as instituições políticas brasileiras são organizadas; quanto maior a proximidade com a organização estatal, maior a identificação entre o Estado e os Movimentos, facilitando a sua interação.

Outro ponto importante a ser destacado é que o Brasil é formado com base numa mentalidade que atribui credibilidade à órgãos e grupos mantidos por vias institucionais. Sendo assim, os Coletivos, que não têm compromisso com esse modo de organização, não possuem tanta atenção. É válido ressaltar que nenhum dos grupos entrevistados conta com verba e financiamento direto do governo. Donativos são a forma mais eficaz de angariar fundos para a manutenção dos movimentos. Entretanto, o que tratamos neste tópico foi a proximidade dos grupos com o governo no espaço de debate promovido pelo mesmo.

Quanto às políticas públicas promovidas junto à sociedade civil, é importante questionar, pois o pensamento comum é que quanto mais próximo do governo, mais fácil será a obtenção de espaço público para a realização de políticas de interação entre o movimento e a sociedade civil. Todavia, essa afirmação é relativamente falsa. Embora a proximidade com o governo facilite com que os representantes ouçam as demandas do povo, os Coletivos e grupos que agem de maneira independente ao governo conseguem promover seus eventos sem entraves burocráticos. Como exemplo disso, temos que o Coletivo Bicicletada busca conscientizar as pessoas dos benefícios do uso da bicicleta, promovem suas ações por meio de convites menos formais, de maneira independente, apenas usando o espaço, as vias públicas.

Como visto, grupos muito estáveis e organizados da sociedade civil tendem a ser esvaziados de caráter reivindicativo e assumem para si a governamentalidade do Estado. Burocracia na forma de organização, com

tomada de decisões centralizada, representações de interesses, canal estável com órgãos estatais receptores de demandas, etc. Não apresentam qualquer características de dissenso, resistência ou de movimento. A estabilidade que demonstram e o pragmatismo de suas decisões, pelo contrário, configuram tais grupos como órgãos adjacentes ao Estado. Trata-se de exemplo de sociedade organizada sem fins econômicos, porém capturada pela política convencional das instituições estatais.

#### *A tática black bloc nos fluxos de resistência*

A perspectiva da resistência como forma de ação política é melhor compreendida se contrastada com os formatos mais tradicionais, como da incidência e da dissidência, propostos por Subirats (2005). Adaptando os conceitos aos nossos interesses, podemos identificar a “incidência” como a participação direta e indireta nos processos decisórios governamentais. Na prática, se constitui como a forma mais efetiva de conduzir as políticas públicas de governos, gerenciando e controlando populações e recursos através do aparato estatal. Já a “dissidência” é a perspectiva reformista, de busca de transformações institucionais, que rejeita determinadas oportunidades políticas e participações institucionais. Nesta perspectiva, não se rejeita o Estado, apenas busca-se construir novas instituições estatais ou reproduzir formatos políticos já experimentados em outros contextos históricos. Movimentos reivindicativos, que perseguem sistemas mais inclusivos, acabam “consolidando as estruturas do poder e auxiliando no desenvolvimento de suas técnicas de individuação” (Branco, 2001, p. 241).

Os movimentos políticos mais distantes e céticos às instituições políticas e mais coerentes no exercício da liberdade autônoma se constituem no âmbito da “resistência”. Rejeitando demandas aos governos, atuam na sociedade de forma autônoma, quebrando regras, criando e inventando novas possibilidades, novas vivências, novos espaços e formas de romper com instituições e valores tradicionais. Seu âmbito de ação não está limitado pela lei, pelas regras morais ou quaisquer fluxos, relacionamentos ou procedimentos externos ao movimento. Como o poder que incide no indivíduo de forma a limitar sua autonomia vai muito além das relações sociais que perpassam o Estado (Miller & Rose, 2012), as formas de resistência também vão além da

luta contra as políticas do Estado ou do próprio Estado. Podemos identificar, a partir de Foucault, “múltiplas modalidades de luta em jogo na atualidade. São elas, no campo dos afrontamentos e resistências ao poder (e a seus excessos)” (Branco, 2001, p. 245):

(...) as lutas contra a dominação (étnicas, sociais, religiosas), as lutas contra as formas de exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e, finalmente, as lutas que levantam a questão do estatuto do indivíduo (lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas de subjetividade e submissão) (Foucault *apud* Branco, 2001, p. 245).

A ação da tática *black bloc*, de resistência a dominações, explorações e individuações, pode ser entendida como de constituição no campo de luta e exercício de práticas de “cultura libertária”, que constitui na busca e exercício da liberdade em todas as esferas da vida e contra relações de poder inibidoras da autonomia:

(...) as práticas anarquistas devem ser compreendidas não apenas como projeto de emancipação humana, mas, antes, como lutas que, ao buscarem a sociedade livre da opressão do Estado (seja pelo revolucionarismo bakunista, ou pelo pacifismo proudhoniano) e do exercício da autoridade centralizada, fomentam práticas de liberdade que corroem o exercício da autoridade e do Estado (Augusto, 2013, pp. 146-147)

A partir deste entendimento, pode-se distinguir que a atuação de *black blocs* no *front* é ao mesmo tempo uma ação que articula o âmbito individual e coletivo na luta pela ampliação de liberdades. A luta se compõe da credencial libertária ao desafiar a autoridade policial e desprezar os mandamentos morais impostos pela ordem jurídica. Por compor-se como prática cultural, não carece de organização e muito menos de centralidades.

Dupuis-Déri (2014) identificou uma ampla variedade de perfis de participantes. De enfermeiras a advogados, de professores a assistentes sociais. Ativistas cobertos de preto não são criminosos nem se associam para formar uma quadrilha para cometer atos violentos ou contra outros indivíduos. Apenas praticam coletivamente uma tática de protesto de resistência a saberes constituídos no que diz respeito a atividades políticas válidas e aceitáveis. As ações de praticantes da tática são performativas de uma violência simbólica

complementar a outros ativismos que têm se mostrado insuficiente para expressar a dimensão da discordância política e social.

De fato, há diversas questões na vida cotidiana, consideradas não políticas, que escondem relações de poder determinando comportamentos e desejos, que perpassa o Estado, mas não se limita a ele:

(...) o sonho ou o pesadelo de uma sociedade programada, colonizada e dominada pelo “monstro frio” do Estado é profundamente limitado como forma de tornar inteligível o modo pelo qual somos governados hoje. É preciso indagar: (...) Como as obrigações das autoridades políticas chegaram a estender-se para a saúde, a felicidade e o bem-estar da população e das famílias e indivíduos que a compõem? (Miller & Rose, 2012, p. 239).

Isto quer dizer que a ação política de resistência hoje seria ineficaz se enfocasse somente na tomada de decisão do Estado e não nos valores, comportamentos e singularidades dos indivíduos em sociedade. A resistência a formas dominantes de vida precisa ser diversa, múltipla, multidirecional.

Quebrar a vitrine de uma loja de carros de luxo é exemplo de ato performático contra o objeto de desejo da maioria das pessoas na sociedade de consumo. É uma agressão a um símbolo do capitalismo e ao estilo de vida baseado na obsessão pelo sucesso em termos econômicos e da capacidade de consumo. O ato tem o potencial de mostrar às pessoas que, em primeiro lugar, o desejo por esses objetos não alcançam a todos na sociedade; segundo, essas pessoas têm oposição frontal ao capitalismo, à obsessão ao trabalho e ao consumismo. Após a queda da União Soviética, muitos observadores da realidade social entenderam que não há alternativas ao capitalismo<sup>5</sup>, então, afirmar que o capitalismo hoje ainda encontra forte rejeição, altera essa perspectiva das possibilidades políticas. Terceiro, como a ação performática é executada coletivamente além das regras normativas, também demonstra que a aceitação das regras não são automáticas nem mandatórias, apenas requer uma liberação subjetiva do medo imposto pelo sistema repressivo. Quarto, quebrar as regras em uma ação coletiva eleva o nível do confronto político, expondo uma nova e incontrolável arena de política anti-institucional. Os espaços e os significados da política não é tão consensual como o contrato social democrático poderia supor.

---

<sup>5</sup> O mais emblemático foi Fukuyama (1992), que sugeriu o fim da história.

Obviamente, esses significados não estão claros para todos. A maior parte da sociedade não compreende ou simplesmente rejeita as destruições simbólicas realizadas pelos ativistas. O relativamente baixo número de ativistas se envolvendo nos atos e os resultados das pesquisas mostram que a maioria da sociedade está muito condicionada e disciplinada ao comportamento estabelecido como “civilizado”. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha na cidade de São Paulo, 95% não apoiam a destruição de bens públicos ou privados como forma de protesto. Os entrevistados foram perguntados especificamente sobre os *black blocs*<sup>6</sup>. Mas quando perguntados sobre a violência dos manifestantes, curiosamente o resultado da pesquisa é ligeiramente diferente: para 15% os manifestantes foram violentos na medida certa (Datafolha, 2013).

Essas diferenças nas repostas podem ser interpretadas de várias maneiras. Obviamente, as distintas formulações da pergunta levam a entendimentos diferentes. De certo modo, pode-se entender que há na percepção dos entrevistados diferenciação entre vandalismo de *black blocs* e violência de manifestantes. Segundo números apresentados pelo Datafolha, atos realizados por *black blocs* são menos aceitáveis que os realizados por manifestantes. Certamente essa diferença de opinião reflete a abordagem midiática respeito da tática e seus praticantes, expondo-os através de um discurso claramente criminalizante e esvaziando a credencial política dos praticantes. Abre-se espaço para novas pesquisas que indaguem com propriedade como as pessoas veem e entendem os atos e como a mídia influencia essas opiniões. Mas, indubitavelmente, os novos acontecimentos políticos nas ruas do Brasil provocaram incômodos e inquietações. O impossível, proibido e inimaginável, de repente, através de um impressionante espetáculo de destemor e afronta a autoridades e condutas governadas, se tornou possível.

Ao analisar a diversidade de movimentos e formas organizativas, o que encontramos foi uma criatividade social que impressiona na diversidade de atuações, mas que se coincide em determinadas formas de organização. Destaca-se também a coerência com que alguns grupos se imiscuem de

---

<sup>6</sup> Conforme consta no questionário: “Alguns grupos de manifestantes como os *black blocs* adotam a destruição de agências bancárias, lojas e prédios públicos como forma de protesto. Você apoia ou não esta forma de protesto?” (Datafolha, 2013).

distintas referências anarquistas, embora haja exceções, por exemplo, em determinadas afirmações identitárias. Assim, grupos mais combativos, de lutas radicalizadas, tendem a se organizar de forma mais informal e horizontalizada, prezando pela autonomia e a autogestão. Enquanto os grupos mais estabelecidos tendem a ser melhor negociadores com partidos e representantes dos governos, com demandas precisas e afinidade com projetos políticos governamentais.

### **Bibliografia**

- AUGUSTO, A. **Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária**. Tese de doutorado, PUC/SP, Ciências Sociais, São Paulo, 2013.
- BAKUNIN, M., 2013. **Tácticas Revolucionarias**. Buenos Aires: Terramar Ediciones.
- BARRET, Daniel. **Los sediosos despertares de la anarquía**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011.
- BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. Tradução de Renato Rezende e Patrícia Decia. São Paulo: Conrad, 2001.
- BRANCO, G. C. As Resistências ao Poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, 24, 2001, pp. 237-248.
- CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011 *In* HARVEY, David *et al.* **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- DAY, R. **Gramsci is Dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres: Pluto Press, 2005.
- DATAFOLHA. **Termômetro paulistano - Manifestações PO813712** – Instituto Datafolha, 25/10/2013.
- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle *in* **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, G. & Guattari, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: 34, 1996.
- DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. (G. Miranda, Trad.) São Paulo: Veneta, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Segunda ed. Petrópolis: Vozes, 1986
- GOHN, M. G. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GRAEBER, D. O carnaval está em marcha *in* **Folha de São Paulo**. São Paulo: 14/10/2005.
- HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- MCCARTHY, J., & ZALD, M. Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory. In: J. McCarthy, & M. Zald, **Social Movements in an Organizational Society**. New Jersey: Transaction Publishers, 1987.
- MILLER, P., & ROSE, N. **Governando o Presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. (P. F. Valerio, Trad.) São Paulo: Paulus, 2012.
- NEWMAN, S. **The Politics of Postanarchism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.
- SOUSA, M. R. **Os Caminhos da Anarquia. Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias em Tempos Sombrios**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.
- SUBIRATS, J. Democracia, participación y transformacion social. **Polis**, 12, Dezembro, 2005.
- TARROW. S. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
-

**II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**  
**27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)**

**A DISSEMINAÇÃO DOS COLETIVOS CYPHERPUNKS**  
**E SUAS PRÁTICAS DISCURSIVAS**

Sergio Amadeu da Silveira  
CECS - UFABC

## RESUMO

O texto traz a análise de um tipo específico de ciberativismo, os cypherpunks. Esses coletivos ganharam destaque mundial principalmente a partir das denúncias realizadas pelo Wikileaks, obtendo ainda mais força após as revelações de Edward Snowden, o ex-agente da inteligência dos Estados Unidos que divulgou detalhes sobre o sistema de vigilância massiva praticado pela NSA, agência de espionagem digital norte-americana. A pesquisa pretende mostrar uma modalidade de ativismo e de engajamento político específica, bem como, suas relações ambivalentes com o discursos de esquerda ao mesmo tempo que os componentes fundamentais do pensamento cypherpunk recebem influência direta do ultraliberalismo ou anarco-capitalismo de matriz norte-americana.

**PALAVRAS-CHAVE:** cypherpunk, ciberativismo, criptografia, cultura hacker, privacidade.

## O QUE CARACTERIZA OS CYPHERPUNKS

O cypherpunk é um ativista que defende uso generalizado da criptografia forte<sup>1</sup> como caminho para a mudança social e política. Existe um movimento cypherpunk ativo desde os anos de 1990, fortemente influenciado pela cultura hacker e pelas ideias libertárias. Ganhou destaque o empenho de Philip Zimmermann, em 1991, ao desenvolver e distribuir o software PGP com a intenção de dar acesso a criptografia para todos. Durante a maior parte da década de 90, havia uma lista de discussão cypherpunk extremamente ativa. Grande parte dos cypherpunks estavam envolvidos em intensas controvérsias políticas e jurídicas em torno do direito ao uso de criptografia. Os coletivos cypherpunks estão crescendo e sendo chamados a participar da luta política na defesa da

1 Criptografia forte é aquela que utiliza algoritmos robustos e chaves formadas por gigantescas combinações alfanuméricas. Para tentar decifrar uma chave de 2048 bits os computadores levariam muito tempo. Já uma chave de 128 bits seria bem mais fácil, por isso pode ser considerada criptografia fraca. A força da criptografia é aferida pelo tempo e pelos recursos exigidos para se decifrar os dados encriptados.

privacidade, anonimato e liberdade nas redes digitais.

Timothy C. May ou Tim May foi engenheiro eletrônico e cientista da Intel desde os primórdios da empresa até 2003 quando se aposentou. Escreveu sobre tecnologia e política, sendo um dos fundadores mais ativos da lista de correio eletrônico dos *cypherpunks*. A partir da década de 1990, Tim May redigiu textos importantes sobre proteção de informações e sobre a questão da privacidade. Em 1994, May lançou, na lista de correio eletrônico que ajudou a criar, o FAQ<sup>2</sup> sobre os *cypherpunks* denominado "*The Cyphernomicon: Cypherpunks FAQ and More, Version 0.666*". Nele, além da história dos *cypherpunks*, Tim May tratou de vários temas do universo do ativismo, da criptografia e dos fundamentos do que seria sua doutrina política. É autor do *Crypto Anarchist Manifesto* que analisaremos mais a frente.

Quais os pontos centrais da doutrina *cypherpunk*? Existem elementos unificadores daqueles que se autodenominam *cypherpunks*? May escreveu no "*The Cyphernomicon*" que sua observação dos comentários e dos debates na lista de discussão o levava a acreditar que os *cypherpunks* possuem uma série de convicções e crenças em torno dos seguintes pontos:

- Que o governo não deve possa espionar as atividades das pessoas;
- Que a proteção de conversas e negociações das pessoas seja um direito básico;
- Que esses direitos possam ser assegurados pela tecnologia **em vez** das leis;
- Que o poder da tecnologia muitas vezes crie novas realidades políticas (daí o mantra: 'Cypherpunks escrevem códigos')" (May, 1994, online)

Uma análise dos recursos narrativos empregados no discurso de May evidencia claramente a desconfiança dos governos e a negação do seu poder de vigilância sobre as pessoas. Como a lei do Estado não pode garantir o direito à privacidade, uma vez que o governo é o o grande interessado na coleta de informações dos seus cidadãos, os *cypherpunks* enaltecem o uso da tecnologia como forma política de assegurar esse direito. A tecnologia é então um recurso claramente político e pode alterar o jogo de poder.

A afirmação da tecnologia como portadora de um poder político positivo, ou seja, da capacidade de criar e alterar as realidades sociais e de mudar o jogo de forças, parece

---

<sup>2</sup> FAQ na linguagem da Internet é uma lista de perguntas e respostas mais frequentes sobre um dado assunto.

estar no terreno de um certo determinismo tecnológico. Todavia, uma leitura mais profunda dos textos de May e de outros importantes cypherpunks indica que a rotulação de determinismo deve ser atenuada, pois eles defendem o desenvolvimento de soluções de criptografia forte exatamente para vencer os defensores do controle. Assim, o que existe é um jogo entre grupos que desenvolvem tecnologia. Há aqueles que querem ampliar a capacidade dos Estados em controlar as pessoas e há os que escrevem códigos para permitir que os indivíduos fujam desses controles opressivos. A tecnologia parece mais como ambivalente e passível de disputa.

Dorothy E. Denning, uma importante pesquisadora de segurança da informação norte-americana, considera os cypherpunks uma ameaça, principalmente a vertente cripto-anarquista, devido a sua capacidade tecnológica combinada com seus objetivos anti-estatais. Denning escreveu:

“Considerando o crescimento explosivo das telecomunicações e do mercado de criptografia, será necessário observar de perto o impacto da criptografia na aplicação da lei. Se a criptografia à prova de governo começar a minar a capacidade das agências para a aplicação da lei, para realizar as suas missões e combater o crime organizado e o terrorismo, então os controles legislativos sobre a tecnologia de criptografia podem ser desejáveis. Uma possibilidade seria licenciar produtos de criptografia, mas não a sua utilização. Certificados podem ser concedidos apenas para os produtos que satisfaçam razoavelmente a aplicação da lei e exigências de segurança nacional para a descodificação de emergência e fornecer a proteção de privacidade para os usuários.” ( Denning, 2001, p.97)

O que está em questão aqui é o poder soberano. O Estado deve ter um poder ilimitado diante da sociedade? No seu território, o Estado reivindica um poder total sobre a vida dos indivíduos. Existem razões de Estado que clamam pelo controle das populações e de seus desviantes. Tais razões se justificam também diante das razões dos outros Estados, pois a lógica da força é, em última instância, o que pode decidir os contenciosos sem instituições de poder superiores. Aqui, o discurso cypherpunk que apela pela defesa da sociedade, só vê a possibilidade dessa defesa se realizar mediante a completa submissão dos seus indivíduos, em todas as esferas da vida, à estrutura estatal, fato notoriamente conhecido, debatido e tratado pela Ciência Política. O discurso cypherpunk nasce contestando o poder irrestrito do Estado.

O nascimento do ativismo e dos coletivos cypherpunks estão estreitamente

vinculados à perspectiva anarco-capitalista ou libertária norte-americana. Em 1993, um breve texto chamado *A Cypherpunk's Manifesto* foi fundamental para a consolidação da primeira comunidade que, a partir da perspectiva libertária, via na criptografia um uso político. Foi escrito por Eric Hughes, matemático que no início de 1990 esteve na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Hughes foi um dos articuladores do movimento cypherpunk junto com Timothy C. May e John Gilmore.

“... A privacidade em uma sociedade aberta também exige criptografia. Se eu disser alguma coisa, quero ser ouvido apenas por aqueles a quem eu desejo que ouçam. Se o conteúdo do meu discurso está disponível para o mundo, não tenho privacidade. Criptografar é indicar o desejo de privacidade e cifrar com criptografia fraca é indicar um fraco desejo de privacidade.

(...)

Não podemos esperar que os governos, empresas ou outras grandes organizações sem rosto nos conceda a privacidade por sua caridade.” (Hughes, 1993, online)

Hughes trouxe no texto uma importante desconfiança não somente de governos, mas também de “empresas ou outras grandes organizações”. Há um certo mal estar em relação às instituições que ganham poder, seja político, econômico ou social, em geral. O indivíduo e sua privacidade parece ser alvo dos ataques das grandes instituições modernas, o Estado e as firmas. O anonimato e a defesa da privacidade aparecem como grandes direitos a se defender. Em nenhum momento, o Manifesto chama uma ação nos parlamentos ou a mobilização coletiva pela aprovação de leis ou pela a pressão contra governos intrusores e que executam a vigilância. Para os cypherpunks, todos os governos são constituídos para controlar e vigiar os indivíduos. A política em defesa dos direitos individuais passa pelo uso da tecnologia. Os cypherpunks são coletivos que de certo modo pretendem dar aos indivíduos conscientes dos ataques às suas liberdades uma alternativa de enfrentamento do poder. Desenvolver tecnologias que tenham a capacidade de enfrentar o enorme poder das instituições e de dar às pessoas condições de resistir.

O primeiro parágrafo do Manifesto escrito por Hughes define a primazia do indivíduo diante do Estado ao afirmar a importância do direito à privacidade. A privacidade concretiza a vontade do indivíduo de não ser visto, ouvido ou controlado por nenhuma instituição. Para Hughes, “a privacidade é o poder de se revelar selectivamente ao mundo”. Poder é a capacidade de garantir uma vontade diante de ações opostas. Esse poder é exercido pela inteligência criptográfica, pelas possibilidades de encontrar

soluções que anulem a força de estruturas gigantescas. Uma frase que consta do livro *Cypherpunks*, de Julian Assange, vinte anos após o lançamento do Manifesto de Hugues, dita por Jacob Appelbaum<sup>3</sup>, esclarece as possibilidades da tecnologia diante do poder: “A força de praticamente todas as autoridades modernas provém da violência ou da ameaça de violência. É preciso reconhecer que, com a criptografia, nem toda a violência do mundo poderá resolver uma equação matemática” (Assange, 2013, p. 80 ).

Nós os Cypherpunks nos dedicamos à construção de sistemas anônimos. Estamos defendendo nossa privacidade com criptografia, com sistemas de encaminhamento de e-mail anônimos, com assinaturas digitais e com o dinheiro eletrônico. Cypherpunks escrevem códigos. (...) Nosso código é livre para todos usarem, em todo o mundo. Nós não nos importamos se você não aprova o software que escrevemos. Sabemos que o software não pode ser destruído e que um sistema amplamente disperso não pode ser desligado.

( ... )

A criptografia vai inevitavelmente se espalhar por todo o mundo e com ela os sistemas de transações anônimas que torna possível. Para a privacidade ser generalizada deve ser parte de um contrato social. As pessoas devem buscar juntas implantar esses sistemas para o bem comum. Privacidade aplica-se apenas medida em que existe a cooperação dos semelhantes na sociedade. (Hugues, 1993, online)

Para os coletivos cypherpunks, desenvolver tecnologia é também um ato de libertação. Apesar da postura que enaltece o programador individual, o cypherpunk incentiva e pratica a distribuição das tecnologias que cria para uso livre, portanto, sua ação individual é voltada para a construção de “sistemas para o bem comum”. Tal como na cultura hacker, os cypherpunks praticam o individualismo colaborativo (SILVEIRA, 2010, p.38). O compartilhamento do conhecimento e das técnicas de criptografia não retiram a primazia do indivíduo que é cultuado pelos cypherpunks.

A análise discursiva dos principais textos dos cypherpunks evidencia a origem cypherpunk sua intrínseca ligação com a doutrina anarcocapitalista que por sua vez não pode ser resumida em um único autor ou em um conjunto único de proposições. O que parece ser típico das doutrinas anarcocapitalistas é o fato de todas elas defenderem a liberdade de contratos entre indivíduos, a liberdade irrestrita de mercado e as possibilidades de vida social sem Estado (**Friedman; Tucker; Nozic**). O texto *The Crypto Anarchist Manifesto*, escrito por Tim May, em 1992, lançado antes do *A Cypherpunk's Manifesto*, redigido por Eric Hugues, em 1993, contém uma evidente adesão ao

---

3 Appelbaum é desenvolvedor do anonimizador de navegação na Internet chamado TOR.

pensamento anarcocapitalista:

Um espectro ronda o mundo moderno, o espectro da criptoanarquia.

A tecnologia computacional está à beira de fornecer a capacidade para os indivíduos e grupos se comunicarem e interagir uns com os outros de uma forma totalmente anônima. Duas pessoas podem trocar mensagens, conduzirem empreendimentos e negociar contratos eletrônicos sem saber o nome verdadeiro ou a identidade legal um do outro. Interações em redes serão irrastráveis, via um extensivo reencaminhamento de pacotes criptografados e tecnologias à prova de violação com a implementação de protocolos de criptografia com garantia quase perfeita contra qualquer adulteração. Reputações terão importância central, muito mais do que as obtidas nos índices de classificação de crédito atuais. Esses desenvolvimentos irão alterar completamente a natureza da regulamentação do governo, a capacidade de taxar e controlar as interações econômicas, a capacidade de manter a informação em segredo, e até mesmo irão alterar a natureza da confiança e da reputação.

(May, 1992, online)

Percebe-se que o Manifesto marca o seu início com a aposta na adesão dos indivíduos e grupos à um tipo específico de interação social em que a confiança em perfis e nicknames online passa a substituir até mesmo os intermediários tradicionais das transações econômicas nos mercados. As tecnologias da informação e a criptografia permitiriam, na visão de Tim May, superar a justificativa para a interferência das instituições controladoras, até mesmo asseguraria a ultrapassagem da ideia liberal de um Estado regulador. A reputação e o anonimato poderiam não só conviver, mas assegurar as relações de troca e as demais sociabilidades que constituem a vida em sociedade. Ali a reputação não está ligado a uma identidade civil, formalmente reconhecida pelo governo. A confiança se adquire na prática de rede. É a chave pública de alguém sem nome que permitiria a construção de uma reputação, de um estilo, de uma verdade efetiva de como aquele indivíduo anônimo se comporta nas redes.

Existem várias modalidades de criptografia, as duas principais são a criptografia simétrica e a criptografia assimétrica. A simétrica permite cifrar uma mensagem com uma chave que será a mesma utilizada para decifrar o que foi escondido por ela. Já a criptografia assimétrica trabalha com algoritmos (rotinas logicamente encadeadas) que geram duas chaves com funções inversas. Todo o texto que for cifrado com uma chave somente poderá ser decifrado com a outra que compõe o par. Isso permite que uma pessoa distribua fartamente nas redes digitais a cópia de uma de suas chaves

criptográficas que será chamada de chave pública. A outra chave será chamada de privada e deve ser guardada com o máximo de segurança possível. Desse modo, somente as mensagens escritas com a chave privada daquela pessoa poderão ser decodificadas com sua chave pública. Isso permite a todos saber se foi mesmo a pessoa em questão que enviou uma determinada mensagem. Quanto maior for o tamanho das chaves geradas maior será a sua segurança. Repare que a chave pública de alguém não exige sua identidade legal. As transações realizadas com essa chave podem gerar uma boa ou má reputação. Sem dúvida, para evitar que alguém emita um par de chaves em nome de outra pessoa, as comunidades que utilizam criptografia utilizam de técnicas de certificação digital baseada em uma rede de confiança em que um assina a chave de outro, confirmando que uma determinada chave pública é de fato de quem diz ser.

Assim como a tecnologia de impressão alterou e reduziu o poder das guildas medievais e da estrutura de poder social, os métodos criptológicos também alterarão a natureza das corporações e da interferência do governo nas transações econômicas. Combinado com a emergência dos mercados de informação, criptoanarquia vai criar um mercado líquido [ com um grande número de compradores e investidores] para todo e qualquer material que possa ser colocado em palavras e imagens. Assim, como uma invenção aparentemente menor do arame farpado possibilitou o cercamento de grandes sítios e fazendas, alterando para sempre os conceitos de terra e direitos de propriedade na fronteira oeste, também será a descoberta aparentemente menor de um ramo da matemática que cortará e desmantelará as cercas de arame farpado em torno da propriedade intelectual. (May, 1992, online)

Este penúltimo parágrafo de *The Crypto Anarchist Manifesto* revela novamente uma queda para um certo determinismo tecnológico. Para Andrew Feenberg, o determinismo tecnológico implica que o “destino da sociedade diante da tecnologia seja ficar dependente de uma dimensão não-social que age no meio social sem, entretanto, sofrer uma influência recíproca (p. 108). ” É também curioso que o final do Manifesto contenha um ataque à ideia de propriedade intelectual. Os principais pensadores libertários norte-americanos não forjaram um consenso sobre a legitimidade da propriedade sobre ideias. Thomas Jefferson, Benjamin Tucker e Tom Palmer eram radicalmente contrários à propriedade intelectual, enquanto Herbert Spencer, Lysander Spooner e Ayn Rand foram seus ardorosos defensores (LONG, 1995, online). A criptoanarquia defendida por May é mais voltada à defesa do livre compartilhamento de códigos, textos e ideias nas redes informacionais. O que poderia ser visto como uma atitude anticapitalista nada mais é do que a absorção de uma das mais tradicionais correntes anarcocapitalistas dos Estados Unidos.

## 11 DE SETEMBRO E A ESPIONAGEM MASSIVA

Em 13 de setembro de 2001, dois dias após o ataque terrorista às Torres Gêmeas, Lance Cottrell, desenvolvedor de sistemas de privacidade na Internet e criador do serviço de remetente anônimo para a troca de e-mails chamado *Anonymizer.com*<sup>4</sup> postou a seguinte mensagem na lista de discussão Cypherpunks:

"Além de mostrar que não vamos ser intimidados nem desistir de nossas liberdades diante dos terroristas, este é um momento em que o mundo precisa desses serviços [ de remetente anônimo ] mais do que nunca. Diante de crises, há uma tendência dos governos repressivos em suprimir a comunicação e o livre acesso à informação. É exatamente nesses momentos em que a comunidade que defende a privacidade deve brilhar de modo mais forte."<sup>5</sup> (Cypherpunks Tonga<sup>6</sup>)

O atentado de 11 de setembro de 2001 marcou importantes mudanças no sistema de espionagem e de contra-espionagem dos Estados Unidos da América. A atitude de vigilância global e de populações civis que eram praticadas nos tempos da Guerra Fria foram retomados e ampliados. Teóricos importantes como Joseph Nye, no livro *Cyberpower*, advogam a maior relevância da cibersegurança contra as fragilidades criadas pela expansão da Internet e seus riscos para o poder nacional. Ativistas, ciberativistas e hackers são considerados tão perigosos quanto terroristas e passam a ser alvos de observação do Estado norte-americano. Ao mesmo tempo, grandes corporações e fundações vinculadas ao esquema de manutenção de poder desenvolvem um discurso de incentivo às práticas de hacking contra governos autoritários, mas que tenham uma orientação anti-americana.

Joseph Nye considera que o poder depende do contexto onde é exercido. Para ele,

- 
- 4 Os serviços de remetentes anônimos (Anonymous Remailers) são servidores que recebem mensagens com instruções incorporadas para onde enviá-las sem revelar sua origem na rede. Asseguram o anonimato na comunicação em uma rede cibernética tal como a Internet.
  - 5 Disponível: <http://www.cypherpunks.to/remailers/> Acesso 15/02/2015. Logo após a postagem de Lance Cottrell está escrito: "Dois dias depois, em 15 de setembro de 2001, o Tonga Remailer foi aberto". Trata-se de um serviço de Anonymous Remailers.
  - 6 Cypherpunks Tonga é um influente site cypherpunk < <http://www.cypherpunks.to/> >. Em sua página inicial encontra-se a sua missão: "cypherpunks.to é um centro de pesquisa e desenvolvimento de projetos cypherpunk como remailers, serviços anônimos peer-to-peer, túneis para segurança de rede, criptografia de voz para aparelhos móveis, dinheiro eletrônico não rastreável, ambientes operacionais seguros, etc." Acesso em 15/02/2015.

o rápido crescimento do ciberespaço altera o cenário do poder e um novo contexto emerge na política mundial. Isso ocorre principalmente pela disseminação das tecnologias de informação e comunicação que geraram a queda da barreira de entrada para as disputas por influência e poder. Nye vê que o anonimato e as novas vulnerabilidades nascidas a partir do uso intenso das redes digitais de comunicação permitem que atores menores tenham mais capacidade de exercer o poder no ciberespaço do que em muitos outros domínios tradicionais da política internacional, retirando as grandes vantagens que existiriam se os confrontos fossem no terreno da guerra existente até a era industrial.

Lutas entre governos, empresas e indivíduos não são novas, mas o baixo custo de entrada, o anonimato, e assimetrias nas vulnerabilidades significa que os atores menores têm mais capacidade de exercer o poder "hard e soft" no ciberespaço do que em muitos outros domínios tradicionais do mundo político. Mudanças no cenário das informações sempre tiveram um impacto importante sobre o poder. (...) As características do ciberespaço reduzem alguns dos diferenciais de poder entre os atores, e, assim, proporcionam um bom exemplo da difusão do poder que caracteriza a política global neste século. As maiores potências não são capazes de dominar o ciberespaço tanto quanto eles dominam o mar ou o ar. (NYE, 2010, p.19)

A interpretação desse cenário internacional gerou mudanças na estratégia de defesa norte-americana. A espionagem focalizada em alvos específicos foi substituída pela espionagem massiva no ciberespaço. Para reduzir as profundas incertezas do novo cenário, para mapear possíveis articulações terroristas, para manter o seu grau de influência e poder, os executores da estratégia norte-americana decidem construir ferramentas para a espionagem massiva de todos os usuários da Internet, tal como o sistema *Prism*, denunciado por Edward Snowden, em 2013. Utilizando técnicas de rastreamento de termos e de postagens em redes sociais, interceptando e escaneando e-mails, monitorando as mensagens de jovens em chats, processando essas informações em softwares de mineração de dados, data mining e big data, as agências de inteligência, principalmente a NSA (EUA) e a GCHQ (Grã Bretanha) invertem as bases dos chamados Estados de Direito. Todos passam a ser possíveis culpados até prova em contrário. Todos são suspeitos, pois a qualquer momento um indivíduo conectado pode dar uma informação valiosa para os sistemas de inteligência. A doutrina da guerra assimétrica nas redes levou a NSA se tornar a polícia que vigia todo o ciberespaço.

O filósofo e jurista Giorgio Agamben percebeu que o Estado norte-americano se tornou um estado de exceção. Todas as regras estão subordinadas à defesa da

segurança de Estado. O governo e suas agências passaram a considerar todos os viventes, cidadãos ou não de seu país, terroristas em potencial ou, no mínimo, agentes que podem a qualquer momento abalar a segurança nacional. Para Agamben, o Estado de exceção “apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (p.12).

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente - e, de fato, já transformou de modo muito perceptível - a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e o absolutismo. (Agamben, 2004 ,p.13).

A mudança do padrão de vigilância nas redes informacionais e a descrição proposta por Agamben do atual cenário de guerra civil legal, corroboram a fundamentação do que os cypherpunks denominam de militarização da Internet. A rede mundial passa a ser o terreno da guerra e da excepcionalidade geral, uma vez que em um estado de guerra os direitos têm importância ínfima diante da necessidade de derrotar o inimigo.

## **ANARQUISMO INDIVIDUALISTA E GUINADA À ESQUERDA**

A trajetória discursiva presente nos textos coletados do universo cypherpunk a partir dos anos 1990 e seu rol de compromissos vão de uma grande desconfiança das autoridades, em geral, postura encontrada entre hackers e integrantes do hacktivism, até a defesa da meritocracia, doutrina ancorada nos discursos libertários, liberais e neoliberais. Todavia, as condições políticas e conjunturais acabaram levando grande parte dos coletivos cypherpunks a se alinharem com movimentos sociais e coletivos ativistas de orientação de esquerda. Também, reorganizaram tópicos liberais nitidamente contrários à

visão de proteção e justiça social para colocar a individualidade e capacidade do cypherpunk de lidar com programas de computador à serviço da garantia dos direitos das pessoas sem habilidades para se defender dos Estados e corporações.

Como relatado anteriormente, algumas das idéias básicas do Manifesto Cypherpunk, escrito por Eric Hughes, em 1993, indicam a complexidade do seu discurso para as posições de diversos governos contemporâneos. No Manifesto, encontra-se a afirmação que a "privacidade é necessária para uma sociedade aberta na era eletrônica" e que "não podemos esperar que os governos, as empresas ou outras grandes organizações sem rosto nos conceda a privacidade". Quase como uma decorrência das passagens anteriores, o Manifesto indica que os Cypherpunks escrevem códigos e "se alguém precisa escrever softwares para defender a privacidade ... nós estamos indo escrevê-los" (Hughes, 1993, online).

A busca dos principais componentes discursivos presentes nos textos encontrados nos principais sites criados pelos Cypherpunks, permite-nos observar a tensão entre a origem anarco-capitalismo e os princípios mais recentes que denunciam os principais governos que comandam o mundo e mantêm a supremacia do capital. O site Cypherpunks Tonga é uma fonte crucial para entender a ambivalência aqui proposta. Os sites Cypherpunks Canadá -- um dos maiores distribuidores do OTR, off-the-record messaging, um cliente de conversas online protegido por criptografia forte -- e o Wikileaks dispõem de um material que deixa claro o enfrentamento com a estrutura de poder atual, o que se confunde com a luta anti-imperial (Negri) ou mesmo com a perspectiva antiimperialista (Chomsky; Vltchek).

A influência cypherpunk no cenário de militarização da Internet está na base da proliferação de uma série de eventos denominados CryptoParties. São encontros que buscam reunir atividades de popularização das ferramentas criptográficas com atividades de entretenimento. O evento agrega pessoas interessadas a aprender a utilizar programas de criptografia e a compreender seus fundamentos, bem como, busca finalizar com a cerimônia de troca de chaves criptográficas entre os presentes. Na CryptoParty, os hackers cypherpunks ensinam as técnicas de proteção dos dados pessoais, da privacidade e do anonimato. A ideia desse evento, segundo o The CryptoParty Handbook, foi concebida após a aprovação da Lei Australiana de Ciber Crimes, em 2011. O movimento de organização de CryptoParties se tornou viral e dezenas de encontros

autônomos vem sendo organizados em todo o planeta. "O uso do TOR [software e rede para a navegação anônima] na Austrália disparou após ocorrerem 4 CryptoParties".

No Brasil, duas CryptoParties ocorreram, em 2013, uma em Salvador, Bahia, e outra na cidade de São Paulo. O maior desses eventos aconteceu em abril de 2014, no Centro Cultural São Paulo, contando com mais de dois mil participantes. Jeremie Zimmermann, do La Quadrature Du Net, e um dos principais cypherpunks da Europa abriu o evento brasileiro e afirmou nunca ter participado de um encontro de criptografia tão numeroso.

Os eventos cypherpunks, os discursos do Wikileaks, a popularização das ações de resistência ao recrudescimento da vigilância massiva global, praticada pelos Estados Unidos, contribuem para a hipótese aqui levantada de que, em sua fase mais recente, os Cypherpunks foram levados de uma crítica liberal e libertária aos Estados à formulação de um discurso claramente contrário à supremacia e a política belicista norte-americana. A conjuntura política concreta conduziu influentes cypherpunks, tais como Julian Assange a enfrentar o poderio conservador dos Estados Unidos, incluindo corporações como o Google. Isso os aproximou de um ativismo mais próximo da esquerda. Não é por outro motivo que o Equador, um país latino americano, dirigido por um presidente de esquerda, decide conceder asilo político a Julian Assange, para tentar evitar que fosse enviado para a prisão nos Estados Unidos. Assange escreveu:

Os cypherpunks originais, meus camaradas, foram em grande parte libertários. Buscamos proteger a liberdade individual da tirania do Estado, e a criptografia foi a nossa arma secreta. Isso era subversivo porque a criptografia era de propriedade exclusiva dos Estados, usada como arma em suas variadas guerras. Criando nosso próprio software contra o Estado e disseminando-o amplamente, liberamos e democratizamos a criptografia, em uma luta verdadeiramente revolucionária, travada nas fronteiras da nova internet. A reação foi rápida e onerosa, e ainda está em curso, mas o gênio saiu da lâmpada.

O movimento cypherpunk, porém, se estendeu além do libertarismo.

Os cypherpunks podem instituir um novo legado na utilização da criptografia por parte dos atores do Estado: um legado para se opor às opressões internacionais e dar poder ao nobre azarão. A criptografia pode proteger tanto as liberdades civis individuais como a soberania e a independência de países inteiros, a solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. Ela pode ser utilizada para combater não apenas a tirania do Estado sobre os indivíduos, mas a tirania do império sobre a colônia. Os cypherpunks exercerão seu papel na construção de um futuro mais justo e humano. É por isso que é importante fortalecer esse movimento global. (Assange, 2013, p.22)

O desenvolvimento de ferramentas para proteger a comunicação, o uso de softwares livres e auditáveis, a popularização e simplificação do uso da criptografia deixam de ser apenas atividades técnicas e assumem um caráter político que se irradia para os diversos sentidos políticos. Sem dúvida, as tecnologias informacionais são ambivalentes e podem servir para a vigilância e espionagem globais, mas podem igualmente serem utilizadas para proteger direitos e avançar a articulação e a comunicação de coletivos que lutam por justiça social e pela ampliação da diversidade.

Da origem estritamente anarco-capitalista os cypherpunks caminharam para a luta contra o poder global norte-americano e o sistema que beneficia as corporações que o apóiam e dele se beneficiam e muitas vezes dele dependem. Isso não significa que as forças conservadoras do atual sistema de dominação não possuam condições de organizar mobilizações que utilizem a criptografia para continuar oprimindo e restringindo liberdades. Também não implica que a maioria dos cypherpunks tenha deixado de apoiar suas convicções capitalistas. Aqui está proposta a hipótese de que nessa conjuntura específica, a criptografia e as práticas cypherpunks incomodem os articuladores do capitalismo que vivem da venda de dados pessoais e os beneficiários do poder político e militar global exercido pelos Estados Unidos.

## **CONCLUSÃO**

O que poderia parecer incompreensível para os movimentos sociais mais vinculados à esquerda e aqueles oriundos das lutas socioambientais passa a fazer sentido: a ideia de que a criptografia forte é um caminho para a mudança política e social. As feministas, os indígenas, as lideranças dos movimentos pela reforma agrária e muitos sindicalistas perceberam que estão sendo vigiados. Informações dos movimentos e dos ativistas que lutam por direitos humanos são recolhidas para buscar criminalizá-los ou simplesmente para impedir as ações de denuncia dos aparatos de extermínio de jovens negros nas periferias das cidades brasileiras. Os cypherpunks passam a ser respeitados pela sua coragem, inteligência e por sua postura a favor das liberdades fundamentais. No atual cenário mundial, aqueles que lutam pela justiça precisam de espaço de liberdade

para comunicar e para agir. A liberdade de expressão e a privacidade, direitos caros ao liberalismo, parecem perder importância para as forças políticas que comandam o Estado norte-americano e seus aliados, tais como a Inglaterra. A manutenção da atual estrutura de poder global depende da manutenção da permanente tensão antiterrorista e da criminalização das diferenças políticas. Nesse universo, as forças de esquerda descobrem a força do pensamento e da ação dos cypherpunks.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (org.). In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age. Santa Monica: RAND, 1997.

\_\_\_\_\_. Swarming and the Future of Conflict. Santa Monica: RAND, 2000.

ASSANGE, Julian et al. Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sitio)

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKY, Noam; VLTCHER, Andre. On western terrorism: from Hiroshima to drone warfare. London: Pluto Press, 2013.

DENNING, Dorothy E.. The Future of Cryptography. In: Crypto Anarchy, Cyberstates, and Pirate Utopias / Peter Ludlow (ed.). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2001.

FEENBERG, Andrew. Teoria Crítica da Tecnologia: um panorama. In: Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia / Organização: Ricardo T. Neder. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de

Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. Série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALLOWAY, Alexander. Protocol: how control exist after decentralization. Cambridge, MA: MIT, 2004.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUGUES, Eric. A Cypherpunk's Manifesto. 1993. Disponível:  
<http://www.activism.net/cypherpunk/manifesto.html> Acesso: 15/01/2015.

JORDAN, Tim; TAYLOR, Paul A. Hacktivism and cyberwars: rebels with a cause? New York: Routledge, 2004.

LONG, Roderick. The libertarian case against intellectual property rights. 1995. Disponível:  
<http://freenation.org/a/f3111.html> Acesso 20/02/2015.

MAY, Timothy C.. The Cyphernomicon: Cypherpunks FAQ and more, Version 0.666, 1994-09-10. Disponível: <https://www.cypherpunks.to/faq/cyphernomicron/chapter3.html#4>  
Acesso 08/01/2015.

MAY, Timothy C.. The Crypto Anarchist Manifesto. 1992. Disponível:  
<http://www.activism.net/cypherpunk/crypto-anarchy.html> Acesso 15/01/2015.

NYE, Joseph S. Cyber Power. Belfer Center for Science and International Affairs. Harvard Kennedy School. 2010. Disponível:  
<http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/cyber-power.pdf>

PEIRANO, Marta e outros. The CryptoParty Handbook. 2012. Disponível:  
[https://www.cryptoparty.in/documentation/handbook#download\\_the\\_handbook](https://www.cryptoparty.in/documentation/handbook#download_the_handbook)

SAMUEL, Alessandra. Hacktivism and the Future of Political Participation. Tese de

doutorado em Filosofia na disciplina de Ciência Política. Harvard University Cambridge, Massachusetts. Setembro de 2004.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

---

Sergio Amadeu da Silveira é doutor em Ciência Política e professor da UFABC.  
Contato: [sergio.amadeu@ufabc.edu.br](mailto:sergio.amadeu@ufabc.edu.br)

**II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)**

**Arte e Ativismo e Ação Direta na luta popular**

Hermes Renato Hildebrand (Unicamp)  
Cristina Barretto de Menezes Lopes (Unicamp/Metrocamp)

Campinas

2015

### **Resumo**

Este artigo busca analisar as relações entre arte e ativismo a partir de 2003, na cidade de São Paulo, através de táticas de ação direta e desobediência civil. Trata-se de um relato a partir de experiências pessoais, onde atuei como voluntária do coletivo São Paulo do Centro de Mídia Independente, acompanhando e participando de ações que foram organizadas por pessoas em protesto contra decisões políticas centralizadas. Os resultados dessas experiências não foram imediatos – além de um grupo que acompanhou, registrou e publicou os fatos, possibilitando que a informação ficasse acessível, oficialmente, nada de concreto aconteceu. Mas no contexto em que se passaram, podem ser consideradas importantes como um processo de conscientização da força das ruas num espaço de protesto e de reapropriação do coletivo em manifestações populares, mais presentes a partir de junho de 2013, no Brasil, data que marca historicamente a luta pelo direito ao transporte público e acesso à cidade.

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram palco de acontecimentos importantes que marcaram o surgimento de novas configurações sociais, políticas e territoriais no mundo. A queda do muro de Berlin, a implosão da União Soviética e o processo de globalização capitalista que ganhou força através de organizações políticas estratégicas - como o FMI<sup>1</sup>, o Banco Mundial<sup>2</sup> e a OMC<sup>3</sup> - exigem novas atitudes de confronto diante das injustiças sociais que se desenham nestes contextos.

Nesses ambientes, surgem os “Dias de Ação Global”<sup>4</sup>, como ficaram conhecidas as datas marcadas por protestos simultâneos que aconteciam em diferentes partes do mundo. Organizados por diversos grupos e movimentos que praticavam ação direta em vários países - entre eles Estados Unidos, Alemanha, Itália, Argentina e Brasil - e marcados pela inicial do mês em letra maiúscula, seguida do dia do protesto - os “Dias de Ação Global” configuram-se hoje como uma experiência que consagra as redes como meio de comunicação entre grupos e indivíduos através de computadores e outros dispositivos de comunicação móvel, que começavam a se popularizar naquele momento.

Em fevereiro de 1998, a Ação Global dos Povos nasceu, pela primeira vez os movimentos populares do mundo estavam começando a conversar e trocar experiências sem a mediação de Organizações Não-Governamentais, e a primeira conferência da AGP teve lugar em Genebra (Suíça) – lar da tão odiada OMC. Mais de 100 delegados de 71 países foram a Genebra para compartilhar sua raiva pelo domínio corporativo. Das comunidades Uwa, passando pelos Funcionários do Correio Canadense, *Reclaim The Streets*, militantes antinuclear, agricultores franceses, ativistas Maori e Ogoni, sindicalistas coreanos, Rede de Mulheres Indígenas da América do Norte,

---

<sup>1</sup> <http://www.imf.org> – é o órgão responsável pelo monitoramento do sistema financeiro mundial e pelo empréstimo de dinheiro para projetos de desenvolvimento.

<sup>2</sup> <http://www.worldbank.org> – é responsável pelo desenvolvimento de políticas e empréstimo de dinheiro para países em crise.

<sup>3</sup> <http://www.wto.org> – regulamenta regras de trocas comerciais entre países membros.

<sup>4</sup> Segundo José Chrispiniano, “os dias de ação global são datas marcadas em contraponto a um encontro de organizações-símbolo do capitalismo mundial, como o G7, FMI, Banco Mundial e OMC. Nesses dias, toda a rede se organiza e faz cada um como quiser e onde estiver, protestos simultâneos contra a globalização” (CHRISPINIANO, 2002, p. 19).

aos ambientalistas ucranianos, todos estavam lá para formar “um instrumento global para comunicação da humanidade e do planeta pelo mercado global, enquanto constroem alternativas locais e poderes populares”. (LUDD, 2002, p. 19)

Os “Dias de Ação Global” foram marcados essencialmente, por sua força criativa e pela ação coletiva. As estratégias utilizadas incluíam táticas de resistência e subversão baseadas nos conceitos de desobediência civil<sup>5</sup> e autonomia. As atuações colaborativas de artistas e ativistas foram consequências dessas novas configurações. Na origem desses encontros está a tática utilizada pelos zapatistas, em Chiapas, no México, quando, em janeiro de 1994, foram distribuídos comunicados assinados pelo Subcomandante Marcos através da web<sup>6</sup> para o mundo todo: contra uma nova forma de representação do poder – desterritorializado, eletrônico e organizado com pontos de interconexão – uma nova forma de resistência, com as mesmas características deveria ser utilizada.

Como afirma Ricardo Rosas, o termo e a ideia de atuação por meio dos coletivos não é nova. Grupos de pessoas se organizavam para atuar nas artes e na literatura desde o século XVIII. Segundo o historiador Alan Moore (ROSAS, 2003, p.2), os primeiros eventos ativistas aconteceram logo após a “Revolução Francesa, com os estudantes de Jacques-Louis David: os barbados ou ‘Barbu’, formaram comunidades criativas que viriam a ser chamada de ‘Boêmia’”. Eram movimentos de artistas que se contrapunham à academia oficial. Essa prática se desdobrou e deu origem a grandes movimentos e vanguardas artísticas através dos dadaístas, situacionistas e do grupo Fluxus, entre outros que realizaram vários manifestos artísticos, mas que ganhou muita força com a popularização das novas tecnologias, a partir do final dos anos 1990.

---

<sup>5</sup> A Desobediência Civil é uma tática de resistência pacífica, um direito que pode ser exercido por qualquer cidadão que não concorde com decisões arbitrárias e entendidas como injustas. “Existem leis injustas; devemos submeter-nos a elas e cumprí-las, ou devemos tentar emendá-las e obedecer a elas até à sua reforma, ou devemos transgredi-las imediatamente? Numa sociedade com um governo como o nosso, os homens em geral pensam que devem esperar até que tenham convencido a maioria a alterar essas leis”. (THOREAU, 2003, p.23)

<sup>6</sup> CORRÊA, Felipe. “O Movimento de Resistência Global”, 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2004/07/286886.shtml>. Acesado em 24/01/2015.

Na Europa e nos EUA, a fusão de arte e política já estava presente nos dadaístas e surrealistas, e representou o ponto fundamental dos situacionistas no pós-guerra, e desde então essa mescla tem se dado em vários grupos que atuam na fronteira ativismo/arte, como o *Arte&Linguagem*, *Art Workers Coalition*, *Black Mask*, neoístas, *Gran Fury*, *Group Material*, *PAD/D*, *Guerrilla Girls*, ou os mais recentes *Luther Blissett Project*, *RTmark*, *Etoy*, *Critical Art Ensemble*, boa parte destes últimos atuando diretamente com alta tecnologia, no que se tem atualmente denominado de mídia tática. (ROSAS, 2003, p. 2)

Atualmente verificamos transformações que estão envolvendo os meios de comunicação de massa e as redes sociais e digitais. Vários acontecimentos políticos globais passaram a utilizar essas tecnologias na organização e disseminação de eventos e informações.

Destacamos dois grandes movimentos que aconteceram no Irã: “Revolução Verde” em 2009 e a “Primavera Árabe”, em 2010 e 2011, com desdobramentos revolucionários e queda de ditadores e de governantes. Além disso, neste período, surgiram muitos outros grupos ativistas que passaram a reordenar as relações entre as mídias de massa e mídias horizontais. Segundo Silva, esses acontecimentos contribuíram para levantar discussões que

se fez (e ainda se faz) sobre as movimentações insurgentes e as mídias digitais. Dos diversos recortes que poderiam ser dados aos estudos da produção de conteúdo realizada nesses ambientes, interessou-nos particularmente as estratégias usadas pelos ativistas nos esforços de tornar conhecidos os conteúdos por eles produzidos. Imersas juntamente a um emaranhado de signos diversos nas redes de comunicação digital, as causas ativistas lutam para que consigam a atenção dos usuários. (2013, p.10)

Além da colaboração e da atuação em redes, práticas criativas e coletivas em protestos e manifestações fazem parte das características dos novos movimentos sociais que se organizam em prol de políticas públicas. É o caso do MPL – Movimento Passe Livre - que nasceu oficialmente em 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, e ganhou maior visibilidade e força em 2013, com as Jornadas de Junho, em São Paulo.

É importante lembrar que, nesse contexto, antes de 2005, dois momentos importantes de revolta popular na luta pelo acesso ao transporte público são apresentados como marcos na história da formação do MPL: a Revolta do Buzu, em Salvador, Bahia, em agosto de 2003 - que levou milhares de pessoas às ruas da cidade durante mais de três semanas -; e as mobilizações que ocorreram em Florianópolis, entre 2004 e 2005.

Segundo Marcelo Pomar, um dos fundadores do movimento Passe Livre e historiador, “além da luta concreta, um interessante saldo organizativo constitui o legado de Florianópolis”. (JUDENSNAIDER, ORTELLADO, POMAR, 2013, p.10) Ainda em 2004, no mês de julho, é organizado um encontro com representantes de vários estados do Brasil, em Florianópolis. O saldo desse encontro é a instituição da “Campanha Nacional pelo Passe Livre” e um calendário nacional de lutas pelo passe-livre para os meses seguintes.

Assim como a consolidação da luta pela gratuidade do transporte público através do Movimento Passe Livre, outros movimentos e lutas ganharam força e visibilidade entre 2000 e 2010, no Brasil. O MSTC – Movimento Sem Teto do Centro - contabilizava, em julho de 2005<sup>7</sup> cerca de 8 mil integrantes militando em diversas ocupações localizadas na região central da cidade - incluindo o Edifício Prestes Maia<sup>8</sup>, que tinha aprovado em novembro de 2003 a entrada e circulação de mais de cem pessoas, entre artistas e organizadores de uma exposição que seria sediada no local, por três semanas. A aproximação do movimento com esse público resultou, além da galeria de arte, em uma grande visibilidade para a luta por moradia. Até 2007, quando ocorreu o despejo, muitas pessoas que se aproximaram para apoiar a ocupação, tinham tido o primeiro contato com o movimento em atividades culturais, desenvolvidas no espaço.

---

7

[http://integracaoemposse.zip.net/arch2005-07-01\\_2005-07-31.html#2005\\_07-18\\_17\\_22\\_00-9808491-0](http://integracaoemposse.zip.net/arch2005-07-01_2005-07-31.html#2005_07-18_17_22_00-9808491-0)

<sup>8</sup> A ocupação Prestes Maia foi organizada pelo Movimento dos Sem-tetos do Centro (MSTC) como parte de um conjunto de ocupações que ocorreram no centro da cidade de São Paulo. O edifício de 35 andares localizado na Av. Prestes Maia 911, abrigava nos anos 50 uma fábrica de tecidos de propriedade do vereador Jorge Hamuche e de Eduardo Amorim. O prédio tinha uma dívida calculada na época em R\$ 5 milhões de IPTU - valor maior que a própria avaliação feita para o valor do prédio - para o governo. Abandonado há 12 anos, o local passou a abrigar 468 famílias. Disponível em <http://integracaoemposse.zip.net/>. Último acesso em 20/03/2015.

A luta pela democratização dos meios de comunicação também ganhou visibilidade naquele período. Em 2005, uma ação civil pública movida contra a Rede TV! e contra o programa Tardes Quentes, do apresentador João Kléber, por violações de direitos humanos na mídia, acabou revertendo em um horário para que ONGs e instituições defensoras dos Direitos Humanos se manifestassem: durante 30 dias a emissora foi obrigada a ceder um horário para o direito de resposta coletivo dos grupos ofendidos pela programação<sup>9</sup>. O programa “Direitos de Resposta” foi produzido por organizações da sociedade civil e exibiu diversas produções independentes que tinham como tema a defesa dos direitos humanos.

Ocupar as ruas e discutir questões referentes à utilização do espaço público e a violação dos direitos humanos foi uma consequência desencadeada pela política higienista que o governo do Estado de São Paulo sob o comando do PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro vinha instituindo de forma violenta e arbitrária na cidade. As ações se multiplicaram e passaram a fazer parte da pauta de discussão em outros espaços de lutas, incluindo as universidades. Em 2007, um grupo de estudantes ocupou a reitoria da USP por 51 dias.

### Segundo o Blog “Ocupa! Porque Amanhã Já é Hoje”

A ocupação foi um momento ímpar que canalizou uma série de reivindicações que extrapolavam a esfera elitista da maior universidade do país. O que estava em jogo, não era apenas a revogação dos decretos e aí continuar tudo como estava, mas se vislumbrou a possibilidade de um questionamento que ia para todas as direções. Colocou-se em questão, por exemplo, o sucateamento do ensino público, fundamental e médio, já consolidado; o fim do vestibular; a exclusão dos proletários e dos negros da

---

<sup>9</sup> A juíza federal Rosana Ferri Vidor, da 2ª Vara Federal de São Paulo, concedeu liminar em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal e determinou a suspensão por 60 dias do programa Tarde Quente, apresentado pelo humorista João Ferreira Filho, o João Kléber, na Rede TV.

A juíza determinou, na sexta-feira (4/11), a substituição do programa, a partir de segunda (7/11) até o dia 5 de janeiro de 2006, por programas que contenham "contrapropaganda das mensagens nocivas alardeadas pelo referido programa". A Rede TV está sendo intimada da decisão na mesma segunda-feira.

A suspensão do programa e a sua substituição, no mesmo horário de exibição, por programas de direito de resposta às minorias ofendidas pelo programa, considerado homofóbico e também desrespeitoso aos direitos humanos pelo MPF, foi pedida pelo procurador regional dos direitos do cidadão, Sergio Suiama, e sua substituta, Adriana da Silva Fernandes, e mais seis ONGs de direitos humanos e dos homossexuais.

A ação do MPF pede ainda, no mérito do processo, que a Rede TV seja condenada à perda da concessão e a indenizar, em R\$ 20 milhões, a sociedade pelos danos causados à coletividade pela exibição do programa. O mérito da ação ainda não foi julgado. ([http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/justica\\_suspende\\_programa\\_de\\_joao\\_kleber](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/justica_suspende_programa_de_joao_kleber))

universidade pública e de qualidade; os conflitos no campo e na cidade; a falta de moradia; a violência generalizada; os efeitos da sociedade de classes; a Universidade Livre; e tantas outras coisas que se interligavam e que se confluíam e transformavam a Ocupação na ponta do iceberg das demandas sociais.<sup>10</sup>

Dentre as reivindicações divulgadas, também estava inclusa a luta contra a repressão no interior das universidades, com ênfase na USP - Universidade Estadual de São Paulo. Os estudantes reivindicavam, além disso, autonomia total dos espaços ocupados e geridos por eles, total liberdade de manifestação política (panfletagem, colagem de cartazes etc.) e cultural (festas, festivais etc.), e a retirada da polícia do interior do campus.<sup>11</sup>

Muitos ativistas que participaram dessa ocupação também protagonizaram o “Acampa Sampa”, que teve início no dia 15 de outubro de 2011, no Viaduto do Chá, em São Paulo. A proposta estava vinculada – ainda que de forma autônoma - ao movimento global que ocupava diversas cidades naquele momento.

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia. O suicídio por imolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas que protestava contra a apreensão de suas mercadorias, na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, foi apenas um dos muitos atos semelhantes ocorridos no norte da África que, além do desespero individual, simbolizaram o esgotamento psicológico de muitos povos em um mesmo momento. Houve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo e que logo se manifestaram na Espanha, com os “Indignados da Puerta dei Sol”, em Portugal, com a Geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://ocupacaousp.noblogs.org/>. Último acesso em 15/03/2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/05/380924.shtml>. Último acesso em 15/03/2015.

Praça Syntagma. Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. Países como a China sentiram o risco e censuraram a simples menção na internet à Praça Tahrir, palco dos protestos egípcio. (HARVEY et al., 2012, pp. 7-8)

No centro da cidade de São Paulo, protegidos por barracas de lona, integrantes de movimentos sociais, moradores de rua e estudantes se organizavam através de comissões rotativas. As comissões se reuniam com os “acampados” em assembleias duas vezes por semana e tomavam decisões coletivas sobre a cozinha comunitária, a convivência e o encaminhamento das atividades no espaço – incluindo aulas públicas e debates<sup>12</sup>.

Portanto, em 2013, quando eclodiram as manifestações de junho, já havia um contexto para que as mobilizações pudessem tomar as proporções que tomaram, tanto dentro do próprio MPL, quanto de movimentos que militavam por pautas que eram convergentes

Os aprendizados adquiridos em quase dez anos de movimento social permitiram, ao MPL, uma notável combinação de valorização do processo e orientação a resultados. Por um lado, ele soube preservar e cultivar a lógica horizontal e contracultura que extraiu tanto da luta dos estudantes contra o aumento como do movimento contra a liberalização econômica, de onde vieram muitos dos primeiros militantes. Por outro, soube estabelecer de maneira tática uma meta objetiva exequível: a revogação do aumento. Essa meta “curta”, no entanto, estava diretamente ligada à meta mais ambiciosa de transformar um serviço mercantil em direito social universal. (JUDENSNAIDER, ORTELLADO, POMAR, 2013, p. 236).

---

<sup>12</sup> O professor da USP, Pablo Ortellado, falou sobre a “segurança pública e democracia nas universidades” e a psicanalista e a escritora Maria Rita Kehl deu uma aula sobre “desencanto em tempos de capitalismo”. Disponível em <http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/acampa-sampa-completa-um-mes-sob-viaduto-cha/> Último acesso em 15/03/2015.

Assim, nosso objetivo é descrever e analisar, no contexto apresentado, três ações que foram organizadas pelo Coletivo de Mídia Independente, e que configuram-se como táticas de ação direta e desobediência civil, na década de 2000. A primeira foi um protesto, realizado na Anatel, em São Paulo, em 2003; a segunda, a troca de placas na Avenida Roberto Marinho, em 2004; e a terceira, o "Escracho" no Secretário de Serviços<sup>13</sup>, em 2005. As três ações foram filmadas, editadas e disponibilizados em *copyleft* na internet, no próprio site do coletivo do CMI.

## 1. PROTESTO NA ANATEL

No dia 07 de maio de 2003, um ato coordenado e organizado por meio da internet via IRC - *Internet Relay Chat* <sup>14</sup>, no canal do Centro de Mídia Independente, levou grupos de pessoas à sede da Anatel em cinco cidades brasileiras para protestar contra o fechamento de rádios livres e comunitárias e solicitar mais ações pela democratização dos meios de comunicação. Em São Paulo, cerca de 30 ativistas ocuparam a sede da ANATEL na Rua Vergueiro, por aproximadamente 2 horas. Além de São Paulo, as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiânia e Porto Alegre também participaram da ação. Em cada cidade foi entregue uma carta diferente, endereçada, aos gerentes locais da Agência Nacional de Telecomunicações, todas escritas e assinadas pelos coletivos da rede do Centro de Mídia Independente,

Não vamos sentar passivamente vendo nossas rádios serem fechadas,  
nossos equipamentos apreendidos e nossas comunidades humilhadas.  
Quando há um conflito entre a lei e a justiça é nosso dever desobedecer.

---

<sup>13</sup> Segundo Ana Longoni, escritora, pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, professora, doutorada em Artes, da Universidade de Buenos Aires "'Escrache' é uma palavra proveniente do lunfardo – linguagem coloquial própria do Rio da Prata – que indica aquilo que está intencionalmente oculto e é posto em evidência; ou seja, escrachar significa ressaltar, colocar em evidência". Disponível em <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9542701.htm>> último acesso em 20/03/2015).

<sup>14</sup> *Internet Relay Chat* - protocolo de comunicação utilizado pela Internet. É usado para bate-papo na rede mundial de computadores e para troca de arquivos, permitindo a conversa em grupo ou privada. Foi documentado formalmente pela primeira vez em 1993, com a RFC 1459.

Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Goiânia viemos para dizer que seus esforços e sua violência não calarão nosso direito inalienável à livre expressão e à livre comunicação.<sup>15</sup>

Das cinco cartas entregues, três foram finalizadas com o termo “em desobediência”, uma referência ao conceito de desobediência civil praticado por esses movimentos e assinadas por indivíduos e coletivos que compõem o Centro de Mídia Independente e por participantes que foram aos eventos.

O Centro de Mídia Independente criado em Seattle para cobrir os eventos durante o "Encontro do Milênio", da OMC Organização Mundial do Comércio, em novembro de 1999, de forma alternativa e independente das mídias convencionais, produziu um website que recebeu e armazenou vídeos, imagens, sons e textos, publicados e produzidos por qualquer pessoa ou qualquer órgão de mídia, sem fins comerciais. No Brasil, o website foi ao ar em dezembro de 2000 e nos anos subsequentes teve um papel importante enquanto espaço para acesso e publicação de notícias ignoradas pela mídia corporativa, além de fonte de informações alternativas sobre movimentos sociais e eventos culturais, entre outros, o website tinha foco no interesse popular e de resistência.

A comunicação entre os integrantes da rede, que se organizavam em coletivos de forma voluntária, (o projeto nunca teve fins lucrativos e sempre foi mantido pelos voluntários ou por doações), era realizada, principalmente, via internet, *chat* e email. O *chat* do CMI funcionava – e ainda funciona - através do sistema IRC (*Internet Relay Chat*). Existem duas maneiras de participar: a primeira delas consiste em acessar o bate-papo através do navegador (*Firefox*, por exemplo) e a segunda é usar um cliente de IRC.

Em 2003, quando os protestos na Anatel aconteceram, as redes sociais ainda estavam em processo de implementação e a comunicação se dava via mensagens instantâneas, através de celular ou website e e-mail. Publicar e acessar áudios e vídeos também exigia conhecimento e domínio tecnológico: era preciso dispor de equipamentos para captação e edição e espaço na web para

---

<sup>15</sup> Trecho da carta-manifesto entregue ao gerente da Anatel em São Paulo, Sr. Everaldo Gomes Pereira. Disponível em (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/05/254136.shtml>), zcessado em 25/03/2015.

publicar o material (O *Youtube* só entrou em funcionamento em fevereiro de 2005, transformando significativamente as relações com o audiovisual). Nesse contexto, o CMI atuava como uma força de oposição que agregava milhares de usuários pelo mundo.

No caso da manifestação da Anatel, os coletivos locais organizaram os protestos e foram responsáveis por documentar e publicar os registros das ações, gerando uma visibilidade muito maior para a causa.

Foram postados vídeos, fotografias e áudios por ativistas que participaram das ações nas cinco cidades citadas. Houve também relatos e a publicação das cartas-manifestos. Todos os documentos poderiam ser acessados por qualquer pessoa no site do coletivo<sup>16</sup>.

Nos dias subsequentes houve movimentação nos posts com comentários e polêmicas. O tema ganhou visibilidade e simpatia por parte de outros grupos que também lutavam pela democratização dos meios de comunicação no Brasil.

## **2. REBATISMO DA AVENIDA ROBERTO MARINHO**

Em 2004, a cidade de São Paulo participou da 2ª. Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, que aconteceu entre 17 e 24 de outubro, em 18 cidades do país com ações locais em Fortaleza, no Ceará e transmissões radiofônicas organizadas pela associação ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Também foram exibidos vídeos seguidos de debates, entre outras ações em comemoração ao dia mundial de luta pela democratização dos meios de comunicação. Na capital paulista foi organizado o Ato de rebatismo popular da Av. Jornalista Roberto Marinho, que passaria a se chamar Av. Jornalista Vladimir Herzog por algumas horas.

Marcado para o dia 18 de outubro com concentração às 14 horas na esquina da Av. Santo Amaro com a Av. Roberto Marinho (antiga Av. Água Espraiada), a ação foi seguida de solenidade de mudança de placas, e de um ato

---

<sup>16</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/05/254162.shtml>.

político-artístico-recreativo "O Povo Não é Bobo" em frente às organizações Globo. Como parte da manifestação, foi divulgado um chamado, na página do site, replicado em blogs e impresso para distribuição nas ruas. Também foram colados dois jornais de muro (CMI na Rua), com chamadas para o ato e distribuído um jornal coletivo, com a programação completa da semana.

O ato de rebatismo, organizado por voluntários do Coletivo do Centro de Mídia Independente de São Paulo começou pacificamente, mas houve repressão policial quando as placas começaram a ser substituídas por uma faixa adesiva, que cobria a original. Um ativista foi preso e liberado no mesmo dia. Também houve a gravação de um vídeo, que foi disponibilizado no site do CMI, aumentando a visibilidade do ato e gerando mídia espontânea, com cobertura da revista Carta Capital.

A publicação do vídeo registrado pelos próprios participantes teve grande repercussão e chamou mais uma vez a atenção para a discussão sobre o controle da mídia no Brasil.

### **3. "ESCRACHOS" NO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS 2005**

No dia 29 de outubro de 2005, moradores de rua, sem-teto, catadores e camelôs da região central da cidade de São Paulo, ao lado de artistas, estudantes e ativistas, se deslocaram até o Morumbi, na casa do secretário de serviços e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, em protesto contra a higienização do centro de São Paulo. A ação foi pensada como uma resposta ao projeto de Revitalização do Centro da Prefeitura de São Paulo, que vinha praticando uma política de exclusão para expulsar a população de baixa renda da região central da cidade. Em parceria com integrantes do "Fórum Centro Vivo" - uma organização que reúne pessoas de movimentos de moradia, catadores, camelôs, urbanistas, engenheiros, advogados, produtores independentes de mídia e artistas - caminhou até o Morumbi, um dos bairros mais ricos da cidade, para falar com o subprefeito da Sé na época, Andrea Matarazzo. "Entendendo que não há alternativa para a multidão, senão a luta hoje nos colocou aqui, em frente à sua casa: quem espera sempre

cansa, viemos-te escrachar”<sup>17</sup>, foram às palavras lidas por um catador na manhã do dia 29 de outubro, diante da casa do subprefeito. Escrachar, de acordo com o dicionário, significa desmoralizar, desmascarar, esculachar, esculhambar.

Os manifestantes foram vestidos em trajes de banho e levaram boias, guarda-sóis e lanches. Também penduraram faixas para deixar claro seu descontentamento com as políticas adotadas por aquele governo: "Em breve aqui, Favela Matarazzo" e "Piscinão do Andrezão". Além disso, foram colados vários cartazes de lambe-lambes no muro da residência de Matarazzo, com fotos de obras do subprefeito, como a "rampa antimendigo". Imagens e relatos sobre o ato foram publicados naquela mesma noite, com forte repercussão entre os leitores do site do Centro de Mídia Independente<sup>18</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações relatadas neste artigo foram organizadas por grupos de trabalho que se comunicaram por email ou *chat*. Havia colaboração de coletivos de artistas nesse processo (a gravação e edição do vídeo do ato na Anatel foi compartilhada com o coletivo "A televisão não será revolucionada"). O período caracterizou-se como um momento fértil, potencializado pela possibilidade de comunicação móvel e imediata: ideias e ações eram compartilhadas, organizadas e colocadas em prática com muita agilidade.

Grande parte dos voluntários do CMI também participaram de outras lutas – moradia, mobilidade, meio ambiente – e essas vivências não só alimentavam o site com atualizações constantes das pautas dos movimentos, como contribuíam para que as discussões acontecessem abertamente, através da coluna da direita, um espaço de publicação livre e anônima dentro do site. Apesar de não se identificar como um movimento social, o Centro de Mídia Independente podia ser visto como um catalizador de lutas ao divulgar periodicamente um boletim para pessoas cadastradas nas listas e possibilitar uma intensa movimentação e organização em

---

<sup>17</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/11/335875.shtml>

<sup>18</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/10/334993.shtml>

um momento em que não havia publicação aberta na web. Ainda hoje o Centro de Mídia Independente é referência por se identificar como o único site que permite publicação aberta de conteúdo de forma anônima.

Além das manifestações, protestos e discussões; esse período, anterior ao surgimento das redes sociais, foi de muita atividade para os voluntários do Centro de Mídia Independente. A luta do Movimento Passe Livre está registrada ali, desde 2003, com a “Revolta do Buzu”, seguida pelas Revoltas em Florianópolis, entre 2004 e 2005, assim como diversas outras manifestações e lutas sociais, configurando-se como um enorme banco de dados desse importante momento na história das lutas populares.

As condições de atuação por meio das redes sociais e das mídias digitais permitem a participação e a disseminação de informações por amadores e abrem espaço para novas possibilidades de manifestação e de organização desses movimentos ativistas. É possível afirmar que essas condições tecnológicas, intrínsecas aos suportes tecnológicos digitais, agem sobre a produção, distribuição e recepção das informações que agora não estão apenas nas redes de comunicação corporativas.

Evidentemente, não são poucos os aspectos positivos e negativos que se apresentam quando uma nova mídia aparece no campo da comunicação e, por isso, selecionamos alguns elementos dos eventos ativistas citados que julgamos relevantes para melhor entender como se dá a produção e distribuição da informação por grupos amadores definindo um novo padrão estético. Ao indivíduo comum foi dada a chance de se tornar um produtor de informação, atuar na vigilância dos fatos, testemunhar e exercer a cidadania por meio do registro de dados (imagens, vídeos, e textos). Este mesmo indivíduo pôde passar a exercer sua capacidade criativa experimentando com ela essa estética amadora e a valorização de sua produção por meio do seu reconhecimento nas redes sociais. De fato, e efetivamente, passamos a exercer a atividade de monitoramento do sistema ao denunciar abusos de poder, corrupção de políticos e policiais, calamidades em serviços públicos, etc.

Apesar de não termos neste texto espaço para abordar profundamente o potencial político dessas manifestações e conjunto com as mídias digitais e

locativas, observamos que o senso comum de localização espacial poderia colaborar com a produção dessas informações. É possível que essa seja uma tarefa difícil de ser feita dentro da perspectiva aqui apresentada, mas talvez a adição da localização geográfica nas informações, hoje possível pelo acesso que temos aos controles de latitude e longitude nas redes, por meio dos GPS, poderíamos pensar que seria possível dar maior sentido às informações e, portanto, maior significado para estas ações.

As produções de imagens, vídeos, e textos, de cunho amador circulam pelas redes de comunicação digital propondo um novo olhar para essas produções que hoje são intensamente utilizadas. Além disso, tais informações (imagens, vídeos e textos) denunciam um elemento paradoxal, que ao mesmo tempo em que é um elemento transgressor, nos coloca diante da incômoda situação de estar sendo observado por meio dos sistemas estabelecidos de controle da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORRÊA, Felipe. *O Movimento de Resistência Global*. 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2004/07/286886.Shtml>. Acesso em 03/01/2015.

CHRISPINIANO, José. *A Guerrilha Surreal*. São Paulo: Conrad, 2002.

CRITICAL ART ENSEMBLE. *Distúrbio Eletrônico*. São Paulo: Conrad, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados – ANPED. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 20/12/2014.

HARVEY, David. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial - Carta Maior, 2012.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

LUDD, Ned. *Urgência nas ruas*. São Paulo: Editora Conrad. 2002.

MACHADO, Arlindo; VELEZ, Marta Lucía. *Televisão e arte contemporânea*. São Paulo: ARS, v. 10, n. 19, 2012 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-53202012000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202012000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03/01/2015.

MARASCHIN, Claudio e BRUSCATO, Giovani Tavares. A teoria e a prática da desobediência civil: um estudo a partir da doutrina contemporânea. *Revista da Faculdade de Direito – UniRitter*. Porto Alegre, n. 10, p. 41-54, 2009.

MESQUITA, Andre. *Insurgências Poéticas: Arte Ativista e Ação Coletiva*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

ORTELLADO, Pablo. *Aproximações ao Movimento Antiglobalização*, Centro de Mídia Independente. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/01/14525.shtml>> 2002. Acesso em 22/12/2014.

ROSAS, Ricardo. *Nome: Coletivo; Senha: Colaboração*. Disponível em <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=170&secao=intervencao>>. Acesso em 20/10/2007.

RYOKI, André e ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SILVA, Tarcísio Torres. *Estéticas políticas da tela: ativismo e o uso da imagem em redes de comunicação digital*. Tese de Doutorado defendida no Curso de Pós Graduação em Artes Visuais, orientada por pelo Prof. Dr. Hermes Renato Hildebrand. Campinas (SP): UNICAMP, 2013.

THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil e outros escritos*. Trad. Alex Marins, São Paulo: Martin Claret, 2003.

## REFERÊNCIAS DE WEBSITE

<http://www.vdb.org/artists/guillermo-g%C3%B3mez-pe%C3%B1-0>.

<http://www.hamacaonline.net/obra.php?id=631>.

<http://www.pbs.org/art21/artists/krzysztof-wodiczko>.

<http://periodismohumano.com/sociedad/comunicacion/un-gps-para-cruzar-fronteras-y-no-morir-de-sed.html>.

<https://artecontemporaneaocupacaoprestesmaia.wordpress.com/ocupacao-prestes-maia/>.

<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/global/j18.htm>.

<http://www.critical-art.net/books/ece/ece2.pdf>.

<http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/acampa-sampa-completa-um-mes-sob-viaduto-cha/>.

<http://mtb.midiatatica.info>.

<http://integracaoemposse.zip.net>.

<http://ocupacaousp.noblogs.org/>

<http://www.midiaindependente.org>.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>.

<http://www.rizoma.net/interna.php?id=170&secao=intervencao>.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202012000100003>.

<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9542701.htm>.

## II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

27 a 30 abril 2015, UNICAMP, Campinas (SP)

**Território, Informação e Redes Geográficas: Círculos  
dominantes de informação e interstícios de resistência  
através da internet**

Raphael Curioso  
Universidade de Campinas (UNICAMP)

## Introdução

A informatização do território, processo filiado ao atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), é corolário da necessidade hegemônica de requalificar suas demandas produtivas, ampliando o espaço econômico capitalista para a escala mundial. Tal informatização se conforma na densificação técnica e informacional do território através da introdução das tecnologias de informação destinadas ao uso por parte das empresas hegemônicas.

No Brasil encontramos o germe deste fenômeno na década de 60, sob a égide do governo militar, principal agente que empreende a normatização e expansão das redes de telecomunicações, em especial, naquele período, das ondas de rádio e da telefonia fixa (GOMES, 2011). Em um segundo momento, na década de 70 e 80, há a implementação do sistema de telecomunicações nacional, implantado pela Embratel através da família de satélites Brasilsat (CASTILLO, 1999). Na década de noventa, o Brasil sofre ampla expansão da base técnica de telefonia, associada ao processo de privatização das telecomunicações (DANTAS, 2002). É neste momento também se fecunda no território brasileiro o uso comercial da *internet*, que de janeiro de 1995 em diante, progressivamente deixa de ser um sistema técnico restrito setorialmente para fazer parte da vida social no país (MOTTA, 2011). A esta expansão da base material por onde circulam dados e informações, associamos também a expansão dos seus terminais de acesso, a citar: O rádio, a televisão, a telefonia e o computador.

A compreensão do território usado revela a coexistência indissociável e influência recíproca entre a totalidade de sistemas de ações (leia-se: firmas, instituições e grupos sociais com diversos sistemas de valores e projetos políticos, sociais e econômicos), e um sistema de objetos que tece o território como um todo e torna-se um conjunto de disponibilidades, no presente, para a realização das possibilidades disputadas pelos diversos agentes que animam a vida social. Trata-se da compreensão do território a partir de seus conteúdos, e não apenas através de sua forma (Estado-Nação, estados, municípios). Neste sentido, considera-se que a noção de território usado é mais adequada que a de território pois, segundo Santos, representa

“a noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o

horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.” (SANTOS, 1999, p.19)

A prerrogativa em estabelecer essa aliança entre o território usado, as tecnologias de informação e a economia mundializada está tanto na dimensão estratégica da informação, no que diz respeito à produção, apropriação e gestão do excedente, quanto numa consciência global preexistente, de caráter socioeconômico (CASTILLO, 1999), que direciona os sentidos do uso destes sistemas técnicos. Santos (2011) vai na mesma linha, ao explicitar que tais técnicas de informação são “principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (...) aprofundando assim os processos de criação de desigualdade” (SANTOS, 2011, p. 28).

O conceito de *redes geográficas* também torna-se elemento central no nosso trabalho. Definimo-la como “redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito das relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida” (CORRÊA, 2012, p.200) a rede de movimentos, conceito que se mostra ao longo de nosso trabalho, tem sua raiz na sociologia, sendo portanto uma rede social. Ao trazermos tal conceito para dentro da geografia, devemos compreendê-la em sua dimensão geográfica, o que requer duas considerações: 1) A sua espacialidade, expressa em localizações qualificadas e com interações entre elas e; 2) Em suas relações com a técnica visto que, de acordo com Milton Santos (2008), esta é o elemento fundante do espaço geográfico, agregando si materialidade e ação social.

As redes geográficas podem ser segmentadas analiticamente entre as redes de circulação (de bens materiais e pessoas) e as redes de comunicação, como nos lembra Raffestin (1993), que se constroem através das redes técnicas de comunicação associadas com os fluxos de informação que são demandados pelos diferentes agentes que a compõem. Hoje, as redes de comunicação são, segundo o autor, a principal face, ainda que invisível, do poder:

“Um dos trunfos do poder é hoje informacional, e a informática é um dos meios. O verdadeiro poder se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural. (...) o movimento da informação comanda a mobilidade dos seres e das coisas. O espaço central da comunicação vampiriza o espaço periférico da circulação. A comunicação se alimenta de circulação: o território concreto é transformado em informação e se torna um território abstrato e representado, isto é, deixa-se ver todos os fenômenos particulares e confusos e esconde-se o essencial que se torna organizado. (RAFFESTIN, 1993, p. 203)

Sempre proteiforme, móvel e inacabada, as redes geográficas se constituem, pois, faces do poder e expressão das ações políticas, socioculturais e econômicas dos diversos agentes que através dela se organizam. A internet deverá ser compreendida de acordo

com esse entendimento: Uma rede geográfica de comunicação, proteiforme, objeto de disputa entre diversos grupos sociais, campo para fértil para a consolidação de hegemonias, mas também abrindo-se a uma diversidade de experiências sociais criativas e até mesmo subversivas. É por isso que neste ensaio apontaremos algumas características dos usos da internet por parte dos círculos hegemônicos de informação, mas também apontaremos novas perspectivas de uso da informação por parte dos movimentos sociais.

A internet é partícipe do fenômeno da *aceleração contemporânea* (SANTOS,2012). A pesquisa de seus efeitos no tecido social requer a distinção entre duas dimensões de sua existência, como nos alerta Ribeiro (2013). O penúltimo item de nosso ensaio elucidará a dimensão que sugere a reprodução sistêmica do capitalismo, marcada pela globalização da economia: “A aceleração, aqui, corresponde à capacidade organizativa e gestora de recursos materiais e bagagens culturais propiciada pelas novas tecnologias.” (RIBEIRO, 2013, p.175) Trata-se, ainda segundo a autora, de uma modernidade subordinada aos vetores da modernização, conduzida por grandes corporações na escala mundo, “controlando a aventura da modernidade e adequando o tecido social às condições de expansão de sistemas preconcebidos e formatados” (RIBEIRO, 2013, p. 176).

De forma complexa, tal dimensão ainda se articula a uma outra, alvo de investigação de nosso último item, marcada pela interferência e influência difusa da aceleração contemporânea sobre múltiplas orientações culturais, sociais e políticas. Os lugares são portadores de um acontecer solidário (SANTOS, 2008), ou seja, um cotidiano compartilhado produtor de múltiplas racionalidades, contra-racionalidades e sentidos da ação que nem sempre são reflexos dos vetores da economia global. Estes sentidos da ação também utilizam as tecnologias de informação e é nesse nexos que o tecido social se irriga de uma multiplicidade de eventos e acontecimentos. Se a primeira dimensão apontada tende a homogeneizar o espaço, esta o heterogeneiza, dando forma-conteúdo a novas experiências sociais.

### **Território, Internet e sistemas de eventos**

Sendo a informática, com destaque à internet, um componente novo da malha material do território, há de se considerar seu papel para a ação destes agentes, o que expõe uma nova qualidade dos eventos na atualidade, expostas por Santos (2011)

através da unicidade do tempo e da convergência dos momentos. Este aceleração do trânsito da informação permitido pela informática autoriza, em tempo real, “usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares. E todos os lugares a partir de um só deles. [Contudo], os homens não são igualmente atores desse tempo real.” (SANTOS, 2011, p. 19).

Ainda segundo este autor, em seu livro *A Natureza do Espaço*, ação social é sinônimo da noção de evento, e os mesmos “não se dão isoladamente mas sim em conjuntos sistêmicos – 'situações' - que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e amplitude do evento” (SANTOS, 2008, p. 149). Esta organização é associada, em ampla literatura (LOJKINE, 1995; CASTELLS, 1999; DANTAS, 2003; GÖRZ, 2005, entre outros), ao papel da informação na reorganização dos agentes hegemônicos no território.

Para Nora (1988), o período atual é particularmente inflexivo no que diz respeito ao caráter dos processos sociais que conduzem a história. Para ele, a atualidade é marcada pelo surgimento do *acontecimento*, uma forma de ação histórica marcada pela relação indissociável dos fatos com a sua apreensão no âmbito coletivo, condicionada pela mídia de massas e pela publicidade. Essa apreensão, que dá-se em tempo real, depende da ressonância que os acontecimentos retém no meio público, e é apenas com essa retenção que o fato se constituiria um dado da história. Para o autor, “o próprio do acontecimento moderno encontra-se no seu desenvolvimento numa cena imediatamente pública, (...) em ser visto e se fazendo, e esse 'voyeurismo' dá à atualidade tanto sua especificidade com relação a história quanto seu perfume já histórico” (NORA, 1988, p.185)

Muito se aproximam as noções de *acontecimento* e de *evento*, na medida em que ambos representam o bombardeamento dos lugares por aconteceres do presente, ameaçando uma situação geográfica já existente (ou um “equilíbrio social”, para Nora) em propensão à instituição de um dado novo na realidade social. A formulação de Nora nos é particularmente útil pois o mesmo evidencia que, hoje, a constituição dos acontecimentos/eventos se dão, necessariamente, através da ação intermediadas pelos meios de comunicação. É esta forma específica de ação que torna universal um conjunto de fatos, autorizando-os a perdurarem no tecido social.

Uma característica específica do período atual no que diz respeito aos eventos/acometimentos é que, com o surgimento das redes telemáticas e, posteriormente, a internet, conhecer os lugares ( ou seja, conhecer os eventos

espalhados pelo mundo) torna-se instantâneo e simultâneo. As tecnologias cibernéticas permitem a transmissão em tempo real de informações do mundo inteiro. Isto multiplica e aprofunda as relações que existem entre o mundo e os lugares: Quanto mais instantâneo e simultâneo dá-se o conhecimento sobre o território, mais seletivo, refinado e estratégico dá-se a ação. E são, como veremos mais adiante, os agentes hegemônicos que obtêm a primazia desta modalidade de uso da informação.

A internet é, neste sentido, um importante evento geográfico que recondiciona o caráter da ação e dos eventos. Quando Levy (1999) faz menção à virada social e cultural ocorrida no período atual em função da constituição das redes de computadores (que se constitui o germe do que ele define como *ciberespaço*), ele destaca a importância essencial das tecnologias digitais como infra-estrutura do ciberespaço. Este, por sua vez, é compreendido como um “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (LEVY, 1999, p. 32). Do ponto de vista técnico, tal ciberespaço se constitui porque hoje o computador, quando conectado, torna-se apenas “um nó, um terminal, um componente da rede universal” (LEVY, 1999, p. 44)

Em outro texto, Levy (1998) destaca a originalidade do ciberespaço em relação aos demais meios de comunicação, destacando a sua arquitetura informacional como sendo de *todos-para-todos*, fornecendo a possibilidade de que todos os seus usuários sejam, ao mesmo tempo, produtores de informação e seus compartilhadores. A crescente ampliação da quantidade de proprietários de computador com acesso à internet potencializa a constituição de uma quantidade considerável de circuitos informacionais. O esquema de organização da internet, de caráter horizontal, garante mais agilidade e maleabilidade além de autonomia para cada “nó” desta rede. Contudo, tal arquitetura é garantida através de uma regulação intensa de um padrão de linguagem computacional (os protocolos TCP/IP, HTTP, entre outros) e de alocação de endereços de internet, definida por entidades sem fins lucrativos, mas de ampla autoridade e reconhecimento, que agem nas escalas global (Internet Society – ISOC; Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN), suprarregional (Latin America and Caribbean Network Information Centre – LACNIC, no caso da América Latina) e nacional (comitê gestor da internet no Brasil – *cgi.br*).

A internet, tal como conhecemos hoje, possui em seu caráter uma organização bastante rígida, a qual depende inteiramente da existência de uma família de objetos informacionais que atuam como um sistema técnico de base (os Domain Name Servers – DNS, os backbones, hubs, aparelhos de modem, roteadores). No caso do DNS,

administrado pelo ICANN, não há exploração comercial sobre o serviço. Não funcionam como um poder centralizado ou uma entidade de gestão política e econômica da internet. Se trata, isto sim, de entidades criadas e desenvolvidas colaborativamente, por técnicos e engenheiros da computação, que criam soluções técnicas apenas no intuito de tornar a internet cada vez maior e mais eficiente.

Este é o contexto técnico e político que embasa o processo da aceleração contemporânea (SANTOS, 2011), que tem no computador em rede o elemento central. Esta é definida como a construção de relações vertiginosas entre os lugares e o mundo, em virtude da unicidade técnica e da convergência dos momentos. Neste cenário, “cada lugar tem acesso ao acontecer do outro” (SANTOS, 2011, p. 17) e neste sentido, observamos um construto histórico do presente marcado pela interdependência e solidariedade do acontecer.

A priori, a internet poderia ser definida, então, como uma rede constituída por, de um lado, objetos distribuídos em porções cada vez mais amplas do espaço mundial que atua como suporte para a troca de informações entre os homens de forma livre e, do outro, a própria informação comunicada, transmitida e valorizada através de sua troca. Os *hosts*, ou seja, os computadores conectados, compõem uma rede descentralizada, onde cada receptor também é um potencial emissor. Galloway (2004) atribui à arquitetura em rede distribuída da internet um potencial *uso emancipatório da mídia*, tornando a experiência da comunicação em massa um processo político coletivo e autogestionário.

Contudo, a informação instantânea e globalizada não é uma possibilidade generalizada para todos. A descrição da internet enquanto infra-estrutura só nos dá a compreensão da fluidez *potencial* permitida por ela. Acontece que essa fluidez não é uma possibilidade concreta para todos os agentes. A análise da internet enquanto dado da realidade concreta nos possibilitará a compreensão da *fluidez efetiva*, ou seja, a associação dos novos sistemas técnicos com os agentes que o detém, condicionam e o utilizam em sua eficácia máxima. Ou seja, o exercício da fluidez é, “o resultado das disponibilidades materiais e técnicas existentes e das possibilidades de ação” (SANTOS, 2011, p.66). Portanto, precisamos compreender a internet como um conteúdo do território conduzido por diversos processos econômicos e sociais, que nos dá assimetrias e heterogeneidades em seus usos, correlatos aos diversos campos de força (RAFFESTIN, 1993) que constituem o território.

As agências de comunicação de massa são especiais exemplos de agentes hegemônicos que usam a família de objetos informacionais do território para organizar e manipular a qualidade e a duração dos eventos. Mattelart (1994), por exemplo, faz

referência ao papel fundamental das empresas e das tecnologias de informação e comunicação norte-americanas na difusão dos valores hegemônicos do capitalismo, abrindo novos mercados por todo o globo, durante a guerra fria. As mesmas foram particularmente responsáveis para propagar tais valores, convertendo-os em significados culturalmente consolidados. Propagados globalmente, assumem o papel de valores universais e anistóricos.

Pasti (2013) delinea o papel das agências globais de notícias em sua cooperação com as empresas brasileiras de comunicação de massa. Ao questionar-se sobre o poder efetivo das mesmas em condicionar, a partir da dimensão imaterial, os eventos e a duração destes ao atingirem o lugar, o autor anota a influência das notícias selecionadas pelas grandes agências de comunicação na dinâmica do mercado mundial contribuindo para o processo de realização perversa da globalização. Para este autor, “A seleção e o filtro dos eventos e, sobretudo, a definição de sua escala de resultado (...) tem um papel importante na conformação da psicosfera, das visões de mundo predominantes, das crenças e das prioridades no território brasileiro” (PASTI, 2013, p. 150)

Nota-se, portanto, que a construção de tais visões de mundo e prioridades para o território faz-se a partir de uma relação entre as tecnologias de informação e comunicação, suas proprietárias e agenciadoras, e um círculo de cooperação (Castillo & Frederico, 2010) que abrange diversas instâncias da sociedade.

No Brasil, a internet inicia seu percurso à comercialização em 1995, quando publica-se a portaria ministerial nº 147 do Ministério da Comunicação e do Ministério de Ciências e Tecnologias. Tal portaria torna-se aparato jurídico de regulação e de autorização ao comércio da internet no Brasil (PIRES, 2005). Esta portaria autoriza a difusão do uso da internet através da oferta do serviço via empresas privadas e, daí em diante, torna-se uma tecnologia cada vez mais usada no território brasileiro (tabela 01).

**Tabela 01: Evolução do Número de Hosts no Brasil**

	2011	2007	2004	2001	1998	1995
<b>Janeiro</b>	21.121.168	7.422.440	3.163.349	876.596	117.200	800
<b>Julho</b>	22.212.190	8.264.709	3.485.773	1.025.067	163.890	11.576

Fonte: Cetic.Br/Network Wizards

Apesar desta potencialidade, o uso efetivo da internet como canal de comunicação revela outras tensões. Na medida que a quantidade de usuários é ampliada, aumenta também o potencial de mercado do ciberespaço, e na medida que a regulação deste sistema técnico é realizada com propensões privatistas, tal como foi no Brasil (PIRES,

2005), torna-se também espaço reproduzidor das mesmas lógicas econômicas do “mundo ordinário” (Lévy, 1999). É neste sentido que torna-se susceptível a criação de massivas empresas movidas através do Capital informação, cujas rendas informacionais (DANTAS, 2003) são o principal recurso que garante à tais empresas a sua ampliação.

De acordo com a *pesquisa brasileira de mídia* (2014), da secretaria de comunicação da presidência da república, os principais canais de informação acessados pelos usuários de internet no Brasil compõem grandes conglomerados de comunicação que produzem informação sob a mesma arquitetura informacional da Televisão e do Rádio – *um-para-todos* (LEVY, 1998) – as empresas Globo.com; G1; UOL; G1; Yahoo; R7 e; Terra compõem, somadas, 24,4% das menções dadas à pesquisa.

Neste sentido, uma pergunta pode ser realizada neste momento: Como o ciberespaço recondiciona o caráter dos eventos/acontecimentos? Se para Nora (1988) as grandes mídias são os principais agentes condutores dos acontecimentos, e tais mídias, quando através da Televisão e do Rádio, são emissores ativos de informação para receptores passivos, na prática esta relação se mantém, no Brasil, quando voltamos aos dados evidenciados pela pesquisa citada acima. Ainda que a quantidade de usuários de internet no país tenha crescido exponencialmente ao longo dos anos, nota-se que os mesmos recorrem aos grandes conglomerados informacionais para obterem notícias. Se considerarmos que, através da internet, a instantaneidade da informação se dá ainda mais explicitamente que em outros sistemas comunicacionais, podemos inferir que a tese de Nora se confirma e se aprofunda. Hoje as notícias são estocadas e tornam-se disponíveis a todo o tempo, dando ao usuário a flexibilidade para que o mesmo possa escolher o momento para se informar. A internet possibilita que o espaço doméstico do indivíduo seja bombardeado ainda mais violentamente pelos acontecimentos e prioridades definidos pelas grandes corporações que arrendam grandes parcelas do ciberespaço.

Apenas uma empresa citada na pesquisa brasileira de mídia se diferencia das citadas anteriormente. A página mais citada da pesquisa é o Facebook (30,8%) que possui um ambiente aparentemente descentralizado de informação, onde qualquer usuário pode produzir seus próprios dados, e compartilhar informações de fontes cada vez mais dispersas. Nesta arquitetura *todos-para-todos*, como definiria Levy (1998), a hegemonia indiscutível no Facebook no Brasil oferece, de forma ilusória, uma ideia de internet democrática e isenta de controle.

Porém o Facebook é partícipe do galopante processo da constituição daquilo que alguns autores (Gorman, 2013; Kitchin, 2013; Barnes, 2013) chamam de *Big Data*, termo que aponta a existência de bancos de dados massivos tanto em volume, quanto em

velocidade de crescimento e variedade. Para Barnes (2013), a existência do *Big Data* se dá graças à emergência de vários elementos atuando em conjunto, tais como a evolução significativa das geotecnologias e a análise regressiva, raciocínio matemático que autoriza a utilização do quantitativismo como principal sistema métrico da informação. Gorman (2013) discorre sobre o incremento dado ao *big data* com o uso da internet através do celular, adicionando a geolocalização no rol dos grandes bancos de dados. O Facebook, assim como outros serviços (Qzone, Twitter, Gmail, Hotmail, Yahoo mail, Skype, entre tantos outros) possui como principal renda informacional a construção destes bancos de dados, cujos dados são obtidos através da atividade dos milhares de usuários que utilizam seus serviços. A atividade do usuário, que revela à tais empresas suas opiniões, aspirações, inclinações culturais, políticas e sociais, é a principal renda informacional destas empresas, cujos bancos de dados são obviamente privados, e conseqüentemente “revendidos” para diversas outras empresas para a execução de ações de marketing e publicidade. A emergência do *Big Data* poderia revelar, portanto, uma arquitetura capilarizada de informação de caráter *todos-para-um*, dando ao ciberespaço uma versão corrompida de si mesmo. O *Big Data* daria, por fim, uma capacidade ainda maior de certos agentes hegemônicos fortalecerem a duração e a organização de seus eventos, convertendo suas intencionalidades em acontecimentos hierárquicos (SANTOS, 2008) ainda mais lapidados.

Para além dos agentes hegemônicos apontados acima, o tecido social é compartilhado por uma infinidade de outros agentes que são hegemonzados, disputando e exercendo outras formas de uso do território embasados em diferentes estratégias, táticas e recursos técnicos. No item seguinte, discorreremos sobre a seguinte hipótese: A análise da ação destes agentes hegemonzados nos fornece pistas acerca de como os eventos/acontecimentos dos lugares se multiplicam e são disputados. A internet, cada vez mais difundida, pode auxiliar tais agentes a conduzir o tecido social, contrariando os impulsos globais da economia? O território portanto, é também conformado por uma diversidade de círculos informacionais hegemonzados. Seja por disporem de recursos técnicos mais modestos, seja por não compartilharem com o sistema de intencionalidades e de ideologias que caracterizam os circuitos informacionais hegemônicos, estes círculos se constituem como inferiores, disputando, ainda que fragilmente, a construção de novas psicosferas e prioridades para o território.

É desta maneira que se deve considerar como prioritário o estudo da atividade informacional destes agentes hegemonzados, compreendendo de que forma fazem uso dos sistemas técnicos de informação e comunicação. Ainda que o período atual estimule

uma interatividade que “desenraiza/desterritorializa formas sociais e modos de vida” (RIBEIRO, 2012, p. 113) através da criação de outros mundos que não aqueles do próprio do lugar, graças aos bombardeios da imagem e da informação, não podemos criar de forma categórica uma ojeriza à modernidade, mas sim resgatar o papel intrínseco da política como condutor desses processos intermediados pela técnica. Esta premissa abre vista ao atual processo político de resistência que se faz através do uso das tecnologias de informação e comunicação, como o ativismo *hacker*, as novas manifestações organizadas com intermédio das redes sociais, o fortalecimento das redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006), a mídia digital alternativa, o movimento recente surgido na América Latina a respeito das leis de democratização da mídia, o surgimento do Partido Pirata na Europa (e sua recente chegada no Brasil) e da *copyleft* e outras formas de combate à acumulação de patrimônio intelectual que se dão através da lei de patentes e dos direitos autorais.

### **Nos interstícios da internet: resistência política, movimentos sociais e informação livre**

Reconhecemos que a emergência de novos processos sociais descritos no parágrafo anterior representam movimentos políticos próprios do Período Técnico-Científico-Informacional que aparecem como importantes contrarracionalidades (SANTOS, 2008) ao processo de monopolização da mídia e do conhecimento como foi apontado ao longo deste ensaio. Neste sentido, a internet ainda se põe como um campo de possibilidades em que e desta maneira, a mesma se põe como uma dentre várias “alavancas hoje existentes e que podem ser usadas (...) como elos de mediação com a ordem alternativa esperada, qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 35). Tais *elos de mediação* nos servem para acreditar que não devemos esperar por uma inversão abrupta e radical dos valores e das condições materiais das hegemonias de informação e comunicação no território brasileiro (ou no espaço global), mas sim assumir que tais tecnologias guardam em si possibilidades reais de criação de mecanismos que provoquem “mudanças fundamentais exigidas para transformar potencial em realidade mediante o trabalho duro de uma reestruturação radical da ordem existente” (idem, p. 35).

Pickerill (2003) admite a importância das técnicas de informação e comunicação no desenvolvimento de coesão entre indivíduos dispersos e movimentos ativistas, destacando o papel do rádio, do cinema, da televisão e da mídia impressa como variáveis influenciadoras das agendas e na organização dos movimentos sociais, permitindo a

aproximação de agentes com metas comuns. A mesma autora destaca a Comunicação Intermediada pelo Computador (*Computer Mediated Communication*) como um novo elemento bastante significativo para o planejamento e coordenação de ações políticas, em função de seu baixo custo, relativo anonimato para os agentes e velocidade na troca de informações.

Van de Donk et al. (2004) destaca o papel da informação e da comunicação para os movimentos sociais em diversas dimensões: Enquanto que campanha para comunicação face-a-face (*canvassing*) e o envio de correspondências diretas ainda se constituem importantes ferramentas para a construção de grupos organizados, para a disseminação e reunião de informações e para a organização de mobilizações, estas coexistem com as atividades comunicacionais intermediadas por tecnologias da informação. A comunicação também é destacada como ação fundamental para a construção de laços entre um movimento social e outros grupos de referência, diversificando a quantidade de agentes que podem, potencialmente, agir em torno de uma agenda comum. Por fim, os autores destacam o papel da informação e da comunicação para fazer fluir, entre estes diversos agentes, um círculo informacional cujo conteúdo transmitido possui um alto poder de persuasão ideológica, identitária e emocional, garantindo maior grau de mobilização por parte daqueles que aderem aos movimentos.

Scherer-Warren (2008) reconhece que as novas tecnologias da informação são um elemento facilitador para a circulação de narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, mas não são o único mobilizador na geração de redes de movimentos sociais. Van de Donk et al. (2004) argumentam que as novas tecnologias de informação dificilmente substituirão outras estratégias de mobilização mais tradicionais como o face-a-face, a panfletagem, a coleção de assinaturas na ação dos movimentos sociais.

A coexistência entre diversas estratégias de comunicação na ação dos movimentos sociais revelam um importante embate: Por mais que as técnicas de informação atuais assumam o manto da superação da lentidão e da distância, construindo círculos de informação amplos e velozes, estas não desestruturam formas de comunicação condicionadas pela proximidade e pela co-presença, as quais fazem parte da dimensão do cotidiano, que

“é o lugar da co-presença, da vizinhança, da coexistência, da cooperação próxima, da intimidade, da intersubjetividade, é ali onde há uma cota de espontaneidade, e, desse modo, de surpresa. É ali onde a emoção tem lugar e, por conseguinte, é ali somente onde pode se pensar o novo, já que o novo não se pensa fora da emoção.” (SANTOS, 1996, p. 4)

Para Nicholls (2009), em função da co-presença, os lugares têm um importante

papel para a constituição de laços fortes (*Strong Ties*) dos movimentos sociais, visto que a proximidade permite a conexão e a comunicação contínua e de baixo custo de ativistas e militantes, garantido a solidez interna do movimento social. Os laços fortes são o “núcleo duro” dos movimentos sociais, pois se constrói a partir de um grupo de pessoas imersas nas mesmas situações geográficas (SILVEIRA, 1999).

Além dos laços fortes, Nicholls indica a existência de outra forma de organização de redes de militantes e organizações, os laços frouxos (*weak ties*), que permitem aos atores frouxamente conectados a circulação de informação cujo conteúdo seja

“um rol comum de sinais que os permite ajustar suas atividades individuais às vias coletivas. Se por um lado permitem graus de coordenação, os laços frouxos não podem, normalmente, persuadir os ativistas a contribuírem seus recursos mais valiosos a empreendimentos políticos mais arriscados” (NICHOLLS, 2008, p. 83, tradução nossa)

Enquanto que os laços fortes fornecem coesão interna a um movimento social, os laços frouxos oferecem articulação externa: “Quando organizações residem no mesmo lugar, uma base estável se conforma para a colaboração contínua entre estes grupos” (NICHOLLS, 2009, p. 84, tradução nossa). Ainda segundo este autor,

“O lugar fornece aos ativistas múltiplos 'pontos de contato' onde eles podem interagir com outros. Enquanto que estas complexas interações criam novas alianças, elas também assumem o papel de diminuir barreiras cognitivas, liberando o fluxo de informação entre diferentes organizações, estimulando a inovação. Quando estas duas dinâmicas se complementam, as redes de ativistas se tornam fortes o suficiente para maximizar a mobilização local e abertas o suficiente para incentivar capacidades inovativas na comunidade ativista local” (NICHOLLS, 2009, p. 85, tradução nossa)

Por capacidade inovativa, o autor se refere às possibilidades de criação de novas estratégias de resistência política, mas também ao ajuste sempre dinâmico dos discursos das visões de mundo da militância, a fim de não caírem em anacronicidade.

O autor ainda destaca um conjunto de mecanismos que conectam a militância local com outros que se encontram em outros lugares: 1) a intermediação de movimentos locais através de organizações não-governamentais, coligações, coletivos e frentes de luta; 2) Eventos, fóruns e congressos, que oferece a possibilidade de movimentos sociais estabelecerem conexões, ainda que de forma não organizada e; 3) O uso das tecnologias de informação e da internet, que favorece basicamente a circulação de informação, a manutenção de contatos distantes e a coordenação de eventos. A distância é considerada por Nicholls como um obstáculo, fator que favorece a constituição de laços frouxos em detrimento de laços fortes no qual diz respeito às relações mais longínquas.

Através desta breve apresentação do esquema metodológico proposto por Nicholls, percebe-se o papel que o lugar oferece para a constituição de diversas formas de

solidariedade, e portanto na conformação das redes de movimentos sociais. Estas pressupõem a “identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Além disso, fica destacado que a comunicação e a informação são processos essenciais para a constituição dos laços. Na medida em que a informação se constitui na interação entre um sujeito-objeto ou sujeito-sujeito (DANTAS, 2003), este sujeito partícipe do processo sempre extrairá algum significado da informação. É esta orientação-significado, quando compartilhada entre diversos agentes, que cria a identidade coletiva necessária para a manutenção das redes de movimentos.

Devemos lembrar, no entanto, que para além da dimensão simbólica da informação, devemos considerar, também, a sua dimensão *física-energética*, como se refere Dantas (2003). Tal dimensão é material, e no caso específico do meio humano, é essencialmente *técnica*, definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2008, p.29). Neste sentido, deve-se compreender a técnica enquanto meio geográfico, composto pelas técnicas organizadas em sistemas que “formam uma situação e são uma existência num lugar dado (e deve-se) entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam” (idem, p. 42). Sendo portanto a informação uma ação executada pelo homem, seu invólucro material é essencialmente técnico e portanto, deve-se considerar a diversidade de técnicas de informação e comunicação que intermedeiam tal atividade.

Acreditamos que para cada feição de laços sociais que constroem as redes de movimentos sociais, os círculos informacionais equivalentes terão configurações distintas. As técnicas de comunicação empregadas – o contato face-a-face, o uso da mídia impressa, ráiofônica, televisiva ou, por fim, a internet e o computador – serão mais ou menos requisitadas quanto diferentes forem o caráter dos laços que caracterizam os diversos ativistas e movimentos sociais.

Outro fator, extremamente importante, é a relação existente entre tais laços e os elementos que definem o lugar – as densidades. Santos (2012) afirma que os lugares se definem por suas densidades técnica, informacional, e comunicacional. A densidade técnica é dada pelos diversos objetos técnicos associados ao seu maior ou menor grau tecnológico. A densidade informacional é dada pelo alto grau de informação que invade os lugares e replicam as normas, as ordens e as racionalidades a eles externas. “A densidade informacional nos informa sobre os graus de exterioridade do lugar, sua

propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação dessa propensão, privilegiando setores e atores” (SANTOS, 2012, p.160). Por fim, a densidade comunicacional existe pela existência plural do cotidiano partilhado, “são geradas no lugar e apenas no lugar, a despeito da origem, por acaso distante, dos objetos, dos homens e das ordens que os movem. As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais” (idem, p.161).

Os laços fortes, em função de seu caráter coesivo às relações, por se darem no lugar, por ser um fator *endógeno* garantidor da coesão de um movimento social, é sustentado através dos níveis de densidade comunicacional existente no lugar. Neste sentido, quando mais intenso for o cotidiano compartilhado no ambiente militante do movimento social, menos necessários (e mais rarefeitos) serão os objetos técnicos informacionais mais sofisticados.

No outro lado, os laços fracos são estabelecidos através de uma relação intensa entre as densidades técnicas e informacionais dos lugares e os indivíduos. A racionalidade técnica e instrumental fornecida por tais dimensões do lugar são particularmente necessárias para a constituição de elos entre diversos grupos, no mesmo lugar ou em outros.

É, talvez aí, que a informatização do território possa servir como uma alternativa prática para ação política dos movimentos sociais e suas respectivas redes de movimentos. Alguns autores (Levy, 1999; Castells, 1999, Loader, 2008, Sandoval-Almazan e Gil-Garcia, 2008) destacam, de forma bastante exagerada, que as novas tecnologias de informação ocupam um centralismo na ação dos movimentos sociais na atualidade, indicando um fundamento societário completamente novo para a ação dos homens. Para eles, as novas tecnologias de informação e o ciberespaço é o ponto de partida para a construção de solidariedades que criam uma identidade coletiva global, que por sua vez seria a energia primeira para novas formas de mobilizações e de movimentos sociais.

Serra Jr. e Rocha (2013), questionam se as novas tecnologias da informação são um novo determinante para a ação coletiva e a mobilização direcionada a lutas sociais. O principal argumento destes autores, visando relativizar tamanho otimismo, é que

“Até mesmo as possibilidades democráticas que surgiriam, a partir do uso massivo dos dispositivos portáteis na construção de uma suposta inteligência coletiva participativa, são ameaçadas pela estrutura capitalista que tenta controlar ideologicamente as redes digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais” (Serra Jr. e Rocha, 2003, p. 210)

É por este motivo que o estudo das redes de movimentos, e do papel da

informatização do território associada à resistência política, não pode ser realizado sem a compreensão de um outro fenômeno: Os projetos comunistas do saber. Na medida que os programas de computador “são ao mesmo tempo meios de criação de redes e meios de transmissão, de comunicação, de partilha, de troca e de produção” (GÖRZ, 2005, p.66), reivindicam, quase que obrigatoriamente, a apropriação coletiva, a partilha e a disponibilidade gratuita para todos, “pois que assim sua eficácia e sua utilidade se encontram aumentadas” (idem, p.66). Neste sentido surge aquilo que o autor identifica como o ativismo hacker ou movimento do software livre, pautado sobre tudo pelo “desejo de comunicar, de agir conjuntamente, de se socializar e de se diferenciar, não pela troca de serviços, mas por relações simpáticas” (LAZARATTO, 2000, apud GÖRZ, 2005).

Em outros termos, a garantia do uso efetivo e verdadeiramente livre das tecnologias da informação, por parte de qualquer indivíduo, se faz através da garantia do uso de serviços que sejam livres de *rendas informacionais* (2003), que garantam a privacidade dos usuários (cujos dados pessoais são rendas informacionais de certas corporações, que eventualmente colaboram com ações de espionagem de Estados-nação, tal como foi o caso da NSA, desvelada pelo ex-consultor da agência, Edward Snowden, em 2013) e a livre circulação de informações de interesse comum. Em resumo: Para além da rede de movimentos, faz-se necessário identificar e compreender as atividades de resistência relacionadas ao ciberespaço, que criam serviços extremamente necessários para os movimentos sociais, tais como servidores locais, sistemas de segurança com criptografia, os já mencionados software livres, a atividade jornalística independente através das mídias digitais alternativas, os sistemas compartilhadores de arquivos (como os torrents), e assim por diante.

### **Conclusão: Em busca de um sentido geográfico para as resistências em rede**

O nosso ensaio revelou a necessidade de se compreender o papel da internet em articulação com os diversos sistemas de ação que a apropriam. Observamos de um lado, que a ação das grandes corporações são aceleradas, amplificadas e empoderadas através das condições de fluidez efetiva proporcionadas por tal sistema técnico. A informatização do território e da ação estratégica em seus estados puros recondicionaram o mundo, criando um novo período marcado pela constante conformação dos corpos e dos espíritos, proporcionando enorme renovação dos sentidos da economia capitalista e da política dos Estados subordinadas a ela. As grandes agências de notícias e as grandes empresas informacionais, por exemplo, capilarizam no território os sentidos da

publicidade, do marketing e da política, destruindo e construindo novos sentidos da opinião pública conforme seja mais adequado para a reprodução das lógicas conservadoras da modernidade.

Por outro lado, o território é compartilhado por agentes que, ainda que não utilizem a internet em sua fluidez máxima, são afetados pelos efeitos que aceleração contemporânea cria. A internet se mostra como um importante recurso técnico para a resistência política, principalmente quando subordinada aos sentidos locais da ação. Compreendemos que os movimentos sociais são essencialmente construtores de narrativas periféricas sobre os lugares onde são fecundados. São essencialmente criadores de comunicação e agregação social – e neste sentido, há de se evidenciar a extrema importância de sistemas técnicos de comunicação pretéritos, como o jornal e rádios comunitárias, a comunicação face-a-face, a panfletagem. São essencialmente componentes do tempo presente das cidades (e sobretudo as metrópoles), renovando-a e renovando-se em sua função. Tais narrativas locais, quando comunicadas através das novas tecnologias, revelam uma força local em emergência, em transição de escala, construindo redes geográficas ascendentes. E essa ascendência viaja o mundo, encontrando outros movimentos, outros lugares, formando laços e construindo novas identidades e possibilidades socioculturais e políticas.

Este novo nexos entre os lugares e a aceleração contemporânea guarda em si, como possibilidade, o fortalecimento dos eventos subversivos e arredios aos impulsos da economia global (ainda que não necessariamente anti-capitalistas, como por exemplo o fenômeno da comercialização da pirataria). Os lugares não somente resistem, como reagem. Criam múltiplas narrativas que põem em cheque o discurso fabuloso e nebuloso que a mídia hegemônica impõe aos lugares, criam um atrito entre o agente econômico que dociliza os corpos para o consumo direcionado e os reais sujeitos da ação: Os homens e mulheres comuns, entre os passos na cidade e os cliques no mouse.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de compreender como essa possibilidade é efetivada no território brasileiro como um todo, reconhecendo nele uma diversidade de situações geográficas onde a mescla entre a dimensão hegemônica e a hegemonizada da aceleração contemporânea é bastante diversificada. Onde e em que condições os movimentos sociais efetivam a construção destas narrativas periféricas? A informação e o ativismo políticos que circulam no meio virtual dizem respeito a todos os lugares? As regiões periféricas brasileiras continuam aprisionadas às narrativas externas e desorganizadoras da economia global, em aliança com suas mídias e círculos de poder regionais? A Internet garante, de fato, a duração e a permanência dos sistemas de

eventos locais e suas lutas, ainda que nas grandes metrópoles? Este esboço de agenda de pesquisa é criada na interface entre a disciplina geográfica e as diversas ciências que debruçam-se sobre a contemporaneidade e a emergência destas novas experiências sociais.

## Bibliografia

BARNES, T. J. **Big data, little history**. *Dialogues in Human Geography*, v. 3, n. 3, p. 297-302, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 3, p. 461-473, 2010.

CASTILLO, R. A. **Sistemas orbitais e usos do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1999.

CORRÊA, R. L. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. *Cidades*, v. 9, n. 16, 2012.

DANTAS, M. A **Lógica do Capital Informação: A fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DANTAS, M. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Lua Nova*, v. 60, p. 5-44, 2003.

GOMES, C. **Telecomunicações, informática e informação e a Remodelação do Território Brasileiro** In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil — Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.

GORMAN, S. P. **The danger of a big data episteme and the need to evolve geographic information systems**. *Dialogues in Human Geography* 3.3 (2013): 285-291.

GÖRZ, A. **O Imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

KITCHIN, R. **Big data and human geography Opportunities, challenges and risks**. *Dialogues in Human Geography*, v. 3, n. 3, p. 262-267, 2013.

LEVY, P. **A Revolução Contemporânea em Matéria de Comunicação**. *Revista Flamencos*. Porto Alegre, n. 9, dezembro de 1998 (p. 37 – 49)

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. Editora 34, 1999.

LOADER, B. D. **Social movements and new media**. *Sociology Compass*, v. 2, n. 6, p. 1920-1933, 2008.

LOJKINE, J. **A revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MATTELART, A. **Comunicação-Mundo. História das Idéias e das estratégias.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTTA, M. P. **Geografia da Internet no Brasil: Redes Técnicas e Espaço.** Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2011.

NICHOLLS, W. **Place, networks, space: theorising the geographies of social movements.** Transactions of the Institute of British Geographers 34.1, p.78-93. 2009

NORA, P. **O retorno do fato.** História: novos problemas, p. 179-193, 1988.

PASTI, A. B. **Notícias, informação e território: as agências transnacionais de notícias ea circulação de informações no território brasileiro.** Campinas: IG/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2013.

PICKERILL, J. **Cyberprotest: Environmental activism online.** Manchester University Press, 2003.

PIRES, H. F. **A produção morfológica do ciberespaço ea apropriação dos fluxos informacionais no Brasil.** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 1, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma Sociologia do Presente: Ação Técnica e Espaço.** Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2012

\_\_\_\_\_. **Micro-Conjuntura: Uma Proposta de Análise da Aceleração da Vida Urbana.** In: RIBEIRO, A. C. T. Po Uma Sociologia do Presente: Ação, Técnica, Espaço. Volume 4. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2013.

SANDOVAL-ALMAZAN; GIL-GARCIA. **Towards cyberactivism 2.0? Understanding the use of social media and other information technologies for political activism and social movements.** Government Information Quarterly, 2014.

SANTOS, M. **Território, espaço banal, lugar-comum.** Jornal da Tarde, São Paulo, 09 nov. 1996.

\_\_\_\_\_. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999a, p. 15-2.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Editora EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma Outra Globalização.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.**

Sociedade e estado, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória.** Caderno CRH 21.54. p.505-517. 2008

SERRA JR., G. C. S; ROCHA L. M. L. N. **A internet e os Novos Processos de Articulação dos Movimentos Sociais.** Revista Katál. v. 16, n. 2, p. 205-2013, 2013.

SILVEIRA, M. L. **Uma situação geográfica: do método à metodologia.** Revista Território, v. 6, p. 21-8, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial.** Viana AL, Ibañez N, Elias PEM, organizadores. Saúde, desenvolvimento e território. São Paulo: Hucitec, p. 127-150, 2009.

VAN DE DONK, W. et al. (Ed.). **Cyberprotest: New media, citizens and social movements.** Routledge, 2004.

**II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)**

**S/T 8- Mobilizações, protestos e ciberativismo**

**Mobilizaciones y expresividad social. La figura del yo como recurso en algunas protestas contemporáneas.**

**María Eugenia Boito CIECS (UNC y CONICET); UNC. Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad. Universidad Nacional de Córdoba y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas.**

**Resumen**

En las formas expresivas emergentes de la protesta social, el yo se instancia como figura prevalente: “Je suis Charlie” (11-01-2014) configuró un momento significativo, pero este recurso se encuentra en múltiples y heterogéneas protestas locales y globales. Pensemos en la consigna mexicana “Yosoy132”, en la interpelación “Ocupa Wall Street” (EE.UU.) o “Toma la calle, indignate” “No les votes” (España, 15M).

En este escrito: a- reconstruimos los vínculos entre conflictividad y protesta social en este tiempo de despliegue del capitalismo a escala planetaria y de mediatización creciente de la vida social, a partir la instauración de un ecosistema mediático -propio del capitalismo de los flujos y las redes-, siguiendo algunas consideraciones críticas que sobre el tópico ha planteado S. Žižek; b- precisamos “la dimensión política de la expresividad social en protesta”, para clarificar el vínculo entre estética y política que se visualiza en los recursos expresivos que los colectivos actualizan y c- finalmente intentamos responder que “profetiza” en términos de Melucci este presente de la acción, donde la marca del yo encuentra un lugar privilegiado en el complejo lazo yo/nosotros constituyente del actor colectivo.

### **Movilizaciones y expresividad social. La figura del yo como recurso en algunas protestas contemporáneas**

P. Sibilia en *La intimidad como espectáculo* comienza con la siguiente anécdota, que para nosotros configura una expresión sintomal de los cambios en la estructura de la experiencia contemporánea:

“Una señal de los tiempos que corren surgió de la revista *Time*, todo un icono del arsenal mediático global, al perpetrar su ceremonia de elección de la "personalidad del año" que concluía, a fines de 2006. De ese modo se creó una noticia rápidamente difundida por los medios masivos de todo el planeta, y luego olvidada en el torbellino de datos inocuos que cada día se producen y descartan. La revista estadounidense repite ese ritual hace más de ocho décadas, con la intención de destacar "a las personas que más afectaron los noticieros y nuestras vidas, para bien o para mal, incorporando lo que ha sido importante en el año". Así, nadie menos que Hitler fue elegido en 1938, el Ayatollah Jomeini en 1979, George W. Bush en 2004. ¿Y quién ha sido la personalidad del año 2006, según el respetado veredicto de la revista *Time*? ¡Usted! Sí, usted. Es decir: no sólo *usted*, sino también *yo* y todos *nosotros*. O, más precisamente, cada uno de nosotros: la gente común. Un espejo brillaba en la tapa de la publicación e invitaba a los lectores a que se contemplasen, como Narcisos satisfechos de ver sus personalidades resplandeciendo en el más alto podio mediático". (2008: 11)

Tal como afirma la autora esta curiosa elección se funda en que *usted* y *yo*, todos *nosotros*, estamos "transformando la era de la información" pero también -decimos por nuestra parte- estamos siendo transformados por las tendencias de mercantilización y mediatización de la vida social que configuran la dinámica de la mentada sociedad. Y estos cambios se exponen en las formas de la expresividad social de los colectivos que ponen en juego en sus prácticas demandas de identidad y de subjetividad -sensu A. Melucci- ¿Pero qué hay en el lazo de interacción que conforma la dupla yo/nosotros de los actores colectivos -ante

“otros” oponentes y audiencias- cuando tenemos indicios para sostener que estamos en un momento de reconfiguración de *la sociedad de los individuos* (Elias, 1990)?

Para ser más precisos y retomando la noción de síntoma con la que iniciamos esta presentación: en las formas expresivas emergentes de la protesta social, *el yo se instancia como figura prevalente*: “Je suis Charlie” (11-01-2014) configuró un momento significativo, pero este recurso se encuentra en múltiples y heterogéneas protestas locales y globales. Pensemos en la consigna mexicana “YoSoy132”, en la interpelación “Ocupa Wall Street” (EE.UU.) o “Toma la calle, indígnate” “No les votes” (España, 15M).

En un mundo cada vez más interconectado desde países no occidentales la respuesta a “Je suis Charlie” replicó la forma: la frase “Je suis Mohamed” (Yo soy Mahoma) fue escrita en pancartas portadas por habitantes de las capitales de Algeria, Níger, Sudán y Mauritania, entre otros países. Si se quiere no consideremos esta “reacción” expresiva; de la misma manera vamos a encontrar el creciente lugar del yo como una marca política en la expresividad social de las protestas de países como Marruecos (20F). El un video que circuló por la web mediante el cual se convocaba a la participación en la marcha del 21 de febrero, 13 jóvenes iniciaban la fundamentación de su asistencia con la siguiente expresión: “Yo soy marroquí y voy a salir...”. Un caso similar en Egipto: durante las manifestaciones, proliferó la edición de videos y canciones exaltando la cuestión. Uno de los temas musicales más difundidos fue "Ana Masry", "Soy Egipto".

A partir de lo anterior, la estrategia de exposición y de argumentación que seguiremos es la siguiente: a- en un primer momento reconstruiremos los vínculos entre conflictividad y protesta social en este tiempo de despliegue del capitalismo a escala planetaria y de mediatización creciente de la vida social, a partir la instauración de una especie de ecosistema mediático -propio del capitalismo de los flujos y las redes-, siguiendo algunas consideraciones críticas que sobre el tópico ha planteado S. Žižek ; b- en segundo lugar precisaremos lo que entendemos por “dimensión política de la expresividad social en protesta”,

retomando algunas reflexiones propias orientadas hacia la clarificación del vínculo entre estética y política, que se visualiza en los recursos expresivos que los colectivos actualizan en las protestas. y c- finalmente y a modo de cierre intentamos responder que “profetiza” en términos de Melucci este presente de la acción de protesta, donde la marca del yo encuentra un lugar privilegiado en el complejo lazo yo/nosotros constituyente del actor colectivo. Es decir -y volviendo a la anécdota de la Revista Time- que imagen de colectivo en reconfiguración nos devuelve este espejo social de la expresividad viviente, actual y contemporánea que hemos indagado.

*a- Capitalismo planetario, conflictividad y protesta social*

Žižek en “Tinta roja para los manifestantes”<sup>1</sup> analiza las protestas sociales de “los indignados” en España. Parte de dos consideraciones sobre el vínculo entre conflictividad/estructuración social: a- el sistema capitalista en creciente despliegue a escala planetaria manifiesta sus consecuencias destructivas y b- la globalización económica reduce gradual pero inexorablemente la legitimidad de las democracias Occidentales.

“Los indignados” con su presencia en el espacio público y mediático están diciendo “ya basta”, pero orientan las demandas al mismo actor (el Estado) que - como dijimos antes- ve reducida su capacidad y potencia de toma de decisión por la globalización económica; lo que inexorablemente se traduce en pérdida de su legitimidad (Ya volveremos sobre esto en la exposición de las consignas). Dice el pensador esloveno:

“Hoy hay un exceso de críticas a los horrores del capitalismo...lo que por lo general no se cuestiona es el marco demócrata liberal de lucha contra esos

---

<sup>1</sup> En estas reflexiones nos basamos en el texto: S. Žižek. “Tinta roja para los manifestantes” (2011) en Revista Ñ, Revista de Cultura, 17 de diciembre de 2011, pág. 33. ver también: [www.grupocontecimiento.com.ar/index.php/politica/otras-vozes/100-tinta-roja-para-los-manifestantes](http://www.grupocontecimiento.com.ar/index.php/politica/otras-vozes/100-tinta-roja-para-los-manifestantes).

Sin embargo, su perspectiva sobre ciertos movimientos y formas de acción colectiva se encuentran en S. Žižek. (2004) *La revolución blanda*. Atuel/Parusía, Bs. As.

excesos. Esta es la vaca sagrada que ni siquiera las formas más radicales de anticapitalismo ético (Foro de Porto Alegre, Movimiento de Seattle) se atreven a tocar” (2011, 33).<sup>2</sup>

Žižek cuestiona el marco que determina el horizonte posible de los cambios (el encuadre demócrata liberal de esa lucha). Y así como ha constatado que el capitalismo es *el único universal concreto de nuestra época* (por lo cual las críticas a los horrores del capitalismo se dan en España, pero también en otros países como Grecia, Francia, Alemania) más adelante considera en términos de “ilusión” la propuesta de E. Laclau de “ampliación de la democracia”:

“Es ilusorio creer que podemos cambiar las cosas de manera eficaz “ampliando” la democracia. Los cambios radicales deben hacerse por fuera del ámbito de los derechos legales. La aceptación de los mecanismos democráticos institucionales como única y “correcta” fuerza de cambio simplemente impiden el cambio radical” (2011, 33).<sup>3</sup>

Expongamos las consignas que aparecieron en las protestas y allí podremos identificar los dos tópicos indicados por Žižek: los horrores del capitalismo pero también ciertos límites en los horizontes de la transformación posible/deseable.

---

<sup>2</sup> La expresión “anticapitalismo ético” requiere ser precisada. En la estructura de relación que presupone, hay un tipo particular de posición –la de víctima, abordada críticamente por A. Badiou en “La ética: ensayo sobre la conciencia del mal. Las emociones asociadas a esta figura son la bronca y sentimientos como la indignación. Este retorno de lo ético y de este tipo de emociones está asociado con la suspensión o desplazamiento de lo político y de otras pasiones. Para Badiou tiene que ver con lo que llama “el desfondamiento del marxismo”.

Retomando a Žižek, el cuestionamiento que realiza en este escrito y previamente en *La revolución blanda* es tanto al marco de la acción propio de la democracia liberal, como los horizontes de las posiciones y movimientos autonomistas (ejemplo, los zapatistas en México).

<sup>3</sup> Pero así como el Estado -tanto aquí en Argentina como en España- “hay cosas que no puede”, la creencia que sostiene “más derechos es más democracia”, ha encontrado formas de realización en nuestro presente como “profundización de la democracia”: por ejemplo en nuestro país la ampliación de ciertos derechos civiles a homosexuales (casarse, legar bienes, etc.). Se trata de conflictos que por la propia forma y contenido de la demanda formulada se puede resolver en el marco demócrata liberal y la resultante es jurídica: la ampliación de la norma como reconocimiento de derechos.

Millones de parados y ninguno callado; Basta de falacia, queremos democracia; El pueblo unido funciona sin partidos; Si al pueblo maltratan, el pueblo se levanta; Nuestro dinero no es para el banquero; Si seguís con esa, haremos la islandesa; Si votas lo de siempre, te joden igualmente; Democracia es otra cosa, esta es asquerosa; Si quieres transición, movilización. Si quieres el cambio, revolución; Fantoches que estáis en el poder dejaros de joder; Porqué manda el mercado, si yo no le he votado; Con nuestro dinero, se salva a los banqueros, con nuestra unión, es la revolución; Al pueblo en la calle, no hay nadie que lo calle; El oro del banquero, la sangre del obrero; El pueblo no se calla, sabemos lo que pasa; Manos arriba, esto es un rescate; Políticos y banqueros, los mismos carroñeros; España en pie, una Islandia es; Bancos y partidos, el pueblo está jodido; Menos gastos militares y más gastos sociales: Políticos y banqueros, mentirosos y usureros; Más inversión en sanidad y educación; Si el aire fuera un banco ya lo habrían rescatado; Tenemos la solución los banqueros a prisión; Las personas primero, los banqueros al talego; Rescata a la gente, no seas indecente; Devuelve lo robado que yo me lo he ganado; Dónde están, no se ven lo que tienen el poder; Con nuestro dinero, se salva a los banqueros; Porqué manda el mercado, si yo no lo he votado; Banqueros rescatados, obreros desahuciados; Jolín, jolín que aquí manda Botín, joder, joder no hay ni pa comer; Botín es el que manda y el pueblo es el que paga; Si esto no se apaña, caña, caña, caña, si esto no se arregla, fuera, fuera, fuera; PSOE, PP, la misma mierda es; Menos procesiones y más manifestaciones; Esta democracia me hace mucha gracia; Esto es un infierno, derroquemos al gobierno; Esta economía, es una hipocresía; Ladrones, corruptos, esto es un insulto; Mi dignidad no la compra Mastercard; Revolución contra la corrupción, con corrupción la revolución; No somos vagos, estamos en el paro, Político y banquero, reparte tu dinero; Escucha FMI, ya está España aquí; Escucha FMI ya está el pueblo aquí; La democracia no se ve, la democracia ya se fue; Contra la corrupción, político a prisión. Contra la usura, banquero al paredón; Nosotros os votamos, nosotros os echamos; Un hipotecado es un esclavizado; Tenemos la solución, banqueros a prisión; Sigue con esa que montamos la islandesa; Vuestra avaricia es nuestra injusticia; Si somos el futuro porque nos dan por culo; La banca siempre gana, los recortes son su paga; El oro del banquero es la sangre del obrero; Un pueblo aplastado es un pueblo indignado y un pueblo aplastado en un pueblo incendiado; Islandia, Islandia, mejor que Disneylandia; No me cuentes cuentos, mis hijos están hambrientos; Quiero trabajar, no quiero mendigar; Izquierda y derecha, de la misma mierda hecha; ¿Dónde está el dinero? ¿Dónde está el dinero? Se lo ha gastado en drogas el hijo del banquero; El pueblo sino lucha, los políticos no escuchan.<sup>4</sup>

El capitalismo en la figura del banquero y el cuestionamiento de la capacidad del mercado para decidir sobre la vida sin haber sido votado, es lo que aparece como recurrente en las expresiones. Y por lo anterior, la consecuente crítica a la

<sup>4</sup> <http://icelandspirit.blogspot.com.ar/2012/05/gritos-y-consignas-de-los-indignados.html>

democracia y fundamentalmente al sistema de partidos. Como colectivo de identificación aparece la noción de “pueblo” que se tensiona entre la posición de mantener la forma democrática o vías autonomistas que aparecen sólo como trazos.

Desde nuestra perspectiva, la referencia a la idea de “pueblo” funciona ideológicamente, en términos de fantasía social que hace posible tanto lo que se da a ver como lo que se obtura a la visión: “Pueblo” obtura el grado de heterogeneidad entre las condiciones y posiciones sociales de los activistas pero también opera como un significante que reúne.

Explicamos lo referido al carácter heterogéneo en cuanto a la composición social de quienes participan en las acciones de protesta. Sobre este tópico -y sólo en referencia a las clases trabajadoras- Harvey afirma lo siguiente: “La fuerza de trabajo está ahora geográficamente mucho mas dispersa, es culturalmente mucho mas heterogénea, étnica y religiosamente más diversa, esta racialmente mas estratificada y lingüísticamente fragmentada”.(2007: 62)

De este modo, ante adjetivos como *dispersión*, *heterogeneidad*, *diversidad*, *estratificación* y *fragmentación* en tanto rasgos del presente de las “clases trabajadoras” (concepto descriptivo, casi sin valor, desde las consideraciones realizadas sobre este tópico en el clásico estudio de E.P. Thompson sobre *La formación de la clase obrera en Inglaterra*) la recurrencia y el carácter casi excluyente de “pueblo” como forma de nominación elegida por los activistas, puede ser leída como la expresión de necesidad de nombrarse como “juntos”, en un tipo de formación social que tiende cada vez mas no sólo a la fragmentación de anteriores colectivos sino a performar/interpelar a los sujetos desde la posición de individuos.

El retorno de este significante o más precisamente su persistencia en el tiempo y en los más variados escenarios de protesta, funciona también como un lugar en el que se instala el yo. Ya volveremos sobre esto, pero retornemos a las protestas y al espacio/tiempo que la enmarca y que también expone este momento particular

de nuevas separaciones en el largo proceso de conformación de la sociedad de los individuos. Interroguemos la *forma* espacio/temporal de las protestas: salir a la calle previa convocatoria por redes sociales, por mensajes de texto, para reunirse en antiguos espacios públicos (especialmente las plazas) que cada vez devienen en escenarios de tránsito y circulación; y con relación al vector temporal se permanece allí hasta ser desalojado, o antes. Y continúa la participación por vías mediatizadas. La experiencia contemporánea se inscribe en un tipo de sociedad que cada vez adopta más profundamente la *forma* de suma de individuos; forma que se replica en el momento de las protestas.

En el próximo apartado en abordaje de los recursos expresivos en términos comparativos entre diferentes protestas, nos va a posibilitar mostrar la marca del yo en un lugar privilegiado dentro el complejo lazo yo/nosotros constituyente del actor colectivo.

*-b El yo como recurso en la expresividad socio-política de las protestas*

A. Scribano y X. Cabral en *Política de las expresiones heterodoxas: el conflicto social en los escenarios de las crisis argentinas*, retoman la definición de “recursos expresivos” desarrollada por Scribano. Citamos en extenso:

“Un recurso expresivo se puede conceptualizar, entonces, como un “objeto textual que permite delimitar, construir y distribuir socialmente el sentido de la acción”.

A la vez, los recursos expresivos tienen una doble posibilidad de lectura: se construyen y utilizan como productos de sentido (resultados) y son, a la vez, sentido en-producción (insumos). Desde la perspectiva de los insumos los recursos son seleccionados y usados resignificando su posición original en una trama de significados determinada; mientras que desde la perspectiva de resultados los recursos se ven tamizados por un proceso de producción significativa que deviene en utilización “novedosa” (Scribano, 2003, 2005). (2009: 136)”

En las protestas se actualiza un determinado stock de recursos -en forma y contenido- mediante los cuales los colectivos *ante otros* construyen la presentación social de los conflictos para audiencias y antagonistas; mientras que *para sí*, los recursos expresan haciendo visible/audible los sentidos de las demandas que explican la convergencia de su acción en los espacios públicos, en tanto manifestación identitaria y subjetiva con relación al conflicto, disparador de la acción.

Es así que la presentificación de una situación conflictual en protesta tiene un doble carácter: los recursos expresivos como 'productos en sentido' hacen visible un determinado momento de definición del objeto de la acción colectiva; pero en el mismo acto -'como sentidos en producción'- instauran nuevos ensayos de interpelación cognitivos y emocionales, con relación a audiencias y antagonistas.

Desde nuestra interpretación el acercamiento a la complejidad del sentido de la acción colectiva requiere indagar en los modos de interpelación que operan en los escenarios de protesta social; ya que los recursos expresivos seleccionados, actúan en la regulación de las sensaciones que nos atraviesan cuando observamos o participamos en estas manifestaciones. Por lo cual podemos afirmar que las formas de expresividad social tienen un carácter político constituyente, que dirime sus formas de actualización en el marco de la clásica antinomia ya indicada por W. Benjamin: estetización de lo político – politización del arte (Benjamin, 1994)<sup>5</sup>. No vamos a abordar aquí esta antinomia, pero si indicar que el campo de selección y construcción de los recursos está atravesado por

---

<sup>5</sup> Dice Benjamin en el cierre de *La obra de arte...*: "Fiat ars, pereat mundus, dice el fascismo, y espera de la guerra, tal y como lo confiesa Marinetti, la satisfacción artística de la percepción sensorial modificada por la técnica. Resulta patente que ésta es la realización acabada del 'art pour l'art'. La humanidad que antaño, en Homero, era un objeto de espectáculo para los dioses olímpicos, se ha convertido ahora en espectáculo de si misma. Su autoalienación ha alcanzado un grado que le permite vivir su propia destrucción como un goce estético de primer orden. Este es el esteticismo de la política que el fascismo propugna. El comunismo le contesta con la politización del arte". (1994:57)

formas de regulación de las afecciones, que oscilan en la tensión de desestructurar o mantener las maneras habituales de 'sentirnos afectados por lo que pasa'.

Dicho lo anterior, consideramos que de manera creciente y en las más variadas protestas, la figura del yo y la interpelación a la primera persona del singular en el uso de los verbos, expone su insistencia y despliegue. Por lo cual la figura del yo como recurso expresivo utilizado se constituye en un tipo de "analizador" que condensa el decir/sentir/actuar de los manifestantes, no sólo como vivencia en el espacio/tiempo específico de la protesta, sino como resultante de la modelización de la estructura que organiza su experiencia presente, cotidiana.

La anécdota de la Revista *Time* interpelando a través del espejo al yo /como imagen refleja/ indica en un primer sentido el lugar fundamental de las industrias ideológicas -sensu L. Silva- en los procesos de sobredeterminación de la experiencia, mediante el énfasis de la nominación/interpelación al sujeto como individuo. La revista *Time* junto al tipo de experiencia que performa el eco-sistema mediático actual se orientan al sujeto como *individuo, imagen y parte* de una suma; como potencial elemento de una suma de individuos que se conforma siguiendo la cuenta del uno. Para ser más precisas: la figura del yo como analizador se instituye como huella de este particular espacio/tiempo presente de transformación sobre las formas de participación en la vida social, ya identificadas por G. Deleuze, en *Posdata de las sociedades de control*.

En su *Posdata sobre las sociedades de control* Deleuze indicaba la historia, la lógica y el programa de transformación estético/política en el ejercicio de la disciplina y la regulación del deseo. En pocas páginas daba cuenta de la operatoria implicada en la modificación de un tipo de sociedad, basada en la disciplina y el encierro, a otra centrada en el control "a cielo abierto" y de actuación permanente.

Las nuevas tecnologías de Información y Comunicación (TICs) que han sido apropiadas con intensidad por parte de los activistas políticos en la organización

de la acción colectiva, pero también en los momentos de protesta, se inscriben en un tipo de experiencia que supone un tipo de interpelación al individuo; tecnologías que desde nuestra perspectiva son expresivas de las formas de modelización de la interacción en las sociedades de control, que operan “a cielo abierto” y de actuación in situ, recurrente, constante. No sólo en las sociedades occidentales, sino que en este tiempo del capitalismo de los flujos y las redes, también en otras formaciones sociales. Afirma Y. Gonzalez-Quijano con relación a las situaciones de protesta que fueron nominadas como “primavera árabe”: “No obstante, las manifestaciones que agitan al mundo árabe tienen también otro punto en común, al que el nombre que se les da no hace referencia; a saber, que se caracterizan por formas de movilización y de acción que otorgan un lugar muy importante a las últimas tecnologías de la información y de la comunicación.” (2011, 112)

Por esto, el riesgo para el denominado “activismo digital” no es sólo el hecho de que se trata de plataformas digitales privadas que operan siguiendo una lógica de mercado; sino que lo fundamental -que tiene que ver con estas plataformas; pero antes, con la misma experiencia socio-organizativa de los actores- es como considerar pero a la vez modificar esa forma de la estructura de la experiencia (cada vez mas mediatizada) en la que el yo conserva y mantiene el mayor peso en el lazo yo-nosotros, en tanto polos que configuran formas de identificación subjetiva individual y colectiva.

Sobre este tópico ha reflexionado una estudiosa de la obra de Benjamin: S. Buck-Morss. Buck-Morss retoma el ensayo benjaminiano antes citado -*La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica*- y analiza las dos tendencias con las que culmina el ensayo. Las tendencias identificados por Benjamin son: “estetización de lo político” y “politización del arte”.

Como se recordará son numerosos los ejemplos que Benjamin señala como representativos de la “estetización de lo político”. En “*La obra ...*” durante la Primera Guerra encuentra objetivaciones de esta tendencia, concretamente en una vanguardia como el futurismo en sus manifiestos de constitución. Por este es

pertinente enfatizar –como lo hace Buck Morss– que lo propio del fascismo es ‘administrar’ (no crear) una posibilidad técnica ya existente.<sup>6</sup> Pero no sucede lo mismo con la otra tendencia, la ‘politización del arte’. Esta expresión no fue definida por Benjamin; el pensador solo señaló –para su época, en el momento particular que originó su escritura– algunas formas orientadas en esa dirección: el teatro épico de B. Brecht; los montajes fotográficos de J. Heartfield que creaban discontinuidades extrañas o rompían sucesiones presupuestas. Y manifestó cierta confianza en algunas vanguardias –como el surrealismo– centrada en operar en la desnaturalización de la percepción habitual por la inmersión subjetiva en otros estados. Desde la perspectiva de Buck-Morss, analíticamente la consigna de ‘politización del arte’ señala la concreción de tres tipos de acciones que actúan a nivel del registro sensorial: “...deshacer la alienación del sensorium corporal, restaurar la fuerza instintiva de los sentidos corporales humanos por el bien de la autopreservación de la humanidad, y la de hacer todo esto no evitando las nuevas tecnologías, sino atravesándolas” (Buck-Morss, 2005: 171, los subrayados nos pertenecen)

Retomando nuestro objeto de estudio, si "los tiempos de protesta en sociedades injustamente estructuradas son un 'dato' recurrente del paisaje social" (Scribano, 2002:85), los recursos expresivos que se actualizan en los momentos de visibilidad de una situación de conflicto -para evitar la estetización y enfatizar el carácter político constituyente- deberían construir una forma de intervención que no niegue las nuevas tecnologías (ya que se trata de atravesarlas) y que opere logrando deshacer la alienación del sensorium corporal y restaurando la fuerza instintiva de los sentidos corporales humanos.

Para ejemplificar con la protesta global más próxima en el tiempo: de lo que se trata es de cómo resignificar la soledad del yo que se expone en el hashtag #jesuischarlie y en el Twitter, #iamcharlie; así como en los impresos, carteles,

---

<sup>6</sup> “El fascismo es una ‘violación del aparato técnico’ que es paralela de su violento intento de ‘organizar las masas recientemente proletarizadas’, no dándoles lo que les corresponde sino ‘procura(ndo) que se expresen’”. (Benjamin en Buck-Morss, 2005:169-170)

pegatinas y stencils, en las imágenes como cubrepantallas de los teléfonos móviles durante las vigiliadas de las protestas o en momentos de suspensión de la salida a la calle. Cómo ampliar una experiencia de colectivo social, de “multitud” si se quiere, pero que atravesase en forma y contenido un tipo de estructura de experiencia que enfatiza el singular en la figura del yo y la débil pluralidad por suma de individuos/yoés.

Volvamos a la anécdota de la revista *Time*. Como sabemos, ciertas vanguardias teatrales - no sólo en el siglo, sino en el milenio pasado- también recurrieron al juego del espejo para que los sujetos sociales, lejos de reconocerse desde la posición burguesa de espectadores se encontraran con la posibilidad de disponerse como protagonistas de la acción. Pero en aquel espacio/tiempo, la referencia a las relaciones de desigualdad estructural característica del capitalismo no habían sido naturalizadas -¿creencia ideológica materializada para nuestra experiencia contemporánea?-. Volvemos a ejemplificar: la apelación “indígnate” o la consigna “Somos el 99%” desplazan el lugar fundamental de la relación de desigualdad clasista como sede de antagonismos, y por ende la posibilidad de colectivos de identificación que remitan a clases más que a la suma de individuos (“somos el 99%”). Por esto, aquí nuevamente remitimos a la lectura de Žižek sobre los colectivos que van conformando lo que el filósofo esloveno nomina “la revolución blanda” (o “el anticapitalismo ético”).

Por lo expuesto hasta aquí, creemos haber fundamentado el carácter sintomal de los recursos expresivos que se exponen en los espacio/tiempo de las protestas, con relación a las estructuras de experiencia que organizan las formas y contenidos del pensar/sentir/ actuar de los sujetos. Además de argumentar sobre el íntimo lazo entre estética y política, en el sentido de las modalidades y resultantes de la regulación sobre las sensibilidades sociales que se exponen en el stock de recursos de los colectivos en protesta, haciendo visible tanto la marca del las *expectativas heredadas* que marcan el horizonte de cambio posible/deseable mediante la acción con otros (legados) como las *creaciones* que permiten el atravesamiento, la fuga del encuadre antes referido.

*c- A modo de cierre*

Al inicio de *El Manifiesto Comunista*, C. Marx decía que *un fantasma recorre Europa: el fantasma del comunismo*. En este escrito nos hemos referido a ese fantasma, señalando que continua retornando aunque in-nombrado e in-pensado, cuando se analizan los conflictos a los que remiten las protestas abordadas y cuando se escuchan los mensajes y las demandas que los colectivos despliegan – mediante recursos expresivos- en las protestas globales indicadas, en sus críticas a gobiernos y a banqueros como personificación del capital. Además de enmudecido el fantasma que remite a las clases, la estructura de la experiencia contemporánea de los participantes se reconoce en el significante “Pueblo”, que como fantasía social hace más plausible reunir -imaginariamente- a los individuos en tanto partes que muestran el largo proceso de ruptura de los colectivos de clase, además de la operatoria de los procesos de fragmentación, dispersión y heterogeneidad de las clases trabajadoras, indicados por Harvey y otros investigadores.

Hemos empezado a responder que “profetiza” en términos de Melucci este presente de la acción de protesta, donde la marca del yo encuentra un lugar privilegiado en el complejo lazo yo/nosotros constituyente del actor colectivo. Es decir -y volviendo una vez más a la anécdota de la Revista *Time*- nos hemos mirado en el espejo social *fragmentado* de la expresividad viviente, actual y contemporánea; espejo que nos devuelve la imagen de colectivos en reconfiguración y que nos alerta con una simple pregunta: ¿qué quieren, qué demandan los manifestantes? Porque en las sociedades de control, el campo de batalla se ha ampliado hasta la incluir las sensibilidades sociales; es decir, la propia piel, la propia imaginación. Por nuestra parte interpretamos que de lo que se trata entonces es de preguntar como atravesar la ideología que no nos deja mirar más allá del espejo, cómo desacralizar el marco de ampliación de derechos en tanto el único horizonte/ o el horizonte hegemónico que orienta las formas y contenidos de los conflictos sociales.

Para ser precisos y volviendo a Deleuze. No debemos olvidar que esos jóvenes que protestan, a la vez y de manera contradictoria si se quiere, “reclaman extrañamente ser “motivados”, piden más cursos, más formación permanente: *a ellos corresponde descubrir para qué se los usa, como sus mayores descubrieron no sin esfuerzo la finalidad de las disciplinas*” (Deleuze en Ferrer, 1991: 5, las cursivas son nuestras).

### Bibliografía

Alain Badiou. (2000) “La ética y la cuestión de los derechos humanos” en Revista Acontecimiento N° 19-20 – 2000. [www.grupoacontecimiento.com.ar](http://www.grupoacontecimiento.com.ar)

Alain Badiou. (1997) en T. Abraham. *Batallas Éticas*. Ediciones Nueva Visión, Bs. As., segunda edición.

Walter Benjamin. (1994) “La obra de arte en la época de la reproducción técnica”, en *Discursos Interrumpidos 1*, Planeta Agostini.

María Eugenia Boito. (2007) “La dimensión política de la expresividad social. Primeras reflexiones sobre los recursos expresivos en acciones de protesta.”, en *Mapeando interiores. Cuerpo, Conflicto y Sensaciones*, A. Scribano (compilador), UNC-CEA/CONICET, Jorge Sarmiento Editor, Colección Acción Social, Córdoba, pág. 143-169.

María Eugenia Boito. (2013) *Ideología y prácticas sociales en conflicto. Una introducción*. Dirección de Publicaciones de la UNC, CIECS-CONICET/UNC. Córdoba.

Susan Buck-Morss. (2005) “Estética y anestésica: una reconsideración del ensayo sobre la obra de arte” en *Walter Benjamin, escritor revolucionario*, Interzona, Buenos Aires, Argentina.

Gilles Deleuze: “Posdata sobre las sociedades de control”, en Christian Ferrer (Comp.) *El lenguaje libertario*, T° 2, Ed. Nordan, Montevideo, 1991. Disponible en: [www.philosophia.cl](http://www.philosophia.cl) / *Escuela de Filosofía Universidad ARCIS*.

Norbert Elias. (1990) *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Ediciones Península.

Yves Gonzalez-Quijano. (2011) “Las revueltas árabes en tiempos de transición digital. *Mitos y realidades*” en Nueva Sociedad N<sup>o</sup>-235, <[www.nuso.org](http://www.nuso.org)>.

David Harvey. (2007) *Espacios de esperanza*. Akal.

Adrián Scribano. (2002) *De gurúes, profetas e ingenieros*. Edit. Copiar, Córdoba, Argentina.

Adrián Scribano y Ximena Cabral. “Política de las expresiones heterodoxas: el conflicto social en los escenarios de las crisis argentinas” en Revista *Convergencia, Revista de Ciencias Sociales*, núm. 51, 2009, Universidad Autónoma del Estado de México.

Paula Sibilia. (2008) *La intimidación como espectáculo*. Fondo de Cultura Económica, Bs. As.

Ludovico Silva. (1980) *La plusvalía ideológica*. Ed. Universidad Nacional de Venezuela, Caracas.

Slavoj Žižek. “Tinta roja para los manifestantes” (2011) en Revista Ñ, Revista de Cultura, 17 de diciembre de 2011, pág. 33. ver también:

[www.grupocontecimiento.com.ar/index.php/politica/otras-vozes/100-tinta-roja-para-los-manifestantes](http://www.grupocontecimiento.com.ar/index.php/politica/otras-vozes/100-tinta-roja-para-los-manifestantes)

Slavoj Žižek. (2004) *La revolución blanda*. Atuel/Parusía, Bs. As.

Páginas

<https://www.youtube.com/watch?v=HYJ8D8desFw>

<https://www.youtube.com/watch?v=JAjmwOdMvFU>

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_QKIEQ-FIW8](https://www.youtube.com/watch?v=_QKIEQ-FIW8)

<https://www.youtube.com/watch?v=0RD9aOm4394>

<https://www.youtube.com/watch?v=0RD9aOm4394>

<http://periodismohumano.com/en-conflicto/dia-de-la-dignidad-en-marruecos.html>

<http://icelandspirit.blogspot.com.ar/2012/05/gritos-y-consignas-de-los-indignados.html>

<http://www.lanacion.com.ar/1760694-marchas-en-pais-agricanos-contra-charlie-heddo-yo-soy-mahoma>

<http://www.lanacion.com.ar/1760961-prohiben-un-periodico-en-iran-por-titular-yo-soy-charlie>

[http://www.yosoy132media.org/.](http://www.yosoy132media.org/)

<https://www.youtube.com/watch?v=R84vsyaNkTM>

**II Encontro Internacional Participação,  
Democracia e Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015  
UNICAMP, Campinas (SP)**

**Janela de oportunidade mediada: das mudanças no  
ânimo das demonstrações de rua ao ativismo online**

**Larissa Galdino de Magalhães Santos<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política– IFCH- Unicamp. Contato: larissagms@yahoo.com.br.

**Resumo:** O artigo propõe reflexões sobre as estruturas e oportunidades políticas do Ciclo de Confrontos iniciado nas Jornadas de Junho em 2013, com as manifestações do Movimento Passe Livre sobre aumento da passagem do transporte público em São Paulo, e a repressão violenta da Polícia Militar sobre os manifestantes, e o uso da internet como oportunidade política mediada. No decorrer do processo político, outros eventos, tais como a Copa do Mundo da Fifa e Eleições Presidenciais estabeleceram conexão com a politização da vida social e as manifestações via internet, dando substância ao conflito de discursos na rede. Dada conjuntura cíclica, o início do ano 2015 foi marcado por novas manifestações e o efetivo aumento da passagem do transporte público. Assim, o que mudou sobre a oportunidade política de mediação? Qual a dinâmica da estrutura de oportunidades políticas entre manifestantes e autoridades nesta nova onda de protesto? As redes sociais mais uma vez despontam como palco de batalha para discurso do conflito.

### **Introdução**

O ciclo de protestos iniciado em junho de 2013, impulsionado pelo aumento das tarifas no transporte público, e que ganhou adeptos, e notoriedade, a partir dos atos de violência e repressão da Polícia Militar de São Paulo, ainda esta inconcluso. Ilustra Tatagiba (2014) que os saldos ainda são indefinidos, dos impactos às possíveis reformas.

Propondo a análise sobre os diferentes atores que participam da dinâmica do conflito, este artigo, focaliza o contexto de oportunidades políticas, limites e constrangimentos à ação coletiva, dois anos após o início do ciclo de protestos. Isto porque, as tarifas do transporte público foram aumentadas em São Paulo, e em outras capitais, concomitante as mobilizações pela Tarifa Zero organizadas pelo Movimento Passe Livre. Assim, diante deste cenário, presume que as relações entre os movimentos sociais e o Estado, no contexto do ciclo de protestos, tem impulsionado a mobilização de repertórios complexos, do discurso do conflito, as ameaças da ação coletiva.

Especificamente propõe-se a análise sobre a estrutura de oportunidades políticas para os movimentos sociais no fluxo (2013-2015), priorizando as oportunidades de mediação, através das redes, do uso de tecnologias de informação e comunicação, da dinâmica contenciosa, novas táticas e estratégias de manifestações combinadas e inovadoras, dos enquadramentos, da visibilidade e mudanças no repertório.

Para destacar a relação entre as janelas de oportunidades políticas, e ativismo online, conectando conceitos propostos pela Teoria do Processo

Político e Ciberativismo, com base na conjuntura estrutural, político e social, das Manifestações de Junho, da Copa do Mundo de 2014, e as Eleições Presidenciais, ou *ciclo de protestos* (TATAGIBA, 2014), orientamos a análise, refletindo sobre a ampliação da pauta dos movimentos relacionados ao transporte público, mudança de repertório e a visibilidade na internet.

O artigo está organizado com base nas três dimensões precisamente propostas para análise. Primeiramente, discutimos sobre a ideia de oportunidade política de mediação como conectada às formas de *ciberativismo*, ilustrando que a base da conjuntura política e as inovações de repertório em *meio virtual* permitem maior visibilidade aos movimentos, viabilizando janelas de oportunidades, novos enquadramentos interpretativos e movimentos multiformes. Posteriormente propomos a reflexão sobre a *estrutura de oportunidades políticas* para os movimentos sociais neste biênio, do contexto aos eventos, enfatizando o ciclo de protestos. Ainda, destacamos a ampliação da pauta dos movimentos, a apropriação do repertório, o conflito do discurso, a legitimação do discurso online, e a formação de contrapúblicos e contradiscursos. Finalizamos o ensaio com o *tempo de reverberação* sobre a dinâmica contenciosa entre movimentos sociais e o Estado, outros atores, da relação entre o ciberativismo e novos repertórios, e da visibilidade e mediação, como que uma caixa acústica, que aparentemente, soa diferente, conforme o ambiente e as dimensões.

### **Entendendo o ciberativismo enquanto mecanismo de ação coletiva**

Os movimentos sociais emergentes na década de 60 guardam intrínseca relação com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, modificando a forma de ser fazer ativismo, através da emergência de novas pautas (e.g. direitos civis, ecologia e meio ambiente, feminismo), estabelecendo diálogos na direção do Estado, mas também da própria sociedade civil, através da mediação das novas formas de comunicação, em redes, horizontais e não-institucionais, produzindo novos repertórios de ação inovadores.

Com o benefício da memória, temos que ondas de desenvolvimento passadas, podem ser situadas em determinadas lógicas, e estas fases podem ser aproveitadas para ilustrar a compreensão do metamorfismo cibernético. Mudanças ocorreram com a o aumento da produção têxtil, marcando

Revolução Industrial; novamente com a energia inanimada para mover os veículos; ainda a eletricidade, o aço, as ferrovias e outras formas de transporte; já na primeira metade do século 20, o petróleo e os automóveis, e na segunda metade destacam-se os primórdios da informática.

O reconhecimento do ciberespaço depende de seu desenvolvimento e maturidade, como de outras ondas, como acima ilustrado, portanto tecnologias movidas em estágios semelhantes, em épocas diferentes, servem de espécime para a análise. O roteiro é caracterizado da seguinte forma: existe uma fase de implantação, depois experimentação, o que operacionaliza mudanças, então seguem as especulações, e amplo uso das tecnologias, oportunizando o amadurecimento das organizações e das instituições, normas e regras criadas para viabilizar as novas infraestruturas, domínios, dinâmicas, poderes, interesses e incentivos.<sup>2</sup>

(...) Basta que alguns grupos sociais disseminem um novo dispositivo de comunicação, e todo o equilíbrio das representações e das imagens será transformado, como vimos no caso da escrita, do alfabeto, da impressão, ou dos meios de comunicação e transporte modernos (LÉVY, 1993, p. 16).

Este histórico, entre movimentos sociais e uso de tecnologias e ativismo, pauta situar o ciberativismo como produto de desenvolvimento das formas de organização, ação coletiva, manifestações, políticas e culturais, numa relação de simbiose. A investigação sobre ciberativismo apresenta marcos para a dinâmica de lutas, tais como o Zapatismo (1994), Batalha de Seattle (1999), queda do presidente das Filipinas (2001) e as revoltas que emergiram no mundo desde as manifestações na Tunísia (2010) ou Primavera Árabe, Occupy, os Anonymous.

Carrol e Hackett (2006) procuram estabelecer análises, lançando mão da Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, com relação à mídia e formas de ativismos, ou ainda para compreensão das mudanças nos repertórios a partir do uso da internet, assim, indicam que os processos de difusão de repertórios de ação coletiva

---

<sup>2</sup> Percebe-se que nestas etapas, cada governo, organização, setor privado e sociedade civil enfrentam consequências de alteração, e formulam padrões de resposta a cada uma delas. Segundo Mike McConnell (2010) estas ondas tecnológicas, possuem um ciclo de vida previsível, definido como: incubação, irrupção, frenesi, a sinergia, maturidade e declínio. Em conformidade, cada ator social, supracitado, segue um padrão de ação diante da evolução das fases. McCONNELL, BOOZ; ALLEN; HAMILTON. The road to cyber power – Seizing opportunity while managing risk in the Digital Age, 2010.

(TARROW, 2010) no cenário transnacional são modificados e impulsionados pelas novas tecnologias.

Para Downing (2008) o enfoque sobre os movimentos sociais no contexto da internet é essencial para entender a mobilização como um processo que transforma preocupações coletivas em ações, através de mudanças sociais e mediáticas, mobilizações, frames, repertórios, redes e performances.

Portanto as manifestações a partir de Junho de 2013 no país ilustram o uso articulado da internet, e a conjuntura político e social (como uma janela de oportunidade política), através de uma série de oportunidades e constrangimentos estruturais, para desafiante e desafiadores, forjando inovações estratégicas e táticas para os movimentos.

Ademais, movimentos sociais já utilizavam táticas de ciberativismo, entretanto o diferencial foi o impacto e as influências do contexto e das relações entre os atores, ou seja, as oportunidades políticas.

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas preexistentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiante por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (MCADAM, TARROW & TILLY, 2009, p.26).

Logo o ciberativismo deve ser compreendido como beneficiário do processo de luta anterior a internet, mas também concomitante ao seu próprio desenvolvimento, ainda, o “ativismo como fenômeno social imanente às redes telemáticas como a internet” (ARAUJO; FREITAS; MONTARDO, 2012).<sup>3</sup> O desenvolvimento da internet e as transformações nos mecanismos de protestos e nas formas de ação coletiva são abordados como que “espelhos”.<sup>4</sup>

O desenvolvimento do ciberativismo foi influenciado por um discurso metamorfoseado para distribuição do poder, acesso às informações, emancipação social, engajamento e mobilização, influenciando “(...) decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais

---

<sup>3</sup> Os autores estabelecem fases de associação entre ativismo e internet, são elas: surgimento enquanto uma propriedade tecnosocial; a pré-web enquanto ambiente comunicativo de troca de mensagens; da popularização e expansão da web proporcionando sites e organizações ativistas pela rede e ações de hacktivismo; e web 2.0 de caráter interativo facilitando a organização com outras mídias e dispositivos.

<sup>4</sup> Araújo (2012) enfatiza que o caráter de novidade está relacionado a visibilidade midiática de ações recentes, tais como a Primavera Árabe.

protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet (SILVEIRA, 2010, p.31)” (SILVEIRA, 2010; ANTOUN, MALLINI, 2010; LIEVROUW, 2011).

Portanto, os novos movimentos sociais, em toda sua diversidade, reagem contra a globalização e seus agentes políticos, atuando com base em processo contínuo de informacionalização por meio da mudança nos códigos culturais no cerne das novas instituições sociais. Nesse sentido, não obstante surgirem das profundezas de formas sociais historicamente esgotadas, afetam de modo decisivo a sociedade atualmente em formação, seguindo um padrão bastante complexo (CASTELLS, 1999, p.135).

Diante do potencial democratizante de discurso e articulação da “esfera pública interconectada”, este espaço tornou-se palco para práticas comunicativas e de ação coletiva entre os membros da rede social, e indiretamente de toda a sociedade para disseminar e debater questões que eles entendiam ser de interesse público e que, portanto requerem o reconhecimento coletivo para ação coordenada no mundo *online* e *offline* (BENKLER, 2006).

Segundo McCaughey e Ayers (2003), o ciberativismo pode ser entendido como a presença para o ativismo político através da internet; e ainda, o uso ampliado e complexo da internet, como e para amplificação das formas e possibilidades de atuação em rede (SILVEIRA, 2010). Apontam Antoun e Malini (2010, 2012), a rede é um “entre lugar”, um campo de disputas sociais, em que são negociadas a atuação, a mobilização e as formas de engajamento como mecanismos operacionalizáveis em rede.

As novas tecnologias de comunicação despontam como impulsionadoras para mudanças na estrutura de poder cuja comunicação no meio virtual cria um espaço global de comunicação em contraposição ao *gatekeeper* da *mass media* (UGARTE, 2008).

Tomando como base o ativismo político em rede, Ugarte define o ciberativismo como:

(...) uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que utilizando ferramentas dessa rede, geram a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate **transcenda à blogosfera e saia a rua**, ou modifique, de forma perceptível o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

O ciberativista define-se como aquele que difundi “(...) um discurso e... coloca à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas poder e a

visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições (UGARTE, 2008, p. 58)”.

Os protagonistas nas redes virtuais estabelecem formas de organização, estratégia, comunicação e doutrinas diferentes. Ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e hackeamento politizado são formas de classificar o ativismo na internet (WRAY, 1998). O ativismo computadorizado é utilizado para incitar a ação em escalas, possibilitando a comunicação e articulação entre ativistas de diversas partes; já a desobediência civil e o hackeamento são ações mais pontuais e diretas, mas inovações táticas para o ambiente virtual para além das ruas.

Em síntese sobre a relação intrínseca entre ativismo e mídia, por meio do hibridismo das tecnologias e da arquitetura em rede, Lievrouw (2011, p.11-19) aponta atribuições sobre as novas mídias que abarcam as novas mídias ativistas e alternativas em: cultura *jamming* pela crítica aos próprios materiais e desfiguração; **computação alternativa** aplica-se sobre a infraestrutura da computação, criação e hackeamento; **jornalismo participativo** que proporciona meios de subversão da lógica da *mass media*; **mobilização mediada** que agrega as relações e interações online e off-line, organizado os movimentos sociais; conhecimento compartilhado que aplica métodos para produção, organização, avaliação, classificação e colaboração de informações e saberes.<sup>5</sup>

Relacionando a definição de ciberativismo à dimensão midiática, Ugarte (2008) atribui:

(...) como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (UGARTE, 2008, p.55).

A dimensão de desenvolvimento da internet relacionada com as transformações sofridas pelos movimentos sociais e a mídia, são um desafio dinâmico e constante (DOWNING, 2008). Ademais, a escolha por esta abordagem é uma tentativa de não isolar os eventos que permitem a criação de

---

<sup>5</sup> Em recente trabalho, Castells (2012) atenta para a capacidade de comunicação autônoma dos movimentos sociais contemporâneos, relacionando a ideia de poder e contrapoder, operáveis sobre a chave do controle da comunicação. A “rede de autonomia comunicativa” substanciará as discussões sobre as oportunidades e estratégias de mediação.

uma narrativa sobre os protestos, em que surgem novos conceitos, repertórios, enquadramentos e discussões.

Entendemos o ativismo real (virtual e tradicional) como meio e fim da luta, e como promotor para transformação do poder (CARROLL; HACKETT, 2006), como “instrumento de participação, mobilização e criação de identidade” (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 30).

Pois

A culminância na mobilização de rua de um processo de discussão social, levado a cabo por meios eletrônicos de comunicação e publicações pessoais, na qual deixa de existir a divisão entre ciberativistas e mobilizados (UGARTE, 2008, p. 47).

Portanto, a compreensão de um novo **ciclo de protestos** perpassa a compreensão das sequências, da conjuntura e dos eventos dos dois últimos anos, e que ainda está em andamento. Pois o ciclo de protestos, que tomou corpo nas Jornadas de Junho de 2013 (TATAGIBA, 2014), intensificando conflitos, mobilizando setor, envolve todo o conjunto da sociedade, logo, exige uma correspondência das autoridades, seja incorporando demandas, por meio da repressão, ou inovando o repertório de ação. A dinâmica do ciclo é resultado da interação entre os atores, pares, dentre de tais períodos.

Como a dinâmica do ciclo de protestos é influenciada pela interação entre o Estado e os movimentos sociais, e estas se modificam ao longo do jogo político, novos discursos e atores podem surgir, bem como os impactos sobre a política institucionalizada. As tecnologias de informação e comunicação, principalmente as redes sociais funcionam como dinâmica de mobilização provocando mudanças na relação entre desafiados e autoridades.

Assim, sobre o ciclo de protestos de Junho de 2013,

Na ausência dos atores políticos tradicionais, com seus recursos e expertise na ativação da ação coletiva, o papel de mobilização e recrutamento nos protestos contra o aumento da tarifa foram desempenhados principalmente pelas redes sociais. O ciclo de protestos de Junho não foi construído nas redes sociais. Mas, sem dúvida a mobilização nas redes foi um fator decisivo para a conformação de suas características. As redes sociais foram um espaço essencial para a produção e difusão de informação alternativa às veiculadas pela mídia tradicional, principalmente a partir dos vídeos feitos pelo celular. Os debates realizados nas redes repercutiam o clima da rua; a mobilização gerada na rede construía o desejo de ir para a rua (TATAGIBA, 2014, p.15).

Assinalamos que a organização da ação coletiva contemporânea está relacionada à comunicação alternativa e as mídias digitais (BENNETT, SEGERBERG, 2012). Neste cenário, analisamos a partir de tais dimensões: estruturas e oportunidades políticas das novas mídias, da lógica e das dinâmicas de organização das manifestações e dos repertórios de ação coletiva.<sup>6</sup>

### **Estruturas e oportunidades políticas: potenciais e limites**

O contexto político-institucional exerce papel decisivo na emergência da ação coletiva. Conforme o pressuposto da Teoria do Processo Político existe uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos a partir do qual os atores decidem ou não se engajar no confronto. Estruturas de oportunidades políticas favoráveis viabilizam o surgimento do movimento social, somadas a estrutura de mobilização (MACADAM, TARROW, TILLY, 2001).

Assim,

A política do confronto é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos (TARROW, 2009, p.43).

Nascimento (2012, p.46) reflete com propriedade que a teoria dos movimentos sociais, seja na perspectiva do Processo Político ou sobre os Novos Movimentos Sociais, cada qual oferece chaves interpretativas eficientes, mas "(...) as evidências empíricas demonstram que o movimento é mais complexo e que essas correlações não são tão diretas e inequívocas. Em outras palavras, em vez de caracterizar formas puras e coerentes de ação, muitos movimentos combinam modalidades aparentemente contraditórias, como a extrainstitucional e intrainstitucional, ou a contestação e a cooperação". Esclarece, portanto que operacionalizar os conceitos propostos pela Teoria do Processo Político neste artigo é pensar sob quais condições, uso de novas

---

<sup>6</sup> Para fins deste artigo não iremos tratar das questões específicas sobre a conjuntura do ciclo de protestos iniciado com as Jornadas de Junho em 2013. Aqui, cabe destacar a analisar as imbricações do uso das tecnologias de informação e comunicação na dinâmica contenciosa.

tecnologias de informação e comunicação combinadas aos repertórios de ação tradicionais, assumem determinadas características.

A variável ambiental é o fator contexto e que exige a abordagem relacional. Portanto são as condições operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas, são dimensões consistentes de encorajamento e desencorajamento à ação coletiva, que estabelecem as condições nas quais o confronto tende ou não a se manifestar. Mudanças na estrutura de oportunidades e restrições políticas produzem alterações no nível da agência coletiva.

### **Oportunidades políticas são**

dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso (TARROW, 2009, p. 105).

São as estruturas de oportunidades que delimitam a possibilidade de escolha dos agentes entre os melhores cursos de ação para política de confronto. Quando há mudanças nas estruturas, seja nas dimensões formais e informais, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para aqueles grupos sociais que estão fora da esfera política (TARROW, 1998, p.20).

Mas para Tarrow (2009) as oportunidades nas são aproveitadas somente pelos mobilizados, mas também para seus oponentes, ao especularem e informarem suas ações, resultando na criação do espaço político para o movimento e para o contra movimento, produzindo incentivos e provocando a reação dos oponentes.

Deste modo a forma com que o par, Movimento Passe Livre e Polícia Militar (considerando o governo municipal e estadual), atuam na dinâmica do conflito, das Jornadas de Junho até as recentes manifestações de 2015 pela Tarifa Zero, modificaram-se, pois, os mobilizadores, mobilizados e as autoridades, incorporaram outras estratégias de ação ao longo do jogo político, aproveitando diferencialmente as oportunidades políticas, como a mediação através do uso das redes sociais (que é foco analítico aqui proposto), coalizões e formas de protesto e repressão.

A interação e confronto disseminado através do ciclo de protestos produz uma determinada vantagem aos desafiantes, e exige que o Estado organize estratégias de reação (TARROW, 2009, p.182). As estratégias do Estado perante o Movimento Passe Livre, bem como a pauta do movimento, modificaram-se desde 2013. A vantagem temporária da novidade, seja pela organização nas redes sociais, seja pela veiculação, através do jornalismo participativo das estratégias de violência e repressão da polícia, da visibilidade, denotam novos quadros interpretativos, conflitos pelo discurso, em que o Estado combinou estratégias, influenciando no desenrolar das manifestações sobre o transporte público (esta questão será mais bem tratada adiante).

A atuação dos movimentos sociais que operam por meio das tecnologias em ambiente virtual para organizar, mobilizar, recrutar, coordenar e disseminar suas próprias lógicas tem sido enfatizado por vários estudos (KECK e SIKKINK, 1998; DIANI, 2001; SURMAN e REILLY, 2003; VAN de DONK, et al., 2004; BENNETT, et al., 2008).

Argumentamos que o ciberativismo (UGARTE, 2008) seja por via de ativíssimo computadorizado (WRAY, 1998), seja como **computação alternativa, jornalismo participativo** ou **mobilização mediada** (LIEVROUW, 2011), compõem estratégias para inclusão de demandas na agenda pública, por meio de táticas que utilizam novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente a internet, como forma de mobilização na dinâmica contenciosa.

O **ciberativismo** e o uso de outras tecnologias em outros eventos que marcaram os o atual ciclo de protestos são parte da **estrutura de oportunidades que facilitaram o curso da ação coletiva, mas também como parte do repertório de confronto.**

Disponibiliza uma série de ferramentas, advindas do legado de cultura hacker, e que propõe o desenvolvimento de outras para dinamização de ações virtuais; visibilidade e circulação de informação descentralizada; etapas de deliberação para um novo consenso social ou ciberturba (UGARTE, 2008, p.57); desenvolvimento de ferramentas que potencializam a interação instantânea (Web 2.0); desenvolvimento de dispositivos móveis e ampliação das redes de conexão sem fio; articulação transnacional de redes de ativistas e mobilizáveis; dispersão da noção de tempo e espaços e agilidades nas

interações coordenadas; mídia alternativa com a produção de informação cooperativa, de forma livre e pública (ANTOUN, MALLINI, 2010, p.9)<sup>7</sup>; redes sociais virtuais para organização e articulação de coletivos personalizados; ubiquidade (LEMOS, 2009)<sup>8</sup>.

E ainda, Gomes (2005) sumariza algumas vantagens democráticas advindas da internet como meio de participação política: as limitações de espaço e tempo para participação são ultrapassadas; ampliação da provisão de informações e da qualidade das mesmas; diminuição dos filtros de interesse e controle; interatividade; oportunidade de visibilidades para vozes minoritárias ou excluídas.

As formas mais expressivas de articulações políticas na atualidade, considerando a estrutura de oportunidades políticas, incorporaram táticas virtuais e lógicas mediadas de ação coletiva para o confronto. Operam, pois como estruturas de **oportunidades políticas de mediação**, atuando internamente por meio de formas de ativismo online e externamente como mídia alternativa.

#### Mas os ciclos de confronto

(...) são produtos de uma difusão mais ampla de oportunidades políticas que transformam o potencial para a mobilização em ação. Nesses cadinhos de conflito e inovação, os desafiadores e seus opositores não apenas tiram vantagem de oportunidades disponíveis, eles as criam para outros ao produzir novas formas de ação, elaborando novos “quadros interpretativos principais” e fazendo coalizões que forcem o Estado a reagir à desordem em volta dela (TARROW, 2009, p.251).

A disseminação das novas tecnologias de informação de comunicação na politização da vida é uma **janela de oportunidade política**? A mudança na estrutura de oportunidades políticas gerou espaço e inovações para mobilização coletiva, mas também para as respostas das autoridades.

A internet como uma “habilidade temporária” que pega desprevenidos seus oponentes, pois interfere nas estruturas de mobilização, mas passa a exigir no oponente, um desempenho correspondente à inovação.

<sup>7</sup> Antoun e Mallini (2010, p.6) intensificam a discussão ao definirem estas mídias como uma forma de liberdade positiva ou “biopolítica na rede”.

<sup>8</sup> Lemos (2009, p.29) esclarece “não podemos dissociar comunicação, mobilidade, espaço e lugar. A comunicação é uma forma de ‘mover’ informação de um lugar para outro, produzindo sentido, subjetividade, espacialização”.

Desde Junho de 2013 o Movimento Passe Livre utiliza a internet como inovação para mobilização, criando uma nova forma de ação; entretanto, considerando o ciclo de protestos, outro pico de manifestações em 2015, demonstra que o conflito entre o movimento e a Polícia Militar passou das ruas também para as redes. As autoridades produzem novas formas de ação, realiza coalizões com outros movimentos que defendem a causa do transporte público, e utiliza as redes para elaboração de um quadro interpretativo, viabilizando um conflito de discursos, é, pois uma oportunidade política de mediação.

O confronto político expande as oportunidades que encorajam o engajamento das pessoas no confronto, mas essas ações circunscrevem ameaças e constrangimentos. As restrições são como a capacidade das autoridades em desencorajar o confronto (TARROW, 2009, p.39).

### **É preciso estar em movimento: sobre oportunidades convencionais e janela virtual**

As oportunidades políticas fazem referência a sinais contínuos, embora não permanentes, são percebidos pelos atores. Na medida em que o ciclo de oportunidades se estreita, movimentos e autoridades se modificam. Os sinais são conjunturais, mediações e percepções por parte dos agentes sociais ou políticos, logo as oportunidades são dinâmicas. Neste sentido temos que considerar o contexto, ler e considerar os recursos disponíveis para análise. Portanto observar o grau de institucionalidade formal e informal, e as correlações de força e alianças flutuantes.

Para compreender a forma com que os movimentos sociais utilizam as oportunidades políticas é necessário analisar o contexto e as estruturas, destaca-se a capacidade ou propensão do Estado em utilizar de **violência política**. Os confrontos políticos ocorridos a partir das manifestações de Junho de 2013, e as táticas de repressão às manifestações adotadas pelo Estado tornou-se o estopim para a introdução de outros grupos e pautas nas manifestações. Também, utilizando das capacidades, já citadas, ofertadas pelas tecnologias as mobilizações ampliou-se a visibilidade do “par de atores”

em conflito, oferecendo informações alternativas à *mass media* e expondo a dinâmica do confronto.<sup>9</sup>

A **transformação na estrutura de oportunidades e ameaças políticas** e o uso das **tecnologias virtuais** que patrocinaram uma nova onda de mobilizações inovadoras (histórico sequenciado de eventos e marcos de ciberativismo supracitados; e manifestações recentes, principalmente pela pauta urbana), dito que

(...) as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva (inovador), criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto (TARROW, 2009, p.38).

É a **janela de oportunidades** que possibilita o surgimento de ação coletiva como renovação de repertório. Isto porque num ciclo de protestos, o repertório pode aparecer como tradicional e inovador. As novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet são incorporadas ao repertório de ação, dando substância a **janela de oportunidade política de mediação**.

O Movimento Passe Livre e outros setores mobilizados incorporam o uso das redes sociais como técnica para o repertório de ação, o que lhe promove o caráter de inovação. Assim, ao mesmo tempo, cabe destacar que o ciclo de protestos e a intensa mobilização facilita “o foco” das autoridades, que procuram responder efetivamente às manifestações. Em 2013, as autoridades responderam com repressão efetiva, exacerbando a polarização reacionária, para depois ceder às reivindicações dos manifestantes (TARROW, 2009, p.190-191). Já em 2015, diante de manifestações baseadas em repertórios de ação já reconhecidos, as autoridades inversamente, utiliza a janela de oportunidade política para a desmobilização.

---

<sup>9</sup> As manifestações também criam estruturas de oportunidades para sua ação futura, para outros movimentos (que nem sempre compartilham dos mesmos valores e pautas). Logo, o cenário atual, pós Junho de 2013, reflete a maior visibilidade dos movimentos relacionados às urbanidades, como o MPL, MSTS, mas também para movimentos que vão à contramão do cenário. Mas a relação entre movimentos sociais e oportunidades políticas é fluída, imprevisível e recíproca, por isso a adesão de outros atores aos protestos e a extensão da dinâmica, encabeçados pelo MPL foi observado como surpresa pelos militantes e pela própria população, em 2013.

Salienta Tarrow (2009) sobre as possibilidades de potencializar as oportunidades políticas a partir: ampliação e facilidades de acesso de protestos; modificações nos alinhamentos na coalizão de poderes envolvidas; na divisão entre as elites mantenedoras do status quo; da aproximação com aliados influentes; e nos constrangimentos para obtenção de demandas.

A **conjuntura político e social** desde 2013 incitou novas formas de protestos, principalmente pelo uso das tecnologias; modificou o alinhamento de poderes envolvidos, já que a midialização da violência exacerbada do Estado culminou na adesão de outros grupos aos movimentos; a divisão entre as elites que compõem o status quo perpassa pela perspectiva de nova onda de direita (que também utilizam táticas e lógicas de protesto virtuais, mídia alternativa e contrainformação); e sobre o constrangimento para obtenção de demandas, destacam-se o Marco Civil da Internet, as discussões sobre a Política Nacional de Participação Social e as discussões sobre as telecomunicações no país.

A conjuntura fomentou as estruturas e oportunidades políticas, num sentido amplo, mas o uso e incorporação das novas tecnologias como táticas e lógicas de ativismos, são entendidos como janelas de oportunidades políticas de mediação.

O que procuramos enfatizar é que os recentes movimentos no país não começaram na internet, embora em nossa interpretação, o ciberativismo é essencial para o debate, mas efetivamente para as formas de mobilização. Em seu conjunto, este processo, evidencia que o universo comunicacional, de mediação, visibilidade e discurso, ganharam expressividade e força quando incorporados como formas de ativismo, mas também como capacidade de democratização, politização da vida social, empoderamento e transparência, sem contundo, descartar as formas tradicionais de ação coletiva, são parte de repertório de ação.

### **Oportunidade política de mediação**

Cammaerts (2013) promovendo a discussão sobre a lógica de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação procurou alinhar a teoria dos movimentos sociais e a mídia para análise das manifestações contemporâneas. Recuperando o conceito de estrutura de oportunidades como da dimensão de incentivos e constrangimentos, e estabelecendo conexões

com o conceito de mediação, reflete sobre a dinâmica das mídias, do ativismo, e dos discursos em rede, como constitutivas dos recentes movimentos. Esta é uma discussão cara para nossa análise.

Argumenta que a “mediação é um conceito eficiente para abranger uma **grande variedade de maneiras nas quais a mídia e os meios de comunicação são relevantes para os protestos e movimentos** (CAMMAERTS, 2013, p.13)”. Integrando conceitualmente as teorias, o autor alerta que a estrutura de oportunidade de mediação, ao mesmo tempo, fortalece ativistas, mas também os limita, pois, ainda que a mediação seja assimétrica “(...) – equilibrando oportunidades potenciais e limitações estruturais – (...) alguns atores são mais iguais do que outros (SILVERSTONE, 2002: 762) (CAMMAERTS, 2013, p.14)”.<sup>10</sup>

Justamente a mediação dialética que permite abordar a mídia, e os conteúdos produzidos – informações, narrativas e discursos- em conjunto com as novas tecnologias, “como estratégias de comunicação e práticas midiáticas de cidadãos e ativistas (CAMMAERTS, 2013, p.14)”.

Para Gohn (2010) as formas de organização e das ações são reconfiguradas pela apropriação de ferramentas de comunicação diversificadas, já que favorece a articulação e as estratégias de visibilidade dos movimentos sociais. As oportunidades potenciais, diante das limitações estruturais retratam a proposta de novas formas de organização da sociedade, enquanto inovações para mudança social (GOHN, 2004), ou seja, as novas tecnologias, e a conjuntura político-institucional são mantenedoras do enquadramento dos movimentos sociais recentes, principalmente no que tange o aperfeiçoamento das formas de mediação.

A oportunidade de mediação política é composta por outras três estruturas: **estrutura de oportunidade mídia, estrutura de oportunidade discursiva** e a **oportunidade em rede**. Numa aproximação com os movimentos sociais, as oportunidades de mídia referem-se a ampliação do coletivo alternativo, das ferramentas e da lógica de rede; A estrutura de discursos é corroborada pela circulação e do espelhamento do conteúdo

---

<sup>10</sup> Vale-se da dupla articulação de proposta por Silverstone (1994) em que “os processos de mediação se aplicam tanto à mídia como a um objeto material em referência à tecnologia e ao cotidiano quanto o simbólico, o discursivo com referência à guerra ideológica de posição (CAMMAERTS, 2013, p.14)”.

elaborado para o meio e a partir do meio virtual; da oportunidade de rede, das formas de circulação, fluxo, troca, compartilhamento, colaboração e descentralização (CAMMAERTS, 2013).

A estrutura de oportunidade de mídia serve ao desempenho e representação, com a finalidade da mobilização, da legitimação, da validação das demandas, expansão do conflito para além do compartilhamento de opiniões (GAMSON, WOLFSFELD, 1993). Estrutura de oportunidade de discurso esta relacionado à luta simbólica, interna e externa do conflito, na medida em as ações são produtoras de novas ideias e agentes de contestação de formas e ideais retrógradas, logo contribuem para formação de identidades coletivas (MELUCCI, 1996). Já a estrutura de oportunidade em rede, como instrumental e constituinte, contribuem para as estratégias de planejamento (BENFORD e SNOW, 2000), bem como nas formas de organização e mobilização autônomas. “Inevitavelmente, a relação entre essas três estruturas de oportunidades inter-relacionadas é circular – cada uma delas tem impacto nas outras de diferentes formas (CAMMAERTS, 2013, p.17)”.

Apontadas abordagens conceituais, os conceitos serão esmiuçados com base em fontes documentais. Para tanto foram feitas pesquisas em sites, revistas e jornais sobre a atuação dos movimentos sociais no biênio (2013-2015) tomando como base os movimentos relacionados ao transporte público, ou mobilidade, e as autoridades. O intuito é perceber de que forma a estrutura de oportunidades de mediação permite a apreensão sobre diferentes atores de mídia, diferentes formas de organização, estratégias e lógicas de comunicação, pelos atores na dinâmica do confronto.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Entre os dias 01/01/2015 e 31/01/2015 foram feitas buscas sobre notícias, reportagens e artigos sobre os recentes movimentos, especificamente, relacionados as Manifestações de Junho de 2013, Copa do Mundo de 2014 da Fifa, Eleições Presidenciais de 2014. As fontes para as análises são: 1. A esquerda oportunista se apropria dos “rolezinhos” para sua narrativa ideológica tacanha. Colunista: Rodrigo Constantino. VEJA.com. 2. A politização do cotidiano, a classe média e a esquerda. Revista Carta Maior. 3. MPL repete fórmula de 2013, mas promete levar protestos do centro para a periferia. Ricardo Senra. BBC Brasil.com. 4. Ariano Suassuna: Esquerda e Direita. Ariano Suassuna. Revista Pragmatismo Político. 5. As esquerdas e a ditadura militar brasileira. Brevíssimas reflexões sobre as esquerdas brasileiras, nos 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Carlos Vianna. Esquerda.net. 6. As hashtags estão nas ruas e o internauta levantou do sofá. Humantech. Blog do Conhecimento. 7. 'As ruas não estão pedindo um novo salvador'. Estado de São Paulo. 8. Ativistas somos nós, nossa força e nossa voz. Antonio Lassancee. Revista Carta Maior. 9. Ato pós-eleição estimulam movimentos sociais a articularem 'frente de esquerda'. O Povo Online. 10. Dobradinha entre movimentos sociais e revistas dão novo perfil a protestos. BBC Brasil.com. 11. As ruas se encheram de classes sociais da esquerda à direita. Daniela Alarcon. Revista Adusp. 12. Movimentos sociais

### **Estrutura de oportunidade de mídia**

Refere-se a representação da mídia sobre as manifestações, cuja lógica tradicional tende a receber menos atenção da mídia, a não ser que exista algo de espetacular nisso. A atenção da mídia pode ser conquistada pela lógica dos números através de manifestações de massa, da lógica do dano, através da destruição de propriedade (tática black bloc), e da lógica do testemunho, pela exibição pública (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p.170).

Sobre os números, quando das manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre, nas primeiras semana de janeiro de 2015, os organizadores relatam aglomerações de até 30 mil pessoas, enquanto, segundo a Polícia Militar não passam de 5 mil mobilizados.

Para desafiar os discursos hegemônicos, e os movimentos fazem isto, com o benefício das tecnologias, usando imagens, músicas, transmissões simultâneas, produções artísticas, que busquem fazer com que as pessoas repensem seu entendimento sobre a ação e também sobre a relevância em defender as demandas em espaços públicos. É um processo de legitimação interna, de uma mídia coletiva e alternativa, com blogueiros de rua, e outras formas que diversificam das formas da mídia tradicional.

---

convocam marcha por reformas e 'contra a direita'. Rede Brasil Atual. 13. Movimentos sociais prometem pulverizar atos contra tarifa pelas periferias. Carolina Scorce. Rede Brasil Atual. 14. MPL acredita em forte mobilização contra aumento de tarifas. Carolina Scorce. Rede Brasil Atual. 15. MPL faz aula pública para protestar contra aumento da tarifa do transporte em SP. JULIANNA GRANJEIA. Jornal O Globo. 16. O ativismo online é para preguiçosos. Mauricio Meirelles. Mundo Notícias. Época.G1. 17. 'Não sou contra o ativismo de sofá', afirma o filósofo francês Pierre Lévy. BRUNO LUPION - O ESTADO DE S. PAULO. 18. Os protestos no Brasil e o desafio às Ciências Sociais. Revista Carta Maior.19. Os protestos se transformam, mas os brasileiros não vão sair das ruas. PEDRO MARCONDES DE MOURA. TALITA BEDINELLI. Edição Brasil no EL PAÍS. 20. Pesquisadores e ativistas analisam a relação e a importância dos protestos nas ruas e a internet. Shirley Pacelli. Tecnologia Estado de Minas. 21. Quem pretende parar o Brasil em 2014? Movimentos sociais que partem de premissas corretas, ladeados por anarquistas, black blocs e os reacionários de sempre, integram a fauna diversa e barulhenta que promete agitar as ruas no Mundial. Piero Locatelli e Rodrigo Martins. Revista Carta Capital. 22. Tecnologia Para Quê? Democracia e Autoritarismo em Tempos de Manifestações. Luiz Fernando Moncau. Revista Interesse Nacional.Uol. 23. Gritos contra abusos da PM ofuscam tarifa em protesto do MPL. Wanderley Preite Sobrinho. Revista Carta Capital. 24. Gritos contra abusos da PM ofuscam tarifa em protesto do MPL. Wanderley Preite Sobrinho. Revista Carta Capital. 25. Polícia Militar X militantes: uma batalha também nas redes sociais. T. BEDINELLI. EL PAÍS Brasil. 26. Haddad manobra para esvaziar os protestos do MPL em São Paulo. MARÍA MARTÍN / TALITA BEDINELLI. EL PAÍS Brasil. 27. Manobra de Haddad é "lamentável", diz Movimento Passe Livre. EL PAÍS Brasil. 28. Para onde vai o MPL?. MARINA ROSSI. EL PAÍS Brasil.

Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), coletivo que foi formado em 2011, que se tornou notório por transmitir pela internet, os protestos de Junho de 2013, utilizando celulares, outros dispositivos e *laptops*, destaca-se como um coletivo alternativo que opera em várias lógicas e estruturas de oportunidade de mediação. Nomeiam-se enquanto mídia radical dedicada à mídia livrismo, estabelecido na luta anticapitalista.

Com o tempo, começamos a colocar à disposição das agendas de outros movimentos sociais as ferramentas que tínhamos desenvolvido no circuito da cultura, a tecnologia social que tinha sido acumulada, para usar a internet para dar visibilidade a essas narrativas”, conta. E, com ele, um impactante aumento na audiência dos canais da Mídia NINJA, que passaram a transmitir as “narrativas de indignações comuns” que tomaram as ruas (ALARCON, 2013, p.41).<sup>12</sup>

### **Estrutura de oportunidade de discurso**

Como mídia alternativa, os movimentos investem em recursos para ser a mídia capaz de formar ou influenciar a opinião pública e do público, assim investem na produção de contranarrativas, novos enquadramentos, artefatos de protestos, constroem identidades coletivas, promovem novas identidades, ridicularizam as elites, através das lutas simbólicas.

A natureza material e permanente desses artefatos de protesto permite que símbolos e discursos sejam inseridos neles para serem culturalmente transmitidos no longo prazo, alimentando o embate e contribuindo para a construção da memória coletiva de protesto. Com isso, eles efetivamente se tornam “comunidades epistêmicas” (Lipschutz, 2005), transferindo o conhecimento e potencialmente influenciando outros movimentos através do que é chamado “transbordamento de movimento” (Meyer e Whittir, 1994) (CAMMAERTS, 2013, p. 24).

Após as manifestações de junho de 2013, a tática black bloc de desobediência civil através da violência patrimonial foi identificada como o próprio Movimento Passe Livre, a estrutura de oportunidade de discurso age interna e externamente, para lograr a identidade de um movimento com lógicas para o diálogo e outra tática confrontacional e muitas vezes relacionado à criminalização.

---

<sup>12</sup> As ruas se encheram de classes sociais da esquerda à direita. Daniela Alarcon. Revista Adusp.

Sobre as tecnologias, surgiram as multidões inteligentes, formadas por agrupamentos de pessoas capazes de agir de forma coordenada mesmo sem se conhecerem previamente, mas mobilizadas pela sinergia da interconexão pela computação móvel, redes sem fio e telefonia. É a identificação pela solidariedade.

Para Lasén e Albéniz (2008) os recentes movimentos possuem caráter lúdico e performático, com ênfase na sociabilidade, com base numa comunicação computacional, mas também emocional, tecnologicamente mediadas, e compartilhadas, expondo a narração das ações na rede.

Em reportagem na revista Carta Maior, sobre os protestos no país e o posicionamento das Ciências Sociais (15/02/2014), Luciana Ballestrin relata

Muito se tem dito sobre a presença de milhares de jovens nas ruas deste Brasil. Trata-se de uma nova geração, com outras referências, códigos, sociabilidades, identidades e desejos que a maioria ou a velha guarda não consegue captar – talvez algo desde o início e em essência já desmanchado no ar. Na rua, lutas, ideologias, discursos, ações, sentidos, performances, teatralizações e desobediência civil em direções diversas, opostas e semelhantes, que acabam por se aglutinar em torno de uma única noção identificada: protesto (BALLESTRIN, 2013).<sup>13</sup>

### **Estrutura de oportunidades em rede**

As oportunidades em rede vão de encontro a ideia estrutura descentralizada e ponto a ponto disseminada na rede, internet. As tecnologias facilitam as ações coletivas através do recrutamento, mobilização, coordenação da ação militante, e as características de associação e interação da rede de mundial de computadores.

As práticas de comunicação dos ativistas não são, entretanto, meramente limitadas pelo uso da mídia e comunicação como armas discursivas, nem tampouco pode o uso das TICs por ativistas ser reduzido a meros facilitadores de protesto no mundo *offline*. As TICs também tornaram-se instrumentos de ação direta por conta própria, com táticas de hacktivismo ou até mesmo como os movimentos de *Software Livre* e Código Aberto demonstram (Jordan e Taylor, 2004; Söderberg, 2007). O coletivo de *hackers Anonymous* é um exemplo muito recente disso (CAMMAERTS, 2013, p.28).

As redes legitimam as ruas, e as ruas por sua vez legitimam a rede. Os movimentos sociais são um poder em movimento, e a relação rede, tecnologias

---

<sup>13</sup> Os protestos no Brasil e o desafio às Ciências Sociais. Luciana Ballestrin – Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da UFPel. Revista Carta Maior.

e ações coletivas são cada vez mais híbridas. Ainda que a rua seja o elemento chave, o palco, o discurso, a narrativa, a notícia, a performance, o inesperado é construído com as contribuições da rede, é aí que o ativista online constrói suas ideias e afeta as pessoas.

A rede é um espaço de autonomia para os movimentos sociais em rede

(...) interação do espaço de fluxos na internet e as redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados (...) e assim (...) o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013, p. 160-161).

As comunidades virtuais e mobilizáveis dispersos, que formam uma multidão, começam a se estruturar e a experimentar suas formas singulares de luta e organização na rede. A multidão só existe na luta e existe, significativamente, porque luta.

Dahlberg (2011) supõe a interpretação de *contrapúblico*, como modelo para pensar a democracia e as novas tecnologias, com base em duas suposições: as formações sociais envolvem relações de contestação discursiva e prática; justamente o antagonismo que favorece a formação de contrapúblicos expressivos, caracterizado por espaços comunicacionais de interatividade e reflexão que proporcionam *contradiscursos* que contestam o hegemônico e o dominante (p.187).

A mídia digital pode incluir discursos minoritários e excluídos, linkando diferentes vozes e contradiscursos, constringendo e limitando a esfera pública. São, portanto, cidadãos ativos, não mais através dos canais tradicionais, nem necessariamente dos representantes – oportunidade política de mediação – mas utilizando as tecnologias como expressão alternativa e providenciando visibilidades, ou ainda, agendando novas discussões públicas (PÄIVÄRINTA, SÆBØ, 2006).

Incluem-se novas formas de ativismo online, utilizando sites próprios, redes sociais, e outras mídias alternativas, destacando-se ações de desobediência civil eletrônica, e até mesmo o ativismo presencial, facilitado e coordenado através do apoio da comunicação digital (DAHLBERG, 2011, p. 862).

A estrutura de oportunidades em rede amplia as chances para os ativistas comunicarem para além daqueles que se identificam, ampliam, pois, a

solidariedade social, distribuindo discursos alternativos contribuindo para construção de identidades coletivas, mas também facilitando as ações, construindo outras redes e conexões, por meio da arquitetura da própria rede.

### **Oportunidades políticas e as instituições**

A tensão discursiva justifica o conflito instaurado por diferentes posicionamentos, como oportunidade política de mediação, o que incita ou não o confronto.

A transferência de repertórios é, então, **processo relacional e disputado** (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizada (o peso da tradição) e **condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade)**. Experiências sociais específicas requisitam as transferências e condicionam a adoção, **pois que os atores em litígio lidam com o repertório** como os músicos de jazz com suas partituras: triam, mitigam, acentuam, exageram, conforme seus parceiros e seu público. Longe de espontâneo e solipsista, o improvisado é calculado e orquestrado entre os membros da banda, para produzir certo efeito. O jogo entre a fórmula e a circunstância dá às performances duas caras, simultaneamente modular e singular (ALONSO, 2012, p.31, grifo nosso).

Oportunidades políticas exigem novas formas e estratégias de ação coletiva, ou seja, repertórios de ação. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p.25), os repertórios emergem a partir da dinâmica conflitiva e não pertencem especificamente a um movimento, cuja eficácia deriva da novidade temporária. A ideia de oportunidade política mediada enquanto dinâmica de conflito, esta baseada na interação, na medida em que os movimentos constituem estas estruturas de oportunidades, para suas causas, para outros, e até mesmo para seus oponentes. Logo o Movimento Passe Livre, com o ciclo de protestos iniciado em 2013, possibilitou a constituição de oportunidades políticas de mediação, principalmente via internet, incorporando táticas e estratégias ao seu repertório de ação, mas estas mesmas estruturas incitaram possibilidades para as autoridades, responderem e incorporarem novas formas de ação diante as manifestações recentes em 2015.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> A polícia militar de São Paulo, ou seja, as autoridades modificaram seu repertório de ação, por meio da estrutura de oportunidades, como destacaremos abaixo. Ademais o foco do artigo, preconiza as novas estratégias de comunicação, oportunidade política de mediação, como grande diferencial entre as Manifestações de Junho de 2013 e as Manifestações de 2015 sobre o aumento da passagem do transporte público.

Considerando a tipologia de **oportunidades políticas**, as autoridades, diferentemente da atuação para com as manifestações de Junho de 2013, mudaram suas táticas e estratégias de ação. Na tentativa de enfraquecer o movimento, o prefeito de São Paulo, reuniu-se com outros representantes dos movimentos sociais, sindicais e relacionados à causa da moradia, com o objetivo de enfraquecer as manifestações do MPL, e fomentando a articulação de passeatas de movimentos paralelos, ou seja, o **governo estabeleceu alianças com outras “elites”**, enfraquecendo os aliados ao movimento, desestabilizando as coalizões. Viabilizando relativa **abertura do sistema político formal**, o governo convocou sua base aliada, procurando assumir a posição de diálogo quanto do próprio partido aos movimentos sociais.

Perante a insatisfação dos tradicionais movimentos sociais com o protagonismo do MPL principalmente no que tange as discussões de Tarifa Zero, o governo explorou o descontentamento, promovendo a formação de um diálogo permanente com outros movimentos estudantis, que passaram a desapoiar a ação do MPL. Apoiando-se na articulação com a agenda de esquerda, as autoridades e o grupo aliado, formado pelo movimento de moradia, estudantis e sindicais, criaram uma pauta própria e paralela ao MPL, cuja bandeira do “Tarifa zero” desconsidera as demais finanças da prefeitura, e ainda o fato de que a o passe livre excluiria o benefício do vale-transporte, enquanto direito do trabalhador subsidiado pelas empresas. **A propensão do Estado às práticas de repressão** mudou desde as manifestações de 2013, para 2015, a Polícia “evitou” as agressões à impressão, e procurou promover a visibilidade de seu próprio discurso (oportunidade política mediada). Logo, se em 2013, a polícia foi incitada pela guerra nas mídias, tradicionais e virtuais, em 2015, a corporação evidenciou sua perspectiva sobre os fatos e mobilizações.

Ainda, para os próprios integrantes do MPL, reconhecem que as autoridades prepararam-se para tentativa do movimento em barrar o aumento da passagem.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Para maiores detalhes sobre as negociações ver a reportagem: Manobra de Haddad é “lamentável”, diz Movimento Passe Livre. Publicada em 22/03/2015. Em versão online no EL PAÍS Brasil. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/16/politica/1421426817\\_946974.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/16/politica/1421426817_946974.html). Sobre a relação entre a Polícia Militar e os manifestantes nas redes sociais, mais informações: Polícia Militar X

O prefeito Haddad neste ano se preparou para que o movimento não barrasse o aumento. Ele anunciou o reajuste no final do ano e juntamente com o passe livre estudantil, fazendo com que os alunos não se mobilizassem (Heudes de Oliveira – Integrante do MPL).

Por fim, valendo-se do modelo para compreensão das estruturas de oportunidades políticas idealizado por Kriese (1992) a partir de Tarrow, contemplamos a abordagem dos aspectos institucionais e governamentais no aperfeiçoamento dos processos de mobilização, bem como atribuímos a importância das mudanças para caracterização dos movimentos sociais, priorizando os recursos e estratégias dos atores envolvidos na disputa (leiam-se, desafiadores e autoridades).

A análise de Kriese (1992) contribui substancialmente para as hipóteses e argumentos deste artigo, já que compreende “a estrutura institucional geral do Estado, **contemplando seus procedimentos formais e informais, e como estes definirão diferentes estratégias frente aos desafiadores** (MACHADO, 2013, p.72, grifo nosso)”.

Explorar e compreender os cálculos estratégicos requer considerar que diferentes contextos políticos (ainda que no ciclo de confrontos) produzem relações políticas diversas (entre o par em conflito) levando em consideração o tipo de movimento social e sua interpelação ao sistema político (KRIESE, 1992).

Atenta-se que o sistema político contém propriedades em sua estrutura formal, **procedimentos informais e estratégias válidas perante seus desafiadores**; e a ainda a configuração de poder de coalizões e associações de interesses (KRIESE, 1992).

As propriedades do sistema político balizam a mobilização da ação coletiva e condicionam a dinâmica do conflito. Logo,

Estas três séries de propriedades definirão as estratégias das autoridades com relação aos seus desafiadores. As estratégias das autoridades, juntamente com a estrutura formal, os procedimentos informais e a configuração de poder vão determinar se as estratégias se materializaram de forma repressiva ou facilitadora da mobilização dos movimentos sociais, bem como as possibilidades de êxito ou reforma daquilo que demandam (MACHADO, 2013, p.73).

---

militanes: uma batalha também nas redes sociais. Em versão online no EL PAÍS Brasil. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/19/politica/1421692700\\_662910.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/19/politica/1421692700_662910.html). Sobre os dez anos de Movimento Passe Livre, maiores detalhes em: Para onde vai o MPL?. Em versão online no EL PAÍS Brasil. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424467991\\_388982.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424467991_388982.html).

O argumento do modelo de Kriese (1992) fundamenta a perspectiva apontada de que a forma com que se configura a dinâmica do conflito entre desafiantes e autoridades, MPL e Governo de São Paulo, limitam ou viabilizam as estratégias dos desafiadores, isto porque as **autoridades e desafiadores são interdependentes e interagem contextualmente**.<sup>16</sup>

A compreensão aqui salientada, das dinâmicas interacionais e o conflito entre os atores, no processo político, procura evidenciar a operacionalização das oportunidades políticas (e também janela de oportunidade política mediada) para as estratégias das autoridades.

### **Militantes x autoridades: um conflito também nas redes sociais**

O conflito de discursos na arena pública, às transformações culturais, construções e reconstruções, como oportunidades políticas de mediação e de visibilidades é tão importante quanto as oportunidades políticas num sentido geral. Gamson e Meyer (2006) ilustram em fase na dinâmica do discurso pela conquista de reconhecimento da sociedade. A oportunidade política de mediação é um processo fundamental na construção pública do discurso que alimenta a sociedade.

Deste modo, a internet, que contribui para notoriedade e articulação das manifestações contrárias à tarifa do transporte público, exibindo a “batalha” entre a Polícia Militar de São Paulo e os estudantes, em Junho de 2013, tornou-se objeto de disputa durante as manifestações de 2015.

Após ter sua imagem relacionada à violência e repressão nos atos de 2013, a Polícia Militar decidiu utilizar a internet para divulgar a sua versão dos fatos e mobilizar a opinião pública. Realizando a cobertura instantânea das manifestações, a polícia usou sua conta no Twitter (mais de 78.000 seguidores) para transmissão dos vídeos, explicando os motivos de suas ações como resposta aos manifestantes. A polícia publicou vídeos com atos de

---

<sup>16</sup> Kriese (1992) ressalta, por exemplo, a importância dos procedimentos informais que influenciam ou determinam as estratégias das autoridades frente aos desafiadores as estratégias podem assumir caráter variados diante da permeabilidade ou inclusividade do Estado. Assim, o fato da Prefeitura de São Paulo convocar o diálogo com somente alguns dos grupos e movimentos sociais interessados, tangencialmente, na questão do transporte público, “à portas fechadas”, excluindo o MPL, caracteriza um tipo de procedimento informal e estratégico das autoridades.

“vandalismo” a fim de justificar sua repressão durante a marcha. Por sua vez o Movimento Passe Livre também utilizou sua conta no Twitter (2.100 seguidores) para expor sua versão sobre a organização e realização das manifestações.

Conforme professor Fábio Malini, do Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura Universidade Federal do Espírito Santo, sobre a rede Twitter e as manifestações ocorridas no início de 2015 em São Paulo.

É uma guerra em rede, que tem um efeito imediato na opinião pública (...) PM e MPL perceberam a importância de se ter esse posicionamento nas redes. Essa interação reduz a verdade dos outros (MALINI, 2015).<sup>17</sup>

O conflito discursivo mais presente na e sobre as manifestações de 2015 evidenciam a oportunidade para conquista de visibilidade e espaço para defesa dos movimentos sociais, são, pois oportunidades políticas de mediação. Mas as táticas e estratégias empregadas no conflito discursivo nas manifestações em 2013, e que foram um diferencial através das redes sociais, já não são imprevisíveis para as autoridades. Como resposta às manifestações de 2013, considerando o ciclo de protestos em aberto, a Polícia Militar de São Paulo e a prefeitura, utilizaram tipos de oportunidades políticas a seu favor (como vimos acima), destacando-se a apropriação da oportunidade política de mediação no conflito discursivo, e que nos parece relevante para análise dos processos políticos.

Os apontamentos tornam evidente o grau de ambiguidades dos resultados do ciclo de confrontos iniciado em 2013, isto porque são as oportunidades e restrições políticas que induzem a ação, em que todo momento o controle social está sendo testado ou reafirmado.

Assim vale lembrar que a intervenção política em âmbitos sociais e institucionais perpassam a visibilidade e o discurso, ou seja, a oportunidade política de mediação.

O campo no qual a palavra dos movimentos pode ser ouvida é o discurso público. Esse campo é visto, frequentemente, como produto das mídias, entendidas como aparatos impessoais aos quais se atribui o papel da manipulação. O discurso público não é um dado, mas é um

---

<sup>17</sup> Trecho da entrevista concedida à T. BEDINELLI, repórter do EL PAÍS Brasil, no dia 19/01/2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/19/politica/1421692700\\_662910.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/19/politica/1421692700_662910.html)

produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervêm, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação (MELUCCI, 2001, p.144).

### **Tempo de Reverberação**

Como que as fontes sonoras, os movimentos sociais, seu par institucional, os opositores e desafiantes, nesse tempo de intervalo, neste biênio, emitem novas ondas que combinam com as anteriores. Progressivamente, as vibrações sonoras aumentam ou se dispersam de forma diferenciada, é a intensidade da vibração que mantem o som em movimento. As novas tecnologias de informação e comunicação tornaram-se estruturas de oportunidades e limitações para as ondas de ações coletivas. Atualmente, vivemos a reverberação, os ecos, das mobilizações impulsionadas por ações de ciberativismo, e que neste contexto ganham notoriedade com ciclo de confronto a partir de Junho de 2013.

As mídias, e outras narrativas alternativas, num contexto incomum e sequenciado de eventos, como Jornadas de Junho, Copa do Mundo de Futebol da Fifa, eleições presidenciais, anunciam um cenário imprevisível e inédito. O leviatã ou a ideia do grande mito trata-se, pois de encontrar repetições históricas e padrões que fomentam este novo repertório de ação na dinâmica do conflito. Já que as mudanças tratam das oportunidades e limites estruturais de mediação e dos repertórios inovadores, a relação movimentos sociais e autoridades não é novidade, o diferencial é a interpretação disto a partir do uso modular do repertório de ação por ambos atores e a dinâmica do conflito nas redes sociais.

Assim rearticulam-se discursos transvestidos como que um caldeirão em (des) favor da real política, da discussão sobre o aporte institucional, sobre as políticas de participação, sobre os sistemas eleitorais, sobre a dinâmica legislativa. O discurso é vulnerável e fica preso a narrativas do tipo :

Claro que não iria demorar para a **esquerda radical** se apropriar dos “rolezinhos” para sua narrativa marxista ultrapassada. Para quem tem apenas um martelo, tudo se parece prego. Essa gente enxerga luta de classes em todo lugar. Dividir para conquistar. Brancos contra negros,

ricos contra pobres, homens contra mulheres, heteros contra gays: o que seria dessa turma sem isso? Todo abutre precisa de carniça.<sup>18</sup>

Pois, no limite, foi essa “velha” classe média, e não a classe trabalhadora mais próxima à faixa de renda C, que saiu às ruas em junho. Segundo pesquisa do Datafolha de 20/6, 78% dos manifestantes tinham ensino superior completo. (...) **As manifestações de rua do último mês são expressões das contradições imanentes desse arranjo político.** A classe média que saiu de casa não o fez na defesa de qualquer direito que se encontrava em xeque. Tampouco porque já sente na pele os supostos limites de um modelo econômico que a grande imprensa, há anos, insiste em afirmar que se tornou insustentável. A variedade de reivindicações difusas e abstratas é, antes, correlata dessa orfandade política a que ela, a classe média, foi relegada nos últimos anos. Não é de se estranhar, portanto, que, **na falta de um discurso estruturado**, ela apenas repita certas palavras de ordem vazias veiculadas pela **imprensa ou por setores da direita.**<sup>19</sup>

Cerca de 40 líderes de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos como PT, PSOL, PC do B e PSTU começaram a articular a **criação de uma frente nacional de esquerda** e já prepararam uma série de atos e manifestações para 2015. O objetivo dessa **mobilização** é o de **se contrapor ao avanço de grupos conservadores e de direita** não só nas ruas, mas no Congresso e no governo federal. (...) Segundo eles, a frente popular de esquerda (ainda sem nome definido) vai agir em duas linhas. A primeira é atuar como contraponto ao avanço da direita nas ruas e no Congresso. Após os protestos contra a reeleição da presidente Dilma Rousseff, esses grupos também prepararam maior articulação.<sup>20</sup>

Um ano e meio depois de trazer dor de cabeça para governos em todo o país, a “fórmula MPL de protestos” com foco em compartilhamentos em massa, grandes eventos online e frases de efeito nas redes sociais está de volta. O movimento que prega gratuidade nos transportes, entretanto, diz que o verão de 2015 será diferente da primavera que o tornou conhecido Brasil afora. A principal mudança é o **deslocamento das atividades para regiões periféricas.** “Vimos vários atos acontecendo no centro em 2013. Agora entendemos que isso deve ir além. A luta tem que estar na periferia, de baixo para cima”, diz a estudante de Letras Andreza Delgado, porta voz do MPL. A mudança não é só geográfica: se em junho de 2013 a internet foi o principal eixo de discussões sobre os protestos, agora a **mobilização offline deve ganhar mais força.** “Dizem que o MPL saiu das ruas. Não saiu. Fomos consolidar nosso trabalho nos bairros, junto à população”, diz Delgado. “Neste ano, vamos ter mais atividades (na periferia) do que protestos”, completa.<sup>21</sup>

Contudo, alerta Almeida, não se trata de um processo de que participam apenas setores da esquerda. “Os neoliberais estão na ofensiva — é bom deixar claro isso. **Nós estamos nas ruas, às vezes em maior número, às vezes em menor número, mas é bom saber que as ruas são ocupadas pela direita também, pelo centro, por setores de alta classe média neoliberal**”, adverte. A capacidade de mobilização desse setor, porém, seria muito limitada, como demonstrou o fracassado movimento “Cansei”, lançado em 2007. “Agora, tentaram

<sup>18</sup> A esquerda oportunista se apropria dos “rolezinhos” para sua narrativa ideológica tacanha. Colunista: Rodrigo Constantino. VEJA.com.

<sup>19</sup> A politização do cotidiano, a classe média e a esquerda. Revista Carta Maior.

<sup>20</sup> Atos pós eleição estimulam movimentos sociais a articularem 'frente de esquerda'. O Povo Online.

<sup>21</sup> MPL repete fórmula de 2013, mas promete levar protestos do centro para a periferia. Ricardo Senra. BBC Brasil em São Paulo.

pegar carona nas manifestações de junho, fazer aquilo que sozinhos não tinham conseguido fazer”. Nesse processo, comenta Altenfelder, os meios de comunicação hegemônicos atuaram no sentido de alterar a pauta das manifestações e criminalizar alguns dos setores que estavam nas ruas, como os adeptos da tática conhecida como *black bloc*.<sup>22</sup>

Os recortes ilustrados acima reiteram nosso argumento de que a estrutura de oportunidade de mediação dos deve ser compreendida a partir das oportunidades políticas na dinâmica de interação, ou seja, a conjuntura está posta para o par de atores, movimentos sociais e autoridades, reafirmadas pelas estratégias e táticas de confronto, iluminadas pelo discurso do conflito. Ressalta que, a natureza constitutiva da ação coletiva da estrutura de oportunidade de mediação, limita, facilita e encerra oportunidades de resistência, operar mídias alternativas, discursos não hegemônicos e organizar redes, é incorpora novidades ao repertório de ação contenciosa.

Da mesma forma, se argumenta aqui que ativistas avaliarão a estrutura de oportunidades de mediação em relação às táticas que empregam e, até certo ponto, escolhem a tática para qual a estrutura de oportunidade de mediação é favorável, ou pelo menos conscientemente escolhem contestar os limites que ela impõe. Em outras palavras, a estrutura de oportunidade de mediação também tem um impacto no repertório disponível e imaginável de ação contenciosa, podendo até ser tornar constituinte do protesto (CAMMAERTS, 2013, p.18).

A Internet pode servir múltiplas funções. Tarrow (1998) ilustra que os repertórios são ao mesmo tempo um conceito estrutural e cultural, que envolve não somente o que as pessoas fazem enquanto envolvidas no conflito com outros, mas também aquilo que aprenderam pela experiência e aquilo que esperar fazer.

Esta dimensão explica porque os repertórios de ação modificam-se com o tempo, seja pelas mudanças tecnológicas, seja por outros constrangimentos e facilitadores conjunturais das oportunidades, pelo discurso do conflito, mas também, em função da expectativa que os outros atores sociais terão em relação às ações e decisões que irão tomar.

---

<sup>22</sup> As ruas se encheram de classes sociais da esquerda à direita. Daniela Alarcon. Revista Adusp.

Os próximos anseios analíticos ficam por conta do ambiente em que as novas tecnologias despontam como oportunidades de mediação, num ciclo de protestos iniciado nas Jornadas de 2013 e que está em aberto.

### Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, 76, p. 49-86, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito". Revista Sociologia & Antropologia, vol. 2, no 3, pp. 21-41. 2012.
- ANTOUN, Henrique. *A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura*, in FRANÇA, Vera, WEBER, Maria Helena, PAIVA, Raquel e SOVIK, Liv. Livro do XI COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- \_\_\_\_\_. ; MALINI, Fabio. *Ontologia da Liberdade na Rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos*. In: XIX COMPÓS - 19 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010, Rio de Janeiro. XIX COMPÓS, PUC-RIO 2010, Anais do XIX Encontro Anual da COMPÓS. Rio de Janeiro: COMPÓS e PUC-RIO, 2010. v. 1. p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. *Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet*. Revista Fronteiras (Online), v. 14(2), p. 68-76, 2012.
- ARAÚJO, Willian Fernandes. *Quanto custa mudar o mundo? Análise da dimensão discursiva do ciberativismo na WikiLeaks*. Revista Fronteiras: estudos midiáticos. 2012, p. 110-120.
- \_\_\_\_\_. *Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil*. In: V Simpósio Nacional ABCiber. Santa Catarina, 2011.
- \_\_\_\_\_. ; FREITAS, E. C.; MONTARDO, S. P.. *Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet*. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). *Processos culturais e suas manifestações*. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190.
- BENFORD, Robert D. and SNOW, David A. *Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment*. *Annual Review of Sociology*, 26: 611-39. 2000.
- BENKLER, Yochai. *The wealth of the networks: how social production transforms markets and freedom*. Londres: Yale University Press, 2006.
- BENNETT, Lance W., BREUNIG, Christian and GIVENS, Terri. *Communication and Political Mobilization: Digital Media Use and Protest Organization among Anti-Iraq War Demonstrators in the U.S.* *Political Communication*, 25(3): 269-89. 2008.
- BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. *Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional*. Ciências Sociais Unisinos, 2010, p. 28-36.
- CAMMAERTS, Bart. *Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação*. Matrizes, São Paulo, ano 7, n.2, p. 13-36, 2013.
- CARROLL, William K.; HACKETT; Robert A. *Democratic media activism through the lens of social movement theory*. *Media, Culture & Society*. 2006, p. 83-104.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Redes de Indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAHLBERG, L. *Re-constructing digital democracy: An outline of four positions*. *New Media & Society*, V. 13, N. 6, p. 855–872, 2011.

- DIANI, Mario. Social Movement Networks: Virtual and Real. In: Frank Webster (ed.). *Culture and Politics in the Information Age: A New Politics?* London: Routledge, pp. 117-28. 2001.
- DELLA PORTA, D. and DIANI, M. 2006. *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell.
- DOWNING, John. *Social Movement Theories and Alternative Media: an Evaluation and Critique*. Communication, Culture & Critique, 2008, p. 40-50.
- GAMSON, William; MEYER, David. Framing political opportunity. In: McCADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities mobilizing structures, and cultural frames*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 275-290.
- \_\_\_\_\_. ; WOLFSFELD, Gary. Movements and Media as Interacting Systems. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 526: 114–27. 1993.
- GOHN, Maria da Glória M. *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Novas teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GOMES, W. *Internet e participação política em sociedades democráticas*. Revista FAMECOS, n.27, p.58-78, 2005.
- KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University. 1998.
- KRIESE, H. *El contexto político de los nuevos movimientos sociales en Europa Occidental*. In Benedicto, J. y Reinares, F. (eds.). *Las transformaciones de lo político*. Madrid: Alianza Universidad, 1992.
- LASÉN, Amparo; ALBÉNIZ, Iñaki Martínez de. *Movimientos, “mobidas” y móviles, un análisis de las masas mediatizadas*. In: SÁDABA, Igor; GORDO, Ángel (Orgs). *Cultura digital y movimientos sociales*. Madrid: Catarata, 2008.
- LEMO, A., Josgrillberg, F. (orgs.) (2009). *Comunicação e Mobilidade*. Salvador: EDUFBA.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo, editora 34, 1993.
- MCCAUGHEY, M.; AYERS, M.D. *Cyberactivism: online activism in theory and practice*, London: Routledge, 2003.
- LIEVROUW, Leah A. *Alternative and activist new media*. Polity Press, 2011.
- MACHADO, F.V. *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney [e] TILLY, Charles. *Para mapear o confronto político*. Lua Nova, no 76, pp. 11-48, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Dynamics of contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, Aberto. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- NASCIMENTO, E. C. 2012. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Ciência Política. USP. São Paulo.
- PÄIVÄRINTA, Tero, SÆBØ, Øystein. *Models of E-Democracy*. Communications of the Association for Information Systems, Vol. 17, Article 37, 2006.
- PEREIRA, Marcus Abílio. *Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital*. In: IV Encontro de Compólitica. 2011
- SILVEIRA, S. A. *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo*. Revista USP, São Paulo, v. v.1, p. 28-39, 2010.
- SURMAN, Mark and REILLY, Katherine. *Appropriating the Internet for Social Change: Towards the strategic use of networked technologies by transnational civil society organizations*. New York: Social Science Research Council. 2003.

- \_\_\_\_\_. *Difusão e Modularidade*. In: TARROW, Sidney. *El Nuevo activism transnacional*. Barcelona: d'Editorial Hacer, 2010.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Power in Movement*. Social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1998.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. *Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil*. Revista Política & Sociedade. UFSC, 2015 (no prelo).
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.
- UGARTE, David de. *O poder das redes*. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 116 p.
- VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D; NIXON, Paul G. and RUCHT, Dieter (eds.). *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. London: Routledge. 2004.
- WRAY, Stefan. *Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics*, 1998.

**PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**IIº ENCONTRO INTERNACIONAL, UNICAMP**  
**CAMPINAS, 27 A 30 DE ABRIL DE 2015**

ST 08 – Mobilizações, protestos e ciberativismo

**O policiamento de manifestações e a qualidade da democracia**

Bruno Konder Comparato

## **O policiamento de manifestações e a qualidade da democracia**

Bruno Konder Comparato<sup>1</sup>

*“Free speech includes not only the inoffensive but the irritating, the contentious, the eccentric, the heretical, the unwelcome and the provocative provided it does not tend to provoke violence. Freedom only to speak inoffensively is not worth having.”<sup>2</sup>*

Desde junho de 2013, quando um grande movimento popular de proporções nacionais, despertado pelos integrantes do Movimento Passe Livre, canalizou a insatisfação dos jovens que passaram a extravasar a sua revolta contra o sistema político em grandes manifestações de rua que paralisaram as grandes cidades do país por vários dias, a insatisfação com a qualidade de vida nos grandes centros urbanos despertou a atenção da classe política brasileira. Simultaneamente, o policiamento de manifestações entrou na pauta da agenda política nacional. O objetivo desta comunicação é realizar uma reflexão sobre as propostas recentes das polícias dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro para fazer o policiamento de manifestações e mostrar o que elas revelam sobre o conceito de cidadania e a qualidade da democracia.

### **O policiamento de manifestações como objeto de reflexão sociológica**

A questão é bastante séria e merece reflexão. De acordo com Donatella della Porta e Herbert Reiter, se num regime autoritário o único critério para a avaliação das forças de segurança pública é a sua eficácia, numa democracia, ao contrário, o principal indicador do sucesso democrático, tanto da instituição policial, quanto de todo o Estado, é sua capacidade de conciliar o respeito das liberdades e dos direitos individuais com a proteção da segurança e da ordem pública. (Della Porta e Reiter, 1999 e 2003) Por esta razão é que nas modernas sociedades democráticas o policiamento das manifestações e dos protestos populares é uma das tarefas das mais delicadas. O que está em jogo não são apenas as liberdades individuais, mas também os direitos de participação política dos cidadãos que constituem a essência mesma do sistema democrático. A despeito da grande variedade de definições de democracia,

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política (FFLCH-USP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS-Unifesp).

<sup>2</sup> Sedley LJ em *Redmond-Bate v DPP* (1999) 7 BHRC 375 (DC) at 20 (Mead, 2010: 6)

todas elas concordam com a afirmação de que “a democracia é um sistema que permite lidar com as diferenças sem o recurso à violência”. Assim, o exercício do protesto e a manifestação do dissenso são essenciais para a vitalidade de uma sociedade democrática.

As estratégias de manutenção da ordem pública que a polícia adota influenciam a percepção que os cidadãos têm sobre a maneira pela qual o Estado respeita os seus direitos e as suas liberdades. Neste sentido, o policial que intervém para manter uma manifestação popular sob controle é considerado não somente como um representante do poder público, mas também como um indicador da qualidade da democracia em um determinado sistema político.

O Programa do Conselho da Europa para a Polícia e os Direitos Humanos, inaugurado no ano 2000, é claro quanto a esse ponto: “Cada vez que a polícia investiga um delito, executa decisões judiciais ou entra em contato com os cidadãos a quem serve, a sua conduta simboliza a maneira pela qual os direitos humanos são respeitados e protegidos nos países em questão (...) A maneira pela qual a polícia desempenha o seu papel é um indicador infalível do nível da qualidade da sociedade democrática, bem como do seu grau de respeito pela preeminência do direito”.<sup>3</sup>

A função mais imediata da polícia é garantir o respeito das leis e a manutenção da ordem pública. Trata-se de um segmento do Estado que está autorizado a empregar a força, quando necessário. O que caracteriza uma polícia democrática, contudo, é o consentimento e a independência. Consentimento dos cidadãos em serem vigiados e protegidos pela polícia, e independência da polícia com relação ao governo. O primeiro aspecto é o que garante a legitimidade das ações policiais e explica como algumas dezenas de policiais são capazes de controlar agrupamentos de milhares de cidadãos. O consentimento faz com que a autoridade do policial seja mais eficaz do que o emprego da força. O segundo aspecto impede que a polícia seja instrumentalizada pelo governo como estratégia de luta política. A independência da polícia e a necessária prestação de contas a que ela deve ser submetida garantem que ninguém esteja acima da lei, nem os governantes, nem os policiais.

Quando uma manifestação foge ao controle da polícia e desafia a ordem pública, estes dois aspectos se rompem, pois a população deixa de consentir às ordens da polícia que não considera mais como legítima, ao mesmo tempo em que identifica as

---

<sup>3</sup> « Chaque fois que la police enquête sur un délit, exécute des décisions judiciaires ou entre en contact avec les citoyens – qu’elle sert –, sa conduite symbolise la façon dont les droits de l’homme sont respectés et protégés dans le pays en question. La manière dont la police s’acquitte de ses tâches est un indicateur infaillible du niveau et de la qualité de la société démocratique, ainsi que de son degré de respect pour la prééminence du droit. » O texto do documento pode ser consultado na íntegra no endereço [www.coe.int/T/F/Droits\\_de\\_l’Homme/Police](http://www.coe.int/T/F/Droits_de_l’Homme/Police).

forças policiais como defensoras dos interesses do governo que está sendo contestado pelos manifestantes. Perde-se assim o consentimento e a independência. Trata-se de algo grave porque uma manifestação de alcance limitado, direcionada para um aspecto específico do governo, corre o risco de se transformar num plebiscito contra o governo como um todo. A maneira pela qual é conduzida a intervenção policial tem um forte impacto nas percepções dos manifestantes a respeito da reação do governo aos seus protestos.

O despertar da reflexão sociológica sobre o policiamento de manifestações está relacionado com as revoltas urbanas que surgiram em várias grandes cidades do mundo a partir do ano de 1968. Os protestos contra a Guerra do Vietnã e o Movimento pelos Direitos Civis, que arregimentaram jovens e militantes contra a segregação dos negros nos Estados Unidos, repercutiram na revolta estudantil de maio de 1968 em Paris, e em vários outros movimentos de desafio aos poderes constituídos mundo afora. À época, vários analistas definiram aqueles acontecimentos como o resultado de um conflito de gerações, que opunha uma geração de jovens que haviam crescido na afluência das décadas de 1950 e 1960 na Europa e nos EUA. Sem maiores preocupações com o emprego e a garantia da sobrevivência material, passaram a se ocupar de novas questões como a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente, a causa feminista, constituindo o que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais”. O fato que aqui nos interessa é que as polícias e os responsáveis pela manutenção da ordem se depararam com multidões de jovens que contestavam os governos constituídos com palavras de ordem e um discurso que evidenciava que não se tratava apenas de trabalhadores em conflito com os seus empregadores. O que estava em jogo não era apenas uma contestação do sistema capitalista e interesses econômicos de algumas categorias de trabalhadores, mas um desafio à própria existência do regime democrático. Não se tratava mais de lançar mão das estratégias já suficientemente postas à prova para lidar com movimentos grevistas, mas de testar a própria essência do regime democrático, baseado no princípio do dissenso e na possibilidade de expressar publicamente a discordância.

Pode-se considerar que a polícia representa a imagem mais imediata do Estado aos olhos dos manifestantes e influencia diretamente o seu comportamento. É sabido que ações repressivas resultam em uma radicalização nas formas de protesto. Por outro lado, o policiamento das manifestações está na origem do desenvolvimento e da institucionalização das polícias. Estudos recentes mostram que a gradual afirmação da polícia como principal agência especializada no policiamento de protestos está na origem da modernização e da profissionalização das forças policiais na Europa nos últimos dois séculos. (Aubouin et alii, 2005; Morgan, 1987) Com efeito, se a

capacidade de realizar investigações não é uma exclusividade da atividade policial, o policiamento de protestos o é. A existência de um corpo de policiais treinados e uniformizados se revelou uma alternativa necessária aos exércitos que eram até então convocados sempre que fosse necessário conter grandes aglomerações de manifestantes. Trata-se igualmente de um fato significativo que movimentos de reforma das organizações policiais, com o objetivo de torná-las mais profissionais e eficazes, sejam com frequência uma resposta a revoltas e desordens urbanas. O relatório *The Politics of Protest*, foi encomendado em agosto de 1968 a Jerome H. Skolnick pela *National Commission on the Causes and Prevention of Violence* de maneira a fornecer subsídios para uma reformulação do modelo de policiamento nos Estados Unidos. De maneira semelhante, o *Scarman Report* foi encomendado ao Lorde Scarman pelo governo do Reino Unido em seguida aos distúrbios de Brixton, ocorridos durante o final de semana de 10 a 12 de abril de 1981, quando um grupo de jovens daquele bairro do subúrbio de Londres desafiou as forças policiais com pedras, tijolos, barras de ferro e bombas caseiras, resultando em 279 policiais feridos. (Skolnick, 1969; Scarman, 1982)

A partir desta perspectiva, é possível entender porque a reflexão sociológica sobre o policiamento de protestos se consolidou ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em consequência da onda de protestos que culminou no final da década de 1960, a estratégia de controle da ordem pública passou por transformações profundas. Ao mesmo tempo que o conceito ainda bastante vago à época do direito de manifestar o próprio dissenso passou a se tornar mais inclusivo, as estratégias de contenção dos protestos se distanciaram do modelo coercitivo que havia predominado até então. Ao longo dos anos 1970 e 1980, pode-se identificar uma tendência de tolerância crescente com relações às ações de protesto que resultam em algum tipo de violação das leis, mesmo que de forma limitada como a ocupação de prédios públicos ou o bloqueio de estradas e vias públicas. A este movimento corresponde uma modificação sensível, em várias democracias ocidentais, no que diz respeito às estratégias de controle da ordem pública pela polícia:

- uma redução do emprego da força, na medida em que evita-se cada vez mais o recurso a ações coercitivas, ao que corresponde uma maior tolerância com relação a ações de protesto antes consideradas como intoleráveis;
- uma ênfase maior no diálogo, que permite negociar as condições de manutenção ou subversão da ordem no espaço público;
- o investimento de recursos consideráveis na coleta de informações, hoje bastante facilitada pelas novas tecnologias.

Estas transformações não passaram despercebidas para os estudiosos dos movimentos sociais e das instituições policiais. A evolução desta agenda de pesquisas sobre o policiamento de manifestações pode ser avaliada pela publicação de trabalhos recentes sobre a temática.<sup>4</sup>

Neste texto empregamos a expressão “policiamento de manifestações” onde os representantes do Estado preferem os termos “manutenção da lei e da ordem”. Faz-se necessário ressaltar, contudo, que para a maioria dos manifestantes trata-se pura e simplesmente de ações de “repressão”. O título do livro do militante anarquista Victor Serge, originalmente publicado em 1925, é bem significativo a este respeito: “O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão”. (Serge, 2009)

Os estudiosos dos movimentos sociais sabem que a repressão exerce um efeito direto sobre a mobilização da população contra o governo. Com efeito, a possibilidade da repressão é um dos fatores que contribuem para forjar as condições necessárias para a mobilização de um movimento social. Se uma repressão muito severa torna temerária qualquer tentativa de contestar a ordem estabelecida e consegue esconder a insatisfação, sem um mínimo de repressão não há ordem contra a qual se insurgir. Charles Tilly argumentou que quando a repressão se situa em um nível intermediário, ela tem um efeito indesejado de provocar uma radicalização considerável nas atitudes de vários movimentos sociais, como mostram os exemplos da Alemanha e da Itália nas décadas de 1960 e 1970, quando protestos sociais deram origem a alguns grupos radicais que não hesitaram em pregar a violência revolucionária como forma de contestar o “sistema”. (Tilly, 1978)

---

<sup>4</sup> Numa lista não exaustiva, pode-se mencionar alguns trabalhos relevantes sobre o assunto: Della Porta, D., Reiter, H., *Polizia e protesta: l'ordine pubblico dalla liberazione ai no global*, Il Mulino, 2003; Della Porta, D., e Reiter, H. (eds.), *Policing Protest: the control of mass demonstrations in Western democracies*, University of Minnesota Press, 1998; Della Porta, D., Reiter, H., *La protesta e il controllo: movimenti e forze dell'ordine nell'era della globalizzazione*, Altreconomia, 1999; Davenport, C., Johnston, H., Mueller, C., *Repression and mobilization*, University of Minnesota Press, 2005; Davenport, C., *State repression and the domestic democratic peace*, Cambridge University Press, 2007; Waddington, P. A. J., *Liberty and order: public order policing in a capital city*, University College London Press, 1994; Bonner, M. D., *Policing protest in Argentina and Chile*, First Forum Press, 2014; Huggins, M. K., *Political Policing: the United States and Latin America*, Duke University Press, 1998; Uildriks, N., *Policing insecurity: police reform, security, and human rights in Latin America*, Lexington Books, 2009; Hunsicker, A., *Behind the shield: anti-riot operations guide*, Universal Publishers, 2011; United States Army Military Police School, *Riot Control*, Fredonia Books, 2011; Beene, C., *Riot prevention and control*, Paladin Press, 2006; Mead, D., *The new law of peaceful protest*, Hart Publishing, 2010; Morgan, J., *Conflict and order: the police and labour disputes in England and Wales 1900-1939*, Clarendon Press, 1987; Busch, H., Funk, A., Kauss, U., Narr, W. D., Werkentin, F., *Die Polizei in der Bundesrepublik*, Campus Verlag, 1985; Cowell, D., Jones, T., Young, J. (eds.), *Policing the riots*, Junction Books, 1982; Lipsky, M., *Protest in city politics*, Rand McNally & Company, 1970; Skolnick, J. H., *The politics of protest*, Ballantine Books, 1969; Etzioni, A., *Demonstration Democracy*, Gordon and Breach, 1970.

### **O comportamento das massas e a violência revolucionária**

A bem dizer, esta sim constitui uma tradição antiga no pensamento sociológico. Uma vez que a sociologia se constituiu a partir da necessidade de compreender as transformações por que passavam o mundo e a sociedade em consequência da revolução francesa e da revolução industrial, uma preocupação constante ao longo da evolução histórica da disciplina tem sido o comportamento das massas de operários ou de cidadãos que a qualquer momento podem querer mudar as regras do jogo.

Ao final do século 19, a temática do controle das multidões era extremamente relevante, como pode ser comprovado pela repercussão do livro *Psicologia das multidões*, publicado em 1895 por Gustave Le Bon. Para este autor, “em determinadas circunstâncias, uma aglomeração de indivíduos possui características novas muito diferentes daquelas de cada indivíduo que a compõe. A personalidade consciente se esvanece, os sentimentos e as ideias de todas as unidades são orientados em uma mesma direção. Forma-se uma alma coletiva, transitória sem dúvida, mas que apresenta características muito precisas.” (Le Bon, 1963: 9) Para Le Bon, toda multidão está em busca de um chefe, ao qual ela se submete de bom grado e passa a seguir de maneira instintiva e como que hipnotizada. A aplicação política dos seus ensinamentos é, para ele, imediata: “O conhecimento da psicologia das multidões constitui o recurso do chefe de Estado que deseja, não mais as governar – coisa que se tornou nos dias de hoje bem difícil – mas pelo menos não ser demasiadamente governado por elas.” (Le Bon, 1963: 5)

Pode-se considerar, portanto, que a multidão sempre foi considerada por um prisma negativo pelos donos do poder. Maleável, facilmente iludida e submissa aos caprichos do primeiro chefe que assumir o seu controle, a multidão precisava ser controlada e contida, seja pelo aliciamento do chefe, seja pela sua supressão. Em caso de dúvidas, a repressão era sempre o melhor remédio.

Essa foi a estratégia utilizada para conter os grandes protestos populares até a década de 1960. A radicalização revolucionária que empurrou para ações violentas grupos políticos minoritários de contestação como a Fração do Exército Vermelho Alemão (RAF) e as Brigadas Vermelhas Italianas (BR) é uma consequência direta de reações excessivamente repressivas por parte das autoridades governamentais. O processo de radicalização da RAF, em seguida ao assassinato do militante Benno Ohnesorg, alvejado pela polícia alemã durante uma manifestação no dia 2 de junho de 1967, é bem parecido com o das BR, que se inicia após a brutal repressão contra os manifestantes no episódio que ficou conhecido como a “batalha de Valle Giulia” em Roma no dia 1º de março de 1967. Como explicitou o jornalista alemão Ulrike Meinhof,

fundador da RAF, na revista *Konkret* em maio de 1968: “As balas que atingiram Rudi acabaram com o sonho da não-violência. Quem não se arma morre, quem não morre é enterrado vivo nas prisões, nas casas de reeducação, no concreto sinistro dos prédios residenciais.” (Sommier, 2008: 61-62)

### **As reflexões contemporâneas sobre o policiamento de protestos**

Nas últimas três décadas, o estilo de controle e policiamento das manifestações nos países de democracia mais avançada mudou significativamente. Naqueles países, as forças policiais desenvolveram novas estratégias de manutenção da ordem pública, baseadas na busca do diálogo com os organizadores das manifestações e num esforço de informação com auxílio de modernas tecnologias audiovisuais que permitem identificar quem, porventura, viola a lei sem precisar intervir diretamente. O preparo dos policiais que são destacados para acompanhar protestos e manifestações é fundamental, pois estes devem ser treinados para controlar as suas emoções e saber resistir a provocações.

Até os anos 1960, a polícia usava o modelo da força escalonada para reprimir protestos. Este modelo se caracteriza por táticas de policiamento “linha dura”, intolerantes e até ilegais. A partir do final dos anos 1970, sob uma pressão significativa para modificar o modelo agressivo que estão na origem de várias revoltas urbanas, a polícia passou a se direcionar para um modelo mais suave e tolerante de administração negociada dos conflitos.

Quando se guia pelo modelo da força escalonada, a polícia demonstra ter pouca tolerância com distúrbios e frequentemente aplica a lei de maneira muito rigorosa, atropelando os manifestantes. Os policiais se consideram como defensores da ordem, aos quais é confiada a manutenção da lei e a proteção da propriedade privada contra a ação de vândalos e baderneiros. Eles se mantêm à distância dos manifestantes cujas ações consideram como ilegítimas, e que consideram como indivíduos desviantes. Não há negociação antes, durante, ou depois do protesto, e o contato com os manifestantes se limita à revista e à prisão. A principal tática utilizada para controlar a manifestação é o emprego da força, o que inclui espancamentos, o uso de cachorros, cavalos, e prisões em larga escala e de maneira indiscriminada. O objetivo é eliminar o dissenso por todos os meios possíveis. O resultado é que os manifestantes têm o seu direito de liberdade de expressão desrespeitado e são sujeitos a ferimentos sérios e traumas psicológicos. (Fernandez, 2009; Davenport, Johnston, Mueller, 2005)

A partir da década de 1980, as polícias europeias e norte-americana se voltaram aos poucos para o modelo de administração negociada. O ponto central desta abordagem é o respeito ao direito de contestação e à liberdade de expressão. De acordo com este modelo, a polícia oferece concessões aos líderes do protesto em troca do compromisso de autopoliciarem os manifestantes e respeitarem o trajeto e os horários previamente acordados. O processo de negociação entre a polícia e os manifestantes se inicia com a requisição pelos organizadores da manifestação de uma autorização legal para ocupar alguma área pública. Após este primeiro contato, a polícia mantém contato permanente com as lideranças de maneira a reunir o máximo de informações possíveis sobre a manifestação, o que ajudará a garantir a ordem durante a realização da manifestação. (Waddington, 1994; Fernandez, 2009)

A solicitação de uma autorização é um detalhe decisivo para o modelo de administração negociada, pois dá origem a um processo burocrático que obriga os manifestantes a aceitar o diálogo. A concessão da autorização requer uma longa lista de informações, que incluem o nome da liderança ou da organização em nome do qual será dada a autorização oficial; a data, hora, localização e percurso exato da manifestação; uma lista dos oradores e das atividades previstas; a quantidade de público esperada; que tipo de material, faixas, cartazes serão utilizados; o número de policiais necessários para acompanhar os manifestantes; e a possibilidade e identidade de manifestantes rivais que podem querer sabotar o protesto. Em suma, como afirma Luis Fernandez, “o processo de autorização força os manifestantes a negociarem a sua presença na rua.” (Fernandez, 2009: 14)

Até recentemente, a maioria das análises sobre o policiamento de manifestações consideravam que apenas o lado dos manifestantes está sujeito a instabilidades e reações irracionais típicas das multidões descritas por Gustave Le Bon. O outro lado, o dos representantes da ordem e das forças policiais era considerado como previsível e racional. Em manuais destinados ao treinamento de policiais que vão atuar no policiamento de distúrbios e manifestações publicados nos últimos anos, contudo, enfatiza-se o fato de que as forças policiais devem atuar de maneira conjunta e coesa, como pode ser comprovado no trecho a seguir, extraído de um “Guia para operações anti-distúrbios”:

“Os policiais são treinados para trabalhar de forma individual, e para lidar com indivíduos. Eles pensam mais em termos do indivíduo do que do grupo. Ao lidar com o controle de multidões, os policiais devem atuar como membros de um time. Lidar com um grupo deste tipo como indivíduos não é viável, por isso é preciso lidar com o conjunto de manifestantes como integrantes de um grupo: o grupo controlador. O grupo controlador deve ser bem organizado, e deve agir

com precisão sincronizada se pretender ser eficiente. Esta mudança de atitude ou abordagem é às vezes de aceitação difícil por parte dos policiais individuais. Os policiais precisam de um treinamento especializado para se tornarem proficientes enquanto time, ainda mais se forem destacados para fazer o controle de multidões.” (Hunsicker, 2011: 78)

Dentre as recomendações que manuais deste tipo fazem, um lugar de destaque é reservado à preparação física e ao treinamento psicológico dos policiais. Uma vez que as operações de controle de distúrbios civis e manifestações expõem os policiais a estresses tanto físicos quanto mentais, estes devem estar cientes da influência dos fatores psicológicos sobre o seu próprio comportamento.

Quem já presenciou uma manifestação sabe que os policiais envolvidos com operações de policiamento em eventos deste tipo vão inevitavelmente se deparar com o barulho e a confusão criada sempre que há um grande número de pessoas:

“Os manifestantes provavelmente vão gritar, insultar os policiais, e se referir a eles com termos de baixo calão. Os policiais precisam aprender a ignorar estas provocações, e não devem permitir que os seus sentimentos pessoais interfiram com a missão que devem desempenhar. É possível que os policiais sejam alvejados por objetos lançados em sua direção, mas eles devem aprender a evita-los com movimentos de esquiva. Sob nenhuma hipótese, devem jogar os objetos de volta. Os policiais devem dominar as suas emoções, e obedecer às ordens de maneira disciplinada e conservar uma atitude profissional.” (Hunsicker, 2011: 73)

Geralmente, uma multidão é perfeitamente ciente das leis, e na maioria das vezes respeita os princípios da lei e da ordem. Pode acontecer, contudo, que a excitação se torne tão intensa que a lei é simplesmente ignorada. Cabe aos policiais lembrar aos manifestantes que a lei existe respeitando-as, e não cometendo mais atos ilegais.

### **As estratégias das polícias brasileiras para lidar com manifestantes**

As polícias brasileiras, contudo, ainda permanecem adeptas da estratégia coercitiva, que consiste no uso de armas e da força física para controlar e fazer refluir os manifestantes. Quando se trata de impedir o avanço de uma passeata, a polícia não sabe proceder de outra maneira. Diante da reação da sociedade, indignada com os excessos cometidos pelas forças de polícia na contenção dos protestos, algumas vezes os policiais se limitam a meramente acompanhar a movimentação dos

manifestantes e a assistir como espectadores à destruição dos equipamentos públicos por indivíduos mais exaltados.

No Brasil são realizados grandes eventos que levam centenas de milhares de cidadãos às ruas, durante o carnaval e os jogos de futebol, por exemplo. Por que a mesma polícia que é capaz de manter sob controle uma grande massa de foliões enlouquecidos durante os vários dias que dura o carnaval, ou de milhares de torcedores fanáticos pelo seu time de futebol, se sente impotente diante de manifestantes? Por que o país que realiza a maior parada do orgulho LGBT do mundo, que reúne todos os anos milhões de pessoas na cidade de São Paulo, não consegue lidar de maneira pacífica com um punhado de manifestantes?

Na América Latina, as polícias ainda permanecem fortemente marcadas pelos períodos ditatoriais recentes, durante os quais várias delas foram em parte instrumentalizadas para a repressão política dos opositores dos regimes autoritários. Um levantamento realizado com dados de relatórios da Anistia Internacional, do Human Rights Watch e do Departamento de Estado dos EUA sobre esta questão mostra que entre 1980 e 2011, e considerando apenas períodos posteriores aos regimes autoritários, 1.005 cidadãos foram mortos pela polícia durante protestos, e 13.913 foram feridos, em 16 países da região, sendo que o destaque negativo fica com a Venezuela, a Bolívia e o Brasil, que juntos somam 719 mortes e 7.903 feridos.

Esta questão está relacionada com o recente debate sobre a justiça de transição e a reavaliação do processo de transição da ditadura para a democracia na América Latina, pois estudos recentes têm mostrado que a não revisão das leis de anistia e a não preservação da memória estão relacionadas com altos índices de violência e impunidade. Pesquisas comparativas comprovam que nos países em que comissões da verdade foram instaladas e que adotaram mecanismos de justiça de transição, a violência policial foi significativamente reduzida. (Sikkink, K., Walling, C., "The Justice Cascade and the Impact of Human Rights Trials in Latin America", In: *Journal of Peace Research*, 44(4), 2007) Pode-se afirmar, portanto, que a maneira pela qual são reavaliados períodos autoritários e enfrentadas as feridas deixadas pelas ditaduras está diretamente relacionada com a qualidade da democracia num determinado país. Quando um processo de justiça de transição não é adequadamente realizado, a mensagem que passa para a polícia, é que assim como durante o período autoritário, os excessos cometidos por policiais podem permanecer impunes, pois estão além do alcance da lei.

Estas considerações se tornam ainda mais significativas quando se lembra que o governo norte-americano colaborou estreitamente com a ditadura militar brasileira ao financiar e dar todo o apoio necessário para um programa de cooperação destinado a

oferecer um adequado treinamento para a contenção de manifestações para oficiais das forças policiais brasileiras. O financiamento se deu por meio de um convênio com a agência norte-americana USAID. Além de ajudarem os militares a criarem o Serviço Nacional de Informações (SNI), já em junho de 1964, dois meses apenas após o golpe militar, que ao final da década de 1970 viria a contar com um contingente de 200 mil colaboradores na folha de pagamento (entre funcionários administrativos, agentes, informantes regulares ou ocasionais) e forneceria dois dos cinco presidentes gerais, os americanos acolheram em 1967 uma delegação de militares do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) que integrava o Sistema Nacional de Informações (SISNI) para serem treinados nos “métodos americanos de combate ao comunismo”. (Huggins, 1998: 136) Em seguida, a mesma delegação seguiu para o Reino Unido onde também foi treinada de acordo com os métodos de repressão utilizados contra os rebeldes do Exército Republicano Irlandês (IRA), que incluíam práticas de interrogatório mais sutis ao substituírem sessões de espancamentos por métodos que não deixam marcas. Ao mesmo tempo, contudo, os militares brasileiros também receberam aulas de tortura ministradas pelo general Aussaresses, que aperfeiçoou na Argélia as técnicas de tortura desenvolvidas na Indochina.

Lamentavelmente, esta classificação dos cidadãos em cidadãos de bem e subversivos veio se sobrepôr à prática já bem arraigada nas forças da ordem no Brasil de distinguir os cidadãos respeitáveis e os desordeiros, na mesma lógica dos capitães do mato que caçavam implacavelmente os escravos fugidos sobre os quais se permitiam as piores crueldades. Os dados mostram que durante a maior parte do tempo, a polícia do Rio da cidade do Rio de Janeiro, se ocupava na perseguição de indesejáveis de todo tipo (desordeiros, bêbados, capoeiras, acusados de porte ilegal de arma, vadiagem, prática de jogo, prostituição) cujas prisões superavam em muito o número de presos por crimes contra outras pessoas ou contra o patrimônio. (Holloway, 1993; Bretas, 1997)

Deve ter sido uma surpresa, portanto, para os policiais brasileiros o fato de terem sido criticados por lidarem com os manifestantes da mesma maneira que sempre fizeram quando desafiados por grupos de indivíduos que se recusavam ostensivamente a obedecer às suas ordens.

Até agora as autoridades policiais têm mostrado um grande despreparo para lidar com esta situação e multiplicaram iniciativas em várias frentes, enviando sinais contraditórios.

Em dezembro de 2013 a Polícia Militar de São Paulo anunciou a intenção de adquirir 14 veículos blindados antimanifestantes equipados com jatos de água com capacidade

para derrubar uma pessoa que está a mais de 30 metros de distância, além de detectores de substâncias químicas contaminantes e de elementos radioativos.<sup>5</sup>

Em fevereiro de 2014, os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo anunciaram a formação de esquadrões policiais especializados no combate aos manifestantes radicais inspirados em grupos similares na Alemanha e nos Estados Unidos, treinados por cinco meses e que empregam 15 diferentes tipos de armas, cinco das quais não letais destinadas ao “controle de distúrbios urbanos”.<sup>6</sup>

Um artigo publicado na página do coletivo dos Advogados Ativistas, formado na cidade de São Paulo, em junho de 2013, na esteira dos protestos de rua e com a missão de lutar pelo direito de expressão, reunião e dignidade da pessoa humana, afirma que “a situação dos policiais civis e militares é dramática. Pesquisa realizada pela FGV revela que 64% dos policiais assumem não ter treinamento adequado para lidar com os protestos. Ou seja, mais da metade dos policiais que estão nas ruas não sabem o porquê de estarem lá – para reprimir, controlar, acompanhar, bater, enfim, qual ação eles devem tomar diante de uma manifestação. A falta de preparo e a estrutura militar é criticada inclusive internamente. Recentemente, um policial militar publicou um livro chamado “Militarismo: um sistema arcaico de segurança pública”. Resultado: foi expulso da corporação e será processado por “criticar publicamente assunto atinente à disciplina militar.”<sup>7</sup>

### **Considerações finais**

Alguns avanços devem acontecer nesta área, à medida que as autoridades policiais se mostram mais sensíveis com esta questão e acenam com uma formação específica de grupos de policiais destacados para acompanhar as manifestações nas áreas urbanas. Trata-se de uma boa oportunidade para promover uma reflexão ampla sobre o nosso modelo de polícia em conjunto com a sociedade. Com um pouco de ousadia, não seria por demais utópico pensar numa possível refundação das nossas instituições policiais a partir do desafio posto pelos manifestantes nos grandes centros urbanos do país desde o ano passado.

No livro *Imagens da Democracia*, Luciano Oliveira mostra que a esquerda brasileira aprendeu a valorizar os direitos humanos a partir da descoberta, literalmente dolorosa, da realidade da tortura durante a ditadura militar. Os direitos civis, até então

---

<sup>5</sup> <http://folha.com/no1382401>

<sup>6</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nova-policia-contra-disturbios-violentos-exige-pessoal-de-elite,1130157,0.htm#bb-md-noticia-tabs-1>

<sup>7</sup> <http://advogadosativistas.com/a-hierarquia-do-despreparo-64-dos-policiais-a-reconhecem/>

considerados como “direitos de burgueses” de acordo com o mais puro pensamento marxista, tornaram-se importantes instrumentos de combate na luta por uma sociedade mais justa. Agora, três décadas após o final do regime militar e o retorno da democracia, descobrimos atônitos que o exercício do mais simples e legítimo direito democrático, a expressão pública do dissenso, é vista com reservas por parte considerável da população brasileira, que assimila os manifestantes a meros baderneiros. Trata-se, na minha opinião, de mais uma prova do quanto as relações entre o público e o privado permanecem problemáticas na nossa sociedade. Para muitos de nós, quando os manifestantes ocupam o espaço público das ruas, só podem estar querendo se apropriar deste recurso para fins particulares ou com o objetivo de atingir propriedades privadas.

### Referências Bibliográficas

AUBOUIN, Michel; TEYSSIER, Arnaud; TULARD, Jean. *Histoire et dictionnaire de la Police du moyen âge à nos jours*. Paris: Robert Laffont, 2005.

BEENE, Charles. *Riot prevention and control*. Boulder: Paladin Press, 2006.

BONNER, Michelle D. *Policing protest in Argentina and Chile*. London: First Forum Press, 2014.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BUSCH, Heiner; FUNK, Albrecht; Kauss, Udo; NARR, Wolf-Dieter; WERKENTIN, Falco. *Die Polizei in der Bundesrepublik*. Frankfurt: Campus Verlag, 1985.

CHRISTENSEN, Loren W. *Riot: a behind-the-barricades tour of mobs, riot cops, and the chaos of crowd violence*. Boulder: Paladin Press, 2008.

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs: une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

COWELL, David; JONES, Trevor; YOUNG, Jock. (eds.). *Policing the riots*. London: Junction Books, 1982.

DAVENPORT, Christian. *State repression and the domestic democratic peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- DAVENPORT, Christian; JOHNSTON, Hank; MUELLER, Carol. *Repression and mobilization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *Polizia e protesta: l'ordine pubblico dalla liberazione ai no global*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert (eds.). *Policing Protest: the control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *La protesta e il controllo: movimenti e forze dell'ordine nell'era della globalizzazione*. Milano: Altreconomia, 1999.
- ETZIONI, Amitai. *Demonstration Democracy*. New York: Gordon and Breach, 1970.
- FERNANDEZ, Luis A. *Policing dissent: social control and the Anti-Globalization Movement*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2008.
- FILLIEULE, Olivier; TARTAKOWSKY, Danielle. *La manifestation*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Policing Rio de Janeiro: repression and resistance in a 19<sup>th</sup> century city*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- HUGGINS, Martha K. *Political Policing: the United States and Latin America*. London: Duke University Press, 1998.
- HUNSICKER, A. *Behind the shield: anti-riot operations guide*. Boca Raton: Universal Publishers, 2011.
- LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris: Puf, 1963.
- LIPSKY, Michael. *Protest in city politics*. Chicago: Rand McNally & Company, 1970.
- MEAD, David. *The new law of peaceful protest*. Oxford: Hart Publishing, 2010.
- MORGAN, Jane. *Conflict and order: the police and labour disputes in England and Wales 1900-1939*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- SCARMAN, Lord. *The Scarman Report*. Harmondsworth: Penguin Books, 1982.
- SERGE, Victor. *Ce que tout révolutionnaire doit savoir de la répression*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

SKOLNICK, Jerome H. *The politics of protest*. New York: Ballantine Books, 1969.

SOMMIER, Isabelle. *La violence révolutionnaire*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading: Addison Wesley, 1978.

UILDRIKS, Niels. *Policing insecurity: police reform, security, and human rights in Latin America*. Lanham: Lexington Books, 2009.

United States Army Military Police School. *Riot Control*. Amsterdam: Fredonia Books, 2011.

WADDINGTON, P. A. J. *Liberty and order: public order policing in a capital city*. London: University College London Press, 1994.

WADDINGTON, P. A. J. *The strong arm of the law*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015  
UNICAMP, Campinas (SP)

**INDIVIDUALISMO EM REDE:**

uma proposta de análise para o engajamento digital em ações conectivas

**Bianca de Oliveira Ruskowski**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS,  
Professora no Instituto Federal Sul-rio-grandense

**RESUMO**

No presente texto, tem-se a intenção de propor possibilidades de criação de um modelo analítico que dê conta das ações conectivas. Um dos argumentos centrais presentes na literatura atual defende que a Internet reconfigurou, de maneira mais ou menos profunda, a forma como as pessoas estruturam suas redes de relações e as utilizam para resolver problemas, aprender, tomar decisões e dar apoio aos outros. E, ao pensar nos movimentos sociais, um dos consensos existentes é de que a Internet diminuiu os custos da participação, tanto para organizações quanto para indivíduos, aumentando as possibilidades e o espectro de participação política. Dessa forma, é necessária uma compreensão das variações das redes de ação em grande escala nas quais se podem distinguir uma lógica familiar de ação coletiva, associada a altos níveis de recursos organizacionais e na formação de identidades coletivas e uma lógica menos familiar de ação conectiva, baseada no compartilhamento de conteúdo personalizado por meio de redes de mídia.

Palavras-chaves: ação conectiva; engajamento; mecanismos causais

## 1. Introdução

Em 27 de março de 2014, uma jornalista resolveu iniciar um protesto online devido aos resultados de uma pesquisa do IPEA divulgada naquele dia informando que 65% dos brasileiros concordavam com a afirmação de que mulheres com roupas expondo o corpo mereciam ser atacadas. Em 5 dias, a adesão ao protesto online chegava a 44 mil pessoas, mobilizando a mídia no país e no exterior e sendo o tópico mais comentado nas redes sociais naquele momento.

Esse acontecimento ilustra o que já vem ocorrendo em outros países, assim como, aquece o debate em torno da relação entre os processos de contestação e o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O uso da Internet por meio das redes sociais mediadas por computador, principalmente Twitter e Facebook, foi fundamental para a organização e difusão das manifestações, pois essas plataformas digitais foram utilizadas como ferramentas de divulgação, em tempo real, dos protestos e da repressão sofrida pelos manifestantes, forçando a grande mídia a também noticiar os acontecimentos.

A revisão preliminar da literatura realizada até então sobre as relações entre os processos de contestação e as TICs (SILVA, 2014) aponta duas questões no debate teórico estabelecido: a) como os agentes envolvidos nos processos de mobilização contestatória utilizam as TICs? (CASTELLS, 1999; DARTNELL, 2006; D'ANDRÉA; ALCÂNTARA, 2009; DELLA PORTA; KRIESI, 1999; EARL et al., 2010; KECK; SIKKINK, 1998; SCHERER-WARREN, 1999; TARROW, 2005) e b) como as TICs incidem sobre os processos de mobilização contestatória, transformando, de forma mais ou menos profunda, suas características e dinâmicas tradicionais? (BENNETT; SEGERBERG, 2012; GARRETT, 2006; VAN DE DONK; LOADER; NIXON; RUCHT, 2004) (SILVA, 2014, p. 4/5).

Um dos argumentos centrais presentes nesta literatura defende que a Internet reconfigurou, de maneira mais ou menos profunda, a forma como as pessoas estruturam suas redes de relações e as utilizam para resolver problemas, aprender, tomar decisões e dar apoio aos outros (RAINE, WELLMANN, 2012). E, ao pensar nos movimentos sociais, um dos consensos existentes é de que a Internet diminuiu os custos da participação, tanto para organizações quanto para indivíduos, aumentando as possibilidades e o espectro de participação política (ANDUIZA et al. 2009).

Para Raine e Wellmann (2012), as redes sociais mediadas pelas TICs têm gerado mais diversidade nos relacionamentos, criando pontes e possibilitando aos sujeitos capacidade de manobra em diversas situações. Porém, as mesmas apresentam algumas tensões, como a significativa diversificação das inserções sociais e, com isso, a dificuldade de se conciliarem demandas de vários "mundos" conflitantes. Para os autores, o individualismo em rede é o que chamam de um

[...] "Sistema operacional" porque descreve as maneiras pelas quais as pessoas se conectam, comunicam e trocam informações. Nós também usamos a frase porque sublinha o fato de que as sociedades - como sistemas de computadores - têm estruturas em rede que oferecem oportunidades e restrições, regras e procedimentos. A frase ecoa a realidade da tecnologia de hoje: A maioria das pessoas brinca e trabalha usando computadores e dispositivos móveis que funcionam com sistemas operacionais. Como a maioria dos sistemas operacionais de computador e todos os sistemas móveis, o sistema operacional de rede social é pessoal - o indivíduo está no centro autônomo assim como ele está chegando para fora de seu computador; multiusuário - as pessoas estão interagindo com numerosos diversos outros; multitarefa - as pessoas estão fazendo várias coisas; e multiprocessamento- eles estão fazendo-os mais ou menos simultaneamente (RAINE, WELLMANN, 2012, p. 7).

Ainda, segundo os autores, as conexões entre as pessoas afetam as possibilidades e limitações em seu comportamento, principalmente no que se refere à circulação de informações entre laços fracos de uma rede social. Sabendo-se que os laços fortes são aqueles que conectam indivíduos muito próximos e os laços fracos aqueles que conectam indivíduos que "se conhecem" mas não dividem intimidade (GRANOVETTER, 1973; McADAM; PAULSEN, 1993), existe uma ampliação significativa da possibilidade de acessar laços fracos via redes sociais digitais.

O individualismo em rede torna as pessoas "o centro da sua própria rede pessoal: um sistema solar de mais de uma a duas mil pessoas que orbitam em torno de nós. Cada pessoa tornou-se um comunicador e informante central conectando pessoas, redes e instituições" (RAINE, WELLMANN, 2012, p. 55). Isso possibilita que cada pessoa seja uma espécie de portal de informações para os outros membros da sua rede, possibilitando-lhes o acesso a pessoas, informações e interesses que poderiam estar fora de seu círculo social (RAINE, WELLMANN, 2012). Dessa maneira, "as pessoas não estão sozinhas, mas conectadas com muitas outras em uma variedade de círculos sociais que lhes fornecem carteiras diversificadas de capital social. A mudança de grupos de redes afeta o

comportamento e os cálculos das pessoas sobre suas estratégias sociais [...] " (RAINE, WELLMANN, 2012, p. 55/56).

Bennett e Segerberg (2012) estão desenvolvendo uma série de estudos, baseados na noção de individualismo em rede, sobre o impacto das TICs nos processos contestatórios. Os autores têm aportado para uma mudança na lógica da ação que envolve as mobilizações sociais. Dessa forma, para eles, a literatura precisa mobilizar outras categorias analíticas para apreender a dinâmica e a qualidade das modificações que vem ocorrendo nos últimos anos em movimentos como a Primavera Árabe, o 15M/Los Indignados e o Occupy Wall Street.

Para os autores, esses movimentos expressam a emergência de uma outra lógica de ação, não mais coletiva, mas sim conectiva, ou seja, tipicamente individualizada e tecnologicamente organizada. São esses conjuntos tecnicamente organizados que resultam em ações de mobilização sem o requerimento de uma identidade coletiva ou de organizações que possam responder às oportunidades de ação, elementos centrais para a grande parte das teorias da ação coletiva. Com isso, a mídia digital passa a ser reconhecida como mecanismo organizador da mobilização, e a possibilitar a conexão de redes interpessoais a partir da interação nas plataformas de relacionamento tecnologicamente mediadas (por exemplo, Twitter e Facebook).

Nesse sentido, o argumento dos autores é de que é necessária uma compreensão das variações das redes de ação em grande escala nas quais se podem distinguir duas lógicas atuando: 1) a lógica familiar de ação coletiva, associada a altos níveis de recursos organizacionais e na formação de identidades coletivas; 2) a lógica menos familiar de ação conectiva, baseada no compartilhamento de conteúdo personalizado por meio de redes de mídia (BENNETT, SEGERBERG, 2012).

Dois padrões podem daí ser identificados: a) um no qual são as organizações que coordenam as ações de mobilização nos bastidores a partir de uma rede de engajamento público mais ampla e na qual utilizam os meios digitais interativos e fáceis de personalizar; b) outro que opera a partir de plataformas de tecnologia e aplicações que tomam o papel das organizações políticas estabelecidas, ou seja, é a plataforma que estrutura a mobilização (BENNETT, SEGERBERG, 2012).

Segundo Bennett e Segerberg, a ação conectiva está baseada numa fragmentação estrutural e num processo de individualização. Por conseguinte, os

processos de individualização são articulados de formas diferentes em diferentes contextos, mas incluem a possibilidade de desenvolverem identidades políticas flexíveis com base nos estilos de vida. A referência de identidade passa a ser manifestada a partir da expressão pessoal em grande escala inclusiva e não mais por meio de grupos.

Com isso, uma enorme variedade de molduras de ação pessoal espalha-se por intermédio das mídias digitais. A automotivação e o compartilhamento de ideias nas redes dos outros passam a ser o ponto de partida para a ação conectiva. E são as redes de comunicação personalizadas que se tornam a base organizacional da ação na qual os laços fracos assumem importância fundamental (BENNETT, SEGERBERG, 2012). Portanto, segundo a argumentação dos autores, a ação conectiva tem uma lógica em si e, com isso, suas próprias dinâmicas. À vista disso, o elemento chave é a personalização que leva ações e conteúdos a serem distribuídos amplamente nas redes sociais.

No presente texto, tem-se a intenção de propor possibilidades para a criação de um modelo analítico que dê conta das ações conectivas, já que, segundo os autores (BENNETT, SEGERBERG, 2012; RAINIE; WELLMANN, 2012; BENNETT; SEGERBERG; WALKER, 2014), características fundamentais que condicionam o engajamento - tais como: a relação e o papel que as organizações ocupam, a construção de uma identidade de grupo e a adesão de tipo mais duradoura em causas coletivas - não estariam presentes em algumas mobilizações contestatórias atuais, ao mesmo tempo que as interações em rede, principalmente entre laços fracos, assumiriam papel preponderante para a construção e difusão das mobilizações contestatórias.

## **2. Mecanismos causais**

A base teórico-epistemológica do modelo de análise baseia-se na perspectiva do realismo causal. Esta tem como princípios que a busca de mecanismos causais proporciona explicações causais sem a forma de leis, as explicações ocorrem como uma configuração de tendências e os mecanismos são dotados de poderes causais que podem ou não manifestar-se, ou seja, as entidades apresentam uma capacidade latente de realizarem determinadas atividades de acordo com suas

propriedades específicas (BRANTE, 2011). Dito isso, segue-se a orientação na qual,

explicar qualquer processo social complexo (contestatório ou não) envolve três passos: (1) descrição do processo, (2) decomposição do processo em suas causas básicas, e (3) reunião destas causas em uma explicação mais geral de como o processo acontece (TILLY, TARROW, 2007, p. 27).

A iniciativa de propor um modelo de análise baseado em mecanismos causais tem a intenção de articular a explicação causal das formas de ação coletiva e, ao mesmo tempo, preencher de conteúdo empírico tais processos, de forma que eles não fiquem tão abstratos a ponto de perderem as singularidades que cada contexto proporciona. Considerando que

La construcción de una explicación, esto es, la producción del conocimiento de un mecanismo que produce un determinado fenómeno, implica la elaboración de un modelo del citado mecanismo, el cual, si existiera y actuara en el sentido previsto, daría cuenta del fenómeno en cuestión (MÁIZ, 2011, p. 70).

Segundo Brante, *“um mecanismo pode assim ser definido como o modus operandi que faz com que uma situação se transforme (ou não) numa outra”* (BRANTE, 2011, p. 12). Acredita-se que ao desenvolver uma perspectiva compreensiva e explicativa do fenômeno do engajamento a partir da identificação dos mecanismos causais que atuam no processo, consegue-se explicar as variações empíricas em função das diferenças de condições iniciais, contextos e maneiras pelas quais os mecanismos se articulam para a produção de determinados resultados. Neste sentido,

“Uma das riquezas da perspectiva dos mecanismos causais, ao contrário, é salientar que, apesar da possibilidade de identificar mecanismos similares operando em processos da mesma natureza, a forma como estes mecanismos operam e os resultados que produzem dependem de aspectos contextuais e contingências definidos pelas condições iniciais, pelas diferentes formas como os mecanismos se articulam e pela operação de outros mecanismos” (SILVA, RUSKOWSKI; 2015, p. 3).

### **3 Engajamento e Ativismo digital**

Se o debate teórico frente às novas formas de ação coletiva é incipiente, muitas são as lacunas no que se refere ao que seria o conceito mais preciso para

identificar aqueles que se envolvem em ações do tipo conectiva. Por isso, nesta sessão serão apresentados alguns pontos teóricos dos conceitos de engajamento e de ativismo digital. Neste primeiro momento, optou-se por citar os dois termos “engajamento/ativismo digital”, pois ainda não se conseguiu chegar a uma concepção satisfatória que subsidie a opção entre um e outro. Certamente, ainda se carece de elementos empíricos sistematizados para que a conceituação seja mais precisa e fundamentada sobre o engajamento/ativismo digital em ações conectivas.

Para Passy (1998), o engajamento individual é a possibilidade de converter uma identificação com as causas e os objetivos do movimento, que se constrói a partir de quadros culturais, em ação inscrita numa duração. No repertório contemporâneo, podem-se elencar duas formas de engajamento: a) engajamento organizado (que implica certa continuidade e se faz dentro da estrutura de uma organização de movimento social), e b) engajamento desorganizado (que implica certa espontaneidade e marcadamente um caráter pontual da ação).

O engajamento é um fenômeno complexo, uma vez que os indivíduos não participam com a mesma intensidade na ação de uma organização e/ou movimento social. O processo de conversão da identificação em ação também não é igual. Devido a essa complexidade, Passy (1998) centra sua análise na intensidade do engajamento, pois os indivíduos se engajam com certa intensidade e não se pode analisar isso de forma homogênea. Em investigações preliminares, identificamos que a intensidade do engajamento está vinculada aos mecanismos da interação associativa, da conexão estrutural e do alinhamento identitário (RUSKOWSKI, 2012). Diversos casos apresentaram situações na qual o engajamento começou com pouca intensidade e, à medida que a interação ocorria, foi se intensificando, mas também, alguns casos de desengajamento foram observados, no qual os envolvidos diminuíram os níveis de ação até abandonar o movimento e/ou organização.

Um dos recursos utilizados foi trabalhar com o conceito de carreira (FILLIEULE, 2001), visto que permitiu a realização de uma análise da noção de militantismo como processo. Instigando trabalhar o conjunto de questões sobre a pré-disposição ao militantismo, da passagem ao ato, as formas diferentes e variáveis sobre o tempo no qual o engajamento esteve em exercício e a multiplicidade de engajamentos no ciclo da vida.

O ativismo digital pode ser encarado como engajamento cívico ou como um

tipo de ação coletiva orientada politicamente (EARL *et al*, 2010). A fim de qualificar o debate acerca da temática do ativismo e Internet, as autoras introduzem quatro tipos ideais para pensar uma tipologia do ativismo: *brochure-ware*, *online facilitation of offline activism*, *online participation and online organizing*.

O primeiro tipo refere-se basicamente à distribuição de informações (como as causas e as molduras interpretativas das organizações de movimentos sociais). Neste caso, os sites são utilizados basicamente como “panfletos” para divulgar de forma barata conteúdos que se alteram muito pouco e não permitem interação entre usuários. Dessa forma, a Internet é utilizada com uma difusora de informações a custo baixíssimo. Earl *et al* (2010), dizem que esta modalidade é um dos tipos de ativismo mais estudado por pesquisadores, que encontram frequentemente ou nenhum impacto da Internet na mudança qualitativa dos movimentos sociais, ou impactos relacionados com a escala (EARL *et al*, 2010).

O segundo tipo (*online facilitation of offline activism*) tem como princípio básico fornecer apoio a eventos de protestos *offline* e é, segundo as autoras, o tipo mais utilizado de ativismo *online*, no qual a Internet é vista como um espaço de organização e coordenação de protestos *offline*. Muitos pesquisadores, por exemplo, que analisaram o movimento zapatista concluíram que “*the Internet helped the Zapatistas spread their message internationally and gain broader support, but did so without changing the fundamental dynamics of their very physical struggle*” (EARL *et al*, 2010, p. 431).

A participação *online*, terceiro tipo, fornece caminhos de participação enquanto as pessoas estão conectadas como, por exemplo, as petições *online*. Neste tipo de ativismo, tem-se notado o surgimento do “ativista de 5 minutos”, ou seja, casos de indivíduos que não podem se dedicar à ação política, mas, graças à velocidade e conveniência da Internet, participam em ações de protesto *online* (EARL *et al*, 2010).

E, por fim, a organização *online*, que diz respeito às campanhas e/ou movimentos que são inteiramente organizados *online*. Este seria o tipo menos estudado entre os pesquisadores de ativismo digital e, ao mesmo tempo, aquele que aponta mais elementos para uma possível mudança da dinâmica da ação coletiva. Dentre os fatores já encontrados em pesquisas recentes, destaca-se uma das características que diferencia movimentos totalmente *online* dos *offline*: a prevalência de biografias de não-ativistas entre seus líderes (EARL *et al*, 2010).

Diferentemente de Bennett e Segerberg (2012), que muitas vezes parecem opor ou dicotomizar as ações coletivas das ações conectivas, essas quatro tipologias podem ser dispostas num *continuum* entre ações realizadas totalmente *offline* e *online*. Esta possibilidade parece enriquecer a questão proposta por Bennett e Segerberg (2012) sobre a mudança da natureza da ação política atualmente.

Alguns pontos em comum entre esses autores estão no fato de identificarem que as ações *online* diminuíram a importância dos recursos, devido ao baixo custo que eles têm em alguns contextos de movimento social, e que as relações entre identidade e participação poderiam ser atenuadas em alguns tipos de ativismo *online* (BENNETT; SEGERBERG, 2012; BENNETT, SEGERBERG, WALKER, 2014; ; EARL *et al*, 2010).

Nota-se que uma das questões fundamentais está na possibilidade, ou não, de diferenciarmos em termos teóricos o engajamento em ações coletivas do engajamento/ativismo em ações conectivas. Numa breve busca em portais de pesquisa com a palavra-chave “ativismo digital” viu-se que embora muitos textos utilizem esta terminologia (FONSECA, 2014; GOHN, 2014; MACHADO, 2007; PARRA, 2014; SILVEIRA, 2014; TEIXEIRA, 2012), quase nenhum deles apresenta uma definição conceitual e, quando o faz, esta definição não se diferencia muito da definição de engajamento de SAWICKI; SIMÉANT (2011) encarada “*como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa*” (p. 201). Como podemos notar em um dos poucos artigos que se propõe a definir o ativismo:

Todo ato de ativismo social/digital é resultado de uma insatisfação ou necessidade de expressão individual ou coletiva, com o intuito de dar visibilidade a uma “causa”, que pode ser desde uma crítica relacionada a um caso de corrupção, denúncia ambiental, expressão étnica ou sociocultural (FONSECA, 2014, p. 61).

Para Millaleo e Velasco (2013), baseado nas conceituações de Earl e Kimport<sup>1</sup>, o ativismo digital pode ser distinguido em três níveis, de acordo com o uso das tecnologias: e-mobilização, e-tática e e-movimentos.

A e-mobilização consiste em utilizar a Internet como difusora de informação

---

1 EARL, Jennifer e Katrina KIMPORT. Digitally Enabled Social Change. Activism in the Internet Age. Boston: MIT Press, 2011.

dos eventos de protesto *offline*. A tecnologia, aqui, é uma amplificadora de informações com redução de custos organizacionais para isso. Os e-movimentos, por sua vez, ocorrem exclusivamente *online*. Com isso, os custos de organização e mobilização são ainda menores e não servem como suporte para nenhuma organização *offline*.

Situada no ponto intermediário dos citados acima estariam as e-táticas, pois articulam práticas como petições *online*, por exemplo, com práticas tradicionais de ação coletiva. A articulação entre os repertórios *online* e *offline* ampliaria a capacidade de influenciar a sociedade (MILLALEO; VELASCO, 2013).

En el activismo digital, muchas tácticas consisten en un activismo flash, de muy corta duración —efímero, esporádico y episódico—, basado exclusivamente en actividades de Internet. Esto es facilitado por actividades automatizadas que a veces requieren muy poco esfuerzo de los destinatarios para adherir a una idea o causa. También se ha hecho más accesible la actividad de organización, facilitándose la iniciación y coordinación de actividades de protesta. Estos nuevos organizadores o coordinadores del activismo digital se ven liberados de las constricciones de las anteriores formas de activismo y pueden poner tópicos nuevos en la discusión y buscar nuevos destinatarios y seleccionar formas de acción diferentes. En definitiva, la independización de la protesta de activistas de largo plazo y de organizaciones consistentes que soporten el movimiento social, ha bajado las barreras de entrada a las actividades de protesta (MILLALEO; VELASCO, 2013, p. 20).

Ao investigar cerca de vinte iniciativas de ativismo digital no Chile, os autores sugerem a análise do tema a partir de quatro categorias que estão baseadas em interatividade e identidade, cada uma delas com dois valores possíveis, gerando quatro formas de ativismo digital que nomearam de: metaativismo (identidade generalizada e baixa interatividade), ativismo de empoderamento (identidade generalizada e elevada interatividade), ativismo de janela (identidade focalizada e baixa interatividade) e ativismo de guerrilha (identidade focalizada e elevada interatividade) (MILLALEO; VELASCO, 2013).

Ao comentar as categorias propostas por Millaleo e Velasco, Jorge Fábrega alerta que em muitas situações elas podem se sobrepor devido à complexidade do fenômeno estudado, que emerge da multiplicidade de interações e

Tiene sentido que sea así debido a que las motivaciones que inducen a los individuos a cooperar en actividades digitales y las interacciones que mantienen en el transcurso de ellas son heterogéneas. Es decir, el activismo digital simultáneamente gatilla identidades globales y locales y se producen interacciones reiteradas y esporádicas entre distintos participantes. Debido a

estas características, parece razonable entender lo que emerge de esa multiplicidad de interacciones como un ejemplo de un fenómeno social complejo; es decir, un fenómeno en el que se articulan múltiples agentes de distinto origen y motivación para la acción (MILLALEO; VELASCO, 2013, p. 128).

Fábrega cita como exemplo a ação #stopSOPA<sup>2</sup> que conjugou uma campanha em escala mundial, com identidade global, mas que também produziu nichos de atividades de grupos muito específicos. A crítica de Fábrega reforça o esforço em se identificar quais são os mecanismos que atuam no processo de engajamento/ativismo digital que fazem emergir protestos de larga escala a partir da lógica da ação conectiva, visto que permitiriam um aprofundamento do olhar nos pontos de fronteira que, muitas vezes, categorizações a priori não conseguem elucidar.

#### **4 Socialização, disposições e retribuições**

A noção de socialização é fundamental para subsidiar o referencial teórico proposto, e assume a perspectiva de Bernard Lahire ao pensar em hábitos ou esquemas de ação que são interiorizados pelos atores de forma heterogênea, visto que há uma pluralidade de mundos sociais nos quais os atores circulam. Esses universos sociais podem apresentar princípios de atuação não homogêneos e, por vezes, contraditórios (LAHIRE, 2003).

A partir do momento que um actor foi colocado, simultânea ou sucessivamente, no seio da pluralidade de mundos sociais não homogêneos, e por vezes mesmo contraditórios, ou no seio de universos sociais relativamente coerentes, mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então estamos perante um actor com o stock de esquemas de ações ou de hábitos não homogêneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogêneas (e mesmo contraditórias), que variam conforme o contexto social no qual ele será levado a evoluir. Poderíamos resumir o nosso discurso dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está submetido a princípios de socialização heterogêneos e por vezes mesmo contraditórios que ele incorpora (LAHIRE, 2003, p. 39).

Neste sentido, pode ser importante observar o processo de socialização dos envolvidos nas ações coletivas e nas ações conectivas, principalmente nas relações

---

2 Stop Online Piracy Act (SOPA) foi um projeto de lei apresentado na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos que visava impedir a pirataria online, mas que, segundo seus opositores, iria limitar e cercear as liberdades individuais na rede.

que estabelecem com as TICs<sup>3</sup>. O conceito de socialização apresentado permite que se ultrapasse uma visão normativa do ator, visto que pode apreender os meandros do engajamento ao relacionar contextos mais heterogêneos de socialização com a ativação/inibição de disposições.

Complementando a noção de socialização, cremos que a proposição de considerar a dimensão da *experimentação* (MISCHE, 1997) se mostra significativa, na medida em que os indivíduos estabelecem compromissos nos diversos grupos que circulam e em que criam laços sociais significativos que trarão impactos expressivos ao longo da vida. Mas também, ao passo que a tecnologia fornece (pelo menos em termos ideais) a possibilidade de adentrar universos simbólicos distintos dos quais os indivíduos tinham menor contato com um custo muito baixo.

Conhecer os vários universos sociais nos quais os atores foram socializados e quais posições eles ocupam no espaço social (LAHIRE, 2003) possibilita compreender quais condições disparam ou inibem ações de engajamento/ativismo. Como menciona Lahire,

Os repertórios de esquemas de acção (de hábitos) são conjuntos abreviados de experiências sociais, que foram construídos-incorporados ao longo da socialização anterior em quadros sociais limitados-delimitados, e o que cada actor adquire progressivamente e mais ou menos completamente, são tantos hábitos quanto o sentido da pertinência contextual (relativa) da sua utilização. Ele aprende-compreende que aquilo que se faz e se diz em certo contexto não se faz e não se diz num outro diferente (LAHIRE, 2003, p. 47).

A disposição é um produto incorporado de uma socialização que pode ser explícita ou implícita e que só se constitui mediante a repetição de experiências relativamente semelhantes. Quando se utiliza a noção de disposição para analisar o processo de engajamento, entende-se que é necessário um esforço para situar ou reconstruir a gênese das mesmas, pois as disposições pressupõem um processo de interpretação para que se possa *“fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas”* (LAHIRE, 2004, p. 27).

Para o autor,

uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas. No entanto, nem sempre a disposição

---

3 Talvez, uma visão mais abrangente sobre *gerações* traga elementos explicativos fundamentais para a compreensão dos diferentes usos das TICs na construção das ações conectivas.

consegue se ajustar ou se adaptar, e o processo de ajuste não é o único possível na vida de uma disposição. Dessa forma, ela pode ser inibida (estado de vigília) ou transformada (devido a sucessivos reajustes congruentes) (LAHIRE, 2004, p. 30).

Com isso, a noção de disposição auxilia no entendimento da ação no qual se busca compreender e explicar a interação existente entre um sistema disposicional heterogêneo e os contextos que possibilitariam a emergência ou inibição de ações contestatórias.

Assim como é fundamental caracterizar os tipos de socialização que fornecem aos indivíduos atributos, características e recursos que possibilitam a emergência do processo de engajamento, é necessário ficar atento para as modificações que ocorrem nas trajetórias de engajamento na medida em que os indivíduos vão encontrando oportunidades de trabalho, viagens, adesão a outras redes, ganhando prestígio etc. Não se trata de voltar à perspectiva da escolha racional (OLSON, 1999), mas de considerar que não existem atos desinteressados (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, a dimensão das retribuições são um dos pontos chaves que sustentam o engajamento. Gaxie propõe que,

A militância, enquanto ação economicamente desinteressada, seja compreendida ao se considerar que ela aporta retribuições não materiais ou simbólicas, dadas pela concordância entre as respectivas ideologias, formas de ação e as disposições individuais dos engajados (GAXIE, 2005 apud ANJOS, 2008, p. 512).

Com isso, o olhar empírico passa pelas motivações e interesse no engajamento e militância, considerando quais são as recompensas ao trabalho militante, as condições de exercício da liderança e os significados e disposições presentes na atividade militante.

Os fluxos de recursos das redes sociais estão relacionados às disposições dos indivíduos e encaminham para determinados tipos de retribuições (ANJOS, 2008) dadas pela concordância entre as formas de ação, as disposições e os quadros interpretativos da organização. Essas retribuições podem ser referentes a sentimentos de justiça e atuação no mundo (reconhecimento, prestígio, agir no mundo, afeto). Quando o indivíduo obtém certas retribuições (que ele julga importantes) por participar de determinado grupo, esta participação tende a se tornar mais forte e os “custos” da participação tendem a ser considerados “menores” (SILVA e RUSKOWSKI, 2010).

Complementando esta perspectiva, tem-se o argumento de que os militantes estão mais propensos a permanecer envolvidos quando o seu enraizamento nas redes sociais e sua percepção sobre tais enraizamentos são coerentes e consistentemente interligados em relação às suas diversas esferas de vida (PASSY; GIUGNI, 2000). Essas esferas de vida dizem respeito a regiões distintas que possuem dinâmicas, lógicas e fronteiras próprias, porém, interligadas. São marcadas pela subjetividade, significados, percepções e emoções. A interação que o indivíduo realiza para interligar as diferentes esferas (familiar, profissional, de amizade, política, religiosa) envolve processos cognitivos que moldam uma estrutura de significados.

Os autores propõem que relacionar o engajamento político a outras esferas de vida permite que os militantes estejam mais suscetíveis a se engajar por meio do processo de autointeração e da internalização simbólica, processo dificultado quando não há uma relação da esfera da militância com as outras esferas de vida de forma central (PASSY e GIUGNI, 2000). Portanto, a socialização, as disposições ativadas ou inibidas e as retribuições, ao serem analisadas a partir das inter-relações com as esferas de vida dos indivíduos engajados, fornecem subsídios para que se entenda o sentido da participação política e sua variação e intensidade no tempo.

### **5 A interação conectiva: mediação, produção de moldura pessoal, curadoria de conteúdo e integração dinâmica**

Muitas pessoas podem nutrir simpatia por determinadas causas sociais, mas somente uma parcela pequena delas transformará essa simpatia em ação engajada. Dois mecanismos que oportunizam a efetivação das disposições para militância efetiva são o recrutamento e a mediação, que visam conectar indivíduos e organizações (TARROW, 2009; LIMA, 2009). A mediação pode ser definida *“como a ligação de dois ou mais locais previamente desconectados através de uma unidade que intermedeia as relações entre eles e/ou ainda com outros locais”* (McADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 26).

Vários movimentos têm como uma de suas estratégias manterem indivíduos que atuam como mediadores entre as estratégias da organização e os projetos dos indivíduos recrutados (McCARTHY, 1999; SILVA, RUSKOWSKI, 2010;

RUSKOWSKI, 2009). Outra forma de mediação, também já observada, é a “*a apropriação das relações e dos espaços de sociabilidade cotidiana... como condutos para os processos de recrutamento*” (SILVA, RUSKOWSKI, 2010, p. 36). No entanto, essa mediação depende de uma abertura dos indivíduos, seja nas esferas da amizade, da família, do trabalho ou da escola, pois é necessário que exista uma disposição dos envolvidos em conectar ou reconectar seus projetos de vida com as possibilidades apresentadas pelo engajamento.

Quando inexitem experiências desse porte, a organização precisa atuar de forma mais ativa para construir pontes de significado entre as disposições individuais, conectando redes e relações de confiança e suprimindo determinados limites ocasionados pela falta de recursos, como tempo ou dinheiro, para efetivar sua participação na organização (RUSKOWSKI, 2012).

Em relação às ações conectivas, a mediação ganha um novo aspecto. A tecnologia passa a ser uma das principais formas de mediação entre indivíduos e causas. As plataformas de redes sociais digitais tem se transformado em um importante mecanismo de mediação que facilita o acesso de pessoas e passa a suprir o buraco estrutural (BURT, 2005) daqueles que não mantinham em suas redes laços fortes capazes de conectar pessoas às organizações de movimentos sociais. Por tudo isso, a mediação se constitui num importante mecanismo para explicar a ação conectiva, mas os conteúdos desse mecanismo mudaram radicalmente.

Bennett, Segerberg e Walker (2014), num estudo recente, propõem-se a entender como protestos em larga escala ocorrem e como a organização da multidão é produzida mesmo com a ausência de líderes, de objetivos comuns ou de uma estrutura de mobilização convencional. A partir da lógica da ação conectiva, os autores sugerem que os participantes se envolvem em ações desse tipo porque encontram um quadro de ação personalizável (*we are the 99%* e *#yosoy132*<sup>4</sup>) que pode ser facilmente compartilhado por meio de redes de mídia digital e que permite emoldurar facilmente o entendimento de problemas comuns. Esses movimentos têm como pontos fortes a grande capacidade de atingir públicos em grande escala e a flexibilidade para mediar multidões deslocando focos de emissão e ação tática numa velocidade alta (BENNETT; SEGERBERG; WALKER, 2014).

Tais autores constroem um quadro teórico interessante na medida em que

---

4 A primeira frase refere-se ao movimento Occupy Wall Street e a segunda ao vídeo no qual 131 estudantes protestavam contra o candidato presidencial do PRI e desencadearam uma série de manifestações no México.

chamam atenção para as propriedades organizacionais entre populações individualizadas que utilizam as redes de mídia para superar e transcender as interações face a face, a partir de um compartilhamento automotivado (BENNETT; SEGERBERG; WALKER, 2014).

Para tanto, os autores investigam um grande volume de dados para identificar quais os mecanismos que criam e sustentam a organização de protestos em grande escala. O foco da pesquisa está em compreender o papel da comunicação e como os projetos produzidos por pares constituem uma espécie de andaime ideológico e estrutural ao criarem uma série de microrrotinas discursivas e tecnológicas que animam a ação conectiva (BENNETT; SEGERBERG; WALKER, 2014).

Os mecanismos identificados por eles foram: produção, curadoria e integração dinâmica. A produção envolve a criação e a divulgação de vários tipos de recursos dentro de uma rede de ação. Envolve o conteúdo criado ou distribuído por intermédio de uma plataforma de compartilhamento em toda rede de usuários, por exemplo, Twitter, Facebook, Livestream, sites ou blogs.

A curadoria envolve a preservação, manutenção e classificação de ativos digitais criados no processo de produção. As medidas empíricas de curadoria podem incidir sobre a negociação e seleção de conteúdo a ser preservada, envolve as *affordances* para acessar e compartilhar esse conteúdo, a distribuição de arquivos por meio de sites que compartilham um conjunto de recursos comuns (desde arquivos de música a desenvolvimento de softwares ativistas). A curadoria pode também implicar a criação de normas e limites em comunidades de usuários específicas e das suas plataformas.

A integração dinâmica diz respeito ao contato, transmissão e comutação entre os diferentes atores, redes, plataformas e tecnologias, isto é, a capacidade em integrar diferentes redes. Esse mecanismo é responsável pela comutação e vinculação de *affordances* como padrões de ligação encontrados na co-ocorrência, ao longo do tempo, de *hashtags* dirigidas em *tweets*.

Ao identificar como os indivíduos interagem entre esses três mecanismos, pode-se perceber um tipo de interação conectiva que certamente moldará e sustentará o engajamento/ativismo digital. Ou seja, existe a necessidade de entender quem são os criadores de conteúdo, como se dá as reapropriações de memes, quais são as plataformas e redes que respondem melhor a determinados tipos de atividade política e quais lógicas estão submersas e impulsionam o

“ativismo de 5 minutos”.

## 6 Difusão, Repertórios e Performances

Dando continuidade à descrição dos mecanismos que podem ser significativos para explicar o ativismo digital em ações conectivas, não se pode ignorar os repertórios disponíveis e acessados pelas organizações e pelos indivíduos, pois é justamente quando há alguma inovação no repertório que mudanças nos processos políticos ocorrem. Segundo Tilly, *“a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e desempenhadas por meio de um processo de escolha até certo ponto deliberado”* (TILLY, 1995, p. 26). O autor tinha intenção de identificar os padrões disponíveis em contextos históricos específicos que possibilitavam aos indivíduos se engajarem e reivindicarem suas demandas por intermédio de confrontos políticos.

Para Tarrow, *“repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam”* (TARROW, 2009, p. 51). Outra interpretação do conceito cunhado por Tilly vem de Millaleo e Velasco na qual entendem que *“el concepto de repertorio de contención se refiere a los conjuntos de «herramientas» de las tácticas específicas de protesta, que se repiten de manera recurrente y predecible en las prácticas de actores colectivos em sus campañas concretas”* (MILLALEO; VELASCO, 2013, p.11).

O conceito de repertório apresentado possibilita pensar não só a reprodução daquilo que é socialmente conhecido, mas principalmente, como as inovações se produzem, enfatizando a agência dos envolvidos, possibilitando distinguir os scripts e as performances possíveis. De acordo com Alonso,

Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como *formas* de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a *experiência* das pessoas em *interações* conflituosas, e o *uso* e a interpretação dos *scripts* em *performances*, a nova unidade mínima do repertório. A adição de performance e o olho nas interações foi seu modo de adensar a *agency* e mitigar o estruturalismo de origem. Tilly começou botânico das formas de protesto, classificando,

categorizando, discernindo padrões e permanências, e chegou a músico atento ao improviso e ao contingente na interpretação das partituras sociais, as interações (ALONSO, 2012, p. 32).

Nesse sentido, um campo de estudos importante e que se relaciona com o conceito de repertórios é o dos estudos de performance. A performance é entendida tanto como comportamento estruturado e incorporado, e objeto de análise, como uma lente analítica por meio da qual se faz a leitura dos protocolos normativos que estruturam as ações como as resistências a esses (TAYLOR; STEUERNAGEL, 2015, p. web.).

Se, em certo momento, a performance esteve vinculada ao campo artístico, rapidamente se espalhou para outras áreas do conhecimento, incluindo a política. Estudar a política a partir da performance nos auxilia a enxergar uma grande extensão de comportamentos “dos corpos individuais aos corpos de protesto” (TAYLOR; STEUERNAGEL, 2015, p. web.). Outro aspecto interessante diz respeito à possibilidade da ocorrência de uma *alfabetização performática* que possibilita citar uma tática de protesto específica e, com isso, criar uma espécie de continuidade histórica e afinidade ideológica através das fronteiras. A noção de alfabetização performática é profícua para compreender a relação entre a difusão via TICs e os repertórios de contestação atuais, visto que

As performances viajam, desafiando e influenciando outras performances. Contudo, elas estão, em certo sentido, sempre *in situ*: são inteligíveis na estrutura do ambiente imediato e das questões que as rodeiam. O *é/como* realça a compreensão da performance como simultaneamente “real” e “construída”, como um conjunto de práticas que reúnem o que historicamente ficou separado como discursos ontológicos e epistemológicos distintos, supostamente autônomos (FUENTES in TAYLOR; STEUERNAGEL, 2015, p. web.).

Ao analisar a performance na política não se pode furtar de pensar a relação entre estética e política. Muitos são os exemplos históricos, como os atos de escracho executados contra os torturadores, as ações não violentas de Gandhi até os atuais *flash mobs*. Ao ajustarmos a lente que vê a performance é importante também prestar atenção que se performatiza múltiplos papéis (aqueles que reforçam os status quo, como as representações de gênero) ao mesmo tempo que se incorpora uma ação contestadora.

A rua é um lugar de excelência para demonstrar a insatisfação das demandas com a ocupação do espaço. Os protestos são grandes atos performáticos que

envolvem uma dinâmica específica de início (a concentração), meio (a marcha) e fim (a dispersão). São neles que os movimentos têm possibilidade de construir processos de solidariedade muito consistentes e que contribuem significativamente para a construção de alinhamento identitário.

Mas, com o advento das TICs, outros repertórios de ação surgiram possibilitando performances *online* que muitas vezes se combinam com táticas *offline*: “As performances online expandem as maneiras em que a performance é redefinida como evento incorporado, em situ e ao vivo, comentando e intervindo no atual capitalismo digital transnacional” (NYONG'O in TAYLOR; STEUERNAGEL, 2015, p. web.).

Uma das possibilidades existentes para analisar a performance é observar a interação entre ações que são coordenadas entre atividades *offline* e *online* como os tuitaços, os eventos em plataformas digitais, a criação de memes<sup>5</sup>, já que

as *paneladas* ou os *cacerolazos* online mostram como atualmente aquilo que é digital forma uma parte integral dos atos de protesto. Os manifestantes contemporâneos encontram maneiras de ligar o vivo com o distribuído, o *in situ* e o mediado, fazendo transmissão dos eventos em tempo real, partilhando a documentação de antigos comícios ou (nas manifestações físicas) carregando com eles próprios placas que anunciam sites de mídia sociais onde os partidários poderão continuar a fazer networking após a conclusão do evento. O físico e o digital estão entrelaçados e se alimentam o um ao outro (NYONG'O in TAYLOR; STEUERNAGEL, 2015, p. web.).

Um mecanismo que não está diretamente vinculado aos processos de engajamento/ativismo digital, mas é importante levar em conta é o mecanismo da difusão. Repertórios e, conseqüentemente, performances estão vinculados aos processos de difusão. As TICs têm contribuído para uma difusão rápida e de baixo custo de diversas mobilizações pelo mundo que, em alguma medida, produzem um efeito cascata muito veloz, como o que foi visto na Primavera Árabe ou na velocidade na qual a Marcha das Vadias se espalhou pelo mundo. A difusão também pode influenciar a forma na qual as pessoas ficam sabendo dos eventos de protesto e impactar os processos de mediação das organizações.

---

<sup>5</sup> Na Internet, um meme refere-se ao fenômeno em que vídeo, imagem, frase, hashtag ou blog alcança muita popularidade entre os usuários em pouco tempo.

## 7 Considerações finais: Iniciando a construção de um modelo de análise

A partir do referencial teórico exposto até aqui pode-se propor um modelo de análise inicial (figura 1). Este modelo precisa ser qualificado e reestruturado a partir de pesquisa empíricas, mas é um ponto de partida para pensar o processo de engajamento/ativismo digital em ações conectivas. Assim, as socializações prévias são o ponto de partida, na medida que fornecem as disposições, capacidades e recursos que poderão ser ou não ativados para o engajamento/ativismo digital. Elas também podem fornecer pistas para mapear como as diferenças geracionais influenciam os diferentes padrões de ações conectivas.

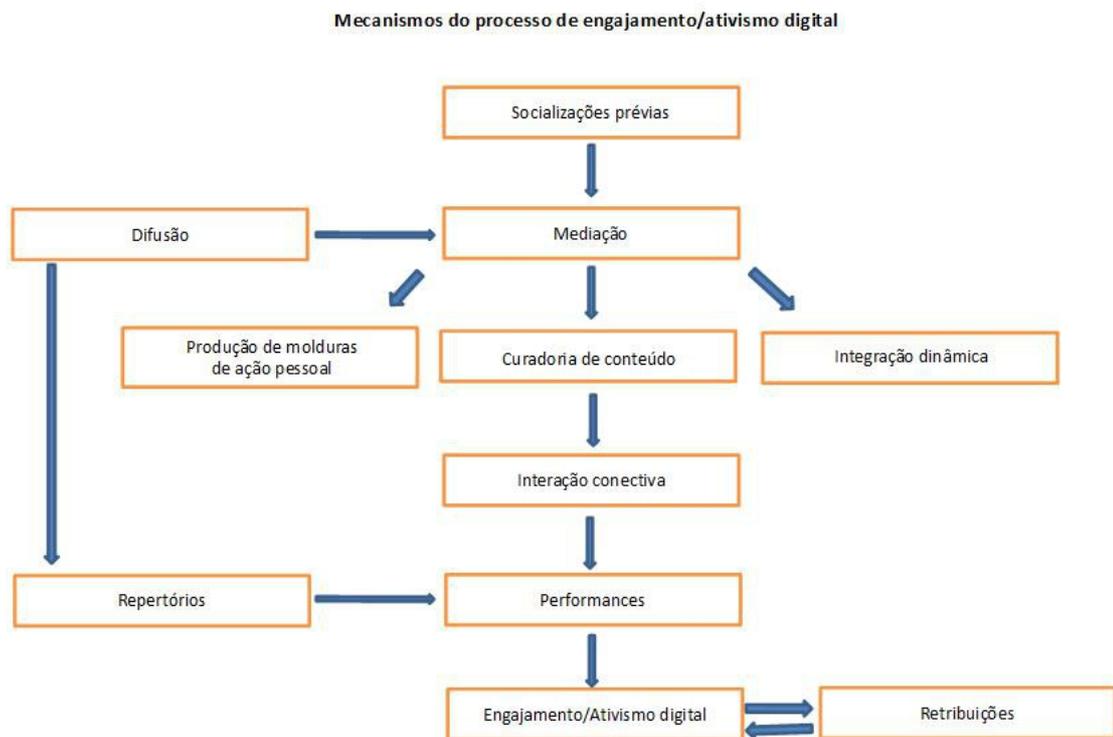


Figura 1: modelo do processo de engajamento/ativismo digital

Fonte: elaboração da autora

Como já foi mencionado, a mediação é um mecanismo fundamental para conectar indivíduos e organizações. Com a perda da centralidade das organizações no processo de mediação entre indivíduos e ações, espera-se compreender quais processos de mediação e o alcance que tem as plataformas de redes sociais digitais. A difusão, embora esteja vinculada mais a processos macro-estruturais

também precisa ser levada em conta, na medida que interfere em processos de mediação e também na difusão dos repertórios.

Quando a mediação se torna eficaz, estabelecendo uma ponte entre indivíduos e possibilidades de ação política, isto se realiza a partir da produção de molduras de ação pessoal, da curadoria de conteúdo e da integração dinâmica entre os conteúdos produzidos e difundidos produzindo o que chamou-se no modelo de interação conectiva.

A interação conectiva resultará em performances, que poderão ser tanto *online* como *offline*, dependendo do tipo de percurso que os indivíduos trilharão no desenvolvimento de seu engajamento/ativismo. Estas performances são condicionadas pelos repertórios disponíveis a partir de scripts já conhecidos e, por isso, se produzirem algum tipo de inovação, alterarão significativamente o curso da ação política.

Assim, o engajamento/ativismo digital poderá emergir em vários formatos e intensidades diferentes. E a duração do engajamento/ativismo digital dependerá da forma como os indivíduos o localizam entre as diversas esferas de vida e o sustentam a partir das retribuições que obtém.

A partir deste exercício teórico, tem-se a intenção de analisar o evento de protesto “Eu não mereço ser estuprada”. A peculiaridade deste evento – um protesto exclusivamente online – no estudo das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) em mobilizações sociais é a seguinte: a organização, o espaço de ação e os repertórios utilizados na campanha foram mobilizados exclusivamente por via de redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram). Assim, tal mobilização caracteriza-se por não se enquadrar nos mesmos parâmetros do formato tradicional de ação coletiva. E em função de tais características (que revela o uso da Internet como única forma de mobilização), se mostra interessante para testar o potencial explicativo do modelo de análise formulado para entender ações conectivas.

## 8. REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Ano 2, Volume 3, p.21-41, 2012.

ANDUIZA, Eva; CANTIJOCH, Marta; GALLEGO, Aina. Political Participation and the Internet. *Information, Communication & Society*, 12:6, p.860-878, 2009.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, (31), pp. 509-534, julho-dezembro de 2008.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra; WALKER, Shawn. Organization in the crowd: peer production in large-scale networked protests. *Information, Communication & Society*, v. 17 n. 2, p. 232-260, 2014.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, v. 15 n. 5, p.739-768, 2012.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. 9 ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRANTE, Thomas. Consequências do realismo na construção da teoria sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.36, Oeiras, set./2001.

BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (ORGs). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura – vol.2)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito; ALCÂNTARA, Livia Moreira de Alcântara. *Movimentos sociais na web 2.0: a experiência da ocupação Dandara*. Revista de Ciências Humanas, Vol. 9, Nº 2, p. 291-301, Jul./Dez. 2009.

DARTNELL, Michael Y.. *Insurgency Online: web activism and global conflict*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; KRIESI, Hanspeter. Social movements in a globalizing world: an introduction. In: Della PORTA, Donatella; KRIESI, Hanspeter; RUCHT, Dieter (eds.). *Social Movements in a Globalizing World*. London: Macmillan Press, 1999.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina; PRIETO, Greg; RUSH, Carly; REYNOSO, Kimberly. Changing the world one webpage at a time: conceptualizing and explaining internet activism. *Mobilization: An International Journal*, v. 15, n. 4, p. 425-446, 2010.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuels: post scriptum. *Revue française de science politique*, vol. 51, n° 1-2, février-avril 2001, p. 199-217.

FILLIEULE, Olivier. Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement. *Social Movement Studies*, Vol. 9, No. 1, 1–15, January 2010.

FONSECA, Lucas Milhomens. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. IN: *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GARRETT, R. K.. Protest in an Information Society: A Review of Literature on Social Movements and New ICTs. *Information, Communication and Society*, v. 9 n. 2, p. 202- 224, 2006.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014

GRANOVETTER, Mark. S.. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78 n. 6. 1973.

JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (org.). *Frames of Protest: social movements and the framing perspective*. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryin. *Activists Beyond Borders*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KLANDERMANS, Bert. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg. *Frontiers in social movement theory*. Yale: Yale University, 1992.

LAHIRE, Bernard. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 373-389, 2008.

LAHIRE, Bernard. *O Homem Plural: as molas da ação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LAHIRE, Bernard. Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, p. 11-42. 2005.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: Disposição e variações individuais*, São Paulo, Artmed Editora, 2004.

LIMA, Antonio João Ferreira de. *As bases relacionais da política na periferia urbana: fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Dez, n.18, p.248-285. 2007.

MÁIZ, Ramon. Las lógicas de la explicación en la obra de Charles Tilly: Estados y repertorios de protesta. IN: FUNES, María Jesús (Org.) *A propósito de Tilly: conflicto, poder y acción colectiva*. Madrid: CIS, p.49-76. 2011.

MARQUES, Eduardo. *Mecanismos relacionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22, n.64, pp.157-161, 2007.

MARTINS, Nathale M. *O Midiativismo e os Movimentos Sociais: análise da campanha de divulgação da Marcha das Vadias no Facebook*. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Comunicação, UnB, Brasília, 2013.

McADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. *The American Journal of Sociology*, Vol. 99, No. 3, pp.640-667, November/1993.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILL Y, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McCARTHY, John D. Adoptar, adaptar e inventar limites y oportunidades. In: McADAM, Dough; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (eds.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILLALEO, Salvador; VELASCO, Patricio. *Activismo digital en Chile: Repertorios de contención e iniciativas ciudadanas*. Santiago de Chile: Fundación Democracia y Desarrollo, 2013.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, nº5/6, p.134-150, 1997.

MORENO, Rosangela Carrilo, ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 130-142, jan-abr. 2009.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo. Kunrath. *Teorias da Identidade e Movimentos Sociais*. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010, Florianópolis. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. Florianópolis: NPMS/UFSC, 2010. v. 1. p. 1-14.

OLIVEIRA, Wilson J. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *RBCP*, n. 3, Brasília, p. 49-77. jan-jun. 2010.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EdUSP, 1999.

PARISIER, Eli. *O Filtro invisível: o Que a Internet Está Escondendo de Você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PARRA, Henrique. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. IN: *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (orgs). São Paulo: Editora Fundação

Perseu Abramo, 2014.

PASSY, F. *L'action altruiste: Contraintes et opportunités del'engagement dans les mouvements sociaux*. Genève: Librairie Droz, 1998.

PASSY, Florence; GIUGNI, Marco. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in *Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment*. Sociological Forum, Vol. 15, No. 1, pp.117-144, 2000.

RAINIE, Lee; WELLMANN, Barry. *Networked: the new social operating system*. Cambridge: The MIT Press, 2012.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. *Do Incômodo à Ação Beneficente e da Indignação à Ação Contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPG Sociologia (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 2012.

RUSKOWSKI, Bianca. *Levante Juventude, Juventude é prá Lutar: a relação entre esferas de vida e identidade na constituição do engajamento juvenil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais), 2009.

SAWICKI, Frédéric e SIMEANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, vol.13, n.28, p. 200-255. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 178-181. 2011.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e a lógica de investimentos militantes. *Proposições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio-ago. 2009.

SILVA, Marcelo K. *Tecnologias de informação e comunicação e mobilização social contestatória: uma análise comparativa*. Porto Alegre, 2014. mimeo.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes inter-pessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política* (Impresso), v. 3, p. 23-48, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Repertórios de ação e socialização de jovens militantes: etnografia da performance política. IN: IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba, 2011.

SILVA, Marcelo; RUSKOWSKI, Bianca. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. 2015. *mimeo*

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Para analisar o poder tecnológico como poder político. IN: *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. Sérgio Amadeu da

Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TAYLOR, Diana; STEUERNAGEL, Marcos (Orgs). O que é estudos da performance? Em: <<http://scalar.usc.edu/nehvectors/wips/index>> Acesso em 27 dezembro 2015.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. *Rev. direito GV*, Jun, vol.8, n.1, p.037-057. 2012.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, Charles. Mechanisms in political processes. *Annu. Rev. Polit. Sci.* v.4, p. 21-41. 2001.

VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. Introduction - Social movements and ICTs. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter (eds.). *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. London: Routledge, 2004.

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas  
27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)

DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA: AS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE  
CONTESTAÇÃO NOS EVENTOS DE PROTESTO EM PORTO ALEGRE EM 2013

Camila Farias da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 5 anos grandes manifestações eclodiram em diferentes locais ao redor do mundo. O Brasil, por sua vez, não ficou alheio ao contexto internacional. Os últimos anos marcaram o início das transformações urbanas para preparação da Copa do Mundo FIFA (com ocorrência em 2014 no Brasil). Construções de grandes empreendimentos, obras nas vias públicas e privatizações de espaços públicos vêm acontecendo nas capitais brasileiras e, particularmente, em Porto Alegre. Nesse mesmo período, manifestações em defesa do espaço público e da humanização da cidade eclodiram e tomaram as ruas de Porto Alegre. O Brasil foi palco de grandes mobilizações sociais, com diversas inovações nas formas de ação coletiva, que precisam ser identificadas e analisadas.

Dentre essas manifestações encontra-se o “Largo Vivo”, que teve início em 2011 e segue ocorrendo no Largo Glênio Peres. Essa manifestação se desenvolve a partir da ocupação do espaço com uma programação de performances artísticas: shows de bandas, grupos de teatro, dança, saraus literários etc. Essa programação é aberta à participação de qualquer pessoa que queira compartilhar seu trabalho.

Outra ação que se insere neste processo de confrontação à privatização dos espaços públicos da cidade é a “Defesa Pública da Alegria”, que ficou conhecida na mídia pelo “episódio do Tatu”<sup>1</sup>. Neste ato, ocorrido em 4 de outubro de 2012, manifestantes ocuparam a praça em frente à Prefeitura de Porto Alegre e o Largo Glênio Peres, fazendo suas reivindicações contra a privatização dos espaços públicos através da música (com participações de grupos musicais), teatro e manifestações artísticas em geral.

Em decorrência da “Defesa Pública da Alegria”, aconteceram mais dois eventos: “Defesa Pública da Redenção” e “Defesa Pública do Progresso”. O primeiro, em oposição ao cercamento e privatização do auditório Araújo Vianna. O segundo, contra o corte de árvores da Praça Júlio Mesquita decorrente das obras de extensão da Avenida Beira Rio (que integra os empreendimentos relacionados à realização de jogos da Copa do Mundo em Porto Alegre).

Uma característica comum a estes eventos, além dos seus objetivos comuns de reivindicar e realizar uma apropriação social do espaço público, é a maneira inovadora pela qual desempenham suas ações. Todos esses eventos contaram com o lúdico como linguagem de expressão pública. Através de diversas formas de manifestação artística e de atividades de caráter festivo, promoveram suas mobilizações, fugindo das formas tradicionais de manifestação.

Nesse contexto de mobilizações urbanas, outro processo que marcou o Brasil, em 2013, com grande repercussão internacional, foram as manifestações ocorridas em junho. Mais um aumento das passagens do transporte coletivo foi anunciado nas maiores capitais brasileiras. Pequenas manifestações já recorrentes em anos anteriores vinham sendo articuladas pelo Movimento pelo Passe Livre (MPL) presente nessas capitais. Porém, no mês de junho, milhares de pessoas foram às ruas em grande parte do território brasileiro, e modificaram, desde o propósito, até a forma com que as mobilizações vinham acontecendo.

O que no início parecia ser uma passeata comum, ou seja, já compreendida e com um script esperado socialmente, revelou-se com uma complexidade. Assim, impossibilitou a assimilação da população em geral a respeito dessa manifestação, a pergunta clássica de Erving Goffman tornou-se a reapresentação da dúvida da sociedade brasileira: O que está acontecendo aqui? A disputa interpretativa a respeito desse fenômeno fez com que aparecessem diversos discursos. Mídia, pesquisadores e militantes, na tentativa de responder rapidamente a essa problemática, acabavam assim contribuindo com esse sentimento de perplexidade.

A partir do conceito de repertório de contestação, definido como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhado” (TILLY, 1995, p. 41 apud TARROW, 2009, p. 51), me propus a estudar os processos de inovação nos repertórios de contestação. Mais especificamente, a partir do estudo dos eventos narrados acima e seus desdobramentos, busquei analisar como, através de diferentes performances que conformam tais eventos, os atores envolvidos produzem inovações nos repertórios de contestação. Neste sentido, a presente pesquisa que da origem a esse artigo, segue a perspectiva de Charles Tilly tal como sintetizada por Alonso (2009, p.79): Tilly “adotou a metáfora teatral para descrever a relação entre agentes e repertórios, pondo a tônica na *performance*, isto é, no improviso e na interpretação a que os atores submetem um repertório quando agem”.

Os eventos aqui estudados são um objeto empírico pertinente para tal análise, na medida em que inovam as formas de expressão pública de interesses e demandas coletivas, desenvolvendo performances que se diferenciam das práticas que são convencionalmente desenvolvidas<sup>2</sup>.

Assim, o problema que orienta esse artigo, e foi o centro da pesquisa realizada, é delimitado pela seguinte questão: *como são geradas as inovações nos repertórios de ação coletiva, a partir das performances públicas de contestação?* A pesquisa fez parte

da (re)inserção dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil no debate internacional, que tem no estudo dos repertórios de contestação um tema central e tem como objetivo geral compreender como são geradas as inovações nos repertórios de contestação.

Para responder ao problema que orienta esta pesquisa foram estudadas as performances desenvolvidas nos eventos “Defesa Pública da Alegria”<sup>3</sup> e “Largo Vivo. Essa pesquisa foi realizada, primeiramente, através de uma análise documental no material publicado na Internet a respeito desses eventos, e vídeos postados no site Youtube<sup>4</sup>. Além da pesquisa documental, foi feita observação direta na ação que marcou um ano do primeiro evento do Defesa Pública da Alegria e nos Largos Vivos ocorridos nos meses de agosto, setembro e outubro. Por fim, foram entrevistados dois participantes que se envolvem mais ativamente na organização dos eventos analisados.

Em continuidade, está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre as mobilizações em torno do transporte público, especificamente as ocorridas nos anos 2013, 2014 e 2015 em Porto Alegre. Está sendo feita uma busca no Banco de Dados sobre repertórios desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Associativismo, Contestação e Engajamento da UFRGS, análise documental e entrevistas. Com o mesmo objetivo de identificar como se deu o processo de criação/difusão de novas performances.

A primeira parte do artigo traz a abordagem teórica que a pesquisa teve como base. A partir da literatura da Política Contestatória (*Contentious Politics*), apresenta-se o conceito de Repertório e, em seguida, os principais argumentos produzidos para a explicação dos processos de inovação e mudança dos repertórios de contestação. A segunda parte caracteriza os eventos analisados, evidenciando suas novidades para atual configuração das manifestações públicas. Na terceira parte são apresentadas as dimensões emergentes da pesquisa que foi realizada e apresenta-se a pesquisa em curso.

### **REPERTÓRIO DE CONTESTAÇÃO**

A abordagem teórica que deu suporte a essa pesquisa faz parte do campo de estudos dos movimentos sociais, de matriz norte-americana, sendo denominada de abordagem da Política Contestatória (*Contentious Politics*). Contrapondo-se a compreensões deterministas e economicistas da ação coletiva, esta abordagem elabora explicações macro-históricas, combinando a política e a cultura no estudo das mobilizações sociais (ALONSO, 2009, p.54). Dentre os conceitos constitutivos do seu modelo analítico está “Repertórios de Ação”.

Para os fins da pesquisa, fiz uso do conceito de Repertórios de Contestação, elaborado pelo autor Charles Tilly, um dos principais expoentes da literatura da *contentious politics*. O conceito de repertório traz a dimensão cultural para seu modelo explicativo do processo de mobilização coletiva. Tilly busca a noção de “repertório” da música e do teatro “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). Nas palavras do autor<sup>5</sup>,

Em qualquer momento, o repertório disponível de ações coletivas para uma população é surpreendentemente limitado. Em princípio, é surpreendente, dadas as inúmeras maneiras das pessoas poderem usar os seus recursos na busca de objetivos comuns e dados os muitos modos que os grupos reais utilizaram na busca de seus objetivos comuns em algum momento (TILLY, 1978, p.151)

Em sua primeira formulação, durante os anos 1970, o conceito de “repertório de ações coletivas” não possuía uma definição precisa. O repertório nesse momento, segundo o autor, seriam um conjunto de formas de ação: “Tilly não detalha o processo de apropriação do repertório pelos atores. O ponto, neste momento, é evidenciar a existência de padrões de ação coletiva compartilhados – não seu uso.” (ALONSO, 2012, p. 24). O uso dessas formas de ação estaria ligado à variações nas oportunidades políticas e a sua mudança relacionada as mudanças sociais, políticas e econômicas. Evidencia-se, assim, o caráter estrutural que marca esta primeira formulação da noção de repertório.

Nos anos 1990, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se dissemina nos EUA. Nesse contexto, configurou-se um “ataque” culturalista de autores e seguidores dessa corrente teórica à Tilly, criticando uma sobrevalorização de dimensões estratégicas na análise dos processos de mobilização frente a dimensões simbólicas. Respondendo à crítica de que o conceito de repertório trataria de dinâmicas culturais sem o embasamento em uma teoria da cultura, o “repertório de ação coletiva” é reelaborado como “repertório de confronto”.

[...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (Tilly, 1995: 30 apud Alonso, 2012: 25).

A definição de repertório passa de formas de ação para rotinas de interação: “o repertório delimita o espectro de rotinas disponíveis, mas faculta aos agentes executá-las

à sua maneira e escolher dentre elas estrategicamente, norteados pelo andamento da interação.” (ALONSO, 2012, p. 25) Com o foco na interação, o caráter estruturalista do conceito cede espaço para as assimilações presentes no interacionismo simbólico. Ainda assim as críticas seguiram, agora no sentido de que o esforço teórico de contemplar as dimensões culturais não se fez na prática.

Em seus últimos trabalhos nos anos 2000, Charles Tilly desenvolve a ideia de repertório como um conjunto de performances:

*Performance* suplanta *rotina* como unidade mínima do repertório, [...] Conceito relacional, não substantivo. Idem para “programa”. Para Tilly, sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos.[...] Esta última abordagem tillyana dos repertórios privilegia, então, o improvisado, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstância e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade. O repertório só existe encarnado em performances confrontacionais. Tilly nunca arredou pé do postulado de que o eixo fundamental da vida social é o conflito, que ganha formas históricas peculiares. Qualquer invenção, uso, mudança de repertórios só podem ser entendidos neste esquadro histórico e relacional, que põe o confronto em primeiríssimo plano. (ALONSO, 2012, p. 32)

Charles Tilly faleceu em 2008 e, em seu último livro, dedicado ao tema das performances de contestação, não deu respostas nem fechou o conceito. Mas o conceito de performance, introduzido na fase final da obra de Tilly, ajuda a compreender como se daria o processo de inovações no repertório. As *performances*, como já dito anteriormente, no seu conjunto, conformariam um repertório:

Podemos capturar algumas das características recorrentes, historicamente, incorporado pela política contestatória, por meio de duas metáforas teatrais relacionadas: performances e repertórios. Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [scripts] compartilhados. [...]. A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido e, ainda assim, improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente se parece com jazz e *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de uma escritura sagrada. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam em política confrontacional normalmente podem atuar em diversas peças, mas não numa infinidade delas. (TILLY,

2006, p. 35)

Essa relação entre a arte e a ação coletiva traz o improviso e a criatividade para o palco do conflito. A partir de um script já (re)conhecido pelos atores (um repertório preestabelecido), se faz possível, a partir de sua interpretação e das especificidades dos contextos particulares de interação, a produção de particularidades.

Os repertórios são, assim, como ferramentas cuja eficácia, em uma relação metafórica, depende da combinação entre as tarefas a serem realizadas, as características/intenções do usuário e as condições contextuais de utilização. Quanto ao surgimento de um novo repertório, Tilly, a partir de seu estudo sobre o confronto político na Inglaterra, diz:

Um novo repertório nasce no século XIX porque novos usuários assumiram novas tarefas e encontraram as ferramentas disponíveis para os seus problemas e habilidades. No curso das lutas atuais, pessoas fazem reivindicações e contra reivindicações formando novos significados do fazer reivindicatório. Eles agrupam performances complementares nos repertórios (2008, p. 45)

A maioria das mudanças nos repertórios aconteceria, assim, através de um processo incremental, no qual pequenas alterações nas performances públicas vão introduzindo e sedimentando novas formas de ação. Tais alterações tendem a ocorrer, segundo Tilly (2008, p. 60), em resposta à interação entre as mudanças no ambiente e as inovações que se desenvolvem no curso do confronto.

Assim, os repertórios se constituem numa tensão entre inovação e persistência, que faz refletir suas lógicas instrumental e expressiva. A lógica instrumental se refere à eficácia do repertório no sentido da produção daquilo que é objeto da reivindicação de determinado ator, estando a manutenção ou a mudança dos repertórios condicionada por esta eficácia. Já a lógica expressiva refere-se ao fato de que os repertórios constituem, em si mesmos, um elemento de identificação e de expressão pública da identidade dos atores coletivos, não estando sujeitos unicamente ao cálculo estratégico de sua (in)eficácia.

A consolidação de um determinado repertório pode levar ao surgimento daquilo que a literatura denomina de formas modulares de ação. Segundo Tilly (2006, p. 55-56): “Modular” significa que as performances nos repertórios se transferem facilmente de lugar para lugar, questão para questão, grupo para grupo. [...] Nós estamos examinando uma história de inovação contínua e modelação”. Então, um repertório modular pode ser

transposto para contextos distintos daquele no qual se originou, ao mesmo tempo que tende a ser transformado pelo processo de apropriação e pelas particularidades do contexto para o qual é transferido.

Segundo Sidney Tarrow, as formas modernas de confronto tornaram-se parte de um repertório geralmente conhecido e compreendido. É mais fácil para as pessoas promoverem uma forma de ação coletiva que saibam usar e, assim, que já faz parte do repertório modular. Na medida em que, em geral, envolvem um risco relativamente baixo, as formas convencionais de ação coletiva tenderiam atrair participantes em grande número (TARROW, 2009, p. 131). No entanto, este mesmo caráter convencional tende, contrariamente, a restringir o impacto dos repertórios modulares e, ainda, ser um instrumento pouco adequado para a expressão pública de demandas e/ou identidades inovadoras e radicais.

### **DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO**

Essa parte do artigo tem como objetivo apresentar os processos de mobilização que constituíram objeto da pesquisa e, mais especificamente, caracterizar quais são as novidades que estes processos introduzem em termos de repertórios de contestação frente as formas mais tradicionais de ação contestatória na cidade. Para desenvolver esta caracterização serão abordadas quatro categorias: público, internet, objetivo, repertório.

Relativamente similar ao observado em outros contextos, observa-se nos processos estudados a proposição e vivência de uma nova forma de se relacionar com espaço público. Especificamente, o “Largo Vivo” e a “Defesa Pública da Alegria” se inserem em um processo de reivindicação do espaço público frente às privatizações e obras voltadas a Copa do Mundo de 2014. A expressão da cidadania, no sentido de viver a cidade e a ressignificação do local onde se vive são construções que entram em conflito com as políticas propostas pelo governo municipal – que os manifestantes chamam de “higienização cultural” – na qual se pensa a cidade como espaço de consumo e de controle e tem o carro como única forma de acesso.

O Largo Vivo é um evento que acontece no Largo Glênio Peres, Centro Histórico de Porto Alegre. Teve sua primeira edição dia 04 de outubro de 2011, decorrente de uma manifestação chamada de “Farofada dos Desqualificados”. Após a declaração do então Secretário Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre Valter Nagelstein em uma rede social, afirmando que a instalação de um estacionamento no Largo Glênio Peres garantiria um “público mais qualificado” no Mercado Público, manifestantes usando

uma identificação em sua roupa “público menos qualificado” entravam no Mercado Público para fazer compras e, posteriormente, reuniam-se no Largo para um piquenique. A partir desse evento, os manifestantes começaram a se reunir todas as terças-feiras no Largo Glênio Peres, reivindicando o uso do espaço público para o usufruto das pessoas e não dos carros. Atualmente, o evento acontece aproximadamente a cada quinze dias.

Defesa Pública da Alegria foi uma manifestação que ocorreu dia 4 de outubro de 2012, na Praça Montevideu em Porto Alegre, para demonstrar a insatisfação com a gestão da cidade. Mais especificamente, com a privatização dos espaços públicos e com as consequências das obras em virtude da Copa do Mundo de 2014. O Defesa Pública da Alegria, por sua vez, aconteceu como uma resposta às eleições municipais. Nessa ação, que tinha a intenção de ser única, ocorreu o que foi chamado de “A Batalha do Tatu”, na qual se destacou a intensa repressão policial cujas imagens foram disseminadas da forma imediata pelas redes sociais e outros canais da Internet. Assim, se fez necessário a criação de um coletivo que tomasse a frente da defesa dos direitos daqueles que foram violentados e organizasse um ato de repúdio a esse acontecimento. Em decorrência desse evento, ocorreram outras quatro manifestações públicas: Defesa Pública da Redenção, 30 de novembro de 2012 no Parque Farroupilha, em frente ao auditório Araújo Vianna, contra a privatização do auditório e seu cercamento; Defesa Pública do Progresso, 15 de março de 2013 na praça Júlio de Mesquita, contra o corte de árvores para a duplicação da avenida Beira-Rio; Defesa Pública das Árvores I e II, 23 de março de 2013 na praça Júlio Mesquita, contra a autorização do corte de 115 árvores.

Apesar das duas mobilizações serem analisadas conjuntamente, devido à semelhança de suas performances de ação, foi possível identificar durante a pesquisa algumas diferenças importantes para o processo desse estudo, principalmente no que diz respeito às interpretações dos próprios participantes do significado dessas ações. As observações e entrevistas mostraram que o Defesa Pública da Alegria é visto como um evento de caráter mais político em relação ao Largo Vivo

Em função da forte violência policial na manifestação do Defesa Pública da Alegria no dia 4 de outubro de 2012, a qual repercutiu intensamente na mídia e tornou a repressão policial nas manifestações um tema de debate nacional (antecipando a discussão que ocorreria novamente frente a repressão policial às manifestações de junho de 2013), gerou-se um processo de solidariedade e mobilização de outras organizações que se somaram às ações do Defesa Pública da Alegria. Ainda, os outros eventos que se seguiram, não tendo uma periodicidade fixa, foram eventos pontuais que abordaram

problemas da cidade, diferentemente do Largo Vivo, que se tornou um evento periódico sem um foco claro de contestação. Isso fez com que as pessoas que participam dos eventos os interpretem diferentemente: na medida em que o Largo sempre ocorre, não fica visível todo o processo de mobilização e, por vezes, o próprio significado de seus questionamentos; já no caso do Defesa Pública, o alvo da contestação está sempre explícito.

Essa comparação de interpretações do Largo Vivo e do Defesa Pública da Alegria, que traz questionamentos a respeito do caráter político das manifestações, está diretamente relacionada às inovações nas performances das ações. Essa novidade e as tensões que ela gera ao desafiar os padrões tradicionais de manifestação sociopolítica se expressa no seguinte relato de uma observação de campo: Em uma reunião (aberta) para organizar o evento que marcaria um ano do Defesa Pública da Alegria, uma jovem, depois de listar as bandas que tocariam, coloca sua preocupação: “- Nós temos que cuidar para não virar um ‘bundalelê’”. Logo, um homem sentado à sua frente questiona: “- Mas o próprio ‘bundalelê’ é político”. A discussão continuou por mais alguns minutos. Depois avançaram na pauta devido ao tempo, mas essa inquietação não se dissipou. A novidade desses eventos frente as manifestações tradicionais faz com que esses questionamentos sejam recorrentes e evidenciam essa inovação ainda não está consolidada na cultura do fazer político inclusive de parte os participantes dos eventos.

O Defesa Pública da Alegria, depois do primeiro ato, constituiu um coletivo que centraliza a organização. Contudo, esse coletivo é aberto a quem tiver interesse de participar, e se faz reuniões abertas para a construção da ação. Lembrando que não é um evento periódico, diferente do Largo. O Largo Vivo, então, se pauta pela autogestão e horizontalidade, todos podem e devem organizar o evento. Contudo, o que foi dito nas entrevistas é que existe uma certa dificuldade de compreensão dessa forma de construção. Essa novidade de um evento que tem sua organização horizontal e autônoma também dificulta a assimilação de que se trata de uma ação política. Com a cultura de organização hierárquica e de representação, uma parte dos participantes acaba não identificando esses eventos como sendo uma forma de manifestação política.

A partir do processo de pesquisa, foram definidas quatro categorias para abordar as novidades trazidas pelos processos analisados aos repertórios de mobilização contestatória. Essas inovações, por sua vez, contrastam com as maneiras tradicionais do fazer político.

### 3.1 PÚBLICO

O público que se mobiliza e participa dos processos analisados é composto, em geral, por jovens de classe média universitária. São, em sua maioria, frequentadores da vida noturna alternativa da cidade, que questionam o padrão de consumidor que o espaço urbano constrói e buscam uma alternativa para expressar sua subjetividade por fora dos/contra os espaços mercantilizados de lazer. Como salienta Melucci, referindo-se ao potencial contestador da juventude:

Os jovens podem [...] tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam a incompletude que lhes define para a própria existência em vez de submetê-la; fazem exigências de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (MELUCCI, 2001, p. 102)

A forma como se configuram as ações analisadas demonstra que os jovens estão mobilizados para além da reivindicação do uso do espaço público. Eles compartilham uma interpretação de que Porto Alegre apresenta uma carência de espaços de sociabilidade e encontram nesses eventos oportunidades de descontração e de interação com o espaço público e entre as pessoas distintas daquelas que são oferecidas pelos espaços que o mercado oferece. A maioria dos participantes dos eventos se apresenta como independente de organizações sociais e políticas ou fazendo parte de algum coletivo.

Neste sentido, a novidade frente a outras maneiras tradicionais de manifestação contestatória é que esses eventos não são protagonizados por sindicatos e/ou partidos políticos. São, ao contrário, baseados em propostas e princípios de autogestão. As informações coletadas mostram, no entanto, que existem indivíduos que ocupam posições de lideranças nestes processos, as quais acabam assumindo uma responsabilidade e uma visibilidade maior para ocorrência dos eventos. Porém, tal ascendência de alguns indivíduos e a prática de delegação de outros é objeto de questionamento, conforme abordado anteriormente, havendo um constante e ativo incentivo à participação horizontal na organização.

### 3.2 *INTERNET*

O espaço de comunicação e vivência desse público é a internet, mais especificamente o *Facebook*. Portanto, a construção desses eventos se dão nessa rede social. O *Facebook* como uma estrutura de mobilização<sup>6</sup> que ajuda o evento a ser construído horizontalmente. Sendo uma rede em que todos podem fazer seus comentários, praticamente todas as ações são discutidas, organizadas e divulgadas nessa

rede.

A rede social *Facebook* serve como espaço de articulação, militância e divulgação dos processos analisados, rompendo com a visão de que seria um mero instrumento de apoio a atores e práticas estruturados externamente à Internet. O Grupo de Discussão “Largo Vivo: uma Porto Alegre para as pessoas” funciona, assim, como um efetivo espaço de /interessados e de construção dos eventos. As ideias e tarefas são negociadas e objetivadas nesse ambiente virtual e, ao mesmo tempo, real. Já a página “Defesa Pública da Alegria” faz a divulgação de eventos e notícias pertinentes à sua proposta, além de publicar notas reivindicatórias e de repúdio a determinadas ações.

### 3.3 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Uma outra característica que evidencia uma novidade nos repertórios de ação dos processos analisados é o objetivo de vivenciar o que está sendo reivindicado. Em outras palavras, as manifestações realizadas não são apenas momentos de expressão pública de reivindicações e/ou críticas (o quê também são), mas especialmente momentos nos quais se busca concretizar no presente aquilo pelo que se luta. Neste sentido, corporificam uma característica destaca por Melucci nos Novos Movimentos Sociais:

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (MELUCCI, 2001, p. 21)

Enquanto uma manifestação tradicional, em geral, demanda certa ação de alguém, esses eventos se propõem a realizar o que demandam. Alberto Melucci, traz essa característica como parte de uma cultura juvenil:

Nas sociedades pós-industriais, nas quais a mudança se torna condição cotidiana de existência, o presente assume um valor inestimável. A história, portanto, a possibilidade de mudança, não é orientada para fins últimos mas por aquilo que ocorre já hoje. A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora; reivindica o direito a provisoriamente [...] (MELUCCI, 2001, p. 105)

Na medida em que se está reivindicando a ocupação do espaço público *para* as pessoas, então se ocupa esse espaço. Não se espera a concessão de alguém, ao

contrário, se pratica a finalidade pela qual se mobilizam.

### 3.4 O LÚDICO

O Largo Vivo e a Defesa Pública da Alegria são eventos que têm como principal característica o que poderíamos chamar de um caráter lúdico-reivindicatório. A interação com o espaço urbano, a reapropriação da cidade *para* as pessoas, confrontando os processos de restrição das zonas de sociabilidade e de privatização das áreas de trocas culturais, demandam atividades que venham ao encontro com uma proposta de relação entre pessoas/espaço que manifeste as subjetividades e criatividade na ressignificação da cidade, trazendo a rua como um local de vivência e de aprendizado.

A descrição do Largo Vivo no Grupo do *Facebook*, “enchemos de vida a área que seria ocupada por carros”, e a frase de Mario Benedetti<sup>7</sup> que dá sentido ao Defesa Pública da Alegria, “defender a alegria como um princípio”, trazem em seu discurso a arte e a descontração como estratégia de luta (resistência). Processo similar é identificado por Cefai na análise de manifestações recentes:

As manifestações são sempre métodos de expressão pública de primeiro plano. Porém, contra os desfiles sérios e a passo lento, novas táticas foram aplicadas. As manifestações tornaram-se espaços onde se canta e dança: canções em voga são adaptadas com letras militantes, as canções de Zebda são recuperadas colectivamente, grupos de percussão marcam o passo ao ritmo do samba, e a monotonia da marcha é quebrada por arranques repentinos. As manifestações converteram-se também em ocasiões lúdicas de disfarces, de paródia teatral ou de transgressão carnavalesca: emblemática, a Gay Pride tornou-se um acontecimento tão incontornável como as manifestações do primeiro de Maio. Toda a manifestação que se preze deve ser colorida e atraente – a menos que, por contraste, adote a estratégia do tudo-de-branco ou do tudo-em-silêncio, como aconteceu na Bélgica, nas manifestações que ocorreram na altura do caso Dutroux. [...] A militância personalizou-se. (CEFAI, p. 141, 2004)

Todas as edições dos dois eventos contaram com shows de grupos musicais, apresentações de grupos de teatro, blocos de carnaval, grupos circenses, feira de troca, exposições, venda de artesanato, comidas caseiras e qualquer outra forma de livre expressão fora da programação. Todas essas atividades trazem consigo um caráter político e explicitam de alguma forma as reivindicações que o evento se propõe, seja nas

letras das músicas, no assunto das performances teatrais/circenses/carnavalescas, no que é exposto, trocado, e no sentido do consumo de produtos artesanais.

A principal novidade dessas ações encontra-se, assim, nessa performance lúdica de manifestação. O lúdico, é claro, sempre esteve presente nos protestos tradicionais. Nestes, porém, as atividades lúdicas (por exemplo, a presença de grupos de percussão, personagens teatrais ou cantores em passeatas ou atos públicos) apareciam como atividades periféricas em relação às ações (sérias) entendidas como propriamente políticas (discursos, palavras de ordem). Nos eventos pesquisados, ao contrário, a inovação está no lúdico como a manifestação em si. Vivenciar essas performances é trazer outro significado ao espaço no qual se conforma o objetivo da reivindicação.

A experiência de mobilização pela vivência do espaço público propõe a reapropriação do conceito de cidadania. As ações de ocupação trazem à tona a necessidade de se repensar o comprometimento com o público, pensando não nos sistemas de atendimento, mas a partir da própria relação com a cidade e seus espaços:

O comprometimento público actua na dimensão exploratória e experiencial de cada um, bem como nos seus suportes e equipamentos. Ele implica, por essa via, uma redefinição das interações entre pessoas, uma requalificação das suas situações e uma reformulação das suas identidades. Nesta perspectiva, a cidadania não é um conjunto de direitos e deveres formuláveis na sua abstracção jurídica ou filosófica, e também não é um conjunto de atributos que seriam próprios de indivíduos claramente delimitados e separados uns dos outros. A cidadania consiste, antes de mais, em situações vividas como ocasiões de concretizar bens públicos ou de garantir serviços públicos, encontros em que a liberdade, a dignidade, a igualdade, a justiça ou a solidariedade são realmente experienciadas em acto e nas quais os protagonistas se reconhecem uns aos outros como portadores de direitos e de deveres. (CEFAI, p.152, 2004)

A política não representa, assim, um domínio apartado da vida cotidiana. As performances nos processos de mobilização estudados nessa pesquisa materializam essa afirmação na medida em que trazem práticas vivenciadas nessa esfera (a música, os jogos, as apresentações artísticas, o próprio consumo de alimentos orgânicos e de literatura alternativa) para o centro da ação política. O movimento de levar às ruas o que se vive no cotidiano vem ao encontro da proposta dessas ações, que querem demonstrar que os espaços da cidade deveriam ser vivenciados como espaços públicos de sociabilidade e não como espaços de consumo explorados pela iniciativa privada.

Todas as categorias anteriores configuram as inovações no processo de mobilização presentes nos dois eventos analisados. Porém, apesar de todas estarem relacionadas e comporem a construção dessa pesquisa (como veremos na parte seguinte), o problema propõe a análise das performances utilizadas nesses eventos, sendo questionado como se dão as inovações nas mesmas. Portanto, na categoria que descrevo com o nome de “lúdico”, da qual fazem parte as performances de ação utilizadas no Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria, é onde encontra-se a principal inovação que será explicada no capítulo seguinte a fim de tentar construir um conhecimento a respeito de como são geradas as inovações nos repertórios de ação coletiva, a partir das performances públicas de contestação, que é o problema proposto.

### **PROBLEMATIZANDO A INOVAÇÃO NOS EVENTOS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO**

Esta última parte analisa de onde vêm as performances que inovam frente as manifestações tradicionais. Ainda que as quatro categorias analisadas componham essa inovação, a partir do problema proposto, o foco encontra-se no lúdico como principal análise.

A luta pelo espaço público se insere em um período em que a cidade fecha as portas de bares, casas noturnas e espaços de vivência. Em 2011, a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) reduziu o horário de funcionamento dos bares (em especial, no Bairro Cidade Baixa), estabeleceu um padrão de regras que os mesmos deveriam seguir e intensificou a fiscalização, dificultando a atividade de pequenos estabelecimentos. Grande parte dos espaços que fecharam ou que tiveram que alterar seu funcionamento para se adequar às normas estabelecidas era aqueles que serviam de alternativa a jovens que não se enquadram no perfil consumidor dos grandes estabelecimentos. Segundo os entrevistados, a bebida a um preço acessível, a possibilidade de ficar na rua com seu violão ou apenas conversando com os amigos, programações diferenciadas promovidas para atrair o público jovem alternativo, tornaram-se difíceis de serem encontradas neste novo contexto, gerando um relativo esvaziamento de espaços de sociabilidade juvenil anteriormente efervescentes.

Não se encontrar na cidade, viver o “não espaço”, o problema contemporâneo que desconstrói as relações de identificação entre indivíduo-cidade e a sociabilidade entre indivíduo-indivíduo. Os jovens perdidos nessa zona “morta” tentam, então, reinventar ambientes em que tragam de volta os sentimentos e as relações excluídos pelos

processos de mercantilização e normalização dos seus espaços de sociabilidade. Encontram na ocupação lúdica do espaço público uma possibilidade de reverter essa situação e constroem, então, eventos como o Largo VIVO e o Defesa Pública da ALEGRIA. Contudo, esse processo parece não ser inteligível por grande parte da população e ainda mais por aqueles que administram a cidade. Alberto Melucci (2001) ajuda a compreender esse fenômeno afirmando que os jovens possuem uma linguagem específica diferenciada:

A cultura juvenil explicita alguns dos temas que definem o campo dos conflitos pós-industriais. O silêncio, antes de tudo, ou a rejeição da palavra. Parece que num mundo de palavras se instala, por parte dos jovens, a impossibilidade do discurso completo, a fragmentariedade, a expressão partida, incoerente: a linguagem juvenil aproxima-se da perda parcial ou total da capacidade de compreender a palavra. Todavia, nessa palavra que não é palavra, nessa dificuldade de articular e concluir exposta à indignação ou à ironia dos paladinos do bom senso, há alguma coisa além da ausência. Há afirmação de uma palavra que não aceita mais ser separada das emoções [...] À frente, está a palavra formalizada dos sistemas governados pela racionalidade instrumental, sistema de rígida separação entre a ordem do discurso e a ordem do prazer. A racionalidade impessoal dos aparatos não dá espaço para as emoções, mas convive nos limites em que o sistema autoriza uma fruição regulada de eros e de delírio. Os espaços e os tempos da experiência emocional, afetiva e corpórea são circunscritos, distinta e rigidamente separados daqueles da palavra "racional" (MELUCCI, 2001, p. 103)

Os sistemas governados pela racionalidade instrumental não compreendem a linguagem das emoções. A linguagem juvenil se utiliza de espaços alternativos para sua expressão. A cidade como se configura hoje não oferece esses lugares, deixando o prazer à margem da ordem. Os jovens, então, reivindicam espaços nos quais possam vivenciar na totalidade sua linguagem.

As performances realizadas no Largo Vivo e no Defesa Pública da Alegria fazem parte da expressão dessa linguagem das emoções. O lúdico é a forma encontrada para dizer que mesmo que os atores da ordem fechem os espaços do prazer, a experiência emocional, afetiva e corpórea continuará sendo reafirmada nos espaços que são públicos, que são *para* as pessoas e não *das* pessoas. A luta pelo espaço público, então, através de performances lúdicas, é proveniente de certa forma da afirmação dessa linguagem

específica.

A política institucional é concebida como o lugar da palavra e da ação racional. O fazer político acaba, desta forma, por ser a materialização dessa racionalidade. Assim, aquilo que não se encontra dentro dessa ordem não é considerado político. Uma expressão que apareceu de forma recorrente nas entrevistas para designar as manifestações tradicionais foi “política dura”: entendida como as formas “ortodoxas” de pensar a política, presas a determinados tipos de manifestação e participação.

A “política dura”, no discurso presente nas entrevistas, foi sempre ligada à política partidária. A promoção da legenda e defesa de seus interesses à frente do interesse coletivo, a falta de unificação das lutas e os roteiros cristalizados do fazer político, foram temas levantados para definir essa cultura política.

Nos processos analisados, a partir das informações apresentadas acima, pode-se identificar uma interpretação que salienta o desgaste ou o limite das formas tradicionais de manifestação em termos da produção dos resultados buscados pelos atores envolvidos no Largo Vivo e no Defesa Pública da Alegria. Como dizem os entrevistados, essas formas de ação quadradas, fechadas, com roteiros preestabelecidos, não dão conta de todas as lutas e demandas. Abre-se espaço, então, para a criação/difusão de novas formas de ação.

O que é questionado nos eventos pesquisados, entre outras coisas, é a própria noção de resultado e de eficácia da ação coletiva. Ao contrário das formas tradicionais de manifestação, nas quais o resultado demandado em geral depende de uma resposta de outro(s) ator(es) e se refere a uma mudança futura, o que está em jogo nos casos analisados é a vivência imediata daquilo que se reivindica. Ou seja, nestes casos os atores não estão apenas demandando algo de alguém, mas executando aquilo que se demanda (sociabilidade, alegria, criatividade etc.). Desta forma, a própria ação é, em si mesma, o resultado esperado. O eficaz é o momentâneo, o que está acontecendo nos próprios eventos. Visto sob este prisma, as manifestações tradicionais não são eficazes e, desta forma, demandam-se novas formas de ação.

No entanto, a avaliação da ineficácia (ou melhor, da inadequação) dos repertórios tradicionais permite compreender a emergência de uma intencionalidade ou disponibilidade para a busca de outras formas de ação, mas pouco responde ao questionamento de como estas outras formas são produzidas. Desta forma, abre-se espaço para a centralidade dos processos de difusão/adaptação de repertórios entre diferentes contextos.

Durante as entrevistas, observações e análise do material publicado na internet não foram encontradas referências explícitas à reprodução de ações realizadas em outros contextos. O que ocorre, segundo os entrevistados, é que, às vezes, algum participante do Largo Vivo ou do Defesa Pública da Alegria participa de alguns eventos semelhantes em outros locais e troca contato com algum organizador, se lhe convir, para dar alguma ajuda em alguma experiência que já foi realizada muitas vezes naquele local e aqui ainda está começando. Porém, segundo os entrevistados, as performances propriamente não seriam resultantes de um processo de difusão, não tendo sido vivenciadas em outros lugares e sendo, assim, uma construção local. Algumas vezes, pelo relato dos entrevistados, foram os eventos aqui analisados que inspiraram experiências em outros estados.

Porém, mesmo que não estando presente na fala dos participantes, é perceptível a semelhança entre a configuração das mobilizações pesquisadas e diversos outros processos de mobilização contestatória que vem ocorrendo em anos recentes, no Brasil e no mundo. Dois claros exemplos neste sentido são, em primeiro lugar, a própria ação narrada pelos entrevistados como fundadora do Largo Vivo (a “Farofada dos Desqualificados”, ocorrida em 26 de setembro de 2011), a qual apresenta uma profunda semelhança com o evento denominado “Churrasco de gente diferenciada”, ocorrido em 14 de maio de 2011, em São Paulo<sup>8</sup>. Em segundo lugar, a ocupação coletiva dos espaços públicos, que é uma das marcas centrais dos processos analisados, tem caracterizado mobilizações importantes em anos recentes (como *Los Indignados*, da Espanha, e o *Occupy*, nos EUA). Assim, sem negar o caráter autóctone do processo de inovação pesquisado, parece pertinente argumentar que o mesmo é alimentado por experiências de ação coletiva que ocorrem em outros contextos e fornecem exemplos a partir dos quais são formuladas e executadas as ações locais.

Na medida em que se recusa uma visão das inovações identificadas como mera adaptação local de inovações difundidas por outros contextos/atores, coloca-se a necessidade de analisar a centralidade dos contextos de interação. Como dito anteriormente, as inovações são geradas através das interações entre os atores envolvidos, objetos de reivindicação e contexto na qual se efetua o evento. Compreendendo o processo de inovações nas performances públicas dos eventos Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria como provenientes de uma linguagem específica e de um estilo próprio de comunicação, estamos falando, também, de um processo de interação.

Para o melhor entendimento deste aspecto podemos trabalhar com o conceito de estilos de comunicação de Ann Mische (2008), complementando a análise já elaborada a partir de Melucci. Segundo a autora, os indivíduos fazem parte de diferentes grupos e atuam em diferentes instituições. Por instituições, a autora entende “grupos de relações e práticas que se auto reproduzem sustentadas por lógicas particulares de interação que se distinguem dos ambientes ao seu redor e lhes dão sustentabilidade todo o tempo”. (MISCHE, 2008, p. 29). Segundo Mische, as instituições desenvolvem narrativas que conferem sentido ao passado e tentam dar forma e sentido ao seu futuro, atribuem valores às práticas e relações e disciplinam as ações de indivíduos dentro delas. Desta forma, as instituições produzem estilos de comunicação específicos, que por sua vez contribuem para a sustentabilidade dessas instituições (2008, p. 30).

Cada ambiente institucional particular possui, então, uma lógica de funcionamento própria que produz discurso e práticas específicos, que são apreendidos através do conceito de estilos de comunicação. A partir de sua inserção e vivência institucional, o indivíduo incorpora, em maior ou menor grau, a lógica da instituição na qual atua. No entanto como cada indivíduo participa de muitas instituições durante a sua vida, sua ação acaba sendo produto de uma negociação entre as múltiplas formas de identidade e envolvimento institucional. O termo “estilo de comunicação” refere-se ao conjunto habitual das formas de discurso e interação que é considerado apropriado como forma de mediação da complexidade do meio institucional particular. ((MISCHE, 2008, p. 40)

No seu estudo, a autora identifica que militantes provenientes de partidos políticos possuem um estilo específico de comunicação que é diferente daquele trazido por militantes que possuem outras trajetórias institucionais:

estilos de comunicação são informados pelas lógicas institucionais que predominam em um determinado ambiente organizacional. Por exemplo, os líderes que começaram o seu envolvimento na pastoral da juventude católica eram reconhecidos por sua maior ênfase na tomada de decisão consensual e integração do grupo, até mesmo, aqueles que tinham vindo de um movimento estudantil ou da liderança do partido. Em contraste, aqueles que começaram diretamente nos partidos políticos, muitas vezes parecem ter um sentido mais cruel e manipulador de disputa entre as facções, assim como a forte concorrência interpessoal. Este, por sua vez diferia dos jovens em organizações empresariais, que desdenhavam a competição partidária, mas foram muitas vezes bastante interessados na auto-promoção individual, dentro e fora de suas empresas estudantis

(MISCHE, 2008, p.40)

Articulando os argumentos de Mische como o objeto da pesquisa desenvolvida nesse artigo, pode-se sustentar que os estilos de comunicação produzidos em cada instituição conformam formas diferentes de ação de acordo com suas características. No Largo e no Defesa Pública, então, os participantes trazem estilos ou maneiras peculiares para desenvolver a ação contestatória, em função de suas trajetórias institucionais específicas. Como antes referido, sendo as manifestações espaços de expressão da linguagem pertencente à ordem do prazer, o caráter lúdico assume essa função e os participantes do evento trazem de suas vivências institucionais prévias estilos de comunicação e interação que dão forma a esse caráter lúdico. Assim, temos características específicas daqueles que participam do circo, dos grupos de teatro, dos coletivos autônomos, de grupos musicais e, até mesmo, alguma influência de partidos políticos e organizações formais, compondo a pluralidade de performances que se inserem nessa categoria lúdica, dando vida à cidade e defendendo a alegria como um princípio, como dizem os entrevistados.

Algumas características da trajetória dos participantes mais ativos na organização é um fator central na construção dos eventos. João vem de Aracaju e trouxe consigo para a construção desses eventos as experiências de sua cidade natal:

o que me chamava atenção era essa questão do espaço público, porque eu comparava muito com Aracaju, minha cidade. Primeiro as manifestações, as festas, as principais festas são as públicas, são as maiores, são as melhores, as mais democráticas, que nem o carnaval, todo mundo junto, misturado, e aqui eu não via muito isso. Muito tempo a gente falava, antes do Largo, não gente, tem que ocupar a Redenção, não tem sentido pra tomar uma cerveja ter que ir no bar, se você pode pegar o isopor, e é a mesma cerveja, e ficar ali no parque, é mais democrático, é mais inteligente. Isso era uma coisa que me chamava atenção sabe, isso do... Inclusive um movimento musical, eu tava falando com o [XXX], quando eu vim morar aqui tinha a velha fabrica lá na Voluntários, um movimento rock, praticamente de adolescentes. Tá muito vinculado a essa ideia de espaços mais ou menos abandonados da cidade que a galera vai e ocupa. Toda cidade tem muito isso, São Paulo, Rio, Aracaju tinha isso. E aí Porto Alegre começou a se fechar cada vez mais com essa política do não-me-toque (João)

Mariana, da cidade de Porto Alegre, traz sua experiência do teatro de rua para a

organização desses eventos. Para ela, o espaço público é um lugar que não pertence a ninguém, mas, ao mesmo tempo, pertence a todos:

A praça é de todos, o parque é de todos, porém, não tem dono, então, não é de ninguém. O espaço público é o lugar de expressão pública do subjetivo da cidade. É o lugar da troca, da alegria, da arte. A gente não tem que ir pagar 50 reais pra ir ver uma peça no Teatro São Pedro, só se quiser, a gente tem que ter a opção de ver de graça, em um espaço que não é de ninguém, mas é de todos, em um espaço público. Eu não tenho que pagar 200 reais para usar um lugar para fazer minhas performances circenses, tenho que ter a possibilidade de usar o espaço que é público. Mas mais ainda, eu não tenho que ser obrigada a pagar 10 reais em uma cerveja, ficar sentadinha em uma mesa, e falando baixinho, e normalmente sem música, é tenho que ter a possibilidade de levar meu isopor pra praça, poder ouvir uma banda lá tocar, ficar descontraída, conversar com meus amigos, expor meu trabalho, sem ter que pagar. Eu quero poder ser alegre e transmitir, trocar essa alegria com os outros, livremente, e é isso que a arte de rua faz, que a gente faz, isso deve ser vivenciado nas ruas da cidade. O Largo, quando estamos lá, é pura alegria. (Mariana)

Tanto João quanto Mariana vêm no espaço público um potencial para a expressão do que Melucci chama de ordem do prazer. João, em função da vivência anterior em Aracaju, chama atenção da falta de espaços de sociabilidade na cidade de Porto Alegre e propõe então as ações que devem ser desempenhadas para que esses espaços existam. Mariana, através da sua vivência no teatro de rua, traz consigo uma interpretação específica da função que esse espaço deve desempenhar e da ação que nele deve ser desempenhada.

Cada um traz um pouco do que vivenciou e vivencia em sua trajetória para construir o Largo Vivo e o Defesa Pública da Alegria. Mas esses eventos não são a soma de experiências individuais. Resultam da integração e interação das diferentes experiências de cada participante e do problema comum que os trazem a essa construção: a defesa da livre expressão de uma linguagem silenciada pela ordem racional imperativa nas grandes cidades.

### **MANIFESTAÇÕES EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PORTO ALEGRE**

Em dezembro de 2012 o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) fez a solicitação de informações à Empresa Pública de Transporte e Circulação

(EPTC) sobre o cálculo que é utilizado para verificar o percurso médio mensal dos ônibus, sendo esse de influência direta no reajuste da tarifa. Essa solicitação foi realizada a pedido do Ministério Público de Contas que havia verificado que a prefeitura computava a frota reserva de ônibus no cálculo. A EPTC respondeu em janeiro de 2013 que realizava o cálculo de acordo com a legislação. Nesse contexto de questionamentos em relação a legitimidade do cálculo, manifestantes fazem o primeiro, de muitos protestos, de rua no centro de Porto Alegre contra o possível aumento das passagens.

No mês de fevereiro o Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre protocola na prefeitura pedido de reajuste que elevaria a tarifa de R\$2,85 para R\$ 3,30. Novos protestos ocorrem e seguem em março, quando o Concelho Municipal de Transporte Urbano (COMTU) aprova elevação da tarifa para R\$ 3,06. No mesmo dia o vice-prefeito Sebastião Melo (PMDB) sanciona a aprovação e fixa o valor em 3,05. Os protestos seguem acontecendo nos dias seguintes, porém, no dia 1º de abril novo protesto reúne segundo a Brigada Militar quatro mil (10 mil segundo os manifestantes) nas ruas de Porto Alegre contra o aumento das passagens.

Dia 04 de abril, em decisão liminar na ação movida pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchiona, do PSOL, o Tribunal de Justiça do RS revoga o aumento da passagem que volta a custar R\$ 2,85. Porém, novas manifestações tendo como frente o Bloco de Lutas pelo Transporte Público<sup>9</sup> ocorrem em Porto Alegre abrindo o mês de maio. Em junho de 2013 as manifestações continuam, agora em consonância ao contexto nacional, a pauta do transporte público por sua vez assume posição periférica, as pautas tornam-se difusas, apenas em julho de 2013, precisamente do dia 10 a dia 18, o transporte novamente toma o centro das reivindicações quando manifestantes ocupam a Câmara Municipal de Porto Alegre. Em 2014 durante 8 dias de abril, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público ficou acampado na Praça Montevideu, no centro de Porto Alegre, para divulgar e coletar assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular pela municipalização do transporte público. Como parte da campanha em defesa do transporte 100% Público, foi desenhada uma estratégia de mobilização permanente e popular com ações descentralizadas em acampamentos itinerantes em bairros da periferia, escolas e universidades. Nos anos de 2014 e 2015, novos protestos foram realizados em defesa do transporte público, porém não com a mesma intensidade

Essas manifestações podem ser entendidas como um processo linear temporal para fins de análise, na medida em que, nos anos anteriores a 2013 havia na cidade de Porto Alegre, periodicamente, no pronunciamento de aumento das tarifas, pequenas

manifestações, geralmente concentradas no mês de fevereiro e março. Em 2013 as manifestações apresentam seu momento de apogeu, e novamente em 2014 e 2015 as manifestações diminuem a intensidade. Nesses três momentos o que foi observado até agora é que nos anos anteriores a 2013 havia um fazer comum de se manifestar, ou seja, um script o qual se seguia, uma forma já conhecida de como agir em um protesto, um modelo aqui chamado de tradicional. Já em 2013 novas performances surgiram, não eram manifestações tradicionalmente conhecidas, visto a perplexidade que tomou conta de todos. Por fim, o que foi possível perceber em 2014 e 2015 foi uma retomada do que antes era conhecido como manifestação, porém, com algumas das novidades que emergiram em 2013. Apresenta-se então um processo de inovação, que nos faz retomar o problema: como são geradas as inovações nos repertórios de ação coletiva, a partir das performances públicas de contestação?

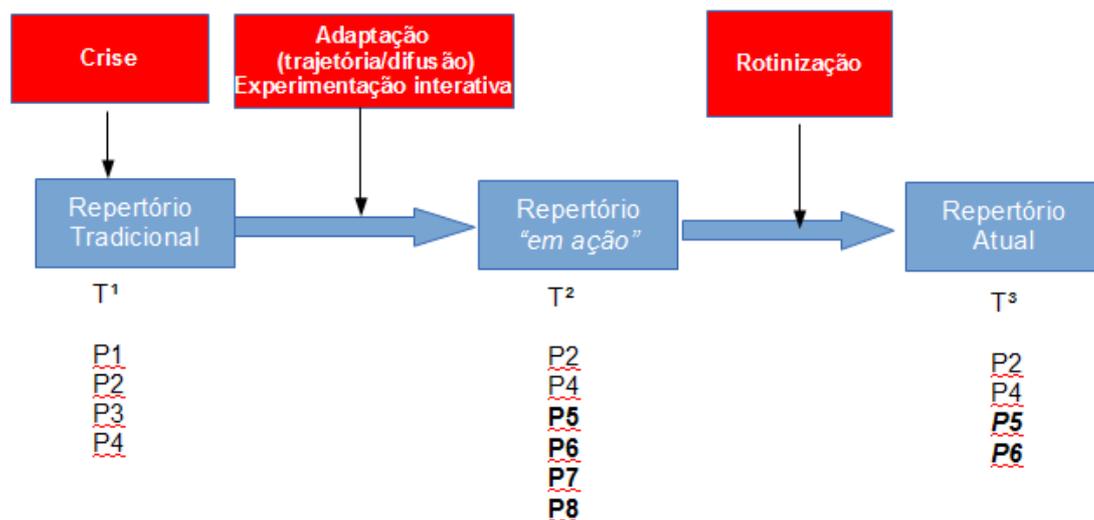
#### **PESQUISANDO O PROCESSO DE INOVAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO EM PORTO ALEGRE**

A partir da literatura referida brevemente, dos resultados da pesquisa realizada sobre o evento Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria e poucos dados que já foram coletados, foi elaborado uma hipótese de modelo de análise do processo inovativo:

- As inovações ocorrem de maneira processual, no qual são identificados três tempos: Tempo 1 ( $T^1$ )- o repertório que vem sendo executado em um tempo relativamente longo (*repertório tradicional*); Tempo 2 ( $T^2$ )- o momento em que aparecem novas performances (*repertório em ação*); Tempo 3 ( $T^3$ )- o momento em que, das novas performances produzidas, algumas são incorporadas ao repertório (*repertório atual*).
- Para compreender como se dá esse processo de inovação é necessário, questionar-se a respeito de como surgem essas novas performances no  $T^2$  e por que apenas algumas são incorporadas ao repertório ( $T^3$ ).
- Com isso aparecem os mecanismos de explicação a tais problemáticas: quanto ao surgimento, os atores realizam novas performances a partir de um processo de *adaptação* de características de suas *trajetórias* e de experiências já realizadas (*difusão*) e de um processo de *experimentação interativa*, na qual durante a interação dos atores envolvidos no evento novas performances emergiriam a partir de novas necessidades; no que diz respeito a permanência, é realizado um processo de *rotinização* de determinadas práticas, baseado em uma noção de

eficácia, que fazem com que essas sejam incorporadas no script do fazer reivindicatório.

- Por fim, para desenvolver essa pesquisa, parte-se da hipótese de que exista uma crise com o repertório T<sup>1</sup>. Porém, não será feito nenhum estudo para verificar essa ocorrência, mas sim compreender o que acontece posteriormente.



Para realizar a pesquisa estão sendo estudadas as mobilizações entorno do transporte público. Especificamente as manifestações ocorridas entre os anos 1970 e 2010, 2013, 2014 e 2015, em Porto Alegre.

A escolha de um período abrangente diz respeito a possibilidade de dar conta de um processo que possui importantes modificações dentro de uma temporalidade. O período de 1970 à 2010 é pertinente a tal análise no sentido de tentar descrever as práticas que tradicionalmente vinham sendo realizadas nas manifestações que envolvem o transporte público. É possível que, na busca de manifestações ocorridas nesse período, apenas se tenha registro de eventos próximos ao ano de 2010. O ano de 2013 será analisado na medida em que é o período de ocorrência das manifestações que a priori apresentam mudanças frente ao modelo tradicional. Os anos de 2014 e 2015 serão estudados para tentar apreender o que ficou das mudanças que emergiram em 2013.

Para a classificação das performances que contém o Repertório Tradicional, está sendo feita uma busca no Banco de Dados sobre repertórios desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Associativismo, Contestação e Engajamento (GEPACE-UFRGS).

Esse banco faz parte da pesquisa “Dinâmicas da Ação Coletiva: Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos”<sup>10</sup>, que consiste na construção de um catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 2010, tendo como fonte o jornal Zero Hora. O banco possui as seguintes variáveis: duração, localização, ator, número de participantes, objeto, alvo, repertório de ação coletiva, repressão, recurso a violência pelos participantes, eventos inter-relacionados. A partir do banco pode-se identificar de qual reportagem foram retiradas essas informações, sendo possível, então, retornar a fonte a fim de buscar outras informações pertinentes.

Quanto a classificação das novas performances no Repertório “em ação”, estão sendo analisadas fotos e vídeos disponíveis na internet (especificamente na rede social Facebook e vídeos publicados no YouTube) dos eventos de 2013. Também será feita uma busca de todos eventos de protesto ocorridos durante esse ano publicados pelo jornal Zero Hora, por ser a mesma fonte do Catálogo de Eventos que será utilizado para a caracterização do Repertório Tradicional.

Quanto as performances que compõe o Repertório Atual, além de analisar fotos e vídeos disponíveis na internet (especificamente na rede social Facebook e vídeos publicados no YouTube), foi feita observação direta nos eventos de protesto de 2014 e 2015. Para compreender como são produzidas novas performances e como são incorporadas ao repertório, serão feitas entrevistas semi-estruturadas com participantes dos eventos de protestos.

## **CONCLUSÃO**

A partir das observações, entrevistas e pesquisa documental dos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo foi possível identificar essas inovações como pertencentes a processos complexos, que envolvem a interação de diversos elementos e não apenas como algo determinado mecanicamente por algum fenômeno exterior. Apesar do contexto político-social da cidade de Porto Alegre ter importante influência na conformação do processo analisado, as inovações especificamente aparecem não por uma imposição ou determinação exterior, mas como uma construção interativa dos atores envolvidos.

As inovações aqui aparecem construídas a partir de um tripé, na ocupação do espaço público através do lúdico como um processo de interação com a linguagem e os estilos de comunicação presentes na vida (trajetória) dos participantes e com o processo de privatização da cidade. Como dito anteriormente, as performances públicas de

contestação dos eventos aqui estudados são, então, um processo de expressão de uma linguagem específica da juventude que tem como centro a emoção, presente na ordem do prazer, a qual confrontaria a tentativa de silenciamento que marca o contexto atual da cidade de Porto Alegre e que se expressaria no fechamento, cercamento, privatização dos espaços públicos e de sociabilidade. Essa linguagem se objetiva a partir dos estilos comunicação advindos das trajetórias pessoais, que conformam as performances utilizadas nesse repertório de ocupação do espaço público.

Cabe salientar que a pesquisa traz apenas algumas dimensões para o estudo das inovações nos repertórios. Fica o desafio de produzir pesquisas que façam uma análise mais aprofundada dos processos de mudanças nas performances públicas de contestação.

Com esse objetivo que está sendo realizada a pesquisa a respeito do processo de inovação nas manifestações em torno do transporte público em porto alegre. Foi possível desenhar um modelo explicativo de inovação a partir da literatura, de alguns dados já coletados e das dimensões presentes na pesquisa sobre o Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria. Esse modelo, sendo uma hipótese, está aberto as mudanças no percurso da pesquisa.

Em três tempos teríamos um repertório em que já existe um script socialmente aceito e consolidado, passando para um momento de surgimento de novas performances e ao fim algumas performances que permaneceram após seu aparecimento em conjunto aquelas que já tradicionalmente continuaram a serem recorridas. Para explicar de onde emergem as novas performances e por que continuam ou são descartadas, três dimensões aparecem, adaptação e experimentação interativa para o primeiro problema e rotinização para o segundo.

Na adaptação os agentes trariam de suas trajetórias e da difusão de outras experiências as novas performances realizadas, a experimentação interativa aconteceria que na interação os agentes através das necessidades da situação trariam novas respostas, assim novas performances. No que diz respeito a continuidade, algumas performances passariam por um processo de rotinização na qual consolidaria a performance no repertório. Sendo esse um modelo ainda frágil, a pesquisa no seu decorrer transformará agregando, excluindo e transformando as dimensões até então presentes.

- 1 Bonecos infláveis do tatu-bola “Fuleco”, escolhido mascote da Copa do Mundo no Brasil, foram distribuídos pela empresa da Coca Cola nas capitais brasileiras. Em Porto Alegre, manifestantes promoveram um evento que culminou com o esvaziamento do boneco inflável, ocasionando um confronto com a polícia, a qual reprimiu violentamente a manifestação. Ver mais em: FURQUIM, R; NATUSCH, I; OLIVEIRA, S; PRESTES, F. Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. Sul 21. 05 out 2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/> (acesso em: 23.08.2013)
- 2 A exemplo das greves e passeatas, que são parte de um repertório já conhecido e compreendido em seu significado e expectativas na relação entre os participantes, objeto de reivindicação e alvo da manifestação.
- 3 Enquadro, para os fins dessa pesquisa, no evento “Defesa Pública da Alegria” os eventos “Defesa Pública da Redenção” e “Defesa Pública do Progresso”
- 4 <http://www.youtube.com/watch?v=pqeYp5skcmk> (acesso em: 15.10.2013)  
<http://www.youtube.com/watch?v=5XDV3aGGV54> (acesso em: 15.10.2013)
- 5 Todas traduções diretas foram feitas pela autora.
- 6 Estruturas de mobilização são definidas como “los canales colectivos tanto formales como informales, a través de los cuales la gente puede movilizarse e implicarse en la acción colectiva” (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999:24).
- 7 Poema “Defensa de la alegría” em BENEDETTI, Mario. Cotidianas. Visor Libros, 2001.
- 8 Um churrasco de protesto contra um grupo de moradores que se opõe a construção de metro na avenida Angelica no bairro Higienópolis.
- 9 Ver sobre em: Muhale, Miguel Joaquim Justino. Lutar, criar poder popular : uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2014
- 10 SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira ; PEREIRA, Matheus Mazzilli . Dinâmicas da Ação Coletiva: Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011, Recife. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. Recife : UFPE, 2011

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito.** In: *sociologia&antropologia* | v.02.03: 21 – 41, 2012

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Vozes: 2001

MISCHE, Ann. Leadership in the intersections. In: **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks.** Princeton, N.J: Princeton University Press, 2008.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Contentious performances.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **From mobilization to revolution.** Addison-Wesley Pub. Co., 1978

\_\_\_\_\_. **Regimes and repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006.

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP)

ST 08 – Mobilizações, protestos e ciberativismo

Título: O IMPACTO DO CIBERATIVISMO NA SOCIEDADE CÍVICA ONLINE

Marise Rocha Morbach (Universidade Federal do Pará/PPGCP)

**Resumo:**

As novas formas de ativismos e engajamentos políticos relacionados ao ambiente da Internet e da Web 2.0 são efeitos das variações na interatividade dos usuários das redes sociais motivadas pelo volume e pela velocidade do tráfego de dados e dos recursos gráficos disponíveis. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são o ambiente da mobilização cívica, efeito da sociabilidade online. As teorias contemporâneas sobre participação e engajamento político observam com interesse o ambiente virtual e a emergência da sociabilidade online. Dialogamos com a hipótese de que as redes sociais *online* deslocam a “autoridade” das instituições da política de seus centros de poder, diminuindo os custos de transação para aqueles que não detinham de recursos de competição no ambiente *off-line*. Ao deslocar a autoridade e o controle na mediação das relações entre atores e instituições; ao garantir as ferramentas de personificação de narrativas individuais sobre temas cívicos e da política, por meio dos recursos gráficos disponíveis e pelo acesso individual ao debate-; ao ampliar o acesso às redes sociais *online*, diminuindo os custos das associações de interesse, ocorre a perda do controle sobre a informação. As TICs tendem a diminuir os custos da participação e da mobilização no ativismo político, e no agendamento dos temas da política e da participação cívica. Observamos a atuação do ciberativismo na rede social Mídia Ninja, na cobertura das manifestações de rua de julho de 2013, no Brasil.

**INTRODUÇÃO**

A literatura que discute as implicações das TICs nas transformações dos processos de mobilização e participação democrática, tanto na constituição de redes cívicas, quanto na construção de narrativas sociais de engajamento e produção de sentidos cívicos, apontam para a sociabilidade online como uma dimensão nova de interações horizontais em fluxos comunicacionais, na qual não há um controle sobre efetivo sobre a interação entre aqueles que participam das discussões e que compartilham opiniões em rede online (AGGIO, 2013; NORRIS, 2003,2004,2013;

RECUERO, 2009, 2005; STROMER-GALLEY, 2000,2004; WELLMAN, 2001).

O ciberativismo é produto dos fluxos horizontais de comunicação com potencial de influir no comportamento político e na formação de opinião, por meio da interação entre opiniões diversas e compartilhadas em fluxos e dinâmicas sociais de magnitude ainda desconhecida, mudanças de padrões de sociabilidade política que ainda estão pautadas pelas mídias tradicionais, mas que se deslocam velozmente do controle das instituições e de suas formas usuais de recrutamento.

Um protagonismo novo, o dos ativistas sociais online, desmontando o controle das instituições em relação aos movimentos sociais, notadamente no que se refere às possibilidades de coerção sobre a difusão da informação.

O ciberativismo é uma forma de ativismo político que não pode prescindir do tráfego de dados e dos recursos gráficos disponíveis na sociabilidade online. A atividade política e o fazer político tem a finalidade clássica de mobilizar os indivíduos para causas e ações direcionadas para objetivos específicos; no meio virtual não há a necessidade da participação física, presencial, o que acentua e facilita a participação. “A forma rede, na sua configuração P2P, cooperativa, desindividualizada, não responde mais aos atos de fala e de comando vindos de uma centralidade qualquer (partidos, mídia, ONGs, grupos já previamente organizados, etc.), mas emerge como uma rede policêntrica ...[...].”; BENTES (2013).

A publicação de opiniões em compartilhamentos, - muitas vezes de forma anônima e desprovida da visibilidade das reputações ou das especializações do conhecimento -, atingem dimensões narrativas de grandes coberturas jornalísticas; coisa impossível no ambiente das mídias tradicionais sob o controle vertical da informação; e para a maioria dos movimentos sociais ou cívicos, principalmente quando em desacordo com os interesses dos sistemas de mídia.

O ciberativismo acontece mediante a horizontalidade das interações, publicando opiniões e produzindo novos sentidos cívicos aos processos participação, tanto na representação dos interesses em conflitos, quanto nos modos de se fazer representar, provocando o ambiente *off-line*, ao desorganizar o controle na difusão de informações. Assuntos que ficariam restritos a um ambiente específico de mobilização social, são difundidos e abertos ao conhecimento público em fluxos e

conexões formadas pelas motivações instantâneas e pessoais dos usuários das redes.

As formas de sociabilidade online começam a dar contorno para “subjetividades em rede” conectando identidades isoladas e segregadas, difundindo a voz da diversidade e da pluralidade dos interesses, como na Primavera Árabe, 15M na Espanha, Occupy Wall Street, os protestos de junho de 2013 e manifestações em todo o Brasil. Evidenciando que os indivíduos estão sendo capacitados para a utilização das novas tecnologias: a cultura política (GOMES, 2005) que irá interferir diretamente no engajamento dos cidadãos, bem como o aprimoramento de questões técnicas que tem facilitado a participação por meio das TICs.

Sobre a democracia representativa DAGNINO (2002) ressalta que a legitimidade da representação política dos interesses coletivos não pode ser compreendida como o cheque em branco, que permite e dá poderes aos governos para que estes passem a atuar sem pressões e nem constrangimentos, e cuja premiação ou punição seriam efetivadas apenas na eleição seguinte.

A democracia representativa é compreendida pela autora(idem, 2002) como insuficiente frente às constantes e crescentes necessidades da população e da dificuldade para aplicar no processo representativo as experiências acumuladas dos cidadãos, que vivenciam e sofrem com as carências e a falta de assistência por parte dos representantes. “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção de atores sociais excluídos no interior da política” (SANTOS, AVRITZER, 2008, p. 18).

A problemática da participação popular no processo democrático - evidenciada pelos altos índices de abstencionismo - e a crise da representatividade (BONAVIDES, 2006, MAGALHÃES, 2004), é um tema que muito vem sendo discutido por autores da área das ciências políticas e da comunicação.

Na medida em que o sistema político insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, aquela em que os cidadãos são chamados apenas para eleger seus representantes, “menos se consegue explicar o paradoxo de a

extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas” (SANTOS, AVRITZER, 2002, p. 42).

Sem a participação dos cidadãos, os eleitos passaram a representar a quem? O ciberativismo recoloca a cultura e suas linguagens como condição da mobilização cívica na sociabilidade online. Narrativas sociais são reorganizadas em um nível de interação horizontal similar ao de uma conversação e para a qual é necessário, apenas, o acesso aos computadores e aos sinais de transmissão.

A habilidade em lidar com os recursos gráficos disponíveis diferencia os “coletivos” de ativistas online do ativismo off-line. Conectados em pequenas redes, compartilhando informações, ampliam e mobilizam a participação de usuários pouco afeitos aos temas da política e das causas cívicas. Com baixo custo e sem vínculos institucionais aparentes, aderem aos fluxos comunicacionais sem vínculos transformando “redes de oportunidades” em “redes de relações” (OSA, 2003).

O ciberativismo da Mídia Ninja - Narrativas independentes de jornalismo e ação – é o objeto da nossa breve análise dos processos de mobilização social online. Trata-se de uma rede de coletivos sociais com origem no começo de 2005 sob o nome de Casa Fora do Eixo.

A rede cultural e de mobilização coletiva Casa Fora do Eixo tem funções de articulação política, formação livre de conhecimentos culturais, por meio de coletivos; sustentabilidade de seus membros (organizadores), e “comunicação ativista”, por meio da construção de narrativas independentes sobre ações de coletivos culturais disseminados pelo Brasil e América Latina.

## **REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO NA INTERNET**

Os sites de redes sociais surgem como ferramentas on-line, estas redes são relativamente novas, e não foram projetadas com a finalidade de apoiar a organização política e atividades off-line. “Embora os sites de redes sociais atuem como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. [...] São os atores sociais, que utilizam essas redes, que constituem essas redes”, RECUERO (2009; p.103).

Para WELLMAN (2003) as redes virtuais têm laços de diversos tipos, apresentando diversas formas de conexão e não características singulares de grupos pequenos e coesos, assim o comprometimento e interação não são características previsíveis, podendo vir a acontecer ou não.

RECUERO (2005) chega ao conceito de redes sociais como agrupamentos sociais surgidos no ciberespaço. Trata-se de uma forma de tentar entender a mudança da sociabilidade, caracterizada pela existência de um grupo social que interage através da comunicação mediada pelo computador.

A metáfora da rede é articulada, para pensar as características individuais, coletivas e tecnológicas dos agrupamentos humanos na internet. Esse mecanismo revela padrões de conexão em cujas pontas estão as pessoas que utilizam as plataformas digitais disponíveis, os nodos da rede.

Quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, é uma rede social (GARTON; HAYTHORNTHWAITE; WELLMAN, 2006). Ou seja, redes sociais na internet não conectam máquinas, computadores e sim pessoas que estão por trás desses computadores, as mobilizam, circulam informação, e devido ao baixo custo de exposição e econômico leva a uma maior interação e, conseqüentemente, a uma maior participação.

Estudar redes sociais, portanto, é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais.

Essas apropriações funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. A individualização dessa expressão, de alguém “que fala” através desse espaço, é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet, RECUERO (2005).

Um efeito de interatividade das redes sociais mediadas por computador é a exposição demasiada da intimidade do usuário da rede em função de que o usuário pode manter-se no anonimato: um estimulando à exposição de ideias e de opiniões. São pistas de um “eu” que poderá ser percebido pelos demais. São construções plurais de um sujeito, representando múltiplas facetas de sua identidade. Essas construções representam os nós (ou nodos) da rede (RECUERO

2005) revelando a complexidades das redes sociais na Internet quando da representação de interesses.

### **Horizontalidade da rede e mobilização: Mídia NINJA**

As redes sociais na internet alcançam a massificação da informação e difundem informação horizontal realizada de maneira randômica em redes igualitárias onde os nós deixam de ser um amontoado de conexões e formando uma rede única (RECUERO, 2009).

As mídias de massa tradicionais como a televisão, o rádio e os jornais impressos não são capazes de formar redes. Essas tecnologias difundem informação de maneira verticalizada, ou seja, uma comunicação unidirecional e *top-down* (STROMER-GALLEY, 2000). Os conglomerados formados por meio desta indústria produzem conteúdos para públicos diversos, sem condições de oferecer os meios para que manifestações e opiniões dos receptores de informação circulem nos veículos de comunicação; não oferecem o essencial da comunicação horizontal: o *feedback*. Se a possibilidade de *feedback* é efeito da horizontalidade das interatividade, este é o diferencial da mobilização social na sociabilidade online.

Interatividade entre pessoas e computadores, rede, se caracteriza em dois fenômenos distintos: a “interatividade como produto” e a “interatividade como processo”, (STROMER-GALLEY, 2004). Ambas são importantes à compreensão do fenômeno do ciberativismo e de toda a dinâmica horizontal das redes na Internet.

A experiência da comunicação mediada por computador, por meio de hiperlinks, e da web 2.0, oferece principalmente informação dinâmica não hierarquizada (*idem*). A tecnologia, a interatividade enquanto produto é importante apenas como forma de acesso, a partir das necessidades técnicas definidoras de sua utilização ou ainda das ferramentas que proporcionam a comunicação e interatividade (STROMER-GALLEY, 2000, 2004).

Assim a interatividade pode ser analisada através do meio e o meio pode influenciar essa interatividade (STROMER-GALLEY, 2000), a autora concluiu que os *web sites* de políticos nos anos 2000 usavam as páginas de maneira a não promover a interação direta entre o cidadão, a campanha e o candidato de forma direta, quando disponibilizada alguma ferramenta de interatividade, como *e-mail*,

por exemplo, era com a intenção de não obter respostas (STROMER-GALLEY, 2000, 2004).

Os espaços exclusivamente criados para promover política, como é o caso dos *web sites*, de páginas e fóruns promovidos por instituições políticas, agregam os “convertidos”, ou seja, aquelas pessoas que se interessam pelo debate político fora do ambiente do virtual (NORRIS, 2003).

Enquanto espaços mistos de comunicação, plataformas de jornais *online*, fóruns temáticos em *sites*, que discutem temas específicos, como exemplo, a ampla discussão sobre o marco civil da internet, travada em *sites* específicos de comunicação e política, tendem a atrair para essas discussões pessoas que não tem como habitual o debate político.

Os ciberativistas estão produzindo maior eficácia de mobilização social no ambiente online, produzindo ações diferenciadas das práticas de mobilização de partidos e demais instituições das políticas. Na plataforma online Facebook, observamos a rede Mídia Ninja, constatando a organicidade desta rede na produção e criação de narrativas de mobilização, na qual referências culturais são os elos do ativismo.

A rede Facebook é considerada um espaço online misto. A plataforma foi concebida para promover relações interpessoais, mas vem sendo utilizada por empresas como estratégia de marketing e também pela política com o objetivo de promover o marketing partidário e de candidatos, especialmente com o intuito de agregar uma campanha ininterrupta voltada ao voto; é um canal aberto que dialoga tanto com pessoas “convertidas” como com os “não convertidos”.

Esse pluralismo é importante como valor da democracia (NORRIS, 2003), característica democrática marcante e forte, tanto quando relacionadas com eleições, quanto com o engajamento cívico. O engajamento cívico influencia diretamente os processos eleitorais e as opções de escolha do cidadão. Tanto STROMER-GALLEY (2000, 2002), quanto NORRIS (2003), apresentam três canais primários de comunicação fazendo conexão entre cidadãos e partidos: O primeiro, a interação pessoal *face-to-face* com amigos e familiares, tornando a esfera familiar

em uma esfera política; o segundo, com membros de partidos e Militância; o terceiro, os pleitos eleitorais nas campanhas tradicionais, comícios e reuniões de partidos.

Estes canais de interação são importantes, contudo, são cada vez mais complementados, nas campanhas eleitorais modernas, pelos meios de comunicação tradicionais (Jornais, revistas, rádio e televisão). Lembrando que na última década cada vez mais o papel de conectar cidadãos e partidos políticos tem sido da mídia tradicional.

A disponibilidade de informações fortalece o pluralismo e a confiança entre os candidatos e eleitores, assim, se os interessados em política procuram informação, encontrarão na *Web 2.0*, e de maneira mais igualitária. As funções *bottom-up* disponibilizadas na *Web 2.0* podem fortalecer o relacionamento entre partidários e líderes e principalmente entre eleitor e candidato, proporcionando *feedback* para a ampliação da mobilização e do apoio em torno de causas cívicas e dos temas da política.

A política na internet serve principalmente para reforçar o engajamento cívico: *“Like traditional news media, politics on the Internet serves primarily to reinforce civic engagement”* (NORRIS, 2001, p.43), a internet como outros meios tradicionais de comunicação é um instrumento para a democratização da comunicação política, ao incentivar o pluralismo, reforça o engajamento cívico e estimula a confiança. A comunicação horizontal traz ao debate quem antes poderia não se sentir integrado aos temas da política.

O que observamos é que os ciberativistas utilizam os potenciais de comunicação e mobilização das TICs com maior desenvoltura, consolidando estratégias narrativas que os diferenciam das instituições e dos sistemas de mídia. Nas manifestações de rua de julho de 2013 a cobertura jornalística da Mídia Ninja atuou de forma transversal nas redes sociais. Com maior atuação na rede social Facebook. Nossa hipótese é a de que o deslocamento dos centros de autoridade das instituições de representação política pelas interações sociais online amplia o potencial de ação do ciberativismo, os distancia de compromissos com os “engajados” das instituições tradicionais da participação mobilizando novos e diversificados recursos narrativos.

Os ativistas da Mídia Ninja realizaram eventos - uma área de atuação decisiva ao ciberativismo-, até a cobertura jornalística sobre a atuação do sistema de mídia, nas manifestações de 2013. Produziram vídeos em formatos jornalísticos para a disseminação de informações e, em dado momento das manifestações, passaram a ser objeto do interesse das principais redes de comunicação do Brasil, em função da independência de suas estratégias de comunicação e pelo fato de que passaram a ser os narradores da atuação dos meios de comunicação tradicionais, dando visibilidade às ações do sistema de mídia e se contrapondo as narrativas apresentadas por estes durante os acontecimentos de 2013.

Da observação das ações de mobilização da Mídia Ninja, na rede social Facebook, percebe-se a importância da imagem como o elemento condutor de narrativas. A imagem é a linguagem que se sobleva diante de todas as demais. O texto curto e incisivo e a produção de pequenos slogans de ação, associada às ferramentas de interatividade “compartilhar” e “comentar” fez da multimídia a forma de coordenação das ações de mobilização: “meios de informação passam a ser meios de coordenação”, MALINI (2013, p.184).

No endereço eletrônico <http://ninjafilmes.tumblr.com/> estão arquivados todos os vídeos que a Mídia Ninja produziu durante as manifestações, assim como as demais “campanhas” em que tem colaborado e participado. As narrativas são sobre diversificados temas de interesse dos movimentos sociais, e das manifestações culturais e sociais que tem mobilizado grupos e coletivos com atuação nas redes sociais online.

Do material visual e jornalístico, realizado da cobertura das manifestações de julho de 2013, há substancial enfoque nas opiniões dos participantes das manifestações, produzindo um mosaico de vozes e de reivindicações sobre temas variados e divergentes, o que nos permite inferir que a metodologia da Mídia Ninja (<https://medium.com/@MidiaNINJA/ninja-2013-f6d5618375b2>) à elaboração das narrativas jornalísticas, produz estruturas semânticas em que são contrapostas opiniões sobre estruturas narrativas consolidadas em práticas políticas usuais. Ao expor as diversas vozes sem se preocupar em criar sínteses ou encaminhar proposições, a Midia Ninja propõe um ativismo de fluxos comunicacionais em

conexões de nodos de interesses que são compartilhados por dezenas de coletivos. O objetivo narrativo não está em ter centro de disseminação dos valores geradores da mobilização, mas de reorganizá-los em novas estruturas de ação e mobilização.

A metodologia das narrativas se constrói por meio da imagem organizada na lógica da transversalidade dos discursos em oposição e no mesmo contexto observado, denotando entendimento de que o compartilhamento das informações pelos nodos(indivíduos) das redes vai formando fluxos de opinião, motivados pela narrativa(imagem) sobre o fato. As questões e opiniões são postas na perspectiva do ator da cena e seguindo o fluxo de orientação dos números de conexões que aquela imagem é capaz de compartilhar.

A dinâmica do ativismo da Mídia Ninja acontece na adequação dos meios gráficos disponibilizados nas redes sociais utilizados como estratégias de interatividade em conexão com repertórios muito variados. A Mídia Ninja descreve uma dinâmica de mobilização pautada na circulação, distribuição e comunicação entre circuitos culturais que se organizam por relações de confiança em coletivos sociais online. Uma organicidade que seria impossível de ocorrer na lógica vertical das interações de comunicação dos meios tradicionais de comunicação.

A entrada da Internet na mediação da sociabilidade política pode significar o desmonte do controle vertical dos discursos simbólicos, ainda dentro dos formatos ditados pelas mídias tradicionais, na forma de comunicação de marketing tradicional (SOLOMON, 2008). No entanto, há dificuldades de produzir instrumentos para aferir as mudanças trazidas pelas redes sociais *on-line* nos processos de competição política expresso em campanhas eleitorais e nas formas da mobilização no ambiente *off-line*.

## CONCLUSÃO

O ciberativismo está desenvolvendo grande *expertise* em mobilização social online no desenvolvimento de estratégias de comunicação, na Internet e na Web 2.0.

A mobilização social no ambiente virtual decorre dos baixos custos de transação e das habilidades que os ativistas apresentam na utilização das ferramentas interativas e na forma com que estruturam os fluxos de comunicação: adequando narrativas visuais à velocidade das conexões “compartilhar” e “comentar”.

Como não representa instituições, nem cristalizam relações formatadas em interesses institucionais - mesmo quando dialoga diretamente com movimentos sociais institucionalizados-, o ativismo online da Mídia Ninja mantém um distanciamento importante de centros de formação de opiniões e de grupos formadores de opiniões. Circulando em um processo de “conversação”, aglutina semânticas individuais personificadas, mas disponíveis e abertas ao diálogo, que só no fluxo horizontal das interações online encontra sentido e condições objetivas de sociabilidade (MISCHE, 2003).

A comunicação política online representa a inclusão de uma parcela da população que não fala de política *face-to-face* em processos de “conversação” sobre temas da política e sobre políticas (STROMER-GALLEY, 2002).

A emergência da sociabilidade *online* pode dar voz a pessoas que sentem não ter como interferir na estrutura política, ou que não se expressam no ambiente *off-line* por acharem que não tem conhecimento necessário para discutir política. No entanto, essas pessoas teriam a necessidade de se expressar, e o ambiente digital proporciona isso.

O campo de atuação do ciberativismo é o que melhor expressa o que significou a emergência da sociabilidade online à mobilização social e à expansão das redes de sociabilidades cívicas. É indubitável, o novo repertório de ações que se descortina aos movimentos sociais e à ação coletiva.

## Referências

AGGIO, C. Campanhas *on-line*: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, v.16, n.2, p.426-445, 2010.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opinião Pública. Campinas, v. 14, n. 01, p. 43-64, 2008.

BENTES, I. "Prefácio"; *In*: Fábio Malini. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais/ Fábio Malini e Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013

BONAVIDES, P. Ciência Política. 12ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BONAVIDES, P. Teoria da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade). São Paulo: Malheiros Editores, 2ª Ed. 2003.

DAGNINO, E. "Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades". In: DAGNINO, E. (org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Campinas, SP: Editora UNICAMP; Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAHL, R. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C. ; WELLMAN, B. Studying Online Social Networks. **Journal of Computer-Mediated Communication**. Article first published online: 23 JUN 2006

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: Revistas Fronteiras – Estudos Midiáticos. São Leopoldo, Vol, VII, nº 3, p. 214-222, set./dez. 2005.

GOMES, W. Opinião política na internet: Uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: X Encontro Anual da Compós, 2001, Brasília. X Encontro Anual da Compós, 2001.

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, P. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, D. (Org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MAGALHÃES, J. L. Q. A crise da democracia representativa. O paradoxo do fim da modernidade. Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 223, 16 fev. 2004. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26266-26268-1-PB.pdf>.

Acesso em: 11 set. 2011.

MAIA, R. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 277-292.

MALINI, F. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais/ Fábio Malini e Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013

MISCHE, A. & WHITE, H. Between Conversation and Situation: Public Switching Dynamics across Network-Domains. *Social Research*, New York, v. 65, p. 295-324, 1998.

MISCHE, A. Cross-Talk in Movements: Reconcepting the Culture-Network Link. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University, 2003.

NORRIS, P. Digital Divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet. Cambridge, UK: **Cambridge University Press**. 2001.

NORRIS, P. The bridging and bonding role of online communities. **Harvard International Journal of Press/Politics**, 7, 3–13. 2004.

NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. **Party Politics**, v. 9, n. 1, p. 21-45. 2003.

NORRIS, P. Recrutamento político. **Rev. Sociol. Polit. [online]**, vol.21, n.46, pp. 11-32. ISSN 0104-4478., 2013.

OSA, M. Networks in Opposition: Linking Organizations through Activists in the Polish People's Republic. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). *Social Movements and Networks*. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University, 2003.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Artmed, 2008.

RETROSPECTIVA MÍDIA NINJA:

<https://docs.google.com/document/d/1lfDAAKCmGRr6XthK4pNkaDWRKnk0vc5pyemaz0MsAY/edit?pli=1>

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet: Considerações Iniciais. **E Compós**, v. 2, 2005

RECUERO, R. **Redes sociais na internet** / Raquel Recuero. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

STROMER-GALLEY, J. **Interactivity-as-Product and Interactivity-as-Process**. Department of Communication, University at Albany, SUNY, Albany, New York, USA. The Information Society, ISSN: 0197-2243 print / 1087-6537 online, 2004.

STROMER-GALLEY, J. New voices in the public sphere: a comparative analysis of interpersonal and online political talk. **The Public**. Vol.9 (2002).

STROMER-GALLEY, J. "Measuring Deliberation's Content: A Coding *Scheme*," **Journal of Public Deliberation**: Vol. 3: Iss. 1, Article 12. Disponível em: <http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol3/iss1/art12> , 2007.

STROMER-GALLEY, J. On-Line Interaction and Why Candidates Avoid It. **Journal of Communication**. 2000. Disponível em: [https://www.academia.edu/1584360/Online\\_Interaction\\_and\\_Why\\_Candidates\\_Avoid\\_It](https://www.academia.edu/1584360/Online_Interaction_and_Why_Candidates_Avoid_It).

WELLMAN, B. Physical Place and Cyber Place: The Rise of Personalized Networking. Fevereiro de 2001. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 25, vol 2 (2001). Disponível em: <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/individualism/ijurr3a1.htm>

WELLMAN, B. et al. The Social Affordances of Internet for Networked Individualism. In: **Journal of computer Mediated Communication**, vol. 8 n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol8/issue3/wellman.html>>.

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

27 a 30 de abril de 2015

UNICAMP - Campinas (SP)

O ciberativismo e a discussão política sobre a maconha no Brasil.

Marcelo Burgos dos Santos (UFPB)

Rosemary Segurado (PUC/SP e FESPSP)

Pedro Malina (FMU)

## **Introdução**

A proposta deste trabalho é apresentar os resultados iniciais de parte da pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Temático Fapesp - Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais -, realizada pelo NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil). O objetivo é analisar o debate a respeito das novas formas de organização política e as dinâmicas de protagonismos que vem dando lugar às práticas das lideranças políticas tradicionais. Nesse sentido, analisamos aqui, as práticas de alguns coletivos que se propõe a debater e discutir questões a cerca da maconha nos espaços públicos e políticos. Os grupos observados defendem a ampliação do debate e da participação política cidadã nas leis e portarias que regulam o uso da maconha, levando em consideração aspectos como o proibicionismo, descriminalização, legalização, seja para uso terapêutico, recreativo, comercial e industrial.

Desde a Grécia Antiga a participação na ágora para debater os destinos da cidade e da sociedade foi uma das características fundamentais no desenvolvimento pleno da democracia. Uma das premissas da política contemporânea é a participação de cidadãos em processos decisórios e em outros momentos das práticas políticas. Dentro dessa perspectiva, compreende-se que o debate coletivo de ideais como forma de discussão acaba por gerar a participação cidadã no espaço público, não só no Brasil mas no mundo, como pode ser observado em diversos movimentos na Europa e Primavera Árabe (Castells, 2012). Na contemporaneidade, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) tem auxiliado bastante a participação cidadã por meio de ferramentas e dispositivos digitais.

Nesse trabalho foram analisados dois coletivos (Coletivo DAR - Desentorpecendo a razão e Marcha da Maconha) com intuito de entender seus posicionamentos e formas de atuação política. Esses dois coletivos vêm atuando em um eixo temático (a maconha) cujo debate era pouco frequente no âmbito público até alguns anos atrás. De outro lado, foi analisada a ação individual de um cidadão, responsável por fazer que o debate político sobre a maconha chegasse ao Senado Federal em 2014. Através de um mecanismo do Senado que, via internet, permite que os cidadãos façam propostas para serem analisadas por essa Instituição. Aqui, se observa a relação entre TICs e participação política através da ampliação dos espaços de participação do cidadão que se interessa pela política.

Vale ressaltar que a temática das drogas em geral e da maconha, mais especificamente, é carregada de aspectos polêmicos, e principalmente morais envolvidos nas reivindicações que estes atores trazem, seja em âmbito nacional ou mesmo internacional. Assim, nos últimos anos, devido à dinâmicas internas e externas próprias, esse debate tem se ampliado e incorporado cada dez mais cidadãos em sua discussões cuja intenção é aumentar as possibilidades de novas formas de compreensão acerca deste tema.

As mídias digitais podem potencializar, em alguns momentos, determinadas questões do campo social e, a partir disso, catalisar sentimento de indignação ou protesto, promovendo convocatórias e discussões, possibilitando a abertura de debate para temas considerados periféricos na agenda política. Às vezes, conseguem envolver questões relacionadas às políticas públicas. Ao observar estes novos arranjos e desenhos na relação entre cidadãos e política é possível identificar novos protagonistas à margem das lideranças tradicionais. Em grande parte dos casos, as lideranças tradicionais tratam a maconha como questão de polícia e não como questão política. Mal abordam a questão a partir da saúde pública. Os novos protagonistas ampliam o debate e colocam uma nova forma ou concepção para tratar deste assunto.

Esta pesquisa faz uma análise exploratória de três grupos sociais que discutem a política sobre maconha no Brasil, seja por seu uso recreativo, medicinal ou social. Os grupos analisados fazem amplo uso das TICs e do engajamento político online numa tentativa de ampliação do debate político sobre os diversos usos da maconha. Essas novas formas de mobilização e contestação política podem ser interpretadas como movimento social que colabora na alavanca de mudança social (Castells, 2012), propondo uma nova forma de fazer político na contemporaneidade, num movimento muito comum que tem se ampliado e desenvolvido nos últimos anos, ou seja, movimentos que partem da sociedade para o Estado, de baixo para cima (*botton up*). Esta apropriação se torna cada vez mais significativa através da participação cidadã.

### **1) Democracia, Participação e TICs**

Alguns autores abordam o papel da participação como requisito indispensável do estado democrático contemporâneo ou ainda como elemento central da qualidade democrática (Dahl, 2012; Diamond e Morlino, 2005; Moisés, 2010). A ausência de espaços para participação colabora na insatisfação com as instituições políticas tradicionais que acabam por entrar no bojo daquilo que se denomina crise da democracia representativa (Manin, 1997; Miguel, 2013). As sociedades e sistemas políticos têm

desenvolvido novas formas de diálogo e incorporação dos cidadãos aos debates políticos. Assim, essa participação no debate público e a possibilidade de intervenção no campo políticos, seja por ativismo ou outras formas de engajamento político (discussão pública, protesto, contestação e até resistência) pode fomentar novas formas de democracia participativa. Essa incorporação de cidadãos na política, mediado pelas TICs, são denominadas de democracia direta ou democracia eletrônica. O intenso uso das TICs abre novas possibilidades para que a sociedade civil possa ampliar sua participação ativa na vida pública, aumentando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, proporcionando maior envolvimento dos atores sociais.

No Brasil, este fenômeno se torna ainda mais perceptível por dois fatores. O primeiro está ligado ao próprio período da redemocratização e a Constituição Federal de 1988 (CF 88) que estabeleceram novos contornos para a participação cidadã, propiciados por mecanismos como novos espaços de proposições, discussões, debates nas políticas institucionais. De acordo com Moisés (2010), a CF 88 possibilitou novas formas de inserção de organizações da sociedade civil no Estado, seja pela possibilidade de participação política no processo de decisão sobre políticas públicas ou mesmo acompanhamento de sua execução. Também assegurou novas formas de participação política cidadã ao incorporar propostas para utilização de plebiscitos, referendos, atos de iniciativa popular na esfera legislativa além da instituição de diversos Conselhos de participação da sociedade civil (Moisés, 1990).

Ademais, no caso do Brasil a redemocratização levanta outras questões que ainda não são respondidas ou tratadas de maneira satisfatória pelo Estado para a população. Moisés (2010) levanta duas características fundamentais do regime democrático: a) divisão do poder de tomar decisões que afetam a coletividade e b) a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Esta segunda característica ainda está longe de contemplar os desejos e anseios brasileiros na esfera política.

Ouvir os desejo, reivindicações, reclamações, anseios da população por parte do Estado é característica de algo que ainda é recente na história política brasileira: a responsividade. Essa ideia pode ser definida como a capacidade de *“refletir e dar expressão às vontades do povo”* (Pennock: 1952, 790). Por sua vez, Rennó (2011) lembra que o incremento da responsividade na qualidade da democracia diz respeito à participação efetiva e não somente ao *“direito de participação”*. A democracia seria responsiva quando cumpre as *“demandas dos diversos grupos sociais que constituem a sociedade representada*. Há a necessidade que os canais de participação existam e

funcionem de maneira eficiente e efetiva. A questão da participação pode ser entendida assim:

*Investigar questões como a propensão dos cidadãos e cidadãs de participarem de diferentes formas de atuação política, seja por meio do voto, de participação em reuniões de partidos políticos, de associações da sociedade civil manifestações, protestos e desobediência civil, assim como doando recursos e tempo para campanhas eleitorais ou contatando políticos, é fundamental para mapear a qualidade da participação política em uma democracia (Rennó: 2011, 53-4).*

Na virada do século surgiram novas ferramentas, TICs, que vem ampliando as possibilidades de participação política ao contemplar temas emergentes de cidadania e ações políticas<sup>1</sup>. As TICs também criam dispositivos, conectados a uma rede global de informações digitais, que auxiliam no desenvolvimento de novos desenhos institucionais que favoreçam a interação da gestão pública com o cidadão. Como consequência, abrem-se possibilidades de ampliação para consultas, debates, deliberações, acompanhamento, acesso às informações e controle social, viabilizando a abertura de novos espaços de participação política, ampliando a inserção da sociedade civil nas arenas políticas e decisórias. Na sociedade em redes (Castells,1999), existe a possibilidade de incorporação de mecanismos e dispositivos comunicacionais da internet que podem ampliar a participação dos cidadãos na vida pública, seja pela ação individual, seja por meio de grupos sociais, diminuindo os custos da participação e tornando-a mais interativa e democrática.

Embora as TICs ofereçam potencialidades políticas, elas ainda dependem de outros elementos sociais, culturais e políticos para serem efetivadas (Fung, 2006). Porém é inegável a transformação proporcionada pelas TICs em algumas manifestações políticas recentes no Brasil em diversas partes do mundo (Araujo et al 2010, 2014; Castells, 2012; Pinho, 2012; Santos et al, 2013; Subirats; 2011; Fung et al 2013.) apontam 6 modelos de interação ou aprofundamento nas relações entre internet e processos políticos democráticos, a saber:

*o empoderamento da esfera pública, substituição das organizações tradicionais por novos grupos auto organizados digitalmente, democracia direta digital, apoio na confiança, mobilização constituinte e controle apoiado na multidão social (Fung: 2013, 30)<sup>2</sup>.*

A participação cidadã e a responsividade do Estado estão ligados pelas e nas TICs. Castells (2012), ao analisar o ativismo de determinados grupos, ressalta que os chamados novíssimos movimentos sociais são conectados em rede e múltiplas formas.

<sup>1</sup> As TICs desenvolvem mais ações que a participação política propriamente dita, interferindo diretamente em novas formas de sociabilidade, que não serão analisadas neste trabalho.

<sup>2</sup> Tradução do autor.

Para ele, essa característica vem fazendo com que as formas de organização verticais, típicas dos movimentos e partidos políticos tradicionais, comecem a ser substituídas por formas mais horizontais e descentralizadas. Além disso, também traz como característica desse ativismo que eles sejam promovidos por jovens urbanos. O uso das redes sociais para a ação política vem modificando significativamente o próprio papel das lideranças e a característica dos movimentos articulados em torno de reivindicações sociais, econômicas, culturais e políticas. No geral, observa-se a multiplicidade de demandas na composição da agenda dos movimentos, chamado por Hardt e Negri (2005) de movimentos da Multidão.

Para Castells (2009) e Hardt e Negri (2005), as práticas sociais e políticas da rede, cada vez mais, misturam-se e se manifestam no espaço urbano, gerando o que o autor denomina espaço da autonomia, os espaços de fluxos. Castells (2009) e Hardt e Negri (2005), mesmo a partir de perspectivas analíticas distintas, abordam a política em rede e na rede, como potencializadora do desenvolvimento de novas práticas coletivas. Para Castells a rede possibilita o desenvolvimento do companheirismo e, por outro lado, Hardt e Negri apontam que os fluxos comunicacionais favorecem o desenvolvimento de modos de vida cooperativos, baseados no desenvolvimento de dinâmicas centradas no que denominam por comum. Em outras palavras, a internet contribui para novos processos de relacionamentos e vivências. Subirats (2011) afirma:

*Se queremos uma democracia viva, se queremos uma política compartilhada, necessitamos de espaços e oportunidades que permitam debates abertos, onde se construam ideais e visões também compartilhados. Espaços em que todos e cada um possam intervir. Essas são as bases para poder falar de cidadania, de inclusão social, de uma nova relação com a natureza. Em definitivo, uma sociedade em que valha a pena viver (Subirats, 2011, p. 6).*

É importante destacar que além da relação entre online e offline, o uso das redes também nos coloca em simultaneidade, em diálogo constante com ativismos de várias partes do mundo, superando as barreiras identitárias próprias das fronteiras dos Estados nacionais. A ampliação dessas formas de interlocução, desde grupos organizados até coletivos menos institucionalizados, de movimentos sociais, políticos e culturais de vários países, caracteriza, as práticas políticas em rede.

Nesse sentido, Yochai Benkler (2007) aborda a importância das práticas sociais que se utilizam das ferramentas digitais como forma de proporcionar a potencialização da produção social, destacando a conversação e a colaboração abertas como as principais novidades da sociedade da informação.

Quando o assunto é o debate de drogas, outra questão importante a ser discutida nesse universo é a mudança comportamental, cultural e legal que vem ocorrendo em

diversos lugares do mundo. Ao longo dos últimos anos puderam ser observadas alterações significativas de comportamento, que vão desde experiências de legalização/despenalização em determinadas regiões (vide experiências recentes na Holanda, Portugal, Uruguai e diversos estados nos Estados Unidos, entre outros exemplos) até a abertura de debates em setores acadêmicos-científicos ou mesmo econômicos que defendem novas possibilidades de diálogo sobre drogas, principalmente, a maconha. Muitas dessas perspectivas são apontadas por novos atores da sociedade civil, não só no Brasil. A conectividade e fluxos de informação da sociedade contemporânea criam redes de convergência internacionais que trocam diálogos e experiências continuamente, auxiliando na produção de conhecimento sobre o assunto.

Como consequência disso, diversos temas como a legalização, descriminalização ou despenalização das drogas tem sido promovidos por cidadãos que defendem novas formas de tratamento (ou mesmo enfrentamento) destes assuntos. Essas abordagens criam diversas formas de ativismo político e através de novos repertórios de ação e performance vêm alterando a maneira como a maconha é vista por determinados segmentos sociais. Recentemente, o debate da maconha no Brasil passou a contar com atores que não tinham tanta visibilidade.

Desde 2014, a presença de pais, mães, familiares e amigos de doentes ou portadores de moléstias que poderiam ser tratadas com compostos farmacêuticos e remédios originados nas plantas da maconha, cuja presença em cena, fez com que algumas recomendações médicas e diretrizes da fossem alteradas. A pressão por essa discussão foi tamanha que gerou novos procedimentos de uso e importação das substâncias derivadas da maconha por parte de entidades médicas como ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e CFM (Conselho Federal de Medicina). Ao mesmo tempo, denota o comportamento de pais e responsáveis que se insurgiram contra as proibições do Estado brasileiro e importavam por conta própria e risco os medicamentos que poderiam auxiliar no tratamento de seus familiares, num exemplo claro de desobediência civil. As medidas facilitaram a esses grupos o acesso mais fácil ao medicamento e tratamento.

Outro grupo organizado, porém com presença mais antiga nesse debate, é a Marcha da Maconha, que desde o início dos anos 2000 tem procurado fazer mobilizações e protestos com intuito de chamar a atenção do Estado e da sociedade para essa pauta. No início, esses movimentos foram duramente criticados e atacados pela polícia e outras perspectivas proibicionistas. Chegaram a ser censurados e impedidos de serem realizados. Finalmente, conseguiram no STF a garantia de que sua ação política era

válida e sua participação no espaço público comum foi assegurada. O STF cumpriu o preceito previsto na CF 88 que a liberdade de expressão e debate público de ideias está escrito constitucionalmente e por isso, deve ser assegurado sua existência.

Na última Marcha da Maconha, realizada 2014, uma nova estratégia foi adotada pelos coletivos. Uma rede estabelecida entre os organizadores da Marcha da Maconha e os coletivos formados por pais, mães e familiares de pacientes e usuários que precisavam de remédios feitos a partir da maconha para combater sintomas de diversas moléstias e doenças graves como epilepsia e câncer, entre outras.

Os grupos estudados têm promovido diversas discussões e debates com finalidade de alterar a lei brasileira. As ideias vão da ampliação das possibilidades de uso medicinal e recreativo da maconha, assim como a despenalização de usuários que foram e são encarcerados por portar quantidades ínfimas da substância ilegal, para consumo próprio até a ideia da legalização da produção individual ou em clubes (como ocorre no Uruguai). Assim, através de novas formas de ativismo ancoradas nas TICs e do engajamento político de seus atores, alguns grupos têm conseguido construir um novo patamar de debates sobre a maconha.

Houve uma iniciativa individual que inovou bastante nos últimos tempos. E embora individual na sua concepção e formação, contou com o apoio das TICs e as ligações em rede para que pudesse ser escutada e discutida. André Kiepper, servidor público da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) que no segundo semestre de 2013, ao estudar a legislação da maconha em diversos locais (como EUA e Uruguai) foi levado a estudar a legislação brasileira. Na página do Senado Federal na internet, descobriu o Portal e-Cidadania e descobriu os mecanismos de fazer uma petição popular desde que cumprisse determinadas regras<sup>3</sup>. Esse mecanismo institucional, favorecido pelas TICs, pode ser acessado e utilizado por qualquer cidadão brasileiro.

A seguir uma análise mais detalhada de cada um dos grupos analisados nesta pesquisa e como se relacionam a questão política com as TICs.

## **2) Marcha da Maconha**

A Marcha da Maconha Brasil é uma iniciativa composta por coletivos e instituições que atuam por meio do blog: marchadamachonha.org e do fórum de discussões para organizar a Marcha, conforme cronograma de atividades relacionadas à reivindicação central que é a descriminalização da maconha. A plataforma do blog utiliza de ferramenta

---

<sup>3</sup> Informação obtida com o próprio autor do processo em março de 2015 através de entrevista por email.

*Wordpress* que é uma das grandes responsáveis por facilitar a linguagem da internet aos diversos usuários, ao popularizar os blogs no início do século XXI.

A rede é composta por ativistas, profissionais, redutores de danos e todos os engajados em torno do esclarecimento e manifestação de opinião sobre os diversos usos da maconha. Na página da Marcha, reafirma-se a horizontalidade, característica típicas desse tipo de organização, ao afirmarem “*Não temos líderes, coordenadores, caciques, nem presidentes. Muito menos presidentes honorários*”<sup>4</sup>. Na rede não existe um centro de informação, mas sim uma multiplicidade que ganha força a cada novo acontecimento. A multiplicidade de conexões não se limita às fronteiras nacionais.

A ideia da Marcha da Maconha remete a outros tipos de marcha semelhantes que ocorrem há mais tempo em diversas cidades do mundo inteiro. O movimento internacional é conhecido como *Global Marijuana March* e ocorre desde 1999. A ideia é desenvolver não só uma marcha, mas também um local público de debate sobre a legalização da maconha além de festas, concertos e outras atividades. Normalmente ocorre no primeiro sábado de maio, mas pode variar conforme a localidade, uma vez que há demandas específicas em cada uma das centenas de cidade em que este evento ocorre normalmente<sup>5</sup>. O que se constitui em uma “tradição” é o horário do encontro “4:20pm” (ou simplesmente 420) que remete à uma antiga gíria de San Francisco (Califórnia - USA) que falava ser este o horário de dar uma parada nas atividades cotidianas para fumar maconha<sup>6</sup>.

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é responsável pela organização das manifestações nas cidades em que ocorrem, apoiando os ativistas locais na tentativa de ampliar essa iniciativa no país. Entre os objetivos principais, destaca-se a criação de espaços para debater e articular políticas públicas sobre os usos da maconha. Nesse sentido, o objetivo do Coletivo é ampliar a discussão social sobre o tema, significa dizer que não busca incentivar o uso, mas garantir a livre manifestação opiniões sobre o tema para se avançar em novas formas de se aprofundar o debate. Nesse sentido, o debate colocado por parte dos organizadores da Marcha vai ao encontro de alguns dos estudiosos do tema, como o médico Elisando Carlini:

*Está provado que a guerra às drogas é uma falência total. E é muito importante que os Estados Unidos, que patrocinaram essa guerra, admitam essa falência. O governo não consegue mais neutralizar a vontade popular. É como a Lei Seca lá. Nunca se bebeu*

<sup>4</sup> As citações aqui foram retiradas da página do grupo. Para mais detalhes: <[marchadamaconha.org.br](http://marchadamaconha.org.br)>. Último acesso em : 25/03/2015.

<sup>5</sup> Para mais detalhes: <<https://www.facebook.com/GlobalMarihuanaMarch>>. Último acesso em: 25/03/2015.

<sup>6</sup> Para mais detalhes: <[http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/2015\\_Global\\_Marijuana\\_March\\_and\\_420\\_map](http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/2015_Global_Marijuana_March_and_420_map)>. Último acesso em: 25/03/2015.

*tanto nos Estados Unidos como no período da Lei Seca. Aquilo estimulou o crime. Nos Estados Unidos há quem defenda que o problema do tráfico só existe porque existe a proibição. Os jovens gostam de experiências novas. Querem e têm o direito de experimentar coisas novas. O grande erro é proibir e pronto. Não dá para usar a pedagogia do terror, um método que falhou no mundo inteiro, que é moldar os desejos das pessoas a partir do medo. Isso não funciona mais.<sup>7</sup>*

O texto sobre a organização da Marcha da Maconha para o ano de 2015 traz informações sobre a lista dos coletivos presentes tais como Smoke Buddies, DAR (analisado adiante), ACuCa, FUMA, Matilha Cultural, Avante, simpatizantes do movimento LGBT e também integrantes do Núcleo de Política de Drogas do PT (aqui se observa um partido político se aproximando do debate) enquanto os outros grupos são da sociedade civil e ativistas. Chama à atenção o destaque feito pelos próprios organizadores sobre a maior parte dos participantes ser composta por estudantes, demonstrando que o perfil mais presente é composto por jovens.

Vale lembrar que a Marcha da Maconha enquanto ideia e movimento existe desde o início do século. Nesta época, por alguns anos foram feitos esforços para a realização dessas marchas para debater o tema e, embora organizados e convocados para os eventos, estes, muitas vezes eram impedidos de acontecer por conta de liminares apresentadas na justiça que alegava apologia ao uso de drogas. Crime tipificado pelo Código Penal brasileiro. Após discussões entre as partes, a discussão foi levada ao STF pela PGR (Procuradoria Geral da República), cujo entendimento era que a Marcha não fazia apologia ao crime, mas defendia o direito ao debate. Em outras palavras, a questão de fundo era a liberdade de expressão. Em 15 de junho de 2011, o STF julgou por unanimidade que a Marcha da Maconha podia acontecer como forma de liberdade de expressão e deveria ser apoiada, resguarda e protegida pelo poder público local. Desde então, as marchas têm ocorrido todo ano, em diversos lugares sem problemas.

Atualmente, entre as discussões levantas no processo de organização da Marcha, destaca-se a polêmica a respeito do enfoque do evento: um grupo de participantes defende que a Marcha aborde apenas a legalização da maconha, enquanto outro grupo acredita que o evento deve abordar também outras drogas. Os argumentos centrais dos que defendem a exclusividade da Maconha giram em torno da regulamentação da mesma e, especificamente, abordar a regulamentação do cultivo caseiro.

Por outro lado, aqueles que acreditam que devem abordar a discriminação de outras drogas estão preocupados com a necessidade de se ampliar o debate e incluir

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/a-maconha-foi-condenada-por-preconceito-diz-especialista-elisaldo-carlini-15600218#ixzz3V9CUyLg>>. Último acesso em: 24/03/2015.

questões como a legalização da produção, da distribuição e do consumo da maconha, mas não devem deixar de discutir o fim da chamada “guerra às drogas”, pois consideram fundamental que a questão dos males do proibicionismo deva estar mais presente na Marcha e não se refere somente à maconha.

Sobre o site da Marcha da Maconha, ele é de visualização bem simples, apoiado por uso de blogs, Facebook e Youtube. A organização se faz pelo e com o site, mas também há alguns encontros presenciais, para discutir a realização da própria Marcha que eles coordenam. O site possui os seguintes links: Manual do Organizador, Carta Aberta, Notas Públicas, além do calendário das marchas que serão realizadas em 2015 em diversas cidades do país.

O link do *Manual do Organizador* apresenta orientações para a organização do evento, demonstrando a organização dos coletivos que participam dos preparativos para a Marcha, conforme podemos ver nesse link, as recomendações para preparar a convocação do evento estão subdivididas em 10 itens:

- 1) Carta de Princípios – Trata-se do primeiro item da organização, considerando que a carta traz algumas das questões centrais colocadas pela Marcha e que devem nortear a organização em cada região.

A marcha é considerada um evento político, social e cultural que tem como objetivo central é questionar a proibição do cultivo e do consumo medicinal e recreativo e industrial, destacando a possibilidade de redução de danos ambientais, tendo em vista que vários produtos consumidos em larga escala, como por exemplo, o papel que produz grande impacto ao meio ambiente, diferentemente da cannabis.

Outro eixo da carta é esclarecer que não se trata de evento de apologia ao consumo de maconha, mas de questionar a eficácia das políticas proibicionistas no Brasil e em todo mundo. A carta afirma que a Marcha será organizada dentro dos limites constitucionais, portanto, não se trata de uma ação de desobediência a lei, embora questione a proibição do uso da maconha.

- 2) Instruções para o preenchimento do formulário no Fórum da Marcha. Essa iniciativa é para articular os participantes.
- 3) Verificar se na cidade em que se mora se existe grupos que organizem a Marcha para que os interessados passem a fazer parte desse grupo.
- 4) Orientações para divulgação da Marcha em redes digitais. Nesse item é interessante considerar que somente as redes digitais são mencionadas para as atividades de divulgação, nenhum outro meio de comunicação é citado.

- 5) Estímulo para a organização de indivíduos interessados em organizar a Marcha, em constituir um coletivo para planejar a manifestação.
- 6) Definir um dia para a manifestação. Essa definição é interessante e há recomendação para que se escolha uma data no mês de maio, considerando que entre os dias dois e nove desse mês sempre se organiza a Marcha Global da Maconha
- 7) Orientações para a aquisição de cartaz da marcha global no site: [globalmarijuanamarch.org](http://globalmarijuanamarch.org) além de *banners* no próprio site da Marcha que permite a impressão em qualquer lugar.
- 8) Orientações para a busca de assistência jurídica para a realização da Marcha. Esse item está relacionado à discussão sobre os anos em que se tentaram proibir a realização da Marcha em diversas cidades do Brasil. A alegação principal era que a Marcha se constituía em apologia ao uso de drogas, ação tipificada como crime no Brasil. Os ativistas conseguiram liminar para a realização alegando o direito à manifestação de opiniões, garantido constitucionalmente. Outro aspecto importante é garantir a segurança dos ativistas participantes da manifestação.
- 9) Indicação para a arrecadação de fundos para o pagamento dos custos da Marcha, tais como aluguel de carro de som, faixas etc.
- 10) Aviso sobre as cidades que se inscreverem em tempo hábil no site para a organização da Marcha integram uma convocatória geral com as informações da realização da Marcha em todas as cidades.

O link para a TV Marcha da Maconha disponibiliza vídeos de marchas anteriores, convocatória das marchas e debates curtos sobre o uso da maconha. Além dos links acima mencionados o site também tem um Fórum, Blog e uma nuvem com as principais tags em torno do tema.

O Fórum possui link para documentos sobre as cannabis-medicinal, cannabis-industrial, cannabis-livre, cultivo e auto-sustento. Trata-se de um espaço de debate importantes sobre a organização da Marcha nas cinco regiões do país, além de informações do mesmo evento em outros países da América Latina pois o Fórum também divulga informações sobre a organização da Marcha nas diversas regiões do país, ou mesmo outros países. Nesse item é possível acompanhar as postagens e a discussão das estratégias de organização dos participantes. A Marcha é sempre mencionada como um momento importante de ampliar o debate e atrair interlocutores para a discussão sobre a Maconha.

No fórum também são compartilhados sugestões de vídeos para ampliar o conhecimento sobre a temática. Em geral, são documentários também utilizados em reuniões para a organização da Marcha. É importante destacar que não se identificou postagens em 2015, embora a discussão da Marcha já esteja presente em outras partes do site. O fórum também apresenta a articulação com um fórum internacional de debates sobre o tema, destacando a participação de países como Argentina e Colômbia, além de uma plataforma da América Latina, embora esta última esteja desativada no momento.

Ainda no blog, há informações sobre a Marcha da Maconha, contendo orientações para a organização do evento com alguns links como: (i) Logotipo da Marcha de 2014 ou (ii) Modelo de ofício – solicitando autorização à polícia para a realização da Marcha. Além disso há um “nuvem” com tags dos principais temas em debate.

### 3) Coletivo DAR - Desentorpecendo a Razão

O Coletivo DAR é fruto da iniciativa de um coletivo de pessoas reunidos pela internet em torno do site: (<http://coletivodar.org>) e todos os seus integrantes são voluntários. Tem como lema e bandeira ser um *“Coletivo Antiproibicionista de São Paulo”*<sup>8</sup>. A proposta defendida não fica restrita apenas ao uso da maconha e sua legalização mas coloca-se em uma perspectiva mais ampla ao defender uma nova forma de abordar o assunto das drogas. O pressuposto que defendem é a busca por alternativas de ao proibicionismo em geral. Para isso, partem da ideia, muito defendida nos dias atuais, que a “guerra às drogas” fracassou e conseqüentemente levou vários países a reverem suas políticas com relação às drogas. Eles defendem que novas alternativas *“sejam construídas através dos diálogos entre os diversos setores da população, nunca de cima para baixo”*<sup>9</sup>. Como boa parte dos movimentos jovens e urbanos, organizados em rede, a sua estrutura é horizontal, sem hierarquias (Castells, 2012) pois acreditam que a *“luta social deve pautar os ordenamentos jurídicos e legislativos”*<sup>10</sup>. Também se colocam como *“permanentemente aberto a novos membros e contribuições”*.

O coletivo cita ainda que setores conservadores da sociedade já mudaram discursos em relação às drogas. Vale lembrar que atores econômicos importantes já se manifestaram por uma nova forma de enfrentamento da maconha, incluindo perspectivas econômicas. A própria revista *The Economist* já declarou que a maconha é uma droga

<sup>8</sup> Todas as informações fornecidas foram retiradas do site <http://coletivodar.org>.

<sup>9</sup> Mais informações: <<http://coletivodar.org/quem-somos/>>. Último acesso em: 27/03/2015.

<sup>10</sup> Idem, idem.

virtualmente legal<sup>11</sup> pois pode gerar benefícios econômicos como a tributação para o Estado e a economia de custos no sistema judiciário. Ao contrário de determinados grupos liberais, este coletivo pode ser situado mais à esquerda no espectro ideológico:

*Defendemos uma perspectiva antiproibicionista sim, mas também libertária, anticapitalista, antiautoritária, antimercadológica. Que pense poder, repressão, saúde, teoria, organização, Estado, classes, gênero. Ainda que nosso foco de atuação seja na luta pela legalização de todas as drogas, nos vemos dentro de um âmbito mais amplo de luta por outra sociedade, ao lado do movimento feminista, LGBTT, da luta antimanicomial, ambiental, por mobilidade, livre expressão e manifestação do pensamento e de tantos outros que estão resistindo e buscando um mundo melhor<sup>12</sup>.*

Como pode ser notado, não só por esta apresentação, mas pelos próprios temas que aparecem na página do coletivo na internet, a luta pela mudança jurídica na lei da maconha ou das drogas é apenas uma das reivindicações do movimento. O enfrentamento é ainda maior pois questiona e propõe uma nova sociedade. Para isso, o grupo se organiza em rede, guardando semelhança com a *Marcha da Maconha*, características destes grupos.

A ideia do DAR é colaborar com a ampliação do debate sobre antiproibicionismo, anticapitalismo e autonomia<sup>13</sup>. Para isso conta com canais de informação no Facebook, Twitter e Youtube. Para isso, dentro do site há uma seção intitulada “Arquivos” que possibilita acesso à diversos materiais sobre drogas, proibicionismo, autonomia etc. Desde textos literários de Charles Baudelaire, Antonin Artaud ou Aldous Huxley até textos teóricos de intelectuais como Antonio Escotado e Timothy Leary. Além de acadêmicos brasileiros das mais diversas áreas como Beatriz Labate (antropóloga), Thiago Rodriguez (professor e cientista político), Henrique Carneiro (professor e historiador), Maria Lucia Karan (juíza aposentada), Osvaldo Coggiola (professor e historiador) entre outros. Também disponibiliza diversos relatórios de organismos internacionais como a ONU.

Em termos de estrutura do página, pode-se dizer que é mais elaborado que o da *Marcha da Maconha* mas também simples. Utiliza a mesma plataforma (*Wordpress*) e possui seis seções internas: (i) Fale com a gente; (ii) Agendar; (iii) Arquivos; (iv) Quem somos; (v) A razão entorpecida e; (vi) Colabora com o Coletivo DAR. A primeira disponibiliza os contatos e endereços das plataformas onde o Coletivo se encontra nas TICs. A segunda traz informações sobre eventos e agendas. A terceira seção (explicada acima) contém uma espécie de biblioteca. A seção seguinte explica a estrutura e as ideias

<sup>11</sup> Para mais detalhes:

<<http://www.economist.com/node/14845095?zid=319&ah=17af09b0281b01505c226b1e574f5cc1>>. Último acesso em: 28/03/2015.

<sup>12</sup> Para mais detalhes: <http://coletivodar.org/quem-somos/>. Último acesso em 27/03/2015.

<sup>13</sup> Para mais detalhes: <<https://www.youtube.com/user/coletivodar>>. Último acesso em: 27/03/2015.

centrais defendidas pelo movimento para isso se utiliza de um texto que pode ser considerado como algo parecido a um manifesto. A quinta seção tem uma declaração da jurista, Maria Lúcia Karam. E a última seção explica os procedimentos para quem quiser colaborar com o coletivo tanto financeiramente como de outras formas.

Logo abaixo das seções há um *banner* com as últimas notícias veiculadas pelo Coletivo que ficam se revezando. No momento da análise para este trabalho, havia 5 links. O primeiro era para o artigo de um colaborador que discutia o proibicionismo e a questão do autocultivo de maconha. O segundo remetia ao assassinato de um menino de 11 anos, Patrick Ferreira de Queiroz, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Méier onde havia uma UPP. A discussão compara este caso com o do traficante brasileiro Marco Acher, que naquela semana havia sido executado à pena capital, pelo governo da Indonésia pelo crime de tráfico de drogas internacional. Na visão do coletivo, os dois crimes são exemplos claros do fracasso das guerras às drogas. Outro link era sobre uma reunião de feministas apoiadas pelo coletivo. A ideia era promover o “1º encontro de mulheres antiproibicionistas”, realizado em fins do ano passado, em algumas cidades brasileiras.

Um quarto *banner* fazia referências a protestos que ocorrem em São Paulo no dia 26 de novembro de 2014 contra o governo mexicano pelo assassinatos de 6 pessoas e o desaparecimento de 43 estudantes secundaristas (que depois foram confirmados como assassinatos) em Ayotzinapa, México. O último trazia um apelo pela libertação de todos(as) traficantes, cultivadores e demais presos pela guerra às drogas. O texto fazia a distinção de tratamento dado pela justiça brasileira aos traficantes e usuários de acordo com o perfil sócio econômicos dos que são detidos pelas polícias, além de criticar a criminalização de quem faz o autocultivo, entre outros assuntos.

Abaixo desse *banner*, há mais links para outras reportagens. Uma delas falava sobre o mercado farmacêutico do Canabidiol, um dos diversos componentes presentes na planta da maconha que podem ser usados para fins medicinais. A segunda fazia referência sobre os “clubes de maconha” no Uruguai, onde em breve será possível observar o primeiro ano da permissão de cultivo de maconha naquele país. O seguinte falava sobre a campanha pela libertação de jovens que haviam sido presos nos protestos ocorridos no Brasil entre 2013 e 2014 e que aguardavam julgamento. Outro, falava sobre um relatório da Anistia Internacional sobre a violência policial, abortos e impunidade no Brasil. Outra reportagem fazia referência a um estudo, publicado originalmente no jornal *O Globo* que apontava ser o álcool 144 vezes mais letal que a maconha. Outros falavam sobre a legalização da maconha no Alasca (EUA) e Jamaica. Ao lado dessas reportagens

há um ranking sobre as reportagens mais vistas e, abaixo, uma lista com os temas abordados ou presentes na página da internet. Mais abaixo, uma espécie de nuvens de *tags* com os assuntos mais vistos.

O que se pode perceber, por este breve panorama é que os assuntos e pautas trazidos pelo Coletivo DAR são muito amplos e perpassam por diversos temas da política contemporânea. O incentivo à discussão e maior conhecimento sobre o tema ajuda a fomentar o debate político e a participação cidadã.

#### 4) e- Cidadania

O portal e-Cidadania do Senado (<http://www12.senado.leg.br/ecidadania#>) foi instituído em 2011 “(...) com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos, por meio da tecnologia da informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa”<sup>14</sup>. Dentro do portal existe a área chamada e-Legislação, destinada ao acompanhamento das ações do Senado e de programas de participação cidadã.

O programa de Ideias Legislativas serve como um canal para o cidadão propor assuntos que considera importantes para discussão para que possam se tornar leis. Se apoiadas por no mínimo vinte mil assinaturas em até quatro meses e preencherem alguns pré-requisitos<sup>15</sup>, a Ideia passa para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Desde 2011 até agora apenas quatro ideias passaram para a CDH, o que corrobora a limitação da participação popular enquanto propositor de ações no Senado Federal. Mais baixo ainda é a possibilidade da ideia ser transformada em lei.

Neste artigo daremos atenção especial da Ideia Legislativa que tinha como questão central “Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha” (<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=19341>), que foi criada por André Kiepper. A relatoria foi designada ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que após promover debate e discussões no Senado, deu origem a Sugestão nº 8 de 2014.

Kiepper é bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestrando em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública

<sup>14</sup> Para mais detalhes ver: <<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/anexos/ato-3-de-2011-da-mesa-diretora>>. Último acesso em: 23/03/2015.

<sup>15</sup> De acordo com a página do Senado, os pré-requisitos são: “a) *Proposição em tramitação no Senado com idêntico conteúdo*; b) *Legislação já contempla a ideia*; c) *Ideia contrária cláusula pétrea da Constituição Federal*; d) *Ideia escapa às competências legislativas do Congresso Nacional ou aos limites da iniciativa parlamentar*; e) *Inadequação redacional insanável*; f) *Ideia apresentada reiteradamente por diversos outros cidadãos*”. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/comofuncionaideia>>. Último acesso em 25/03/15.

(ENSP/Fiocruz), possui ainda especialização em Gestão Pública, e outra, em Gestão de Organizações de Ciência e Tecnologia em Saúde. Desde 2012 trabalha na Fiocruz, onde ocupa o cargo de Analista de Gestão em Saúde, perfil Gestão e Desenvolvimento Institucional. Na Fiocruz, ele é membro do Grupo de Trabalho do Programa Institucional Crack, Álcool e Outras Drogas, o que o torna alguém que trabalha próximo da temática da maconha e, provavelmente conhecedor de vários aspectos distintos acerca disto.

A Ideia Legislativa de André Kiepper surgiu quando:

*“Visitando a página do Senado Federal, vi um banner para o Portal e-Cidadania. Acessei o link e vislumbrei a possibilidade de fazer o debate chegar ao Senado Federal, por meio do apoio de 20 mil pessoas. (...) O Portal e-Cidadania é simples e prático. Foi uma excelente iniciativa do Senado Federal, que não possui similar na Câmara dos Deputados. Eu fiz um pequeno cadastro e utilizei os campos disponíveis, que em 2013 permitiam menos caracteres do que hoje. (...) Fiz o envio de uma proposta em dezembro, mas que não foi incluída no ar, ou que passou despercebida por mim. Com isso, fiz uma nova proposta, em meados de janeiro, e que foi publicada no dia 30/01/2014, aproximadamente duas semanas depois do envio. Esta segunda proposta deu origem à SUG 8/2014<sup>16</sup>.”*

Após a CDH ter definido o Senador Cristovam Buarque como relator da Sugestão 8/2014, este organizou seis debates públicos para a discussão do tema, que foram realizados em 2 de Junho, 11 de Agosto, 25 de Agosto, 8 de Setembro, 22 de Setembro e 13 de Outubro, todos em 2014. Nestes debates foram discutidos experiências de legislação em relação às drogas em diversos locais (Uruguai, Colorado, entre outros); muitos especialistas de áreas como drogas e violência, narcotráfico, drogas e juventude, uso recreativo de drogas e uso médico para diversos fins foram convidados a falar. Deste ciclo de debates e de pesquisas sobre o assunto, o relator elaborou um relatório<sup>17</sup> que deve ser discutido no Senado.

Algumas questões abordadas pelo entrevistada são relevantes para entender como as TICs auxiliam nos processos políticos contemporâneos. Também vale ressaltar a facilidade proporcionada pelas TICs pois permite que um “ativista de sofá” como o próprio autor sabe que é reconhecido por essa característica, faça política a partir de um dispositivo de TICs e redes sociais. A facilidade encontrada pelo proponente em iniciar a Ideia Legislativa dentro do portal e o fato de que ele ainda não tinha uma militância anterior na área, mas acreditou que seria possível levantar uma questão de interesse através desta ferramenta, mostrando a sua importância em levar atores não-tradicionais, que não vêm da chamada sociedade civil organizada, a terem suas propostas avaliadas

<sup>16</sup> Todas as informações daqui em diante foram obtidas em entrevista já citada (ver nota 3).

<sup>17</sup> Para mais detalhes: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/156942.pdf>>. Último acesso em: 27/03/15.

pelo Senado, dando voz a eles e, ao mesmo tempo, mostra um Senado, aparentemente, mais responsivo.

Apesar disso, há algumas dificuldades ou barreiras para o funcionamento do sistema. Uma delas é perceber que o espaço para as propostas são pequenos (hoje se constituem em três campos que somados disponibilizam 3340 caracteres para a proposta). Outra fragilidade é que a partir deste ponto todo o processo está nas mãos do Senado, revelando impossibilidade do proponente participar mais ativamente do processo político que ele criou. Além disso, existe a hipótese da Ideia Legislativa ser rejeitada se for encaminhada para um senador que tenha um alinhamento político, ideológico ou mesmo moral diferente daquela proposta, e não se disponha a levar a discussão adiante. O próprio André Kiepper levanta a questão da Ideia poder ser rejeitada se for alocada a um senador que tenha um alinhamento político diferente da Ideia proposta, e talvez não leve a discussão para adiante:

*“O Senador Cristovam fez e tem feito um excelente trabalho, pois convocou audiências públicas ao longo do ano de 2014, o que para mim foi inesperado. Outro Senador, de perfil menos democrático, da base evangélica, poderia não ter dado o mesmo tratamento à proposta. Um Senador ultra-conservador, desligado dos anseios dos jovens de hoje, poderia ter considerado a proposta irrelevante, produzido um relatório pouco consistente, ou até mesmo encerrado a tramitação da proposta, sem uma aprovação”<sup>18</sup>.*

Em última análise, a proposta fica sob risco de não avançar por critérios de subjetividade e personalidade que não são compatíveis com a democracia contemporânea. Outro limitador consiste na forma como o relator conduz o processo. Convidar cidadãos com opiniões divergentes para debater acerca de um tema, na tentativa de produzir um novo entendimento a este respeito ou, mais ainda, desenvolver uma nova política é mais democrático do que impedir a realização da discussão, dentro do espaço mais apropriado para isso - o Parlamento - ou produzir um debate enviesado, dando voz para apenas um dos lados das questões. Estabelece-se então um duplo limite para as Ideias Legislativas, tanto no âmbito da qualificação da proposta (pequeno espaço do texto) quanto à continuidade do processo ou à vontade parlamentar.

É importante lembrar que apesar dos limites, essa iniciativa do Senado é bastante importante para a democracia brasileira, já que abre espaço para agendas diferentes, por vezes, conflitantes. Gomes (2011) estabelece que para uma iniciativa digital ser relevante para a democracia, ela deve ter pelo menos um destes três propósitos: *1. Fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania; 2. Consolidar e reforçar uma sociedade de direitos, isto é, uma comunidade política organizada como Estado de Direito; 3.*

---

<sup>18</sup> Entrevista já citada.

*Argumento pelo pluralismo e pelo aumento da capacidade concorrencial das minorias* (Gomes: 2011, 29-30). A iniciativa aqui estudada se enquadra, ao menos, no último propósito ao colocar a possibilidade de propostas mais plurais e de atores políticos diferentes.

Outro fato que chama a atenção é o modo como André Kiepper conseguiu as assinaturas através do uso das TICs e especialmente das redes sociais online, principalmente o Facebook. Aqui Kiepper descreve como foi o processo para conseguir as assinaturas:

*“Embora a proposta tenha sido incluída no portal e-Cidadania no dia 30/01/2014, apenas no dia 05/02/2014 eu me dei conta de que já estava no ar, porque o sistema, naquela época, não avisava por e-mail o status das sugestões cadastradas, o que eles incluíram posteriormente. Na parte da manhã do dia 05/02/2014 eu postei o link para a proposta no meu perfil do Facebook, e um blog que faz divulgação de notícias sobre cultura canábica e reformas legislativas por todo o mundo, o SmokeBuddies, produziu e postou uma rápida chamada, convocando os leitores para apoiarem. Este post do SmokeBuddies, no Facebook, começou a viralizar rapidamente, tendo sido compartilhado e divulgado de diferentes formas por outras pessoas. No segundo dia, veículos de comunicação de massa, como a Folha de São Paulo, o Globo e o portal Terra já haviam divulgado a proposta, pela rápida adesão obtida”<sup>19</sup>.*

Pode-se afirmar que a coleta de assinaturas só foi possível no tempo necessário por conta das redes que o apoiaram e divulgaram sua proposta. Como foi dito anteriormente, ele não era liderança de nenhuma organização da sociedade civil organizada, o que talvez facilitasse esse processo (sua ação foi individual e enquanto cidadão). No processo também se percebe um movimento inverso ao das comunicações tradicionais, pois primeiro a notícia apareceu na internet, para depois ser divulgada pelos meios tradicionais de comunicação, mostrando a força deste tipo de comunicação hoje em dia.

Por último, é importante destacar a resposta da última pergunta, onde o proponente não identifica nenhuma liderança nesse processo e mais, coloca a impossibilidade de haver uma liderança permanente, já que existem interesses diversos entre aqueles que levantam a bandeira da legalização da maconha.

### **Considerações Finais**

Como visto, na virada do século o surgimento de ferramentas como as TICs auxilia na ampliação das possibilidades de participação política ao contemplar temas emergentes de cidadania e ações políticas<sup>20</sup>. As TICs criam dispositivos, conectados a uma rede

<sup>19</sup> Entrevista já citada.

<sup>20</sup> As TICs desenvolvem mais ações que a participação política propriamente dita, interferindo diretamente em novas formas de sociabilidade, que não foram analisadas neste trabalho.

global de informações digitais, que auxiliam no desenvolvimento de novos desenhos institucionais que favoreçam a interação da gestão pública com o cidadão. Como consequência, abrem-se possibilidades de ampliação para consultas, debates, deliberações, acompanhamento, acesso às informações e controle social, viabilizando a abertura de novos espaços de participação política, ampliando a inserção da sociedade civil nas arenas políticas e decisórias. Na sociedade em redes (Castells, 1999, 2012), existe a possibilidade de incorporação de mecanismos e dispositivos comunicacionais da internet que podem ampliar a participação dos cidadãos na vida pública, seja pela ação individual, seja por meio de grupos sociais, diminuindo os custos da participação e tornando-a mais interativa e democrática.

Embora as TICs ofereçam potencialidades políticas, elas ainda dependem de outros elementos sociais, culturais e políticos para serem efetivadas (Fung, 2006). Mas o empoderamento que essas ferramentas trazem ajudam no desenvolvimento de uma nova cultura política que combine participação cidadã, trocas de conhecimento e informação capazes de gerar movimentos sociais que podem implicar em mudanças políticas e sociais. Fung et al (2013) apontam 6 modelos de interação ou aprofundamento nas relações entre internet e processos políticos democráticos, a saber:

*o empoderamento da esfera pública, substituição das organizações tradicionais por novos grupos auto organizados digitalmente, democracia direta digital, apoio na confiança, mobilização constituinte e controle apoiado na multidão social (Fung: 2013, 30)<sup>21</sup>.*

Ao analisar o atual debate político sobre a maconha no Brasil, é possível observar algumas dessas características apontadas por Fung (2013). Trata-se de uma articulação horizontal e coletiva composta por colaboradores que produzem e compartilham, entre outras coisas, artigos e textos para estimular o debate sobre a política de drogas, em geral, e da maconha, mais especificamente, no Brasil. Conforme abordado no trabalho, os grupos que articulam a Marcha da Maconha e o Coletivo DAR estão basicamente organizados pelos dispositivos das mídias digitais, portanto, o uso da internet está diretamente centrado na prática desses coletivos que se organizam pela internet.

Nesse sentido, é fundamental compreender a atuação em rede proporcionada pela internet para analisar as transformações que estão em curso na configuração dos movimentos sociais e políticos contemporâneos. Em primeiro lugar, nota-se a ampliação das formas de conexão entre indivíduos e, entre indivíduos e grupos. Esse aspecto proporciona a horizontalidade da comunicação e, portanto, a ruptura com o elemento

---

<sup>21</sup> Tradução dos autores.

característico dos meios de comunicação tradicionais que se organizavam a partir da relação entre um emissor e muitos receptores. Assim, a internet proporciona, em primeiro lugar, a multiplicidade e heterogeneidade das conexões e cada ponto da rede pode realizar conexões infinitas com múltiplos pontos descentralizados, como um movimento turbilhonar na ocupação de espaços e na construção de percursos, que estão em constante criação. Essa mesma articulação em rede, por exemplo, faz com que o Coletivo DAR colabore com a Marcha da Maconha na divulgação e convocatórias para as realizações das marchas, bem como na época em que estas ocorrem

Por outro lado, o empoderamento cidadão se observa na ação promovida por Kiepper, através de um desenho institucional que utiliza das TICs para tentar atender um pouco mais os anseios da população. E isso inclui a ideia de ampliação da participação popular no debate político. Por mais que a ferramenta disponibilizada pelo Senado Federal tenha problemas e limitações, permite que um debate como o da maconha seja realizado em uma das mais importantes instituições democráticas e republicanas, o Senado Federal.

O acaso fez com que o parecer a ser elaborado fosse parar em mãos do senador Cristovam Buarque, que mesmo (em um primeiro momento) declarando-se contra a legalização das drogas, não se furtou em promover e conduzir um debate amplo e plural onde puderam ser ouvidas diversas vozes a favor e contra a maconha. O próprio debate acabou por fortalecer uma das visões expressas pelos coletivos que é a necessidade médicas de milhares de brasileiros que precisam de medicamentos formulados a partir dos princípios ativos da maconha. A presença de médicos e familiares colaborou para que o próprio relator percebesse a necessidade de avançar com a discussão médica da maconha por lidar com a vida de diversos cidadãos.

Como consequência Cristovam Buarque (PDT-DF) encaminhou o Relatório de Sugestão 8/2014 (disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/156942.pdf>>), incentivando que o tema prosseguisse em debate, sobretudo o uso do canabidiol pois há “evidências científicas e vontade da sociedade” nesse sentido. O senador tem afirmado que a necessidade médica seja apreciada com mais urgência que o uso recreativo relativo da maconha, ajudando a entender novas dimensões desse debate na sociedade brasileira. No mesmo momento e impulsionados pelo debate, o CFM mudou procedimentos quanto a indicação de receitas e orientações médicas para os pacientes que pudessem ser medicados com remédios oriundos da maconha. Ao mesmo tempo, a ANVISA alterou normas e resoluções sobre a importação destes mesmos medicamentos

que não são produzidos no Brasil. Ambas as ações ocorreram em um momento no qual a sociedade discute de maneira mais aberta os potenciais benéficos trazidos pela planta.

Não foi possível ainda medir o grau de influência das TICs em todo o processo, mas é inegável que a organização em rede de certos coletivos e a ampliação da participação cidadã, tem auxiliado no aumento do debate e esclarecimento de dúvidas para a população. Cidadãos estão conseguindo pautar assuntos políticos, inclusive no Senado Federal, como foi observado. Essas possibilidades, sem dúvida, colaboram para o amadurecimento e consolidação da democracia no Brasil.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rafael; PENTEADO, Claudio; SANTOS, Marcelo (2014). Sociedade Civil e a eParticipação em Políticas Públicas: o Índice de Participação Política e Influência (IPPI) do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil. Paper apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1272%3Aanais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1214%3A38-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1272%3Aanais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1214%3A38-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=456)>. Último acesso em: 03/11/2014.
- \_\_\_\_\_ (2010). “O uso das NTICs na formulação e divulgação de Políticas Públicas: o caso do Ministério da Cultura”. In: Revista Ponto-e-vírgula, São Paulo, no 8, p. 88-121.
- BENKLER, Yochai (2007). “A economia política dos commons”. in: GINDRE, Gustavo et. al, Comunicação Digital e a construção dos commons. São Paulo: Perseu Abramo.
- CASTELLS, Manuel (2012). Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_ (2009). Comunicación y Poder. Madrid: Alianza Editorial.
- \_\_\_\_\_ (1999). Sociedade em Rede. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- DAHL, Robert (2005). Poliarquia. São Paulo: EDUSP.
- DIAMOND, Larry & MORLINO, Leonardo (2005). Assessing the quality of democracy. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- FUNG, Archon (2006) Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- FUNG, Archon; GILMAN, Hollie; SHKABATUR, Jennifer (2013). Six Models for the Internet + Politics. In: International Studies Review, vol 15, pg 30-47. Disponível em:

<<http://archonfung.net/docs/articles/2013/SixModelsPublished2013.pdf>>. Último acesso em: 20/02/2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2005). Multidão Rio de Janeiro: Record.

HOLSTON, James (2013). Cidadania Insurgente. São Paulo: Companhia das Letras.

MANIN, Bernard (1997). The Principles of Representative Government. Cambridge (UK): CUP.

MIGUEL, Luis Felipe (2013). Democracia e representação. São Paulo: Editora UNESP.

MOISÉS, José Álvaro (2010). Democracia e confiança. São Paulo: EDUSP.

\_\_\_\_\_ (1990). Cidadania e Participação - Ensaios sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição. São Paulo: Editora Marco Zero.

MOISÉS, José Álvaro & MENEGELLO, Rachel (orgs) (2013). A desconfiança política e os seus impactos na Qualidade da Democracia. São Paulo: EDUSP.

PENNOCK, J. Ronald (1952). "Responsiveness, Responsibility, and Majority Rule," American Political Science Review, Vol. 46, 1952, p. 790-807.

PINHO, José Antonio (org.) (2012). Estado, sociedade e interações digitais; expectativas democráticas. Salvador: EDUFBA.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy; LAYTON, Matthew; PEREIRA, Frederico (2011) Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeio; Nashville: LAPOP.

SANTOS, Marcelo; PENTEADO, Claudio; ARAÚJO, Rafael (2013). "Sociedade Civil y participación ciudadana en São Paulo. Artigo apresentado no VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Bogotá, Colômbia, 2013. Disponível em: <<http://alacip2013.uniandes.edu.co/index.php?ini=files>>. Último acesso em: 05/12/2013.

SUBIRATS, Joan (2011). Otra sociedad, otra Política? Barcelona: Icaria Editorial.

SEGURADO, Rosemary (2011). "Entre a regulação e a censura do ciberespaço". In: Revista Ponto-e- Vírgula, São Paulo, no 9, p. 52-70, 2º semestre de 2011.

#### **Alguns sites consultados:**

<http://www.marchadamaconha.org>. Último acesso em: 24/03/2015.

<http://oglobo.globo.com/sociedade/a-maconha-foi-condenada-por-preconceito-diz-especialista-elisaldo-carlini-15600218#ixzz3V9CUycLg>. Último acesso em: 24/03/2015.

<https://www.change.org/p/presidente-da-anvisa-dirceu-br%C3%A1s-barbano-libere-o-medicamento-cbd-para-ajudar-o-lorenzo-ele-s%C3%B3-tem-9-anos-e-sofre-de-epilepsia-liberaanvisa>. Último acesso em: 24/03/2015.

[https://www.youtube.com/watch?v=1kLZjNGu\\_Fs](https://www.youtube.com/watch?v=1kLZjNGu_Fs). Último acesso em: 24/03/2015.

<http://coletivodar.org>. Último acesso em: 27/03/2015.

<http://www.economist.com/node/14845095?zid=319&ah=17af09b0281b01505c226b1e574f5cc1>>. Último acesso em: 28/03/2015.

<https://www.youtube.com/user/coletivodar>>. Último acesso em: 27/03/2015.

<http://www12.senado.leg.br/ecidadania#>). Último acesso em: 23/03/2015.

<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/anexos/ato-3-de-2011-da-mesa-diretora>>. Último acesso em: 23/03/2015.

<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=19341>. Último acesso em: 23/03/2015.

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/156942.pdf>. Último acesso em: 27/03/15.